



## CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

### DIRETRIZES BÁSICAS DA FORMAÇÃO DOS PRESBÍTEROS DA IGREJA NO BRASIL 1994

A Conferência Nacional dos bispos do Brasil, tendo em conta as exigências do momento atual, os recentes Documentos do Magistério sobre a formação dos futuros sacerdotes e, especialmente, as orientações da Exortação Pós-sinodal Pastores Dabo Vobis do Papa João Paulo II, empreendeu a importante tarefa de revisar e atualizar as Diretrizes Básicas da Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil.

Ao colocar estas Diretrizes nas mãos dos formadores dos seminaristas, a Conferência oferece orientação segura na formação integral de ministros convictos e fervorosos da Nova Evangelização.

DECRETO N. 02/95

Considerando que:

- a) A 32ª Assembléia Geral da CNBB, em 1994, após acurada preparação e atenta discussão, aprovou por unanimidade o novo texto das Diretrizes Básicas da Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil;
- b) A Congregação da Educação Católica, a 10 de maio de 1995, (Prot. N. 1897/65/ BRA), aprovou as ditas Diretrizes Básicas, com algumas modificações que já estão inseridas no texto a publicar;
- c) As citadas Diretrizes na sua parte normativa têm força de lei particular para a Igreja no Brasil;
- d) Compete ao Presidente da CNBB promulgar os textos oficiais desta, nos termos do Estatuto Canônico (Art. 22 c).

DECRETO:

1. Ficam promulgadas as referidas Diretrizes Básicas, com sua publicação no Comunicado Mensal da CNBB;
2. Elas passarão a vigorar obrigatoriamente, a partir de 01 de agosto de 1995.

Brasília-DF, 6 de junho de 1995

† Lucas, Card. Moreira Neves  
Presidente da CNBB

† Raymundo Damasceno Assis  
Secretário Geral da CNBB

**CONGREGATIO PRO INSTITUTIONE CATHOLICA N. 1897/65/BRA**

DECRETUM

Cum approbatio "Rationi Institutionis Sacerdotalis" brasiliensi (vulgo "Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil – diretrizes básicas –") d.d. XII m. Iulii a.D. MCMLXXXIV a Congregatione de Institutione Catholica "ad sexennium" concessa aliquot abhinc annos exspirata sit, Conferentia Episcopalis eiusdem nationis opportunam Synodi Episcoporum a. MCMXC et subsequenter Exhortationis Apostolicae Pastores dabo vobis, necnon Conclusionum IV Conferentiae Generalis Episcopatus Latino-americi a D. MCMXCII in civitate Sancti Dominici celebratae, occasionem arripuit, ut praefatum documentum ex integro recognosceret et novis indicationibus paedagogicis auget, hodiernis Seminariorum necessitatibus magis respondentibus.

Quam ob rem Exc.mi Episcopi, consiliis initis, amplam inter se et inter Seminariorum Moderatores consultationem promoverunt, sollicite inquirentes de omnibus quae, in luce experientiarum elapso temporis spatio acquisitarum, ad maiorem sacerdotalis efformationis soliditatem ac efficientiam conferre possent. Quo pacto praesens "Rationis" nationalis textus ("Diretrizes Básicas da Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil") communi nisu consilioque feliciter redactus est qui, principiis spiritualibus doctrinalibus et pastoralibus imbutus, rectam viam indicat ad futuros sacerdotes in evangelicae vitae forma probe effingendos. Quae in hac "Ratione" continentur ita intelligenda et applicanda sunt ut iuvenes in sana Ecclesiae doctrina et disciplina firmiter radicentur atque veri animarum Pastores efficiantur, ad novae evangelizationis opus bene parati.

Quibus omnibus inspectis, haec Congregatio de Institutione Catholica (de Seminariis atque Studiorum Institutis) hanc tertiam Rationis Institutionis Sacerdotalis Brasiliensis editionem, funditus relectam, libenter ratam habet atque ad normam Can. 242, § 1º CIC "ad sexennium" approbat, necnon ab iis ad quos pertinet fideliter observari iubet; servatis ceteris de iure servandis; contrariis quibuslibet minime obstantibus.

Romae, ex Aedibus Congregationum, d.d. X m. Maii a.D. MCMXCV

PRAEFECTUS *Pius Card. Laghi*

A SECRETIS + *Josephus Saraiva Martins*

DECRETO (*Tradução*)

Tendo expirado, já há alguns anos, a aprovação "para um sexênio" que a Congregação da Educação Católica, a 12 de julho de 1984, concedera ao documento Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil – Diretrizes Básicas, a Conferência Nacional dos bispos do Brasil aproveitou a oportunidade do Sínodo dos bispos de 1990, da subsequente Exortação Apostólica Pastores Dabo Vobis (Dar-vos-ei Pastores) e das Conclusões da 4ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, celebrada em Santo Domingo, em 1992, para revisar inteiramente aquele documento e enriquecê-lo com novas indicações pedagógicas de acordo com as necessidades hodiernas dos Seminários.

Para isso, os senhores bispos promoveram de comum acordo uma ampla consulta entre si e entre os Superiores dos Seminários, pesquisando com atenção sobre tudo o que pudesse contribuir para maior solidez e eficácia da formação sacerdotal, à luz das experiências do tempo anterior.

Deste modo, o texto atual das Diretrizes básicas da formação dos presbíteros da Igreja no Brasil, felizmente, foi redigido em comunhão de pareceres e de esforços. Imbuído de princípios espirituais, doutrinários e pastorais, ele aponta o reto caminho, para plasmar os futuros sacerdotes na forma de vida evangélica. O que contém estas Diretrizes Básicas deve de tal modo ser entendido e aplicado que os jovens sejam radicados firmemente na sã doutrina e disciplina eclesiais, tornando-se verdadeiros Pastores de Almas, bem preparados para a tarefa da nova evangelização.

Tomando em consideração o que se disse anteriormente, esta Congregação da Educação Católica de bom grado ratifica esta terceira edição das Diretrizes Básicas da Formação

Sacerdotal do Brasil, profundamente reelaborada, e a aprova “para um sexênio”, segundo o cânon 242 § 1º do Código de Direito Canônico. Manda também que tais Diretrizes sejam fielmente postas em prática por aqueles a quem cabe; observando-se o mais que for de direito e não obstante em absoluto qualquer coisa em contrário.

Roma, do Palácio das Congregações, 10 de maio de 1995.

† Lucas, Card. Moreira Neves  
Presidente da CNBB

† Raymundo Damasceno Assis  
Secretário Geral da CNBB

## **I. PARTE: CONTEXTO E FUNDAMENTOS**

1. As Diretrizes Básicas da Formação Presbiteral, contidas neste documento, são a atualização das diretrizes em vigor desde 1985. A atualização considerou, especialmente, o Sínodo dos bispos de 1990, a Exortação Apostólica Pastores Dabo Vobis do Santo Padre João Paulo II, as Conclusões da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Santo Domingo, as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1991-1994) e o atual momento da caminhada do Povo de Deus.

2. Os fundamentos teológicos da formação presbiteral e deste documento encontram-se na Palavra de Deus e na doutrina da Igreja, particularmente nos textos do Concílio Vaticano II, dos últimos Papas, das Conferências do Episcopado Latino-americano e nos pronunciamentos do episcopado brasileiro. Este documento aplica às condições da Igreja, no Brasil, as disposições da “Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis”, do Código de Direito Canônico e da Exortação Pastores Dabo Vobis, procurando atender aos apelos de Deus e às necessidades do nosso povo. Por isso, esta introdução descreve brevemente as condições da sociedade brasileira (1), na qual se situam a atuação da Igreja e as expectativas de suas comunidades (2). Procura compreender os anseios dos candidatos ao ministério presbiteral (3) e os modelos de realização do presbiterato no contexto atual (4). A seguir, o corpo do documento apresenta as diretrizes propriamente ditas.

### **1. SITUAÇÃO DA SOCIEDADE**

3. A Conferência de Santo Domingo e as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil oferecem uma análise da sociedade latino-americana e brasileira. Pressupondo o conhecimento dessas análises, ressaltamos aqui alguns traços que merecem especial atenção no processo formativo dos futuros presbíteros.

4. Entre os aspectos positivos da modernidade, podemos considerar: o espírito científico, a importância da subjetividade e da individualidade, o resgate da afetividade e da sexualidade humana, a ética da vida, a busca da felicidade e da realização pessoal. Além disso, a modernidade apresenta, principalmente, aspectos contraditórios e questionadores. Os anos 90 se iniciam sob o signo de uma economia mundial em transformação, com repercussões negativas sobre a economia latino-americana e, particularmente, brasileira.

A nova fase do capitalismo está passando da exploração da mão de obra à sua exclusão do mercado, graças a novas tecnologias, gerando forte desemprego e provocando a expansão de uma economia marginal ou informal, de mera sobrevivência. Acentuam-se ulteriormente a concentração da riqueza e, de outro lado, o empobrecimento.

5. O predomínio da economia e da tecnologia ou, mais amplamente, da chamada “razão instrumental” tende à supressão dos valores éticos ou religiosos, ao menos na esfera pública, admitindo-os apenas no âmbito da vida privada. Como resultado da ausência de valores comuns (como havia nas sociedades “tradicionais”), difunde-se um acentuado

pluralismo cultural e, com ele, um forte relativismo e subjetivismo. As instituições estão perdendo sua força e não refletem mais uma concepção dos valores e da verdade.

Elas estão em crise, junto com as grandes ideologias modernas, que tentaram substituir o papel da religião. Estes fenômenos são mais evidentes no mundo urbano, que no Brasil cresceu rapidamente, alcançando hoje mais de 75% da população e influenciando também o interior rural, cujo êxodo continua, desenraizando anualmente centenas de milhares de famílias. Nos centros urbanos, nota-se também uma mobilidade social e uma diversidade de valores referenciais que vão acentuando o individualismo. Outros fenômenos resultantes da sociedade moderna são a revolução sexual, propagada pelos meios de comunicação social, e a multiplicação de grupos religiosos autônomos, cristãos ou não.

6. Diante desse quadro, o indivíduo se sente ameaçado e inseguro. Sua vida tende a tornar-se fragmentária. Tende a perder sua identidade. Suas reações podem ir em sentidos opostos. A mais comum é a do individualismo e do subjetivismo; nela o indivíduo procura construir sua identidade segundo suas possibilidades, seu "gosto" ou "sentimento", na base de sua decisão ou, muitas vezes, da influência dos meios de comunicação de massa e da opinião pública. Outra tendência, diametralmente oposta, é a do tradicionalismo ou do fundamentalismo. Nela o indivíduo se apegua aos valores da sua tradição, às suas raízes ou origens. Geralmente se entrega a um grupo – ou movimento ou comunidade – que lhe assegura suporte afetivo, segurança, modelos de pensamento e de ação. Muitas vezes estes grupos assumem traços sectários, intransigentes, na defesa de suas convicções. Há, enfim, muitas situações intermediárias, em que pessoas e grupos misturam comportamentos individualistas com a preservação de valores tradicionais ou laços de solidariedade.

7. Essa situação, contudo, é percebida sempre mais como insensata e desumana. Emerge de muitas formas uma exigência de retorno à ética, como dimensão fundamental do humano. A religião, afastada do mundo da técnica e da economia, ressurgue com amplitude impressionante na vida das pessoas, embora nem sempre nos moldes cristãos, às vezes com traços exóticos e até esotéricos.

8. A política, desmoralizada pela corrupção impune, pelo acobertamento dos interesses de poucos poderosos, reduzida às vezes à mera gestão do dinheiro público, é questionada profundamente. Parte da juventude volta a exigir a transparência e a nobreza de uma política posta a serviço do bem comum. Movimentos populares ou das classes médias, em busca de justiça social, defesa dos direitos humanos elementares (como emprego, educação, saúde...), preservação da natureza, superação das discriminações ligadas a sexo, raça, cultura... são sinais de esperança de uma nova sociedade. Há consenso que as recentes conquistas democráticas não podem ser reduzidas a uma aparência de democracia formal; a democracia exige a diminuição da desigualdade e a redistribuição da renda e do poder.

## 2. ATUAÇÃO DA IGREJA

9. A Igreja no Brasil conheceu uma ampla renovação pastoral após o Concílio Vaticano II, que serviu de inspiração para uma renovada presença na sociedade, confortada também pelas Conferências Episcopais latino-americanas de Medellín, Puebla e Santo Domingo. Podemos enumerar rapidamente algumas das iniciativas mais significativas desse período: a reforma litúrgica; a valorização de formas de piedade mais articuladas com a liturgia e a piedade popular da Igreja; a difusão da Bíblia e a multiplicação dos círculos bíblicos, sementes da multiplicação das comunidades eclesiais de base; a criação de novos ministérios e a multiplicação dos agentes de pastoral, especialmente na área catequética e social; a dinamização da pastoral vocacional, com a superação da fase mais crítica dos Seminários desde o final dos anos 70; a extensão da ação pastoral a categorias e ambientes até então pouco assistidos (índios, negros, posseiros, pescadores, menores abandonados, mulheres marginalizadas, famílias incompletas...); a articulação da pastoral de conjunto e o planejamento pastoral; a defesa dos Direitos Humanos,

mesmo a preço de grandes sacrifícios e do risco da vida; a promoção de muitos organismos de participação e corresponsabilidade; a solidariedade entre Igrejas-Irmãs; os novos empreendimentos missionários; o ensinamento episcopal, com pronunciamentos oportunos sobre os grandes temas nacionais. Fruto desses anos de atuação generosa é a confiança que o povo repõe hoje na Igreja.

10. Este quadro, do recente passado, no conjunto fortemente positivo, não deve esconder as fraquezas do presente e, principalmente os desafios do próximo futuro. As transformações recentes da sociedade não deixaram de repercutir no interior da Igreja e do povo cristão. A fragmentariedade, o pluralismo, o subjetivismo penetraram também na pastoral. Visões diferentes da eclesiologia, trazidas às vezes por algumas pastorais ou movimentos transnacionais, que não conheceram a experiência pastoral brasileira, trouxeram polarizações e conflitos, junto com elementos que poderão ajudar a enfrentar as novas situações emergentes.

Outras dificuldades surgiram no interior de experiências bem sucedidas num recente passado, mas que começam a se revelar menos preparadas às novas condições sociais e culturais. Estas, como vimos, geram tendências divergentes na sociedade e no âmbito religioso: individualismo, de um lado; tradicionalismo, do outro. O empobrecimento contínuo e generalizado criou outras dificuldades, tornando mais árduo o trabalho dos presbíteros, cujo número não acompanhou proporcionalmente o aumento da população. Em alguns casos, houve comunidades descuidando da Pastoral Vocacional ou aceitando uma formação precária e uma seleção nada rigorosa dos candidatos.

11. A percepção dos novos desafios se expressa particularmente na formulação das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral de 1991-1994 (DGAP). Antes de tudo, percebe-se que, face a uma sociedade complexa, também a ação da Igreja deve necessariamente diversificar-se. Para evitar, porém, o perigo real da fragmentação e da dispersão, é necessário – ao mesmo tempo – melhorar os instrumentos de comunicação e de articulação da ação pastoral e da vida eclesial. Três linhas de atuação sobressaem nas DGAPs:

- face ao crescente individualismo e subjetivismo, a ação pastoral deve tornar-se mais personalizada, mais atenta à experiência e às exigências de cada pessoa; em particular, deve cuidar de promover uma forte experiência de Deus, um amadurecimento de experiência espiritual de cada cristão, correspondendo à sede de comunhão com o divino;
- face ao crescente pluralismo cultural e à valorização das tradições étnicas e culturais, especialmente daquelas longamente oprimidas pela cultura dominante, a ação pastoral deve inculturar-se mais corajosamente, como indicado pelas DGAPs da Igreja do Brasil e pelo documento de Santo Domingo; deve promover novas expressões litúrgicas e catequéticas; deve desenvolver - mesmo no meio urbano - pequenas comunidades, em condições de dar efetivo suporte à experiência de comunhão na fé dos cristãos de hoje, ameaçados pelo individualismo e a massificação;
- face ao empobrecimento e à exclusão das massas com relação ao progresso econômico e social, face à perda do sentido ético na economia e na pública administração, face à privatização da religião, a ação pastoral deve repensar e reforçar a presença pública da Igreja, no contexto do fortalecimento da sociedade civil e da democracia, numa renovada opção preferencial pelos pobres.

12. As novas exigências da ação pastoral não encontrarão resposta sem a atuação de novos sujeitos ou agentes. Uma teologia correta e o número dos presbíteros não permitem pensar numa ação pastoral centrada exclusivamente na atuação do ministério presbiteral<sup>1</sup>. Além disso, as próprias características da sociedade moderna exigem uma atuação cristã e apostólica no coração do mundo, nos centros nevrálgicos da sociedade, por parte dos fiéis leigos. O papel do presbítero tenderá, portanto, a modificar-se em sua atuação concreta, exatamente para que possa realizar mais plenamente a missão que Cristo lhe confiou. Os leigos deverão assumir seriamente o protagonismo que Santo Domingo lhes atribui e espera ver efetivado em curto espaço de tempo<sup>2</sup>.

### 3. MOTIVAÇÕES DOS CANDIDATOS AO PRESBITERATO

13. O número das vocações ao presbiterato continua mantendo-se relativamente elevado, não somente em comparação com o início dos anos 70, mas mesmo com os períodos mais favoráveis do começo dos anos 60 ou dos anos 80. Mesmo assim, o aumento das ordenações não conseguiu repor as perdas num passado recente, e o número de padres não acompanhou o crescimento demográfico. A procedência social das vocações é substancialmente a mesma da última década: jovens nascidos no meio rural ou em cidades pequenas e médias, geralmente de classe média-baixa ou pobre; aumentam, porém, as vocações da periferia das grandes cidades. Raras são as vocações procedentes dos dois extremos da escala social: ricos e miseráveis, sem acesso à escola.

14. A idade dos vocacionados tende a aumentar. Há menos crianças e adolescentes, mais jovens e jovens-adultos. De conseqüência, muitos seminaristas trazem consigo uma bagagem de experiências de trabalho e também de experiências afetivas e sexuais. Aliás, a geração atual – influenciada certamente pelo contexto da sociedade e dos costumes – tende a supervalorizar a afetividade e a sexualidade, sem alcançar contudo, muitas vezes, uma correspondente maturidade e coerência de atitudes, às vezes sem possuir nem mesmo uma clara identificação com a própria condição sexual. A juventude parece menos utópica e radical, mais realista, mais consciente de seus limites, mas também menos generosa e disponível para a ousadia e a ação. Também está maiormente exposta ao perigo da sedução do consumismo, de um lado, e do intimismo, do outro.

15. Não se deve, porém, generalizar, porque na realidade a procedência das vocações, sob o perfil espiritual e pastoral, é variada. Há ainda candidatos que procuram o Seminário decididos a abraçar a “carreira” sacerdotal por motivos sociais e humanos, sem uma experiência eclesial ou pastoral mais profunda, às vezes sem mesmo uma vivência mais autêntica da fé. Há candidatos que provêm de experiências eclesiais maduras e dinâmicas nas pastorais e movimentos, e trazem um precioso embasamento espiritual e uma forte sintonia com o povo cristão e com os pastores da Igreja. De outro lado, surgem também vocacionados, fruto de uma espiritualidade pouco amadurecida ou ligados a pastorais e movimentos que não estão bem inseridos nas Igrejas locais. A mesma diversidade pode ser notada também nas famílias dos vocacionados. Se as famílias cristãs, solidamente constituídas e engajadas na vida eclesial, oferecem geralmente bons candidatos, de outro lado, está em aumento o número dos vocacionados que procedem de famílias desestruturadas ou incompletas e que podem apresentar uma maior fragilidade emocional.

16. Do ponto de vista intelectual, muitos candidatos apresentam deficiências graves, devido em boa parte à fragilidade dos estudos anteriores ao ingresso no Seminário. Isto torna os estudos filosófico-teológicos penosos e difíceis ou cria uma atitude desfavorável face a qualquer esforço maior de aprofundamento e face às tarefas pastorais mais exigentes. Predomina, entre os vocacionados, um nível intelectual médio, com raras exceções. Isto não deixa de colocar um sério problema para o futuro: a sociedade tende a se tornar mais exigente em termos de comunicação e informação; os candidatos ao presbiterato, ao contrário, não somente procedem dos setores menos “modernos”, mas tendem a rejeitar o trabalho pastoral em setores nevrálgicos da sociedade contemporânea (formadores de opinião, cientistas e professores universitários, empresários...).

17. É tarefa dos formadores não apenas estimular os candidatos da nova geração a um crescimento espiritual e intelectual, mas antes saber discernir suas motivações profundas, seus valores escondidos, seus anseios mais autênticos. Entre as motivações profundas estão a fé coerente, a gratuidade e generosidade pessoais, o seguimento de Jesus, o anúncio do Evangelho, amor e serviço à Igreja, a sensibilidade ao clamor dos pobres, a defesa da vida e a denúncia da cultura da morte, a disponibilidade missionária. Somente assim será possível estabelecer uma ponte entre as exigências objetivas do

ministério presbiteral hoje e as condições subjetivas dos candidatos, que a tal ministério se sentem chamados por vontade de Deus.

#### 4. IDENTIDADE E MISSÃO DO PRESBÍTERO

18. Quanto a seus objetivos e caminhos, a formação é iluminada por uma clara consciência da identidade e da missão, do ser e do agir do presbítero. A Exortação do Santo Padre João Paulo II, Pastores Dabo Vobis, colhendo a reflexão do Sínodo dos bispos de 1990 e do magistério da Igreja desde o Concílio Vaticano II, apresenta uma síntese completa, harmoniosa e profunda da doutrina do presbiterato, procurando situá-la no contexto atual. “Certamente, há uma fisionomia essencial do sacerdote que não muda: o padre de amanhã, não menos que o de hoje, deverá assemelhar-se a Cristo. (...) Jesus ofereceu em si mesmo o rosto definitivo do presbítero, realizando um sacerdócio ministerial do qual os apóstolos foram os primeiros a ser investidos; aquele é destinado a perdurar, a reproduzir-se incessantemente em todos os períodos da história. O presbítero do terceiro milênio será, neste sentido, o continuador dos padres que, nos precedentes milênios, animaram a vida da Igreja” (PDV 5)<sup>3</sup>.

“É no interior do mistério da Igreja como comunhão trinitária em tensão missionária que se revela a identidade” do presbítero e do seu ministério (PDV 12)<sup>4</sup>. Desta identidade, a Exortação do Papa mostra os fundamentos teológicos: trinitário, cristológico e eclesiológico. E acrescenta: “Assim se pode compreender a conotação essencialmente relacional da identidade do presbítero”, que se desdobra, a partir da inserção no mistério de Deus em Cristo e pelo Espírito, na relação de comunhão com o bispo e os outros presbíteros e de serviço ao Povo de Deus. Pela relação fundamental e permanente com o Cristo Cabeça, Sacerdote e Pastor da sua Igreja (PDV 13-15)<sup>5</sup>, o presbítero se torna pastor e servo na Igreja e no mundo (PDV 16-18)<sup>6</sup>. “Numa palavra, os presbíteros existem e agem para o anúncio do Evangelho ao mundo e para a edificação da Igreja em nome e na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor” (PDV 15)<sup>7</sup>.

19. “É igualmente certo que a vida e o ministério do sacerdote se deve adaptar a cada época e a cada ambiente de vida” (PDV 5)<sup>8</sup>. As circunstâncias atuais levam a ressaltar, especialmente no Brasil, algumas qualidades que a missão do presbítero exige:

- a prioridade da tarefa da evangelização, o que acentua o caráter missionário do ministério presbiteral nesta hora;
- o testemunho pessoal de fé e de caridade, de profunda espiritualidade vivida, de renúncia e despojamento de si;
- a capacidade de acolhida a exemplo de Cristo Pastor que une a firmeza à ternura, sem ceder à tentação de um serviço burocrático e rotineiro;
- a solidariedade efetiva com a vida do povo, com especial sensibilidade para com os pobres, os oprimidos, os sofredores, em fidelidade à caminhada da Igreja na América Latina;
- a capacidade de diálogo com todos, também com aqueles que pertencem a tradições culturais ou religiosas diferentes, no respeito à pluralidade;
- a maturidade para enfrentar os conflitos existenciais que surgem do contato com um mundo ainda não impregnado pelo Espírito do Evangelho.

20. Embora se possa confiar na superação da crise de identidade dos presbíteros que atingiu a muitos após o Concílio Vaticano II (embora não em razão do Concílio!), como nota o Santo Padre (PDV 11)<sup>9</sup>, uma outra crise ameaça o ministério presbiteral no Brasil. Cabe à formação preveni-la ou, ao menos, tornar vigilantes os presbíteros face a ela. É a crise da sobrecarga de trabalho pastoral, geradora de cansaço, de rotina, de superficialidade na oração e no estudo, de solidão afetiva, de fragilidade. Face a essa sobrecarga, os caminhos do ministério são principalmente dois: a diversificação no exercício do ministério e a maior atenção à pessoa do presbítero.

21. Consciente da vocação apostólica de todo o povo cristão, e considerando a complexidade do ministério pastoral no momento presente, a Igreja local é chamada a

repartir melhor as tarefas entre os presbíteros, os agentes de pastoral e a comunidade. Os presbíteros sejam incentivados a se dedicarem a uma área específica de atuação, buscando após a formação básica, uma especialização adequada. Três situações principais continuam a exigir a atenção do ministério presbiteral:

- o meio rural, que continua perdendo sua importância relativa, mas ainda abriga cerca de um quarto da população brasileira e onde a ação pastoral da Igreja é particularmente relevante, seja na luta contra a miséria, seja em face das transformações que o atingem sempre mais rapidamente, também do ponto de vista cultural e religioso;
- o meio suburbano, da periferia das grandes cidades e dos municípios limítrofes, que continua inchando e onde se concentram os aspectos mais visíveis das carências do nosso povo (fome, desemprego, falta de moradia e de condições sanitárias, etc.);
- os centros urbanos habitados pelas classes média e alta, onde a mentalidade de consumo e a secularização dos costumes desafiam a ação pastoral, e onde se concentram os mecanismos de dominação econômica e cultural dos outros setores da sociedade, mas também forças determinantes para o seu futuro.

22. Mesmo numa melhor divisão das tarefas, cada presbítero seja melhor ajudado a evitar sobrecarga e a encontrar sua realização pessoal, preservando sua saúde física e psíquica, dedicando mais tempo à oração, integrando melhor sua doação pastoral, sustentada pela graça de Cristo, com suas qualidades humanas e disposições afetivas. É responsabilidade da Igreja Local garantir os recursos necessários. Esta ajuda encontra sua base na formação antes da ordenação, que pode marcar para sempre a maturidade e o equilíbrio de vida da pessoa do presbítero. Deve, porém, continuar ao longo de sua existência, num contexto de uma sociedade em contínua e rápida transformação, através da chamada “formação permanente” (PDV, 70)<sup>10</sup>.

23. Procurando inspiração nos valores do Evangelho e nas orientações da Igreja, especialmente dos recentes documentos do Magistério citados no início dessa introdução, e com base na experiência das muitas comunidades de formação espalhadas pelo Brasil, vamos traçar agora as diretrizes básicas que devem orientar a formação dos futuros presbíteros nos próximos anos.

## **II. PARTE: DIRETRIZES NORMAS GERAIS**

24. As Diretrizes deste documento, estabelecidas pela Conferência Nacional dos bispos do Brasil e aprovadas pela Santa Sé, constituem os princípios básicos e as normas gerais da formação presbiteral adaptadas às necessidades pastorais do País (CDC 242 § 1º)<sup>11</sup> e estarão em vigor até que a mesma Conferência promova sua revisão.

25. As normas deste documento sejam observadas em todos os Seminários, diocesanos ou interdiocesanos, e outras instituições de formação presbiteral (CDC 242 § 2º)<sup>12</sup>. Além disso, o bispo diocesano ou, no caso de Seminário interdiocesano, os bispos corresponsáveis determinarão adaptações às circunstâncias particulares (CDC 243)<sup>13</sup>, procurando formas adequadas de cooperação entre dioceses e congregações, no campo da formação presbiteral.

26. Os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, dada sua inserção nas atividades pastorais da Igreja no Brasil, levem em conta estas Diretrizes, dentro da especificidade de sua vida e ação de modo a promover a unidade em tudo o que é essencial na formação dos presbíteros diocesanos e religiosos. Os Institutos e Sociedades, que se dedicam à educação.

### **1ª SEÇÃO: AMBIENTE FORMATIVO**

#### **1. PASTORAL VOCACIONAL**

27. A pastoral vocacional tem por objetivos: despertar para a vocação humana, cristã e eclesial; discernir os sinais indicadores do chamado de Deus; cultivar os germes de



vocação e acompanhar o processo de opção vocacional consciente e livre. Deve dar ênfase às vocações de especial consagração e, entre elas, particularmente, à vocação ao presbiterato (PDV 34)<sup>14</sup>.

28. "A Pastoral Vocacional exige ser assumida com um novo, vigoroso e mais decidido compromisso por parte de todos os membros da Igreja, na consciência de que ela não é um elemento secundário ou acessório, nem um momento isolado ou setorial, quase uma simples parte, ainda que relevante, da pastoral global da Igreja" (PDV 34)<sup>15</sup>. É com esse sentimento que o episcopado brasileiro vem, ao longo dos últimos anos, promovendo a dimensão orgânica da Pastoral Vocacional na Igreja. As Diretrizes Básicas aprovadas na 22ª Assembléia Geral da CNBB já destacavam a responsabilidade da comunidade cristã para com as vocações ao presbiterato (DBFP II, 3)<sup>16</sup>. A mesma convicção é reafirmada pela Conferência de Santo Domingo (DSD 79-80)<sup>17</sup>.

29. A Igreja Local e, quanto possível, cada Paróquia, criem Equipes de Pastoral Vocacional para animar e coordenar a promoção das vocações em todas as dimensões pastorais da vida cristã e ofereçam orientação e acompanhamento aos vocacionados.

30. A vocação é condição para assumir o ministério presbiteral. Isto significa que ninguém pode arrogar-se o direito de escolher o ministério de presbítero, com base unicamente em suas aspirações. A avaliação da autêntica vocação deve levar em consideração as aptidões objetivas do candidato, a livre determinação da vontade na opção vocacional e a motivação desta. É dever da comunidade cristã discernir o chamado de Deus. Responsável último por este processo de discernimento, de que toda a Igreja e especialmente o presbitério participam, é o bispo próprio do candidato.

31. "A vocação sacerdotal é um dom de Deus, que constitui certamente um grande bem para aquele que é o seu primeiro destinatário. Mas é também um dom para a Igreja inteira, um bem para a sua vida e missão" (PDV 41). É dever da Igreja, portanto, assumir a sua missão geradora e educadora de vocações. "Sendo um problema vital que se coloca no próprio coração da Igreja, a preocupação com as vocações sacerdotais deve estar no centro do amor de cada cristão pela Igreja" (PDV 41)<sup>18</sup>. Cada um, no âmbito de sua responsabilidade, deverá transformar essa preocupação em formas concretas de ação.

32. "A primeira responsabilidade da pastoral orientada para as vocações sacerdotais é do bispo" (PDV 41)<sup>19</sup>. A ele cabe zelar para que a pastoral vocacional tenha o destaque necessário no âmbito de sua diocese.

33. Aos presbíteros, de modo especial aos párocos, "cabe cuidar por si, ou por meio de outros, para que cada fiel seja levado, no Espírito Santo, a cultivar a própria vocação" (PO 6)<sup>20</sup>. Extremamente eficaz e com provado ao longo dos tempos, o testemunho presbiteral é uma das fontes mais fecundas das novas vocações para a Igreja. Pela sua fidelidade radical no seguimento de Jesus, aponta o caminho presbiteral como uma opção realizadora, através da cruz e da alegria pascal, a todos os jovens (PO 11)<sup>21</sup>. Lembrem-se também os presbíteros que é obrigação deles apoiar eficazmente o trabalho dos outros agentes de pastoral vocacional.

34. "Uma responsabilidade particularíssima está confiada à família cristã que, em virtude do sacramento do matrimônio, participa, de modo próprio e original, na missão educativa da Igreja mestra e mãe" (PDV 41)<sup>22</sup>. As famílias devem ser orientadas e incentivadas a educarem os filhos para uma vida cristã séria. Cultivando os valores autênticos da vida cristã, a família estará abrindo espaços para que seus filhos confrontem seus ideais com o chamado de Jesus. É necessário que os movimentos cristãos ligados à família sejam abertos e solícitos para com a Pastoral Vocacional.

35. Os grupos e movimentos de jovens ligados às comunidades cristãs, sem abandonar o horizonte amplo das vocações para os vários ministérios da Igreja, precisam se colocar, com coragem, frente à proposta do seguimento radical de Jesus, através do ministério

presbiteral ou da vida consagrada. Nesse campo, tem se mostrado oportuna e eficaz a articulação da Pastoral Vocacional com a Pastoral da Juventude, da Catequese, da Crisma e com os grupos de coroinhas.

36. As escolas e os educadores católicos devem ajudar os jovens não só a descobrir e desenvolver aptidões e interesses pessoais, mas a se abrirem aos apelos de Deus e às necessidades do mundo e da Igreja. “A escola é chamada a viver a sua identidade de comunidade educadora com uma proposta cultural também capaz de irradiar luz sobre a dimensão vocacional” (PDV 41)<sup>23</sup>. Sobretudo as escolas católicas deveriam ter um serviço de orientação vocacional, visando a iluminar as opções dos jovens.

37. As pequenas comunidades ou CEBs, onde mais intensamente se renova a experiência da comunhão fraterna e do serviço no mundo, vêm se firmando como um ambiente propício para a gestação de uma Igreja toda ministerial. No despertar, discernir e acompanhar vocações presbiterais, religiosas e de novas formas de vida consagrada, estas comunidades expressarão de modo significativo a sua eclesialidade.

38. Os diversos grupos, movimentos e associações de fiéis leigos, que o Espírito Santo faz surgir e crescer na Igreja, em ordem a uma presença cristã missionária no mundo, vêm se revelando como um campo fértil para a manifestação de vocações consagradas, verdadeiros e próprios lugares de proposta e de crescimento vocacional. Faz se necessário evitar uma orientação unilateral dos candidatos a serviço de um movimento e acentuar a importância da dimensão da comunhão com toda a Igreja e com a Igreja Local.

39. Os seminaristas, uma vez que atenderam ao chamado de Jesus e se encontram no processo de formação presbiteral, serão, através de seu testemunho sincero e alegre, promotores naturais de novas vocações. Sua coerência e seriedade em abraçar a própria vocação apontarão uma opção de vida para os demais jovens.

40. No itinerário do serviço à vocação presbiteral – despertar, discernir, desenvolver e acompanhar a vocação –, Pastoral Vocacional deverá ter metas claras para cada etapa. Já a criança pode intuir e desejar um projeto de vida dedicada ao serviço de Deus. A adolescência é o momento privilegiado dos primeiros passos para a elaboração do projeto ou opção de vida. Esta opção, muitas vezes, vem sendo adiada para o tempo da juventude ou mesmo para o início da fase adulta. Há casos, e não são raros, em que o chamado ao ministério presbiteral é percebido mais tarde. Que o trabalho pedagógico se estenda desde a fase inicial até às etapas mais adiantadas da formação.

41. Uma atenção particular deve ser dada às vocações provenientes de famílias mais carentes de recursos materiais, forçadas muito cedo a tirarem os filhos da escola, ou até impossibilitadas de garantir aos filhos um mínimo de instrução. É preciso que as dioceses procurem os meios para evitar esta discriminação precoce, que afasta do ministério os mais pobres. É necessária, também, uma atenção diferenciada aos problemas específicos do meio urbano e aos do meio rural, onde as vocações são mais numerosas, mas encontram maiores dificuldades quanto à formação. Atenção especial seja dada também à pastoral vocacional nos meios estudantis e universitários. Deve se levar o povo cristão a se interessar pelos Seminários e colaborar com sua sustentação. Quando possível, solicite se a ajuda financeira da família do seminarista.

42. Cada vocacionado tem sua especificidade, que deve ser respeitada. O Papa e o Episcopado latino-americano, em Santo Domingo, nos alertaram de maneira contundente, para a dimensão da inculturação no processo de evangelização e a formação de vocações indígenas e afro-americanas (DSD 80)<sup>24</sup>. Também as vocações adultas exigem uma atenção especial (PDV 46; cf. n. 80)<sup>25</sup>. São novos desafios cobrando novos métodos.

43. Deus distribui seus dons com liberdade e as necessidades da Igreja exigem o cultivo multiforme das vocações. O clero secular seja respeitado em sua especificidade, e

promovido também onde a organização pastoral é confiada a religiosos. De outro lado, ainda, as vocações religiosas sejam estimuladas pelos pastores, que devem sustentar a vida pluriforme do Povo de Deus.

## 2. SEMINÁRIOS MENORES E INSTITUTOS AFINS

44. Jovens e adolescentes, que apresentam sinais de vocação e um desejo sincero de cultivá-la, precisam de instituições adequadas para ajudá-los no reto discernimento da própria vocação e no desenvolvimento das qualidades e aptidões humanas, cristãs e apostólicas, necessárias para a opção pelo ministério presbiteral.

45. As instituições adequadas a cada diocese são determinadas e organizadas pelo bispo. Segundo as condições peculiares de cada lugar, podem ser adotadas as seguintes modalidades:

46. Seminário Menor: é uma comunidade voltada ao aprofundamento da vocação cristã e, especificamente, ao discernimento da vocação presbiteral, à formação inicial e aos estudos preparatórios ao Seminário Maior. No Seminário Menor, haja verdadeira condição para o discernimento pessoal da vocação; propicie-se, igualmente, contatos regulares com a família e com a comunidade de origem. Tenha-se presente que, enquanto alguns alunos aspiram claramente ao ministério, outros só o consideram possível ou até mesmo duvidam ou hesitam em sua escolha. Por isso, não deve ser “um seminário maior em ponto menor” (RFIS, 11 nota 23, e 13). Receba especialmente o jovem vocacionado do curso secundário, que não encontra condições adequadas, de estudo e formação, no seu ambiente (DSD 81)<sup>26</sup>.

47. Grupos Vocacionais (com este ou outro nome: VMPPV, 269<sup>27</sup>): reúnem-se periodicamente e assistem adolescentes ou jovens que buscam o discernimento de sua vocação, enquanto residem na própria família e continuam seus estudos, às vezes, já exercendo uma profissão ou trabalho remunerado. Neste caso, é imprescindível a participação dos membros dos grupos vocacionais na comunidade eclesial (paróquia, CEBs...) e o contato com a Equipe ou Centro Diocesano de Pastoral Vocacional, que deve animar e acompanhar regularmente esses grupos.

48. Escolas e Colégios Católicos: tendo o devido cuidado da dimensão vocacional, no seu trabalho educativo, aceitem prestar um serviço especial e apoio concreto para adolescentes e jovens com aspiração ao ministério presbiteral, possibilitando acompanhamento mais intenso e oferecendo bolsas de estudos quando necessárias. Também, neste caso, cuide-se do contato e articulação com a Pastoral Vocacional e o Seminário (RFIS, 18; OT, 3)<sup>28</sup>.

49. Enfim, são necessárias formas mais personalizadas de acompanhamento, ao menos como fase transitória, que preparem o ingresso de candidatos idôneos em instituições como aquelas descritas acima.

50. De qualquer forma, o essencial é que a diocese realize um esforço sério e permanente de acompanhamento e cultivo das vocações, desde as primeiras manifestações conscientes do chamado até o ingresso no Seminário Maior. O que não é admissível é a abdicação desse esforço (RFIS, 11, nota 23). Em qualquer uma das hipóteses anteriores, para assegurar uma boa formação intelectual, os estudos de primeiro e segundo grau, que habilitam para o ingresso no curso superior, sejam exigidos como pré-requisitos para o acesso ao Propedêutico e ao Seminário Maior.

51. “Preparar-se para seguir Cristo Redentor com ânimo generoso e coração puro: é este o objetivo do Seminário Menor que o Concílio indicou, no Decreto Optatum Totius, que traça desta forma o seu perfil educativo: os alunos sob a orientação paterna dos superiores, com a colaboração oportuna dos pais, levem uma vida plenamente conforme à idade, espírito e evolução dos adolescentes, segundo as normas da sã psicologia, sem

omitir a conveniente experiência das coisas humanas e o contato com a própria família” (PDV 63)<sup>29</sup>.

### 3. PERÍODO PROPEDÊUTICO

52. Cresce o número de candidatos que ingressam na formação presbiteral após ter completado o segundo grau, sem passar pelo Seminário Menor ou por grupos vocacionais. De um lado, este fato é sinal de um enriquecimento, sendo muitas vezes estes candidatos portadores de experiência de fé viva e madura e de séria bagagem cultural; por outro lado, não raramente verifica-se uma discrepância, que se manifesta por diversos fatores:

- uma visão fragmentada da própria experiência de vida e da sociedade;
- o atual ensino do 1º e 2º graus não contribui para modificar essa situação;
- grande fragilidade das convicções básicas humanas e de fé, mesmo naqueles que vêm de experiências de vida cristã de nossas comunidades eclesiais;
- carência de uma iniciação à vida comunitária.

Torna-se, assim, necessário, cada vez mais, um período de preparação dos candidatos antes de ingressarem no Seminário Maior, até mesmo para aqueles que vêm do Seminário Menor e de grupos vocacionais.

53. Esse período denominado Propedêutico, “tempo de preparação humana, cristã, intelectual e espiritual para os candidatos ao Seminário Maior” (PDV 62)<sup>30</sup>, em vista de um discernimento vocacional, seja organizado como uma instituição autônoma, distinta e articulada com as outras etapas da formação, levando em consideração as seguintes indicações:

- residência ou local próprio, com programação específica;
- não inferior a um ano;
- após o 2º grau;
- uma equipe responsável, valorizando a presença de leigos, homens e mulheres (PDV 66)<sup>31</sup>.

54. O ingresso no Propedêutico seja precedido por um processo de discernimento vocacional do candidato, que leve ao conhecimento de suas reais motivações, através de um levantamento do histórico pessoal, ou seja, o conhecimento da vida do jovem nos seguintes níveis: familiar, comunitário-eclesial, afetivo-sexual, sócio-econômico, intelecto-cultural. Recomenda-se que esse discernimento seja feito através de:

- consulta às comunidades de origem;
- visita aos familiares;
- entrevistas;
- encontros vocacionais;
- retiros;
- outros.

55. Entre os elementos principais constitutivos do Propedêutico, destacam-se:

- aprofundamento do discernimento vocacional;
- aprimoramento da formação humano-afetiva;
- formação espiritual com aprofundamento da experiência de Deus, da leitura bíblica e da vida de oração e litúrgica;
- complementação da formação intelectual;
- iniciação e aprofundamento da vida comunitária;
- adequada compreensão da Igreja e do ministério presbiteral.

56. Sendo o Propedêutico uma etapa da formação prevalentemente voltada para o amadurecimento do candidato, entende-se que a dimensão humano-afetiva ocupe um

lugar prioritário. Isto requer uma centralização e atenção especial à pessoa do formando, através de um acompanhamento personalizado, dinâmicas de grupo, estudo dirigido. Deve se levar em consideração:

- o conhecimento de si mesmo, com qualidades, defeitos e limites;
- o conhecimento da sexualidade masculina e feminina;
- a formação da consciência, caráter, personalidade;
- o equilíbrio no relacionamento interpessoal.

57. No que se refere à dimensão espiritual, o formando deve ser orientado, a partir da vocação batismal, a fazer uma profunda experiência de Deus e de amizade com Jesus Cristo, através de:

- exercícios espirituais e oração dos salmos;
- celebrações;
- valorização das experiências de fé vividas anteriormente;
- acontecimentos importantes em nível de Diocese, Igreja e Congregação;
- orientação espiritual, e outros.

58. Para capacitar os candidatos ao Seminário Maior e suprir as suas deficiências de ensino, recomenda-se introduzir ou reforçar alguns aspectos da dimensão intelectual, visando, ainda, amenizar o impacto que a filosofia freqüentemente exerce sobre os iniciantes:

- metodologia de estudos;
- português: gramática, redação e literatura;
- uma língua estrangeira moderna;
- ciências sociais: história, geografia e política;
- cultura brasileira;
- formação da consciência crítica da realidade;
- música, artes sacras, cultura popular e teatro;
- noções de liturgia e espiritualidade;
- introdução ao Mistério de Cristo e da Igreja, podendo basear-se no Catecismo da Igreja Católica.

59. Uma vez que o Propedêutico é uma preparação para a vida eclesial, deve levar o formando ao processo de abertura para a vida missionária, tendo presente alguns meios:

- presença na caminhada da comunidade, sem assumir lideranças ou compromissos estáveis;
- conhecimento da pastoral orgânica da Igreja Local (com especial atenção à importância e desafio da pastoral urbana);
- experiência em situações limites que vive o nosso povo;
- partilha de experiências.

60. Constata-se na sociedade moderna uma tendência ao isolamento e individualismo, que afeta o candidato. O período Propedêutico deverá ser um tempo forte de Vida Comunitária, levando o formando a uma atitude de acolhida, abertura, partilha e solidariedade.

61. Atente-se para a dimensão cultural de origem dos candidatos, sobretudo dos de raça negra e indígena, favorecendo o conhecimento e valorização de suas raízes culturais (DSD 80)<sup>32</sup>.

62. Visando garantir uma infra-estrutura adequada para o propedêutico, incentive-se a colaboração entre Dioceses e Congregações.

#### **4. SEMINÁRIOS MAIORES**

63. O Seminário é, antes de tudo, uma escola do Evangelho: tem como modelo e referência ideal a própria convivência de Jesus com o grupo dos apóstolos e discípulos, em que os formandos realizam uma experiência de vida e intimidade com Cristo e se preparam melhor para a missão (PDV 60)<sup>33</sup>. O Seminário é, também, uma experiência de vida comunitária, pois insere, gradativamente, o futuro presbítero na comunhão com o presbitério e o habilita para o relacionamento fraterno, mais qualificado, com as comunidades eclesiais. Por isso, “o seminário não deve ser concebido como um ambiente fechado sobre si mesmo, mas como a instituição que sustenta e orienta o processo pedagógico de discernimento e formação, enraizado na comunidade eclesial mais ampla” (VMPPV 275)<sup>34</sup>.

64. Os candidatos ao presbiterato residirão no Seminário, durante todo o tempo da formação e, de qualquer forma, durante, ao menos, quatro anos (CDC 235 § 1º)<sup>35</sup>.

65. Devem ser admitidos ao Seminário Maior somente os candidatos que, além de possuírem as qualidades humanas e espirituais indispensáveis, tenham uma clara convicção a respeito de sua vocação e aceitem, sinceramente, a doutrina do presbiterato definida pela Igreja. Pois “o sacerdócio não é propriedade nossa, para fazermos o que nos agrada; não podemos reinventar o seu significado, segundo o nosso ponto de vista pessoal. O que nos compete é ser fiéis àquele que nos chamou” (João Paulo II, Aos Religiosos da Inglaterra, 31.05.82). É igualmente necessário que os candidatos estejam dispostos a assumir seriamente a preparação específica e sistemática ao ministério presbiteral.

66. Ao ingressarem no Seminário Maior, os candidatos ao presbiterato deverão apresentar qualidades bem determinadas, tais como: reta intenção, grau suficiente de maturidade humana, conhecimento bastante amplo da doutrina da fé, alguma introdução aos métodos de oração, costumes conforme à tradição cristã e experiência de vida eclesial. Possuam também as atitudes pelas quais, na sua região, é expresso o esforço de encontrar Deus e a fé (PDV 62; EN, 48)<sup>36</sup>. Apresentem um comportamento condizente com a opção assumida, e demonstrem ter assimilado conteúdos e atitudes propostos na etapa do Propedêutico. Estas disposições dos candidatos sejam devidamente avaliadas pelo Conselho Diocesano de Formação Presbiteral, incluindo o bispo e os formadores responsáveis pelo Propedêutico.

67. Os candidatos ao presbiterato, no ato do ingresso no Seminário Maior, se já não o tiverem feito, devem apresentar o atestado de conclusão dos estudos de 2º grau, os atestados de Batismo e de Confirmação, bem como uma carta de apresentação do respectivo pároco, de outro sacerdote ou agente de pastoral vocacional que o tenha efetivamente orientado. Do candidato que tiver saído de outro seminário, dever-se-á requerer o testemunho escrito do seu antigo Superior (CDC 241)<sup>37</sup>. Procurem-se também outras informações fidedignas. Recomenda-se que a saúde física e psíquica seja avaliada convenientemente. A idoneidade do candidato seja julgada pelo bispo com o Conselho dos Formadores. No caso de Seminários Interdiocesanos, não se recebam candidatos sem aprovação do respectivo bispo.

68. O Seminário Maior representa o período conclusivo do processo de discernimento vocacional, do qual participam solidariamente formandos e formadores, buscando, num diálogo freqüente e progressivo à luz da fé, reconhecer a autenticidade da vocação. Neste processo de discernimento, a equipe de formadores tem a responsabilidade última, levando-se em conta a indispensável participação do próprio formando (PDV 69)<sup>38</sup>, bem como a da comunidade do Seminário. Do mesmo processo, participe, de várias formas, a comunidade diocesana, especialmente o pároco, o presbitério e a comunidade onde o formando realiza seus estágios de formação pastoral e exerce os ministérios. O formando acolha e assuma, serenamente, a conclusão do discernimento, como manifestação da vontade de Deus.

69. O Seminário é, portanto, uma experiência educativa rica e complexa, com exigências diversas que precisam de um esforço sério para serem integradas e equilibradas:

- intensa vida comunitária, fraterna, e abertura ao mundo, ao serviço, à missão;
- desenvolvimento da maturidade e da responsabilidade pessoal, e obediência disponível às exigências do Evangelho e da autoridade da Igreja;
- profunda vida de oração, vivência litúrgica, esmero nas celebrações e multiplicidade de compromissos, trabalho, estudo, atividades pastorais;
- preparação para as futuras tarefas pastorais e engajamento em responsabilidades imediatas;
- formação intelectual e prática pastoral;
- entrega total e sincera à vocação e, ao mesmo tempo, prudente verificação dos sinais da vontade de Deus (RFIS, nota 33).

70. Para cumprir esses objetivos, o Seminário Maior pressupõe e exige um número adequado de educadores – no mínimo, um Reitor e um Diretor Espiritual (CDC 239)<sup>39</sup>; de professores das disciplinas do currículo filosófico/teológico – no mínimo, um professor para cada uma das disciplinas principais (CDC 253 § 2º)<sup>40</sup>; de alunos e de recursos (RFIS 21). Deve ter o seu próprio regulamento (CDC 243)<sup>41</sup>. Pode ser organizado por um bispo ou, ainda, por diversas dioceses, com ou sem ajuda de Congregações (CDC 237)<sup>42</sup>.

71. “Tendo presente – como aliás os Padres Sinodais recordaram – as indicações da Exortação *Christifideles Laici*, e da *Carta Apostólica Mulieris Dignitatem*, que põem em relevo um saudável influxo da espiritualidade laical e do carisma da feminilidade em todo e qualquer itinerário educativo, é oportuno incluir, de forma prudente e adaptada aos vários contextos culturais, a colaboração de leigos, homens e mulheres, no trabalho formativo dos futuros sacerdotes” (PDV 66)<sup>43</sup>.

72. “Enquanto comunidade educativa, (o Seminário) deve obedecer a um programa claramente definido que, como nota característica, tenha a unidade de direção manifestada pela figura do reitor e dos colaboradores, na coerência com o regulamento de vida. Este programa deve estar clara e decididamente ao serviço da única finalidade específica do Seminário, a saber, a formação dos futuros presbíteros, pastores da Igreja. E para que a programação seja verdadeiramente adequada e eficaz, é necessário que as grandes linhas programáticas se concretizem mais detalhadamente, mediante algumas regras particulares, destinadas a ordenar a vida comunitária, estabelecendo alguns instrumentos e ritmos temporais precisos” (PDV 61)<sup>44</sup>.

73. A organização funcional do Seminário depende de opções pastorais, disponibilidade de recursos e outras circunstâncias locais (CDC 237)<sup>45</sup>. As soluções principais que, de fato, têm sido as mais freqüentemente adotadas no Brasil, têm sido duas:

- o Seminário, no sentido habitual do termo, que reúne, no mesmo local, e sob a mesma direção, a residência e os estudos;
- o Seminário ou Comunidade de Formação que não mantém seu próprio curso filosófico e teológico, mas se articula com um Centro de Estudos.

Deve procurar-se em ambos os casos que o Centro de Formação responda em tudo às exigências fundamentais, pedidas pelo Magistério da Igreja, para os Seminários e, em especial, quanto à suficiente consistência numérica dos alunos e da equipe de formadores, e ao regime disciplinar e comunitário.

74. No primeiro caso, recomenda-se que a grande comunidade do Seminário se articule em pequenas comunidades ou equipes, que ofereçam aos estudantes um relacionamento mais personalizado e fraterno, com assistência de um presbítero educador, assegurada a unidade de formação. Os presbíteros educadores, por sua vez, devem formar efetivamente uma equipe de trabalho com unidade de espírito e ação, sob uma única direção, e uma comunidade de vida fraterna, que seja exemplo daquela comunhão que se deseja realizar no presbitério e entre os novos presbíteros (PDV 66)<sup>46</sup>.

75. Quando os estudos filosófico/teológicos são realizados num Centro ou Instituto, distinto dos Seminários ou Comunidades de Formação onde residem os seminaristas, deve se buscar uma coordenação eficaz e uma profunda articulação de todas as atividades formativas. Por isso, os responsáveis pelos Centros de Estudos e pelos Seminários ou Comunidades elaborarão um estatuto ou regimento, aprovado pela autoridade episcopal competente, traçarão periodicamente plano de trabalho e avaliarão freqüentemente os resultados.

76. Os Centros de Estudos e Seminários deverão dispor de professores qualificados, exigidos pela atual legislação canônica (CDC 253)<sup>47</sup> e inspirados pela diretriz da PDV: “os professores devem permanecer em comunhão e colaborar cordialmente com todas as outras pessoas empenhadas na formação dos futuros presbíteros e apresentar, com rigor científico, generosidade, humildade e paixão, seu contributo original e qualificado, que não é apenas a simples comunicação de uma doutrina – mesmo sendo a sacra doutrina –, mas é sobretudo a oferta da perspectiva que unifica, no desígnio de Deus, os diversos conhecimentos humanos e as várias expressões da vida” (PDV 67)<sup>48</sup>.

77. Há regiões em que a escassez de recursos dificulta a constituição de Seminários Maiores em condições satisfatórias. Há situações em que a maior exigência de especialização e aprofundamento exigem centros mais desenvolvidos de formação e recursos de pesquisa. Nesses casos, recomenda-se a adoção urgente de medidas, tais como:

- o envio dos seminaristas diocesanos a Seminários de outras dioceses, mantendo uma relação efetiva com sua diocese de origem;
- a colaboração entre dioceses vizinhas, com vista à organização de um Seminário interdiocesano adaptado à situação da região;
- a preparação de educadores e professores.

78. Em todos esses casos, será grandemente útil a colaboração das Dioceses e Congregações dotadas de maiores recursos e a instituição de uma Comissão Regional de Seminários, eleita pelos bispos da região, com a finalidade de estudar, apoiar e promover as iniciativas diocesanas e interdiocesanas, no campo da formação presbiteral.

79. Regionais e Dioceses, dotados de maiores recursos, ajudem as regiões que têm maiores carências, promovendo cooperação fraterna entre Igrejas, no campo da formação presbiteral, com a participação de formadores, professores e seminaristas.

80. Sendo o bispo o primeiro representante de Cristo na formação dos presbíteros, deve visitar freqüentemente o Seminário e velar sobre a formação aí ministrada. Seja acessível a contatos pessoais com formandos e formadores, em clima de confiança e cordialidade. Informe-se sobre vocação, índole, piedade e aproveitamento dos formandos, particularmente em vista das ordenações (CDC 259 § 2º)<sup>49</sup>. O bispo deve demonstrar a mesma solicitude para com seus seminaristas confiados a outros Seminários.

81. No caso de vocações adultas, nem sempre é conveniente convidar os adultos a seguir o itinerário educativo do Seminário Maior. “Deve-se, antes, providenciar, depois de um cuidadoso discernimento acerca da autenticidade de tais vocações, no sentido de programar uma forma específica de acompanhamento formativo que consiga assegurar, por meio de oportunas adaptações, a necessária formação espiritual e intelectual. Um reto relacionamento com os outros candidatos ao sacerdócio e períodos de presença na comunidade do Seminário Maior poderão garantir a plena integração destas vocações no único presbitério, e a sua íntima e cordial comunhão com ele” (PDV 64)<sup>50</sup>.

## **2ª SEÇÃO: DIMENSÕES DO PROCESSO FORMATIVO EIXO PASTORAL DA FORMAÇÃO**



82. “Toda a formação dos candidatos” ao presbiterato “é destinada a dispô-los de modo particular para comungar da caridade de Cristo, Bom Pastor. Portanto, nos seus diversos aspectos, esta formação deve ter um caráter essencialmente pastoral”. Afirma-o claramente o decreto conciliar *Optatam Totius*, relativamente aos seminários maiores: “A educação dos alunos deve tender para o objetivo de formar verdadeiros pastores de almas segundo o exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo mestre, sacerdote e pastor.

Por isso aqueles sejam preparados: para o ministério da Palavra, para que a Palavra de Deus revelada seja por eles cada vez melhor entendida, apropriem-se dela pela meditação, e saibam comunicá-la por palavras e com a vida; para o ministério do culto e da santificação, para que pregando e celebrando as ações litúrgicas saibam exercer a obra da salvação por meio do sacrifício eucarístico e dos sacramentos; para o ministério de pastores, para que saibam apresentar aos homens Cristo que não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida pela redenção de muitos, fazendo-se servo de todos (1Cor 9,19)<sup>51</sup>; (OT, 4; PDV, 57)<sup>52</sup>.

83. O texto conciliar que acabamos de citar, insiste na profunda coordenação existente entre os diversos aspectos da formação humana, espiritual e intelectual, e, ao mesmo tempo, na sua específica finalidade pastoral. Esta orientação fundamental do Concílio será levada em conta na formulação das diretrizes concretas, nos próximos capítulos, a respeito dos diversos aspectos da formação presbiteral, distinguindo teoria e prática, objetivos concretos, métodos e programas, conseqüências ou frutos.

## 5. PROCESSO FORMATIVO

84. A formação é um processo permanente que abrange todas as fases da vida, com diversidade de formas e métodos. É particularmente importante a fase que precede a ordenação, mas a formação deve prolongar-se ao longo do exercício do ministério presbiteral. Por isso, no seminário, o futuro presbítero aprenderá os princípios da formação permanente, como adquirir o hábito do estudo, a necessidade de atualização, amadurecimento contínuo e a resposta ágil às novas situações pastorais, num contínuo processo de conversão, no seguimento de Jesus Cristo.

85. A ação formativa, centrada na pessoa mais que nas estruturas, há de ser personalizante, superando os riscos da massificação ou despersonalização, permitindo ampla abertura aos dotes e inclinações pessoais e a manifestação da individualidade e originalidade de cada um.

86. “O próprio candidato ao sacerdócio deve ser considerado protagonista necessário e insubstituível de sua formação: toda e qualquer formação, naturalmente incluindo a sacerdotal, é, no fim de contas, uma autoformação. Ninguém, de fato, nos pode substituir na liberdade responsável que temos como pessoas individuais. Certamente também o futuro sacerdote, e ele, antes de mais ninguém, deve crescer na consciência de que o protagonista por antonomásia da sua formação é o Espírito Santo” (PDV 69)<sup>53</sup>.

87. Todos que fazem parte do processo de formação presbiteral devem levar em conta que “a obra educativa, por natureza, é o acompanhamento de pessoas históricas, concretas, que caminham para a escolha e adesão a determinados ideais de vida. Precisamente por isso, a obra educativa deve saber harmonicamente conciliar a proposta clara da meta a atingir, a exigência de caminhar com seriedade em direção a essa meta, a atenção ao caminhante, ou seja, ao sujeito concreto empenhado nesta aventura, e depois a uma série de situações, de problemas e de dificuldades, de ritmos diversificados de caminho e de crescimento. Isto exige uma sábia elasticidade, que não significa, de fato, transigência sobre os valores nem sobre o empenho consciente e livre, mas amor verdadeiro e respeito sincero por quem, nas suas condições pessoais, está caminhando para o sacerdócio. Isto vale não só relativamente à pessoa singular, mas também relativamente aos diversos contextos sociais e culturais onde se encontram os Seminários e à diferente história que tem cada um deles.

Neste sentido, a tarefa educativa exige uma contínua renovação (PDV 61)<sup>54</sup>.

88. O candidato acolherá também, como mediações humanas da ação do Espírito, a ação dos educadores. Por sua vez, os formadores levarão em conta os diversos graus de maturidade humana e espiritual dos candidatos, nas diversas etapas da formação. Embora os objetivos e critérios da formação presbiteral sejam os mesmos ao longo de todo o processo formativo, os meios pedagógicos devem ser progressivamente adaptados e enriquecidos de acordo com o amadurecimento dos candidatos. Neste sentido o método participativo tem se mostrado o mais adequado para o desenvolvimento da corresponsabilidade na formação e para um positivo exercício da autoridade. Este método baseia-se na centralidade de Cristo, valoriza o sujeito, considera suas condições reais, promove a interação e o diálogo na comunidade, a reflexão que estimula o aprofundamento das convicções e a descoberta do caminho de crescimento pessoal e de grupo.

89. Para que o processo formativo possa efetivamente acompanhar as exigências de crescimento e as condições reais dos formandos, é imprescindível que seja conduzido por uma Equipe de Educadores, que saibam discernir os passos pedagógicos apropriados, através do diálogo com os formandos. A Equipe de Formação inclui, em primeiro lugar, os presbíteros que assumem as funções de Reitor, Diretor Espiritual, Coordenador de Estudos, Assessor psicopedagógico e Assistentes de Comunidades. Deles se espera, não somente a dedicação competente em suas funções, mas testemunho pessoal de maturidade, compreensão, espírito evangélico e eclesial, alegria no exercício do ministério.

90. Essa Equipe deve atuar de forma integrada, fazendo ressaltar a diversidade e complementariedade dos dons e tarefas de cada um de seus membros num espírito de comunhão fraterna, sendo sinal da comunhão que Cristo viveu com seus discípulos. Igualmente, a Equipe de formadores deve contribuir para a estreita comunhão do Seminário com o bispo, o presbitério e a comunidade diocesana, e deve associar ao processo formativo, a participação de educadores leigos, homens e mulheres.

91. Para maior eficácia do processo formativo, haja clareza na distinção de funções de cada membro da Equipe de Formação, bem como nos direitos e obrigações do formando. Isto deve ser determinado no Regimento Interno do Seminário (CDC 243)<sup>55</sup>.

92. Em vista do amadurecimento integral e harmônico do futuro pastor, tenham-se presentes as diversas dimensões pastoral, humano-afetiva, comunitária, espiritual e intelectual, bem como a integração e articulação das mesmas. Dioceses e Seminários se esforcem para elaborar um plano progressivo e integrado de metas concretas nos vários aspectos e etapas do processo formativo, prevendo-se conteúdos temáticos correspondentes. Para valorizar as várias etapas do itinerário formativo à vida presbiteral, poder-se-á adotar, como ritos de passagem, o Rito de Admissão, os Ministérios de Leitor e Acólito e a ordenação Diaconal<sup>56</sup>.

## 6. FORMAÇÃO PASTORAL

93. A formação especificamente pastoral, como toda dimensão da pastoral, comporta um aspecto teórico e um aspecto prático, vivencial. O estudo da teologia pastoral alcançará sua plenitude no curso teológico. Deverá ser precedido por uma iniciação à reflexão pastoral, na medida em que o seminarista vivenciar experiências pastorais, tendo em vista principalmente os critérios a seguir.

94. Quanto aos objetivos, as experiências pastorais do seminarista devem ajudá-lo a:

- crescer na assimilação pessoal das atitudes do Cristo Bom Pastor e no seguimento de sua missão (PDV 12)<sup>57</sup>, aprendendo a ter os mesmos sentimento de Cristo (FI 2,5)<sup>58</sup>;
- crescer no compromisso pessoal no serviço do povo de Deus e na caridade pastoral;

- abrir-se mais à comunhão com a vida do povo, com a comunidade cristã e com o presbitério;
- promover abertura de espírito para outras expressões espirituais, dentro da Igreja católica, e para outras confissões religiosas, numa atitude ecumênica;
- ser fermento de transformação da sociedade, pelo testemunho e ação solidária, na promoção da justiça e da fraternidade;
- abrir-se para o relacionamento com pessoas e setores influentes da sociedade (formadores de opinião, artistas, intelectuais, políticos...);
- integrar sua dimensão humano/afetiva nas relações humanas e nos contatos pastorais;
- capacitar-se para uma visão de conjunto da ação pastoral;
- adquirir um espírito missionário e a consciência da prioridade da evangelização, lembrando que “o dom espiritual que os presbíteros receberam na ordenação não os prepara para uma missão limitada e restrita, mas sim para a imensa e universal missão da salvação até os confins da terra (At 1,8)<sup>59</sup>; de fato, todo o ministério sacerdotal participa da mesma amplitude universal da missão confiada por Cristo aos apóstolos” (PO 10; PDV 32)<sup>60</sup>.

95. Quanto à metodologia, a formação estritamente pastoral não deve se reduzir a uma série de tarefas ou de experiências pastorais, desconexas entre si e mal justapostas a outros aspectos da formação. O seminarista, ao longo de sua formação, deve ter a possibilidade de desenvolver organicamente sua experiência pastoral, através de um engajamento em comunidades das quais procurará conhecer a história para respeitar sua caminhada e ter experiência pastoral diversificada, sempre a partir da convivência e partilha da vida de uma comunidade cristã, para assumir gradativamente alguns ministérios juntamente com outros agentes pastorais. É oportuno também que o seminarista tenha contato com as pessoas em situações de sofrimentos (doentes, presos, migrantes, sem casa), com movimentos sociais e populares, e com os desafios da inculturação e das realidades emergentes. Finalmente assumirá os ministérios próprios de sua condição (leitorato, acolitato, diaconato) que preparam mais proximamente ao ministério presbiteral.

96. O trabalho pastoral dos seminaristas será devidamente planejado, acompanhado e avaliado. Evitar-se-á improvisação, imediatismo, empirismo, pragmatismo. Por isso, a Equipe de Formação terá o cuidado de escolher comunidades ou situações pastorais em que o seminarista possa encontrar condições para uma reflexão crítica e para uma ação pastoral não marcada por orientações demasiadamente unilaterais.

Através da revisão e reflexão sobre as experiências pastorais, orientadas pelos Centros de Estudos, párocos e formadores, educar-se-á o seminarista a compreender também as dificuldades e deficiências humanas, a discernir os apelos para mudar e progredir, a reconhecer e acolher os sinais de Deus e as opções da Igreja. Seu engajamento pastoral deve se prolongar durante todo o ano letivo, mas sem prejudicar os estudos. Os períodos de férias escolares sejam também valorizados para contatos com a própria família e a comunidade de origem, e para estágios, seja na diocese, seja em áreas missionárias.

97. Além dos critérios já acenados, na escolha dos engajamentos pastorais dos seminaristas, considerar-se-ão:

- as aptidões e inclinações dos próprios seminaristas;
- as aptidões e condições dos presbíteros que os acolherão e acompanharão;
- as opções pastorais da Igreja local;
- as situações de maior necessidade ou carência.

É conveniente que os seminaristas participem da elaboração dos planos de pastoral da Igreja Local e que o Seminário articule suas atividades pastorais com o planejamento pastoral diocesano.

98. Conforme a organização dos estudos e as possibilidades de cada Instituição, sejam previstos – nos fins de semana, nas férias e, eventualmente, em intervalos entre períodos de estudo – estágios pastorais, devidamente planejados e avaliados.

99. As experiências pastorais devem favorecer, para os seminaristas, o convívio fraterno com os leigos, o conhecimento melhor de suas aspirações religiosas e de suas atividades apostólicas e o desenvolvimento da capacidade de comunicação e relacionamento. Convém que o seminarista não se restrinja a atividades já rotineiras ou até burocratizadas, mas procure o contato pessoal, a convivência familiar, as iniciativas espontâneas. Dedique especial atenção aos mais humildes e marginalizados, e aos que mais precisam de aproximação solidária e fraterna. Entre os leigos, tenham mais espírito de aprendizes que de mestres.

100. O engajamento pastoral do seminarista é também uma oportunidade para que os agentes de pastoral, as comunidades eclesiais e o povo participem da formação dos futuros presbíteros, estimulando-os com seu testemunho e seu apoio e também participando da avaliação do seu desempenho. A opinião favorável da comunidade ou de seus representantes qualificados seja considerada um requisito necessário para a ordenação presbiteral de um candidato. “Ninguém seja ordenado presbítero se não tiver feito uma experiência pastoral positiva” (VMPPV 312)<sup>61</sup>.

## 7. VIDA COMUNITÁRIA

101. É essencial assegurar a formadores e seminaristas as condições efetivas de uma vida comunitária inspirada pelo Evangelho, qualquer que seja a solução institucional adotada, grande seminário ou comunidades menores.

102. Na busca dessas condições, é necessário considerar os obstáculos que se opõem a uma vida comunitária, a fim de superá-los mais eficazmente:

- o clima de individualismo, relativização dos compromissos assumidos, competição, consumismo que reina na sociedade e que penetra, muitas vezes, na alma e na mentalidade de muitos jovens, mesmo de candidatos ao presbiterato;
- as dificuldades e desequilíbrios do próprio processo de formação, como o excesso de atividades externas de alguns ou o fechamento de outros em suas próprias preocupações pessoais e em atitudes individualistas;
- a impressão negativa de que a vida e o ministério do presbítero, especialmente diocesano, não permitirão efetivamente a continuação da experiência comunitária vivida no Seminário.

103. É necessário, sobretudo, renovar continuamente as motivações da vida comunitária. Ela tem como raiz a própria natureza da vocação eclesial, que é o chamado a participar ativamente daquele plano pelo qual “aprove a Deus santificar e salvar os homens, não singularmente, mas constituí-los em um povo” (LG 9)<sup>62</sup>. Tem também como raiz a própria natureza do ministério ordenado, que com sua radical forma comunitária pode apenas ser assumido como obra coletiva (PDV 17)<sup>63</sup>. Ela tem ainda como fundamento a própria comunhão com Cristo e como experiência básica aquela assídua intimidade com Ele, que faz do futuro apóstolo um discípulo semelhante aos primeiros Apóstolos que, acompanhando Jesus, preparavam-se para assumir plenamente a missão no mundo. A vida comunitária tem como perspectiva dois aspectos essenciais da vida do presbítero: a comunhão com seu bispo e o presbitério, e a convivência com o povo, do qual deve conhecer e estimar profundamente a cultura e os valores.

104. A comunidade do Seminário, longe de se reduzir à convivência de um simples grupo de amigos, tem como ideal a realização daquela comunhão fraterna que é, ao mesmo tempo, sinal e fruto da comunhão com Deus Pai, no Filho, pelo Espírito (Puebla 211-216)<sup>64</sup>. “Os vários membros da comunidade do Seminário, reunidos pelo Espírito numa única fraternidade, colaboram, cada qual segundo os dons que recebeu, para o crescimento de todos na fé e na unidade, a fim de se prepararem adequadamente para o

sacerdócio" (PDV 60)<sup>65</sup>. Esta vida, iniciada no Seminário, deve continuar no presbitério e mesmo em formas de vida comum, a exemplo de algumas dioceses, onde grupos de presbíteros vivem em comunidade, atendendo conjuntamente uma área pastoral específica, urbana ou rural. Estas comunidades oferecerão "um exemplo luminoso de caridade e de unidade " (PDV 81)<sup>66</sup>.

105. A comunhão, com Deus e com os irmãos, exprime-se e alimenta-se pelos momentos da vida em comum. O momento central será a celebração diária da Eucaristia. A Liturgia das Horas, a partilha da reflexão sobre a Palavra de Deus e as outras orações comunitárias, a revisão de vida e o planejamento em comum das atividades do Seminário serão outros momentos fortes e enriquecedores de uma dimensão comunitária, que deve estar sempre presente. Haverá espaço também para momentos de lazer, esporte e convivência espontânea. No seu conjunto, a programação e o horário das atividades e da vida comunitária devem evitar o cansaço, prejudicial à saúde, mas também devem educar àquela austeridade de vida e intensa dedicação ao serviço, que se exige de todo pastor.

106. Procure se manter, no seminário, um clima de confiança e respeito mútuo, de expressão sincera de sentimentos, de participação progressiva no planejamento e na disciplina da vida comunitária (CDC 239 § 3º)<sup>67</sup>. Ajude-se a perceber também a dimensão positiva dos conflitos e a procurar a solução deles no diálogo sincero. Suscitem-se atitudes que preparem um comportamento aberto ao diálogo e ao respeito do pluralismo no presbitério e na atuação do presbítero na comunidade.

107. O seminarista contribua de alguma maneira para o próprio sustento. A comunidade formativa esteja atenta à realidade pessoal de cada formando, buscando, juntos, caminhos que, evitem paternalismo, acomodação e aburguesamento. Fomente-se a corresponsabilidade na aquisição, administração e uso dos bens. O trabalho remunerado não deve dificultar a dedicação cada vez mais exigida pela seriedade e intensidade dos estudos, nem prejudicar os demais aspectos do processo formativo. O trabalho não remunerado, o trabalho manual no próprio Seminário e experiências durante as férias sejam incentivados como forma de educação ao espírito de pobreza e à solidariedade com os trabalhadores. Em todo caso, é importante que no trabalho se considere o critério formativo e pastoral e não apenas a preocupação financeira.

108. A comunidade do Seminário não é um fim em si mesma. É o núcleo de um relacionamento fraterno e eclesial, que deve se estender, quanto possível, às famílias e comunidades de origem dos seminaristas, às comunidades em que estes prestam sua colaboração pastoral, à Igreja local, ao presbitério e ao bispo, às demais Comunidades de Formação quer sejam da mesma região, ou até a outras regiões do país, à Igreja Universal e ao Papa (CDC 245 § 2º)<sup>68</sup>. As modalidades desse relacionamento dependerão das circunstâncias concretas e serão sugeridas por uma pedagogia adequada e pela busca do equilíbrio entre a vida interna da comunidade e sua abertura à comunidade eclesial mais ampla e ao mundo. Soluções adequadas serão possíveis, se integradas no conjunto do processo formativo, articulado em diversos momentos ou etapas.

109. A capacidade de conviver e trabalhar em equipe, junto com a disponibilidade ao serviço do povo, serão critérios básicos de discernimento da vocação ao ministério presbiteral.

## **8. FORMAÇÃO HUMANO-AFETIVA**

110. "Sem uma oportuna formação humana, toda a formação sacerdotal ficaria privada do seu necessário fundamento" (PDV 43)<sup>69</sup>. O presbítero precisa de amadurecimento humano-afetivo progressivo, integrado, porque é chamado a ser ponte e não obstáculo para outros, em seu encontro com Jesus Cristo, redentor do homem. A maturação humano-afetiva do presbítero é, pois, uma exigência de seu próprio ministério, uma

decorrência da caridade pastoral que deve ser o fundamento de sua vida e a meta de sua formação global.

111. A preocupação com o processo do crescimento afetivo, integrado com as demais dimensões, embora seja mais acentuada nas etapas iniciais da formação, há de merecer contínua atenção durante todo o arco formativo, permanecendo mesmo como uma tarefa de toda a vida. Do ponto de vista da maturação humana o objetivo é o de se conseguir, no processo de individuação de cada um, a capacidade de auto-conhecimento equilibrado, com exclusão de percepções distorcidas, e a resistência às tensões e provas que a vida submete a toda pessoa.

112. A formação humano afetiva é básica para uma opção pelo celibato, que deve ser, desde o início, uma clara exigência da formação presbiteral. Para assumir livremente o celibato por causa do Reino, o candidato precisa integrar seu dinamismo e potencialidades, aspirações e valores em vista de uma sadia identidade presbiteral. Contudo, sempre que um candidato, mesmo sem qualquer culpa, manifestar atitudes não condizentes com o compromisso da castidade no celibato, deverá deixar o seminário.

113. A maturação psico-afetiva global é uma construção progressiva, em que a ação de Deus e a liberdade humana se integram. Os formadores a acompanhem diligentemente, em um clima de abertura e confiança mútua, valendo-se oportunamente da colaboração de pedagogos, psicólogos e outros especialistas de comprovada idoneidade, competência e orientação cristã.

114. Tal crescimento manifestar-se-á, normalmente, mediante a emergência da capacidade para:

- perceber sem distorções e julgar, com objetividade, justiça e senso crítico, as pessoas e os acontecimentos da vida;
- realizar opções livres e decisões responsáveis, feitas à luz de motivos autênticos e interiorizados, tomando consciência do conjunto de energias e motivações inconscientes que se transformam em energia e motivação consciente, na linha do próprio projeto vocacional;
- relacionar-se adequadamente com as pessoas, com as comunidades e com os irmãos no seminário. O futuro presbítero deve crescer na aprendizagem do conhecimento e aceitação do outro, saber intuir as dificuldades e problemas alheios. Desenvolver atitudes de cooperação, diálogo e respeito;
- colaborar e trabalhar em equipe, a fim de possibilitar ao futuro presbítero uma liderança comunitária, que favoreça a comunhão e a participação, na Igreja;
- relacionar-se madura e construtivamente com pessoas de ambos os sexos, diferentes idades e condições sociais;
- amar verdadeiramente, mediante a superação gradual do egocentrismo e o crescimento na doação e serviço criativo aos outros. Isto somente decorre de uma suficiente autonomia psicológica, que e liberdade de qualquer rigidez ou compulsão, e da integração positiva da sexualidade, que assegura a maturidade e o equilíbrio das relações humanas e da caridade.

115. A maturidade humano-afetiva, jamais alcançada definitivamente e sempre em processo de amadurecimento, é o fundamento de toda a convivência comunitária, seja na vida do seminário, como, depois, nas comunidades em que o futuro presbítero exercerá a ação pastoral.

116. Considerando que “o carisma do celibato, mesmo quando é autêntico e provado, deixa intactas as tendências da afetividade e as excitações do instinto, os candidatos ao sacerdócio precisam de maturidade afetiva capaz de prudência, de renúncia a tudo o que a pode atacar, de vigilância sobre o corpo e o espírito, estima e respeito pelos relacionamentos interpessoais com homens e mulheres. Uma ajuda preciosa pode ser dada por uma adequada educação para a verdadeira amizade, à imagem dos vínculos de fraterno afeto que o próprio Cristo viveu em sua existência” (Jo 11,5)<sup>70</sup> (PDV 44)<sup>71</sup>.

117. Duas atitudes geradoras de comunhão e estabilidade psicológica precisam ser particularmente cultivadas:

- o diálogo, como processo de inter-relação e aperfeiçoamento na convivência humana, pela capacidade de ouvir e responder, na compreensão e estreitamento das relações de estima e amizade;
- fortaleza de ânimo, segurança e autoconfiança, que permitam ao seminarista integrar as suas opções e experiências vitais, com firmeza, e assumir as renúncias sem frustrações desagregadoras; habituando-se “a renunciar generosamente mesmo aquilo que sendo lícito, não é conveniente” (PDV 49)<sup>72</sup>.

118. O desenvolvimento sadio requer um contato regular da pessoa com a realidade sócio-político-econômica, com o ambiente cultural de origem, especialmente com a própria família. Deve-se evitar uma distância muito grande entre as condições de vida das famílias dos seminaristas e o ambiente formativo. O futuro presbítero deve conhecer e partilhar, o quanto possível, a cruz e o sofrimento, as alegrias e esperanças do povo.

119. A disciplina exige o respeito do regulamento e das orientações, razoáveis e prudentes, dos formadores e da comunidade formativa, além de ser um necessário apoio à vida comunitária e à caridade. Na aquisição do autodomínio, ela favorece à emergência de disposições e atitudes de disponibilidade e serviço, fundamentais para a missão do presbítero.

120. Os formadores, diretores espirituais e outros eventuais assessores, no cuidado pela formação psico-afetiva dos candidatos, devem acompanhar com atenção, naturalidade e segurança a evolução de cada uma dessas características atentos à maneira individual com que cada um se desenvolve, numa experiência pessoal que é irrepetível. É tarefa da Equipe de Formação ajudar cada um a discernir não só se é chamado por Deus, mas se tem condições psicológicas para assumir o que o presbiterato supõe como base humana. Em certos casos, os formadores deverão ajudar o candidato a procurar orientação psicológica especializada. Igual cuidado deverão ter na aferição e acompanhamento das condições e experiências psico-afetivas anteriores, especialmente no caso de candidatos que se apresentam já adultos.

## 9. FORMAÇÃO ESPIRITUAL

121. A formação espiritual, ordenada à santidade de vida, que consiste na comunhão íntima e profunda com o Pai, pelo Filho e no Espírito Santo e que se atinge pela perfeição da caridade, deve preparar o futuro presbítero para desempenhar seu ministério. Como indica o Concílio Vaticano II, a unidade de vida e a espiritualidade do presbítero se constroem ao redor desta identificação com o Cristo Pastor, na docilidade ao Espírito Santo e na prática da caridade pastoral. A caridade pastoral, como unifica a vida e o ministério do presbítero (PO 14)<sup>73</sup>, desenvolve no seminarista não apenas a maior das virtudes teológicas, mas também a comunhão com a ação pastoral da Igreja local (VMPPV 296)<sup>74</sup>.

122. A formação espiritual do futuro presbítero é, inseparavelmente, trinitária, cristocêntrica e eclesial. Ele é chamado a compreender como, pelo Sacramento da Ordem, será enviado pelo Pai e configurado a Cristo, para atuar e viver, na força do Espírito Santo, na comunhão da Igreja, para a salvação do mundo (PDV, 12)<sup>75</sup>.

123. Inseparável da dimensão cristológica é a dimensão eclesial. A Igreja é, essencialmente, relativa a Jesus Cristo e seu mistério tem uma expressão eminente em Maria, Virgem e Mãe. O presbítero é chamado a ser ministro da presença de Cristo em sua Igreja e servidor da comunhão e participação no meio do povo. “O sacerdote é o homem da comunidade, ligado de modo total e irrevogável a seu serviço” (João Paulo II, PPB 15,15; PO 12)<sup>76</sup>. O presbítero também não exerce seu ministério a título individual, mas enquanto incorporado ao presbitério, unido em comunhão fraterna com os colegas e

com o bispo. Por isso, a dimensão comunitária é tão importante que merece um lugar central na formação.

124. Dessa espiritualidade brota também o amor filial para com Maria, mãe de Jesus e modelo de participação decisiva na história da salvação (*Marialis Cultus* 37)<sup>77</sup>. Contemplando-a, os futuros presbíteros aprenderão o significado de uma total dedicação de amor à missão, ao louvor de Deus e à salvação dos irmãos, aprofundando sua identificação com a vontade de Cristo (Jo 2,5)<sup>78</sup> que procura a vontade do Pai e sua glória (Jo 4,34; 17,4).<sup>79</sup>

125. A formação espiritual procede por etapas, que começam pela iniciação e levam, gradativamente, ao amadurecimento e ao aperfeiçoamento. Deverão receber oportuno destaque a etapa da iniciação ao Seminário Maior, que receberá a forma de um período propedêutico (cf. cap. III, acima), incluindo a introdução ao Mistério de Cristo e uma iniciação espiritual adequada, e as etapas marcadas pela recepção dos Ministérios de Leitor e Acólito e do Diaconato. Cuide-se para que o candidato não passe à etapa seguinte, sem antes ter demonstrado um efetivo crescimento em sua vida espiritual e uma consciência correspondente das novas responsabilidades.

126. O processo de crescimento espiritual é possível somente pelo esforço sincero e permanente de conversão, que significa disponibilidade aos novos apelos de Deus e empenho em corrigir falhas e pecados do homem velho. Este processo encontra seu dinamismo:

- na escuta da Palavra de Deus;
- na vivência dos sacramentos e de toda a liturgia;
- no serviço do Povo pela caridade pastoral;
- na disponibilidade missionária;
- na partilha comunitária e comunhão eclesial;
- na oração pessoal, espontânea e contemplativa;
- na direção espiritual.

127. “O futuro presbítero, antes de ser servidor da Palavra de Deus, será discípulo e ouvinte. Por isso, com freqüência, fará a leitura meditada e orante da Sagrada Escritura (Lectio Divina), que é a escuta humilde e cheia de amor daquele que fala. Percebendo que é à luz e pela força da Palavra de Deus, que pode ser descoberta, compreendida, amada e seguida a própria vocação e levada a cabo a própria missão, a ponto de que a inteira existência encontra o seu significado unitário e radical em ser ponto de partida da palavra do homem que responde a Deus. A familiaridade com a Palavra de Deus facilitará o itinerário de conversão não apenas no sentido de se separar do mal para aderir ao bem, mas também no sentido de se alimentar no coração os pensamentos de Deus, de modo que a fé, qual resposta à Palavra, se torne o novo critério de juízo e avaliação dos homens e das coisas, dos acontecimentos e dos problemas” (PDV 47)<sup>80</sup>.

128. A presença de Cristo no hoje da Igreja se expressa, junto com a Palavra, nos gestos salvíficos dos Sacramentos e no culto litúrgico. O futuro presbítero, que será o principal animador e servidor da celebração litúrgica, desde o início do seminário, tenha uma participação consciente e ativa na Liturgia. Gradativamente, aprenda a celebrar a Liturgia das Horas, que se deve tornar, desde o tempo da formação, a estrutura que sustenta e vivifica a oração pessoal e comunitária do padre, em união com a oração de toda a Igreja. “O Ano Litúrgico, sobretudo em suas festas e tempos mais fortes, oriente a espiritualidade comunitária do Seminário e contribua para formar o futuro presbítero como dirigente das celebrações litúrgicas e mestre de oração dos fiéis. Além disso, cuide-se da formação litúrgica no âmbito da formação estritamente pastoral e através do estudo e da aplicação das orientações da “Instrução sobre a Formação Litúrgica no Seminário” (CEC, 13 de junho de 1979).

129. A celebração da Eucaristia, centro e cume da vida da Igreja, seja o centro e cume da vida do Seminário, onde se torna presente cotidianamente o mistério da comunhão



com Deus em Cristo e se adquire força para a caminhada rumo à páscoa definitiva. O futuro presbítero seja levado a reconhecer e vivenciar as diversas dimensões da Eucaristia: sacrifício, memorial, sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade, banquete pascal (SC 47)<sup>81</sup>. Descubra especialmente a dimensão eclesial da Eucaristia e sua significação para o povo cristão, como sinal de esperança na caminhada da libertação. Ame-a como realidade que contém todo o bem espiritual da Igreja e de onde emana toda a sua força (SC 10)<sup>82</sup>. Da participação diária na celebração eucarística, faça o centro de sua espiritualidade e nela alimente e interiorize o espírito comunitário e o zelo pela unidade (PO 6 e CD 15)<sup>83</sup>, o espírito apostólico e a caridade pastoral (PO 5, 14b)<sup>84</sup>, a oração pessoal e o ministério sacerdotal, no qual agirá em nome de Cristo (PO 14b; LG 28)<sup>85</sup>. Enfim, o futuro presbítero encontre, na Eucaristia, centro e cume de toda a vida da comunidade cristã, o princípio e a fonte de unidade de sua própria vida (PO 14b).

130. Seja dada atenção permanente à dimensão penitencial da vida cristã, que consiste em morrer ao pecado e ressuscitar para a vida nova em Cristo. Através da prática cotidiana do perdão e da penitência, renove-se constantemente a conversão pessoal e a graça batismal. Eduque-se a consciência dos seminaristas para a percepção dos aspectos pessoais e sociais do pecado, o sentido da misericórdia divina e a estima do ministério da reconciliação (PDV 48)<sup>86</sup>. A celebração freqüente do sacramento da Penitência fortifique e renove essa busca de conversão a Deus e libertação do pecado.

131. A formação espiritual se desenvolve também pelo exercício da vida cristã e da caridade pastoral, que se realizará no interior da comunidade do Seminário e, ainda, através da participação na vida de outras comunidades cristãs e de engajamentos pastorais. Recomenda-se que o seminarista mantenha contato com uma comunidade cristã paroquial ou de base, sem assumir papéis de liderança ou direção, pelo menos em um primeiro tempo. Ele deve partilhar os anseios e responsabilidades do povo cristão, mostrando verdadeira fraternidade para com os leigos (PO 9)<sup>87</sup>. Assuma, antes de tudo, as tarefas mais humildes e sacrificadas, em espírito de serviço. Quando chamado a responsabilidades ou funções mais qualificadas, procure desempenhá-las com o mesmo espírito de doação e sacrifício, que é o marco do autêntico discípulo de Jesus.

132. É constitutiva da formação espiritual a dimensão missionária que prepara o futuro presbítero a servir a Igreja, em sua realidade local e em seu horizonte sem fronteiras. “Enquanto comunidade eclesial, seja diocesana, seja interdiocesana, seja mesmo religiosa, o Seminário alimente o sentido da união dos candidatos com seu bispo e presbitério, de modo que participem de suas esperanças, de suas angústias, e saibam estender esta abertura às necessidades da Igreja Universal” (PDV 60)<sup>88</sup>. Perspectiva esta enfatizada pelo Concílio Vaticano II: “A própria formação dos candidatos ao sacerdócio deve procurar dar-lhes aquele espírito verdadeiramente católico que os habitue a olhar para além dos confins da própria diocese, nação ou rito, indo ao encontro das necessidades da missão universal, prontos a pregar o Evangelho por toda parte” (OT 20; RM 67)<sup>89</sup>.

133. Para o desenvolvimento de sua espiritualidade, o seminarista encontra o apoio da comunidade de formação e, especialmente, de sua pequena comunidade ou equipe de vida. A experiência da comunhão fraterna é elemento essencial da espiritualidade cristã. Toda a vida comunitária do Seminário deve ser sustentada pela espiritualidade e, por sua vez, deve reforçá-la, de forma que a experiência espiritual seja vivida sem intimismo ou individualismo, mas na partilha e no diálogo.

134. Procure-se o justo equilíbrio entre a disciplina ou as normas comuns a todos, de um lado, e a iniciativa ou espontaneidade individual, do outro. No regulamento da vida do Seminário, incluindo as celebrações comunitárias, os momentos de oração e silêncio, as práticas de piedade, não se tolha o espaço também para expressões mais pessoais e para uma renovação constante, que evite a rotina e permita acompanhar ativamente a busca de novas formas de espiritualidade mais adequadas à nossa realidade. Nessa

busca, seja dada especial atenção à espiritualidade própria do padre diocesano; seja também possibilitado o conhecimento de outras escolas e tendências de espiritualidade.

135. Lembre-se o seminarista que um aspeto importante da missão presbiteral é o de ser educador para a oração. Por isso, é fundamental que conheça e experimente “o sentido autêntico da oração cristã, que é o de ser um encontro vivo e pessoal com o Pai pelo Filho Unigênito e sob a ação do Espírito Santo” (PDV 47)<sup>90</sup>, um diálogo que se faz participação do colóquio filial que Jesus tem com o Pai (PDV 47)<sup>91</sup>.

136. Apoio e orientação à vida espiritual serão oferecidos de modo mais pessoal e sistemático por um Orientador Espiritual. Esta orientação é indispensável, mas assegure-se, quanto possível, a liberdade de o seminarista escolher o orientador espiritual e o confessor entre os presbíteros indicados pelo bispo. Evite-se criar situações ambíguas, onde se poderiam misturar questões de foro interno e externo (CDC 239; 240)<sup>92</sup>. O Orientador Espiritual guie também o futuro presbítero à aquisição daquelas virtudes humanas que são, hoje, mais necessárias (CDC 245 § 1º)<sup>93</sup>. O Seminário não tenha medo de tentar renovar formas e expressões concretas de espiritualidade, de acordo com a evolução das situações e o dinamismo da vida da Igreja.

137. O Seminário promova freqüentemente dias dedicados à espiritualidade (retiros, vigílias, manhãs de oração, etc.) e os seminaristas participem, anualmente, de Exercícios Espirituais. O Seminário valorize, também, as práticas de piedade mais comuns da religiosidade popular, como o Terço e a Via-Sacra, patrimônios do povo cristão.

138. A formação espiritual, assim dinamizada, deve estimular a busca da santidade ou perfeição evangélica. Ela se expressa na perfeição da caridade e é sumamente favorecida pelas três atitudes fundamentais: pobreza, castidade e obediência. O Seminário deve oferecer condições para que sejam reconhecidas em todo o seu valor e sejam assumidas como forma de vida.

139. A pobreza evangélica, no seguimento de Jesus, é, hoje, um sinal particularmente forte do Evangelho e da opção preferencial da Igreja na América Latina, pelos pobres (DSD 178b; 296)<sup>94</sup>. Aprendam, por tanto, os seminaristas a viver na simplicidade, na austeridade mesmo, na partilha fraterna de seus bens materiais e espirituais. Estimulem-se práticas de partilha de recursos financeiros, mesmo pequenos, que preparem a viver a comunhão de bens também no presbitério. Cresçam no amor sincero pelos irmãos mais empobrecidos e aprendam a reconhecer seus direitos e valores, especialmente seu “potencial evangelizador” (Puebla 1147)<sup>95</sup>.

Tomem consciência de todas as implicações da “opção pelos pobres” (Puebla 1134-1165; DSD 178; 296)<sup>96</sup> e desde já assumam como prioridade o anúncio do Evangelho a todos, mas muito especialmente aos mais empobrecidos (operários, camponeses, indígenas, grupos afro-americanos, marginalizados), incluindo a promoção e defesa de sua dignidade humana (DP 711)<sup>97</sup>, e reconhecendo o rosto sofredor de Cristo nos menores, nos doentes, nos velhos e em todos os empobrecidos (Puebla 31-39; DSD 178)<sup>98</sup>.

140. A vida do Seminário deve favorecer um crescimento do espírito de obediência e de corresponsabilidade. Critérios de sua autenticidade são a conformação interior com a vontade de Deus e a busca sincera do bem comum, assumindo, com alegria, as renúncias necessárias. A obediência se expressa também na cordial disponibilidade à observância dos ensinamentos da Igreja, do regulamento, e das orientações dos formadores. Estes darão, primeiro, o exemplo de obediência, pela submissão à vontade de Deus e renúncia a pontos de vista individualistas na procura do bem comum.

141. A verdadeira obediência exige, por isso, a participação na busca de caminhos melhores para a vida comunitária, o diálogo sincero, o respeito à liberdade e responsabilidade de cada um. Considerando que o presbítero não exerce seu ministério a título pessoal, mas enquanto incorporado ao presbitério, a verdadeira obediência exige também que o futuro presbítero se eduque para assumir efetivamente as decisões

pastorais tomadas em comum pelo bispo e presbitério, bem como esteja pronto a aceitar novas missões, mesmo em campo de trabalho mais exigente. Em um mundo dominado pelos interesses egoístas e pela competição desenfreada, o futuro presbítero é chamado a dar testemunho da livre doação a Deus e ao bem comum.

142. O carisma do celibato, expressão eminente da gratuidade do Reino, sinal luminoso da caridade pastoral e dom precioso para a Igreja, deverá ser assumido através de uma opção realmente amadurecida e livre. Esta opção, condição para o exercício do ministério em nossa Igreja, é assumida definitivamente por ocasião do Diaconato.

O seminarista deve descobrir e aprofundar os motivos de sua opção. O celibato é, antes de tudo, experiência de amor e doação integral a Deus, que abre à fraternidade universal e ao serviço dos irmãos. Exige a vivência da castidade que lhe é própria. Vivido na alegria da oblação generosa, o celibato testemunha ao mundo a possibilidade de um amor gratuito e desinteressado, diante dos abusos e desmandos de uma sociedade hedonista. É, também, sinal do mundo que há de vir e do destino transcendente do homem e da mulher. Oriente-se adequadamente os seminaristas à luz da doutrina do Concílio Vaticano II, da Encíclica Sacerdotalis Caelibatus e da Instrução sobre a formação para o celibato sacerdotal, emanada da Congregação para a Educação Católica, em 1974 (PDV 50)<sup>99</sup>.

143. “A formação espiritual deve abranger o homem inteiro. A graça não destrói, mas aperfeiçoa a natureza; por isso, ninguém pode ser verdadeiro cristão caso não possua e exerça as virtudes que convêm a um homem e são exigidas pela caridade que as anima e utiliza” (RFIS 51). O próprio Concílio Vaticano II enumerou, várias vezes, essas virtudes: sinceridade, zelo pela justiça, fidelidade à palavra dada, espírito de serviço e cooperação, modéstia, delicadeza (OT 11; PO 3; GE 1; PDV 43)<sup>100</sup>. Preste-se especial atenção àquelas atitudes e virtudes que são apreciadas pelo nosso povo, sobretudo pelos mais simples, de modo que o seminarista se prepare a ser um padre simples e humilde, acolhedor e fraterno.

## 10. FORMAÇÃO INTELECTUAL

144. “A formação intelectual dos candidatos ao sacerdócio encontra a sua específica justificação na própria natureza do ministério ordenado e manifesta a sua urgência atual defronte o desafio da nova evangelização, a qual o Senhor chama a Igreja, no limiar do terceiro milênio. ‘Se já cada cristão – escrevem os Padres sinodais – deve estar pronto a defender a fé e a dar a razão da esperança que vive em nós’ (1Pd 3,15)<sup>101</sup>, com muito maior razão os candidatos ao sacerdócio e os presbíteros devem manifestar um diligente cuidado pelo valor da formação intelectual na educação e na atividade pastoral...” (PDV 51)<sup>102</sup>. Além disso, a situação atual, marcada simultaneamente por uma busca diversificada de expressões religiosas e por uma desconfiança nas capacidades da razão, e por uma mentalidade técnico-científica que ignora as questões éticas e religiosas, exige um nível excelente de formação intelectual. “Acrescente-se ainda que o atual fenômeno do pluralismo, bem acentuado não só no âmbito da sociedade humana, mas também no da própria comunidade eclesial, requer uma particular atitude de discernimento crítico: é um ulterior motivo que demonstra a necessidade de uma formação intelectual, a mais séria possível” (PDV 51)<sup>103</sup>.

145. “Esta motivação pastoral da formação intelectual confirma quanto se disse já sobre a unidade do processo educativo, nas suas diferentes dimensões. A obrigação do estudo, que preenche uma grande parte da vida de quem se prepara para o sacerdócio, não constitui de modo algum uma componente exterior e secundária do crescimento humano, cristão, espiritual e vocacional: na realidade, por meio do estudo, particularmente da Teologia, o futuro sacerdote adere à Palavra de Deus, cresce na sua vida espiritual e dispõe-se a desempenhar o seu ministério pastoral” (PDV 51)<sup>104</sup>. Por isso, é inaceitável a tendência a diminuir a seriedade e a exigência dos estudos, em razão da deficiente preparação dos candidatos ou por outros motivos. Mais do que nunca os fiéis têm direito à competência, clareza e profundidade daqueles que assumem a responsabilidade de

mestres na fé, no desempenho do ministério presbiteral (PDV 56)<sup>105</sup>. Para que se realize a unidade do processo educativo e a integração nele da formação intelectual, é imprescindível que os professores sejam autênticos formadores, preocupados com todas as dimensões o processo formativo e não apenas com a formação intelectual.

146. Para integrar bem a dimensão intelectual com outras dimensões, sobretudo a espiritual, vale citar São Boaventura: “Ninguém pense que lhe baste a leitura sem a unção, a especulação sem a devoção, a busca sem o assombro, a observação sem a exultação, a atividade sem a piedade, a ciência sem a caridade, a inteligência sem a humildade, o estudo sem a graça divina, a investigação sem a sabedoria da inspiração divina” (citado em PDV 53).

147. A finalidade pastoral da formação intelectual dos futuros presbíteros exige que ela tenha por base o estudo da teologia, entendida pelo Concílio Vaticano II como estudo da doutrina católica, à luz da fé e sob a direção do Magistério da Igreja, de modo que os estudantes possam “nela penetrar profundamente, torná-la alimento da própria vida espiritual, anunciá-la, expô-la e defendê-la no ministério” (OT 16)<sup>106</sup>. A teologia, por sua vez, exige o estudo da filosofia, que leva a uma compreensão mais profunda da pessoa humana, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus, e que contribui para despertar e educar a procura rigorosa da verdade. A filosofia, por sua vez, para uma compreensão mais profunda da pessoa e da sociedade, exige o estudo das ciências humanas, que também são de grande utilidade para o exercício realista, “encarnado”, do ministério pastoral (PDV 52)<sup>107</sup>.

148. Em outras palavras, uma formação intelectual sólida para o pastor exige que ele seja levado à uma compreensão adequada da realidade humana em que vive, à sua interpretação à luz da fé e a discernir as linhas de ação do seu próprio ministério. Esta exigência foi expressa, em muitos documentos da Igreja, no método ver-julgar-agir. Ele, porém, não deve ser aplicado mecanicamente, sem ter claros os objetivos e sem levar em conta a consistência própria de cada passo. O momento da interpretação teológica não depende do momento da análise da realidade de forma direta e a crítica, mas de outro lado seria perigoso construir a reflexão teológica sobre uma análise da realidade não explicitada e ingenuamente pressuposta. Assim também o “agir” não é mera consequência do “ver e julgar”, mas ao mesmo tempo é ponto de chegada da reflexão teórica e ponto de partida de novos questionamentos.

149. Os problemas metodológicos, intrínsecos às relações entre ciências humanas e sociais, filosofia e teologia, exigem por parte dos professores atenção crítica e atualização na escolha das problemáticas emergentes. Além disso, a formação intelectual do presbítero levanta numerosos desafios pedagógicos, que também exigem empenho constante por parte dos docentes e renovação dos métodos de ensino. Entre eles mencionamos:

- motivar os iniciantes quanto aos objetivos e à relevância do curso;
- educar ao estudo, ao rigor metodológico, à reflexão crítica;
- despertar o gosto pelo estudo e informação, motivando o estudante para que se eleve a um nível de compreensão e reflexão mais alto;
- procurar comunicar, de forma ordenada e orgânica, o que é realmente essencial e educar à capacidade de síntese, em face da multiplicidade das informações e da crescente especialização das diversas disciplinas;
- promover o crescimento conjunto dos estudos com a vida espiritual e pastoral, de modo que se alimentem mutuamente fé e vida; procurar uma correta interação entre teoria e prática;
- descobrir as raízes da cultura contemporânea, ajudando a discernir seus valores e ambigüidades, e para dialogar com as pessoas do seu tempo;
- prestar grande atenção à necessidade de inculturação da mensagem cristã, muitas vezes formuladas em termos de tradição latina ou ocidental, que devem ser adequadamente interpretados e inseridos em outros contextos culturais.

150. A partir das orientações acima acenadas, os estudos do Seminário Maior podem ser organizados de formas diferentes, respeitadas as exigências mínimas fixadas para a Igreja Universal e as orientações específicas aqui expostas. Consideradas as grandes diferenças culturais que existem no país, a assembléia regional dos bispos poderá elaborar diretrizes complementares a estas “Diretrizes Básicas”, estabelecendo adaptações específicas para a formação intelectual dos seminaristas na respectiva região.

151. As exigências mínimas são:

- dois anos de Curso Filosófico e quatro anos de Curso Teológico, ou um sexênio filosófico-teológico integrado;
- após o 2º grau completo, haja estudos literários e/ou científicos complementares no período propedêutico e ao longo do currículo filosófico-teológico (cf. Cap. III acima);
- o currículo filosófico-teológico sempre se inicie com um curso introdutório ao mistério de Cristo (OT 14; RFIS 62)<sup>108</sup>, quando não for incluído no propedêutico.

152. O setor “Seminários” da CNBB promova a publicação de um subsídio sobre os programas das disciplinas filosófico-teológicas, atualizando as orientações do caderno n. 51 dos “Estudos da CNBB”.

## 11. ESTUDOS DE FILOSOFIA E DAS CIÊNCIAS AFINS

153. Após um período de fortes questionamentos sobre a pertinência da mediação filosófica para os estudos teológicos, a Filosofia recupera, aos poucos, o seu devido espaço no processo de formação intelectual dos candidatos ao ministério presbiteral. Ela encontra na Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis* sólidos embasamentos para a formação intelectual do futuro presbítero. Afirma o Santo Padre: “um momento essencial da formação intelectual é o estudo da Filosofia que leva a uma compreensão e interpretação mais profunda da pessoa, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus” (PDV 52)<sup>109</sup>. Como poderá o futuro presbítero prescindir de instrumento tão eficaz no processo de discernimento da verdade? E “se não se está certo da verdade, como é possível pôr em jogo a própria vida inteira e ter força para interpelar, a sério, a vida dos outros”? (PDV 52)<sup>110</sup>.

154. Haja real empenho na organização do ensino das disciplinas científicas e filosóficas, necessárias para um estudo crítico da Teologia. Elas devem:

- levar a um conhecimento aprofundado da pessoa humana, da sociedade, do mundo e de Deus;
- estimular a compreensão e o diálogo com as formas de pensamento atuais;
- educar à reflexão crítica e à abertura aos novos conhecimentos, que com ritmo acelerado vêm questionando e enriquecendo o saber humano (PDV 52)<sup>111</sup>.

155. Os estudos filosóficos, mesmo quando constituírem um ciclo ou curso autônomo, estejam relacionados com o estudo da Teologia. Os estudantes sejam ajudados a descobrir o nexos existente entre os argumentos filosóficos e os mistérios da salvação (OT 15)<sup>112</sup>, de modo que integrem, na perspectiva da fé, a formação intelectual e percebam claramente seu sentido pastoral. Não pode faltar, durante o curso filosófico, a continuidade do estudo da Doutrina Católica, a partir do curso de Introdução ao Mistério de Cristo, que pode ser ministrado no Propedêutico (cf. n. 58)<sup>113</sup>, e visando preparar o estudante ao curso teológico.

156. Nos estudos filosóficos inclui-se necessariamente o estudo das ciências humanas e sociais (antropologia, sociologia, economia, política, psicologia, pedagogia, comunicação social, literatura, artes...) e a complementação da formação literário-científica (cf. parágrafo 58)<sup>114</sup>, de forma a não prejudicar o programa completo de filosofia. Por isso, procurar-se-á:

- estudar as noções essenciais e as orientações metodológicas básicas destas disciplinas;

- selecionar os temas de maior interesse, seja para a reflexão filosófica, seja para a futura ação pastoral (realidade latino-americana, temas regionais e outros);
- capacitar para a análise da realidade, em suas estruturas e dinamismos profundos, sem ficar na mera descrição dos fatos;
- não sobrecarregar o currículo normal, mas aproveitar também cursos de extensão, seminários, palestras complementares.

157. Juntamente com o estudo das ciências sociais e da filosofia, deve se proporcionar, aos futuros presbíteros, o estudo da doutrina social da Igreja, que ilumine criticamente as questões analisadas pelas ciências e contribua para a indicação de pistas de ação pastoral a serem aprofundadas no âmbito dos estudos teológicos (Puebla 472-474; CEC, A Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal, 1988)<sup>115</sup>.

158. Permita-se, aos alunos que o desejarem, dedicar-se a outros estudos ou desenvolver aptidões artísticas, sem prejuízo do curso de filosofia. A todos se dê um conhecimento da cultura brasileira e da mentalidade científico-tecnológica em seu impacto sobre a sociedade.

159. O ensino da filosofia deve abranger, através de um currículo ordenado, três aspectos principais:

- um bom conhecimento da história da Filosofia;
- ma apresentação sistemática e aprofundada dos tratados clássicos, na formulação que recebem hoje pelos bons autores;
- uma apresentação crítica das principais correntes da Filosofia contemporânea, especialmente daquelas que exercem mais influência sobre a cultura nacional e sobre as próprias correntes teológicas atuais, de modo que esse estudo contribua para melhor compreensão do pensamento e dos valores dos homens de hoje.

160. Recomenda-se que esses estudos tenham a duração de três anos (ou uma carga horária equivalente). Em hipótese nenhuma, poderão ser inferiores a dois anos (RFIS 61 e 70).

161. O currículo dos estudos filosóficos incluirá, como mínimo, as seguintes disciplinas e respectiva carga horária:

Metodologia Científica	30 horas/ aulas
Lógica	60 horas/ aulas
Teoria do Conhecimento e Filosofia das Ciências	90 horas/ aulas
História da Filosofia	240 horas/ aulas
Filosofia Geral: Problemas antropológicos	90 horas/ aulas
Filosofia Geral: Problemas metafísicos	90 horas/ aulas
Filosofia da Religião	60 horas/ aulas
Ética	90 horas/ aulas
Filosofia Social e política	90 horas/aulas
Filosofia da linguagem	60 horas/aulas
Psicologia	60 horas/aulas
Sociologia	60 horas/aulas
Introdução à Economia (ou história dos Sistemas Econômicos) Outras disciplinas (versando, principalmente, sobre a sociedade e cultura brasileira, política, comunicação social e pedagogia)	120 horas/aulas

162. A carga horária do currículo mínimo dos estudos filosóficos é de 1.200 horas, correspondentes a 20 horas semanais, durante 30 semanas, em dois anos.

**Nota:** Tanto a carga horária quanto o currículo proposto são “mínimos”. Segundo a praxe da Universidade Brasileira, é preciso distinguir currículo mínimo e currículo pleno. O

currículo “mínimo” é constituído por um conjunto de elementos (matérias ou disciplinas, carga horária, estágios...) que não podem faltar no currículo do Curso. O currículo “pleno” é o currículo efetivamente adotado por uma Escola Superior e que o aluno deve cumprir para concluir o Curso. Além do currículo mínimo, o currículo pleno inclui outros elementos (disciplinas, carga horária etc.), que a Escola julga necessários à boa formação de seus alunos e, principalmente, dispõe os diversos elementos do currículo segundo uma ordem pedagógica adequada ao contexto. Em resumo, o currículo mínimo é somente um elemento, embora normativo, obrigatório, do currículo pleno. Todo Seminário ou Instituto deverá elaborar seu currículo pleno, nele incluindo o currículo mínimo aqui estabelecido.

163. Na determinação do currículo pleno, incluam-se, além das disciplinas do currículo mínimo, as disciplinas complementares de formação artística e literária e os programas de formação religiosa, adequados à etapa de desenvolvimento intelectual do estudante. Sejam obrigatórios o estudo do latim, nos termos do cânon 249 do Código de Direito Canônico<sup>116</sup>, e o estudo de uma língua estrangeira moderna. Recomenda-se a iniciação ao uso da informática.

164. Essas orientações valem para os cursos de filosofia em Institutos eclesiásticos. O seminarista que realizar seus estudos filosóficos em faculdade não eclesiástica, receba formação complementar no Seminário, de modo a relacionar o estudo da filosofia com a fé cristã e a ação pastoral.

165. Sugere-se que o curso filosófico exija a elaboração de uma monografia ou de um trabalho de conclusão.

166. O currículo filosófico seja organizado de tal forma que facilite sua convalidação nos termos da legislação civil.

## 12. ESTUDOS TEOLÓGICOS

167. Os estudos teológicos devem ser realizados de modo a alcançar o objetivo proposto pelo Concílio Vaticano II, ou seja, “que os estudantes possam acuradamente haurir da Revelação divina a doutrina católica” (OT 16)<sup>117</sup>. Devem também levar o futuro presbítero a perceber claramente as conseqüências da Revelação divina com relação à missão da Igreja e ao compromisso dos cristãos pela transformação da sociedade (Puebla 325-327)<sup>118</sup>.

168. As exigências dos estudos teológicos se deduzem não somente das normas explícitas de *Optatum Totius*; nem de seus comentários oficiais, mas de todo o conjunto da reflexão teológica do Concílio. Esta se caracteriza por importantes opções de conteúdo e de método. Ela é, antes de tudo, pastoral e a serviço da evangelização do mundo contemporâneo, com o qual procura o diálogo. Ela propõe, de forma positiva, as grandes verdades da Revelação cristã, mas numa linguagem que as torne compreensíveis ao homem de hoje. Alimenta-se nas fontes: a Escritura, os Padres, a Tradição viva da Igreja, que também se manifesta no “sensus fidei” do povo cristão (LG 12). Faz da Sagrada Escritura a “alma de toda a teologia”. Mas tem consciência do problema hermenêutico ou da necessidade de “traduzir” o significado dos dogmas cristãos no contexto da cultura atual. Tem uma dimensão ecumênica, de diálogo com as outras Igrejas cristãs, com as religiões e com o humanismo ateu. O programa teológico do Concílio é exigente, mas particularmente adequado à formação dos futuros pastores, aos quais propõe uma teologia não separada da vida espiritual e do ministério pastoral, do desenvolvimento e aprofundamento de uma fé cristã empenhada no mundo. (Recomenda-se especialmente o estudo e aplicação diligente do documento da CEC, *A Formação Teológica dos Futuros Padres*, 22.02.1976).

169. A formação teológica deve estar integrada no conjunto da formação intelectual e, principalmente, com a totalidade da vida do Seminário. Exige também organização didática adequada (cf. adiante cap. XIII) e sério empenho do corpo docente para que a

amplitude de horizonte não resvale em dispersão dos estudos e a multiplicidade de interesses não impeça uma síntese orgânica e sólida.

170. A formação teológica deve levar o candidato ao presbiterato “a possuir uma visão das verdades reveladas por Deus em Jesus Cristo e da experiência de fé da Igreja que seja completa e unitária: daqui a dúplice exigência de conhecer “todas “ as verdades cristãs, sem fazer opções arbitrárias, e de as conhecer de modo orgânico” (PDV 54).

171. Os estudos teológicos devem totalizar ao menos um quadriênio completo (RFIS 76; CDC 250) ou contar com uma carga horária equivalente, caso estejam integrados com o Curso de Filosofia.

172. O currículo dos estudos teológicos incluirá, como mínimo, as seguintes matérias e respectiva carga horária:

Sagrada Escritura (Introdução e Exegese)	450 horas/ aulas
Teologia Sistemática (Fundamental e Dogmática)	600 horas/ aulas
Teologia Moral	300 horas/ aulas
Teologia Espiritual	45 horas/ aulas
História da Igreja	240 horas/ aulas
Patrologia	60 horas/ aulas
Liturgia	120 horas/ aulas
Missiologia e Pastoral	180 horas/ aulas
Direito Canônico	120 horas/aulas
Ecumenismo	45 horas/aulas
Disciplinas que possam auxiliar a formação Pastoral (tais como: Psicologia da Religião, Sociologia da Religião, Pastoral da Comunicação, Homilética, Pastorais especializadas, Administração Paroquial etc.)	240 horas/aulas

173. A carga horária do currículo mínimo dos estudos teológicos é de 2.400 horas, correspondentes a 20 horas semanais, durante 30 semanas, em 4 anos.

174. Recomenda-se o estudo das línguas bíblicas: grego e hebraico.

175. O curso teológico seja concluído com a apresentação de uma síntese escrita ou oral.

176. Além do currículo e das indicações fundamentais já assinaladas, os estudos teológicos terão como referências ou perspectiva as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, publicadas periodicamente pelo episcopado brasileiro.

177. O Diaconato seja conferido, somente, após o término do terceiro ano de Teologia. A ordenação presbiteral seja conferida, após o exercício da ordem diaconal, por tempo conveniente, terminado o currículo filosófico-teológico (CDC 1032 § 2º).

### 13. ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS E DIDÁTICA

178. O Decreto Optatum Totius recomenda principalmente dois cuidados na organização dos estudos: a reformulação dos métodos didáticos e “a unidade e solidez” da formação intelectual. Este objetivo não se alcança somente através de currículos e programas cuidadosamente elaborados, de modo que evitem “a multiplicação de disciplinas e as questões de pouca monta”, como quer o Concílio, concentrando-se num conteúdo doutrinário substancioso e orgânico e nas questões de real interesse pastoral (OT 17). Exige também que o corpo docente trabalhe de forma integrada, num processo coletivo e permanente de planejamento e revisão do ensino, de avaliação de seus resultados, de atualização de métodos e programas.



Para dinamizar este processo haja um coordenador dos estudos e reuniões periódicas do corpo docente. Os professores tenham em conta que também são formadores. Por isso, não devem se fechar numa mera preocupação acadêmica com sua própria disciplina, mas viva em espírito eclesial, participando do conjunto do processo formativo (VMPPV 292; CDC 254 § 1º; PDV 67).

179. Os métodos didáticos devem prever uma oportuna e equilibrada alternância de aulas expositivas e de trabalhos dos alunos, em que estes possam se exercitar gradativamente no estudo, na pesquisa, no debate das questões intelectuais e pastorais. Em particular, a partir da formação doutrinária básica e complementando-a, o estudante deve se exercitar na análise de situações e problemas concretos, na formação do juízo crítico, no discernimento das implicações doutrinárias e pastorais, na compreensão da cultura popular, no diálogo e na comunicação com pessoas e grupos diversos.

180. O estudante deve ser educado ao uso da biblioteca e dos instrumentos bibliográficos e de pesquisa científica adequados a seu programa de estudos e ao seu futuro ministério. Acompanhe, desde já, alguns periódicos de teologia e pastoral, que durante a vida ministerial serão subsídios indispensáveis para as suas tarefas e a sua atualização. Os principais Institutos Filosófico-Teológicos procurem coordenar seus esforços para organizar e divulgar, através de oportunas publicações, subsídios didáticos e bibliográficos necessários para manter e desenvolver a qualidade e o rigor dos estudos.

181. Os estudos filosófico-teológicos sejam organizados de tal forma que o desempenho dos estudantes seja avaliado freqüentemente. Prepare-se o estudante a enfrentar as justas exigências e sérios desafios que surgem do próprio trabalho pastoral, na sociedade de hoje, que requer do pastor competência doutrinária e intelectual.

182. A Conferência Nacional dos bispos, com a colaboração da Organização dos Seminários (OSIB) e dos Institutos Filosófico-Teológicos mais qualificados, publique periodicamente orientações mais detalhadas sobre conteúdos, métodos e bibliografia para os estudos filosófico-teológicos (como fez com o n. 51 da coleção "Estudos da CNBB").

### **3ª SEÇÃO: FORMAÇÃO PERMANENTE E FORMAÇÃO DOS FORMADORES**

#### **14. FORMAÇÃO PERMANENTE**

183. Já o Concílio Vaticano II (OT 22) e a Ratio (RFIS 100) recomendavam a continuação e o aperfeiçoamento da formação do presbítero não só nos primeiros anos após a ordenação, mas durante a vida inteira. Esta formação permanente torna-se cada dia mais necessária e foi recomendada vivamente por nosso Episcopado (VMPPV 349). Mais recentemente, a Exortação Pastores Dabo Vobis confirmou e urgiu a continuidade da formação dos presbíteros (PDV 6) e a Congregação para o Clero ofereceu preciosas orientações no cap. III do Diretório para o Ministério e Vida do Presbítero.

184. A Formação permanente é um imperativo que se impõe como processo de crescimento de todo ser humano. Para os presbíteros, ela encontra seu fundamento próprio e sua motivação original no dinamismo do ministério da evangelização (PDV 70). A complexidade e diversificação social, cultural e técnico-científica do País também exigem que a formação básica dos presbíteros seja prolongada numa formação especializada. Esta estará voltada para a ação pastoral em determinados ambientes ou setores da sociedade, inclusive nos organismos pastorais e movimentos de leigos e poderá incluir, além de estudos avançados de teologia, aperfeiçoamento em ciências humanas e artes.

185. A formação inicial e a permanente devem estar integradas de tal modo que não haja ruptura entre tempo de formação no seminário e aquela que se faz necessária durante o exercício do ministério. Cada Diocese ou Regional deve programar e organizar

cursos e outras modalidades de formação permanente dos quais os presbíteros têm obrigação de participar.

186. Dada a variedade das situações diocesanas e regionais no Brasil, não é possível traçar aqui normas práticas comuns. Impõem-se, contudo, algumas diretrizes básicas e gerais:

- o sujeito da formação permanente é a própria pessoa do presbítero: nada poderá substituir seu empenho livre e convicto; o próprio exercício do ministério será uma oportunidade de formação continuada, se transforma em fé viva o que lê, ensina o que crê, e procura realizar o que ensina (PDV 24 e 72);
- o método fundamental é a reflexão sobre a prática, a partir das experiências diárias da vida, vistas à luz da Palavra de Deus, em busca de constante conversão, aprofundamento, nova aprendizagem;
- a comunidade dos presbíteros da diocese é o primeiro ambiente de formação com todas as reuniões, encontros fraternos ou festivos, celebrações, exercícios espirituais e na colaboração para o serviço pastoral; instrumentos eficazes de formação e exercício comunitário do ministério são também as associações e fraternidades presbiterais (PDV 81);
- lugar privilegiado da formação permanente é também o ambiente pastoral, no qual o presbítero exerce seu ministério, sabendo dar e receber, falar e escutar, caminhando e aprendendo com o seu povo, no dia-a-dia;
- nos primeiros anos após a ordenação, em continuidade com a formação do Seminário, é oportuno que o bispo promova encontros periódicos com os padres novos, que lhes possibilitem troca de experiências, reflexão crítica sobre a ação pastoral, atualização teológica e cultural e – não menos importante – acompanhamento espiritual e convivência fraterna;
- a Diocese, com a cooperação dos organismos da CNBB, deve oferecer, a todos os padres, estímulos e oportunidades de atualização ou reciclagem, sob diversas formas:
  - \* seminários ou cursos intensivos sobre assuntos de atualidade teológica ou pastoral;
  - \* cursos de atualização;
  - \* ano de reciclagem ou ano sabático;
  - \* especialização;
  - \* experiências temporárias em áreas de missão.

187. Convém que o conselho presbiteral, com a aprovação do bispo Diocesano, indique um presbítero ou uma equipe responsável por viabilizar o programa de formação permanente dos presbíteros.

188. A importância da atualização é tal que, se preciso for, por ela se deverá sacrificar, temporariamente, o serviço a uma comunidade (VMPPV 348). Pois, a atualização é um ato que expressa a fidelidade do presbítero a seu ministério, e o seu amor ao Povo de Deus, destinatário da Palavra e da Caridade Pastoral (PDV 70).

189. O gosto pela formação permanente e a contínua atualização dos estudos devem ser despertados no futuro presbítero, desde o Seminário, inclusive através da educação à leitura, à informação sistemática, à reflexão pastoral, ao uso dos meios de comunicação adequados e à sadia distribuição do próprio tempo de trabalho e lazer.

190. Na Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis*, o Santo Padre, retomando a Encíclica *Redemptoris Missio*, insiste: “Todos os sacerdotes devem ter um coração e uma mentalidade missionária, devem estar abertos às necessidades da Igreja e do mundo, atentos aos mais afastados e, sobretudo, aos grupos não cristãos do próprio ambiente. Na oração e, em particular, no sacrifício eucarístico, sintam a solicitude de toda a Igreja por toda a humanidade” (PDV 32). Por isso, durante a reciclagem, sobretudo para os presbíteros mais novos, organizem-se cursos de animação missionária, ou destaque-se a dimensão missionária da vida presbiteral.

## 15. FORMAÇÃO DOS FORMADORES

191. A urgência na formação de presbíteros qualificados para o trabalho pastoral no mundo de hoje contrasta com a escassez de formadores e com a defasagem que se nota, em muitos Seminários e Institutos, entre nossos métodos de ensino e aprendizagem e as exigências de renovação pedagógica (Diretrizes sobre a Preparação dos Educadores nos Seminários – DPES 6-11). Por isso, a Igreja no Brasil deverá empenhar-se, de modo especial, na escolha e qualificação de presbíteros capazes que assumam, com espírito de oblação, a tarefa ingente da formação.

192. O presbitério, com o bispo, escolha e prepare presbíteros para trabalhar como educadores, na formação dos futuros padres, considerando essa missão pastoral das mais necessárias e urgentes.

193. Evite-se a improvisação na escolha de formadores e professores, e procure-se conseguir a colaboração de religiosos (as) e leigos (as), formados em filosofia e teologia, como professores dos seminários.

194. A preparação dos educadores (reitores, diretores espirituais, professores, supervisores dos estágios pastorais) destinados à formação dos futuros presbíteros, exige um investimento, humano e financeiro, cada vez maior, proporcional às necessidades de cada diocese. Neste sentido, superando o imediatismo da urgência do Povo de Deus em suas comunidades, é preciso planejar a longo prazo, investindo agora na formação dos formadores.

195. Na escolha dos formadores leve-se em conta os seguintes critérios: espírito de fé e testemunho de vida, manifestados na alegria da dedicação total a Cristo e à sua Igreja; sentido e experiência pastoral; espírito de comunhão e disposição para trabalho em equipe; maturidade humana e equilíbrio psíquico; capacidade de amar e ser amado, manifestada na atitude de paternidade espiritual para com os formandos; disponibilidade para ouvir e dialogar; atitude positiva e crítica diante da cultura atual (DPES 26-42).

196. Além da diversidade de cursos oferecidos no país e no exterior, as Dioceses poderão contar com o serviço da Conferência Nacional dos bispos do Brasil, que, junto com a Organização dos Seminários e Institutos (OSIB), continuará promovendo cursos de aperfeiçoamento e atualização para os formadores, inclusive de seminários menores e propedêuticos, bem como cursos básicos no campo doutrinal, pastoral, humano-afetivo, espiritual, pedagógico e intelectual, levando em conta as linhas fundamentais da formação sugeridas pelos documentos da Igreja (DPES 53-59).

197. Os formadores dos Seminários e Institutos, quer diocesanos quer religiosos, sejam incentivados a participar dos encontros da OSIB, entidade que serve para troca de experiências, estudos de temas ligados à sua tarefa, formação permanente dos formadores e atualização teológico-pastoral-pedagógica.

198. As Dioceses e Congregações Religiosas cuidem de encaminhar para estudos científicos ou de pós-graduação, em Universidade do País ou do exterior, um conveniente número de presbíteros, humana e intelectualmente dotados, com experiência pastoral, amor à Igreja e séria vida espiritual, que possam preparar-se para a formação e o magistério, antes de tudo nos Seminários e Institutos Teológicos. Valorize-se o Colégio Pio Brasileiro, mantido em Roma pelo nosso Episcopado para facilitar a realização dos estudos de especialização e pós-graduação por parte de candidatos idôneos, consideradas, também, a qualidade e a variedade dos cursos oferecidos pelas Universidades Romanas.

## **ANEXO: PLANO PROGRESSIVO E INTEGRADO DE OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PRESBITERAL (cf. n. 92)**

### **METAS CONCRETAS:**

**1 - OBJETIVO GERAL:** Formação da Pessoa**Dimensões:****a) Pastoral (Eixo Intefrador):***Identidade pessoal:*

Desenvolver a capacidade de escuta: primeira condição para o serviço à comunidade.

*Convivência comunitária:*

Convivência integrada, participando de grupos e movimentos.

*Inserção social:*

Ser serviçal. Assumir iniciativas de organização e planejamento de comunidade. Aprender a administrar conflitos.

**b) Humano/Afetiva:***Identidade pessoal:*

Buscar a maturidade pessoal em Jesus Cristo. Conhecer-se. Identificar-se com Jesus e seus valores.

*Convivência comunitária:*

Ser pessoa em comunidade. Adquirir motivações baseadas nos valores evangélicos e capacidade de julgar à luz dos mesmos.

*Inserção social:*

Capacitar-se ao relacionamento com os outros, com o diferente.

**c) Comunitária:***Identidade pessoal:*

Estar vigilante face ao individualismo, consumismo e hedonismo.

*Convivência comunitária:*

Motivar para a vida comunitária. Respeito mútuo baseado na fé.

*Inserção social:*

Analisar a si, a comunidade e a realidade social, levando em conta os conflitos. Conhecer os motivos do passivismo e ativismo.

**d) Espiritual:***Identidade pessoal:*

Iniciação à Contemplação. Leitura da vida dos santos. Exercício: escrever e partilhar o que se contempla.

*Convivência comunitária:*

Castidade como abertura ao Reino. Espiritualidade da comunidade de Jesus Cristo. Acompanhamento e direção espiritual.

*Inserção social:*

Pobreza como serviço e solidariedade com os pobres. Espiritualidade do seguimento e da cruz.

**e) Intelectual:***Identidade pessoal:*

Conhecimentos gerais. Formação artística/literária. Estudo de línguas. Introdução à história e ao mistério de Jesus Cristo.

*Convivência comunitária:*

Filosofia. Ciências da pessoa. Introdução à história e ao mistério da Igreja.

*Inserção social:*

Ciências Sociais. Análise da realidade. Relação entre razão e fé.

## **2 - OBJETIVO ESPECÍFICO: Formação do Presbítero**

### **Dimensões:**

#### **a) Pastoral (Eixo Intefrador):**

*Ministério da Palavra:*

Exercício de Comunicação e Homilética. Pastoral do Aconselhamento Pessoal. Acentuação missionária.

*Ministério da Liturgia:*

Exercício da presidência de Celebrações da Palavra e outras formas celebrativas.

*Ministério do Pastoreio:*

Valorização dos ministérios leigos. Pastorais Sociais.

#### **b) Humano/Afetiva:**

*Ministério da Palavra:*

Internalizar os valores do Evangelho. Educar-se para o diálogo: sair de si e ir ao outro.

*Ministério da Liturgia:*

Celebrar a vida pessoal e comunitária no mistério de Cristo e da Igreja.

*Ministério do Pastoreio:*

Realizar-se como pessoa no exercício do Pastoreio.

#### **c) Comunitária:**

*Ministério da Palavra:*

Leitura comunitária da Bíblia. Correção fraterna à luz do Evangelho.

*Ministério da Liturgia:*

Celebração comunitária da Eucaristia, da Reconciliação e da Liturgia das Horas.

*Ministério do Pastoreio:*

Abertura à fraternidade presbiterial e à pastoral de conjunto da Diocese.

#### **d) Espiritual:**

*Ministério da Palavra:*

Espiritualidade da vontade de Deus. Espiritualidade Mariana. Leitura Orante da Bíblia.

*Ministério da Liturgia:*

Espiritualidade da Eucaristia e da Reconciliação. Obediência à Igreja.

*Ministério do Pastoreio:*

Obediência ao Espírito. Espiritualidade do serviço e da caridade pastoral.

#### **e) Intelectual:**

*Ministério da Palavra:*

Fundamentos teológicos de Evangelização e Catequese.

*Ministério da Liturgia:*

Fundamentos teológicos da Celebração da Liturgia.

*Ministério do Pastoreio:*

Fundamentos teológicos para a ação pastoral do presbítero.

NB.: É bom ter presente que o *Plano Progressivo e Integrado de Objetivos da Formação Presbiteral* apresenta elementos essenciais de formação presbiteral. Não há etapas estanques. Supõe-se que para se atingir os objetivos específicos, tenha-se alcançado os gerais. Estes, porém, serão permanentes para a vida do presbítero.

**Nota:1**

Em 1960, havia no Brasil um padre para 6230 habitantes; em 1991, um padre para cerca de 10200 habitantes.

**Nota:2**

Sobre os desafios da formação e do ministério presbiteral hoje, veja também os nn. 6 (esperanças) e 7 (obstáculos) da PDV.

**Nota:3**

**PDV, 5:** "Todo sumo sacerdote, escolhido dentre os homens, é constituído a favor dos homens nas coisas que dizem respeito a Deus (Hb 5,1).

A Carta aos Hebreus afirma claramente a humanidade do ministro de Deus: ele vem dos homens e está ao serviço dos homens, imitando Jesus Cristo, ele mesmo provado em todas as coisas, exceto no pecado (Hb 4,15).

Deus chama sempre os seus sacerdotes, a partir de determinados contextos humanos e eclesiais, com os quais estão inevitavelmente conotados e aos quais são mandados para o serviço do Evangelho de Cristo.

Por este motivo o Sinodo contextualizou o tema dos sacerdotes, inserindo-o na Igreja e na sociedade de hoje em dia e abrindo-o às perspectivas do terceiro milênio, como, de resto, resulta da própria formulação do tema: A formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais.

Certamente, há uma fisionomia essencial do sacerdote, que não muda: o padre de amanhã, não menos que o de hoje, deverá assemelhar-se a Cristo. Quando vivia na Terra, Jesus ofereceu em si mesmo o rosto definitivo do presbítero, realizando um sacerdócio ministerial do qual os apóstolos foram os primeiros a ser investidos; aquele é destinado a perdurar, a reproduzir-se incessantemente em todos os períodos da história. O presbítero do terceiro milênio será, neste sentido, o continuador dos padres que, nos precedentes milênios, animaram a vida da Igreja. Também no ano 2000, a vocação sacerdotal continuará a ser o chamamento a viver o único e permanente sacerdócio de Cristo. Mas é igualmente certo que a vida e o ministério do sacerdote se deve adaptar a cada época e a cada ambiente de vida (...). De nossa parte, devemos, por isso, procurar abrir-nos, o mais possível, à superior iluminação do Espírito Santo, para descobrir as orientações da sociedade contemporânea, reconhecer as necessidades espirituais mais profundas, determinar as tarefas concretas mais importantes, os métodos pastorais a adotar, e assim responder de modo adequado às expectativas humanas.

Devendo conjugar a verdade permanente do ministério presbiteral com as solicitações e as características de hoje, os Padres sinodais procuraram responder a algumas perguntas necessárias: que problemas e, ao mesmo tempo, que estímulos positivos o atual contexto sociocultural e eclesial suscita nas crianças, nos adolescentes e nos jovens que devem amadurecer um projeto de vida sacerdotal, para toda a existência? Que dificuldades e que novas possibilidades oferece o nosso tempo para o exercício de um ministério sacerdotal coerente com o dom do sacramento recebido e com a exigência de uma vida espiritual correspondente?

Proponho-vos, agora, alguns elementos de análise da situação que os Padres sinodais desenvolveram, bem consciente, porém, de que a grande variedade das circunstâncias socioculturais e eclesiais presentes nos diversos países aconselha a assinalar só os fenômenos mais profundos e mais difundidos, em particular os que se relacionam com os problemas educativos e com a formação sacerdotal".

**Nota:4**

**PDV, 12:** "A identidade sacerdotal - escreveram os Padres sinodais - como toda e qualquer identidade cristã, encontra na Santíssima Trindade a sua própria fonte, que se revela e autocomunica aos homens em Cristo, constituindo nele e por meio do Espírito a Igreja como germe, e início do Reino. A Exortação Christifideles Laici sintetizando a doutrina conciliar, apresenta a Igreja como mistério, comunhão e missão: ela é mistério porque o amor e a vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo constituem o dom absolutamente gratuito oferecido a quantos nasceram da água e do Espírito (cf. Jo 3,5), chamados a reviver a própria comunhão de Deus e a manifestá-la e comunicá-la na história (missão).

É no interior do mistério da Igreja como comunhão trinitária em tensão missionária, que se revela a identidade cristã de cada um e, portanto, a específica identidade do sacerdote e do seu ministério. O presbítero, de fato, em virtude da consagração que recebe pelo sacramento da Ordem, é enviado pelo Pai, através de Jesus Cristo, ao qual como Cabeça e Pastor do seu povo é configurado, de modo especial, para viver e atuar, na força do Espírito Santo, ao serviço da Igreja e para a salvação do mundo.

Assim se pode compreender a conotação essencialmente relacional da identidade do presbítero: mediante o sacerdócio, que brota das profundezas do mistério de Deus, ou seja, do amor do Pai, da graça de Jesus Cristo e do dom de unidade do Espírito Santo, o presbítero é inserido sacramentalmente na comunhão com o bispo e com os outros presbíteros, para servir o Povo de Deus, que é a Igreja, e atrair todos a Cristo, segundo a oração

do próprio Senhor: Pai santo, guarda em teu nome aqueles que me deste, para que sejam um só como nós (...). Como tu, ó Pai estás em mim e eu em ti, assim eles estejam em nós, para que o mundo acredite que tu me enviaste (Jo 17,11. 21).

Não se pode, então, definir a natureza e a missão do sacerdócio ministerial, senão nesta múltipla e rica trama de relações, que brotam da Trindade Santíssima e se prolongam na comunhão da Igreja como sinal e instrumento, em Cristo, da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Neste contexto, a eclesiologia de comunhão torna-se decisiva para explicar a identidade do presbítero, a sua dignidade original, a sua vocação e missão no seio do Povo de Deus e do mundo. De fato, a referência à Igreja é necessária, mesmo se não prioritária, na definição da identidade do presbítero. Enquanto mistério, a Igreja é essencialmente relativa a Jesus Cristo: é, de fato, a plenitude, o Corpo, a Esposa dele. É o sinal e o memorial vivo da sua permanente presença e ação entre nós e para nós. Por isso, o presbítero encontra a verdade plena da sua identidade no fato de ser uma derivação, uma participação específica e uma continuação do próprio Cristo, sumo e único Sacerdote da nova e eterna Aliança: ele é uma imagem viva e transparente de Cristo Sacerdote. O sacerdócio de Cristo, expressão da sua absoluta novidade na história da salvação, constitui a fonte única e o insubstituível paradigma do sacerdócio do cristão, e, especialmente, do presbítero. A referência a Cristo é, então, a chave absolutamente necessária para a compreensão das realidades sacerdotais”.

#### **Nota:5**

**PDV, 13-15:** “**13.** Jesus Cristo revelou em si mesmo a face perfeita e definitiva do sacerdócio da nova aliança: fê-lo em toda a sua vida terrena, mas sobretudo no evento central da sua paixão, morte e ressurreição.

Como escreve o autor da Carta aos Hebreus, Jesus, sendo homem como nós e, ao mesmo tempo, o Filho unigênito de Deus, é, no seu próprio ser, o mediador perfeito entre o Pai e a humanidade (cf. Hb 8,9), aquele que abre o acesso imediato a Deus, graças ao dom do Espírito: Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho que clama: Abba, ó Pai! (Gl 4,6; cf. Rm 8,15).

Jesus leva à plena atuação o seu ser mediador, através da oferta de si mesmo na cruz, pela qual nos abre, de uma vez por todas, o acesso ao santuário celeste, à casa do Pai (cf. Hb 9,24-28). De frente a Jesus, Moisés e todos os mediadores do Antigo Testamento entre Deus e o seu povo - os reis, os sacerdotes e os profetas - aparecem apenas como figuras e sombras dos bens futuros e não como a própria realidade (cf. Hb 10,1).

Jesus é o Bom Pastor pré-anunciado (cf. Ez 34), aquele que conhece as suas ovelhas uma a uma, que dá a sua vida por elas e que a todos quer reunir num só rebanho sob um único pastor (cf. Jo 10,11-16). É o pastor que veio não para ser servido mas para servir (Mt 20,28), que, na ação pascal do lava-pés (Jo 13,1-20), deixa aos seus o modelo de serviço que deverão realizar uns aos outros, e que livremente se oferece como cordeiro inocente imolado para a nossa redenção (cf. Jo 1,36; Ap 5,6. 12).

Com o único e definitivo sacrifício da cruz, Jesus comunica a todos os seus discípulos a dignidade e a missão de sacerdotes da nova e eterna Aliança. Cumpre-se, assim, a promessa que Deus fizera a Israel: Sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa (Êx 19,6). É todo o povo da Nova Aliança - escreve São Pedro - a ser constituído como um edifício espiritual, um sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus, por meio de Jesus Cristo (1Pd 2,5). Os batizados são as pedras vivas, que constroem o edifício espiritual, unindo-se a Cristo Pedra viva (...) escolhida e preciosa diante de Deus (1Pd 2,4-5). O novo povo sacerdotal, que é a Igreja, não só tem em Cristo a sua própria e autêntica imagem, mas dele recebe também uma participação real e ontológica do seu eterno e único sacerdócio, ao qual o mesmo povo se deve transformar em toda a sua vida.

**14.** Para o serviço deste sacerdócio universal da Nova Aliança, Jesus chama a si, no decurso da sua missão terrena, alguns discípulos (cf. Lc 10,1-12) e, com um mandato específico e autorizado, chama e constitui os Doze, para que estivessem com ele, e para os enviar a pregar, e para que tivessem o poder de expulsar os demônios (Mc 3,14-15).

Por isso, já durante o seu ministério público (cf. Mt 16,18) e depois em plenitude, após a morte e ressurreição (cf. Mt 28,16-20; Jo 20; 21), Jesus confere a Pedro e aos Doze poderes particulares relativamente à futura comunidade e à evangelização de todos os povos. Depois de os ter chamado a segui-lo, tem-nos a seu lado e vive com eles, proporcionando-lhes com o exemplo e com a palavra a sua doutrina de salvação e, por fim, envia-os a todos os homens. Para levar a cabo esta missão, Cristo confere aos apóstolos, em virtude de uma específica efusão pascal do Espírito Santo, a mesma autoridade messiânica que lhe vem do Pai e lhe é conferida em plenitude na Ressurreição: Foi-me dado todo o poder no céu e na Terra. Ide, pois, e ensinai todas as nações batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar tudo o que vos mandei. E eis que estou convosco todos os dias até ao fim do mundo (Mt 28,18-20).

O Senhor estabelece, assim, uma estreita conexão entre o ministério confiado aos Apóstolos e a sua própria missão: Quem vos acolhe, acolhe-me a mim, e quem me acolhe, acolhe aquele que me enviou (Mt 10,40); Quem vos ouve, a mim ouve, e quem vos despreza, a mim despreza. E quem me despreza, despreza aquele que me enviou (Lc 10,16). Mais ainda, o quarto evangelho, à luz do acontecimento pascal da morte e ressurreição, afirma com grande força e clareza: Como o Pai me enviou, assim eu vos envio (Jo 20,21; cf. 13,20; 17,18). Como Jesus tem uma missão que lhe vem diretamente de Deus e que concretiza a própria autoridade de Deus (cf. Mt 7,29; 20,23; Mc 1,27; 10,28; Lc 20,2; 24,19), assim também os apóstolos têm uma missão que lhes vem de Jesus. E como o Filho nada pode fazer por si mesmo (Jo 5,19), pois a doutrina que prega não é dele, mas daquele que o enviou (cf. Jo 7,16), assim também Cristo diz aos apóstolos: sem mim nada podereis fazer (Jo 15,5): a sua missão não é deles, mas é a própria missão de Jesus. E isto é possível não a partir de forças humanas, mas só com o dom de Cristo e do seu Espírito mediante o sacramento: Recebei o Espírito Santo; a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados, e a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos (Jo 20,22-23). Assim, não por qualquer mérito particular deles, mas apenas pela participação da graça de Cristo, os apóstolos prolongam na história, até à consumação dos tempos, a mesma missão de salvação de Jesus em favor dos homens.

Sinal e pressuposto da autenticidade e da fecundidade desta missão é a unidade dos apóstolos com Jesus e, nele, entre si mesmos e o Pai, tal como testemunha a Oração sacerdotal do Senhor, síntese da sua missão (cf. Jo 17,20-23).

**15.** Por sua vez, os apóstolos constituídos pelo Senhor associarão progressivamente à sua missão, de formas diversas, mas no fim convergentes, outros homens como bispos, presbíteros e diáconos para cumprir o mandato de Jesus ressuscitado que os enviou a todos os homens de todos os tempos.

O Novo Testamento é unânime no sublinhar que foi o próprio Espírito de Cristo a introduzir, no ministério, estes homens, escolhidos de entre os irmãos. Por meio do gesto da imposição das mãos (cf. At 6; 1Tm 4,14; 5,22; 2Tm 1,6), que transmite o dom do Espírito, eles são chamados e habilitados a continuar o mesmo ministério de reconciliar, de apascentar o rebanho de Deus, e de ensinar (cf. At 20,28; 1Pd 5,2).

Portanto, os presbíteros são chamados a prolongar a presença de Cristo, único e sumo Pastor, atualizando o seu estilo de vida e tornando-se como que a sua transparência no meio do rebanho a eles confiado. Assim se lê, de modo claro e preciso, na Primeira Carta de Pedro: Recomendo aos presbíteros que estão entre vós, eu, presbítero como eles, testemunha dos sofrimentos de Cristo e participante da glória que se deve manifestar: apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado, olhando por ele não constrangidos, mas de boa vontade segundo Deus, não por ganância, mas por dedicação; não como dominadores sobre aqueles que vos foram confiados, antes tornando-vos modelo do rebanho. E quando aparecer o supremo Pastor recebereis a coroa eterna da glória (1Pd 5,1-4).

Os presbíteros são, na Igreja e para a Igreja, uma representação sacramental de Jesus Cristo Cabeça e Pastor, proclamam a sua palavra com autoridade, repetem os seus gestos de perdão e oferta de salvação, nomeadamente com o Batismo, a Penitência e a Eucaristia, exercitam a sua amável solicitude, até ao dom total de si mesmos, pelo rebanho que reúnem na unidade e conduzem ao Pai por meio de Cristo no Espírito. Numa palavra, os presbíteros existem e agem para o anúncio do Evangelho ao mundo e para a edificação da Igreja em nome e na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor.

Este é o modo típico e próprio pelo qual os ministros ordenados participam do único sacerdócio de Cristo. O Espírito Santo, mediante a unção sacramental da Ordem, configura-os, por um título novo e específico, a Jesus Cabeça e Pastor, confirma e anima-os com a sua caridade pastoral e coloca-os na Igreja na condição de servidores do anúncio do Evangelho a toda a criatura, e da plenitude de vida cristã para todos os batizados.

A verdade do presbítero tal qual emerge da Palavra de Deus, ou seja, do próprio Jesus Cristo e do seu desígnio constitutivo da Igreja, é assim cantada, com jubilosa gratidão, pela Liturgia no Prefácio da Missa do Crisma: Com a unção do Espírito Santo, constituíste o vosso Filho Pontífice da nova e eterna Aliança, e quisestes que o seu único sacerdócio fosse perpetuado na Igreja. Ele comunica o sacerdócio real a todo o povo dos redimidos e com amor de predileção escolhe alguns de entre os irmãos que, mediante a imposição das mãos, faz participantes do seu ministério de salvação. Vós quereis que em seu nome renovem o sacrifício redentor, preparem para vossos filhos o banquete pascal, e, servos primorosos do vosso povo, o alimentem com a vossa palavra e o santifiquem com os sacramentos. Vós lhes propoñdes Cristo como modelo, para que, oferecendo a vida por vós e pelos irmãos, se esforcem por se conformar à imagem de vosso Filho e dêem testemunho de fidelidade e de amor generoso".

#### **Nota:6**

**PDV, 16-18:** "16. O sacerdote tem como referência fundamental o relacionamento com Jesus Cristo Cabeça e Pastor: ele, de fato, participa, de modo específico e autorizado, na consagração/unção e na missão de Cristo (cf. Lc 4,18-19). Mas, intimamente ligada àquela, encontra-se a relação com a Igreja. Não se trata de relações simplesmente justapostas, mas profundamente unidas numa espécie de mútua imanência. A referência à Igreja inscreve-se na única e mesma referência do sacerdote a Cristo, no sentido que é a representação sacramental de Cristo a fundamentar e animar o relacionamento e referência do sacerdote à Igreja.

Neste sentido, escreveram os Padres sinodais: Enquanto representa Cristo Cabeça, Pastor e Esposo da Igreja, o sacerdote coloca-se não apenas na Igreja, mas também perante a Igreja. O sacerdócio, enquanto unido à Palavra de Deus e aos sinais sacramentais a cujo serviço se encontra, pertence aos elementos constitutivos da Igreja. O ministério do presbítero existe em favor da Igreja; é para a promoção do exercício do sacerdócio comum de todo o Povo de Deus; ordena-se não apenas para a Igreja particular, mas também para a Igreja universal (cf. *Presbyterorum Ordinis*, 10), em comunhão com o bispo, com Pedro e sob a autoridade de Pedro. Mediante o sacerdócio do bispo, o sacerdócio da segunda ordem incorpora-se na estrutura apostólica da Igreja. Desta forma, o presbítero, como os apóstolos, exerce funções de embaixador de Cristo (cf. 2Cor 5,20). Nisto se fundamenta a índole missionária de todos e cada um dos sacerdotes.

O ministério ordenado surge, portanto, com a Igreja e tem nos bispos, e em referência e comunhão com eles, nos presbíteros, uma relação particular com o ministério dos apóstolos, ao qual efetivamente sucede ainda que, relativamente a esse, assuma diferentes modalidades de existência.

Não se deve, pois, pensar no sacerdócio ordenado como se fosse anterior à própria Igreja, porque ele existe totalmente em função do serviço da mesma Igreja; nem muito menos se pode pensar como posterior à comunidade eclesial, de modo que esta pudesse ser concebida como já constituída independentemente de tal sacerdócio.

O relacionamento do sacerdote com Jesus Cristo e, nele, com a sua Igreja, situa-se no próprio ser do presbítero, em virtude da sua consagração/unção sacramental, e no seu agir, isto é, na sua missão ou ministério. Em particular, o sacerdote-ministro é servo de Cristo presente na Igreja, mistério, comunhão e missão. Pelo fato de participar da "unção" e da "missão" de Cristo, ele pode prolongar na Igreja a sua oração, a sua palavra, o seu sacrifício e a sua ação salvífica. É, portanto, servidor da Igreja, mistério, porque atua os sinais eclesiais e sacramentais da presença de Cristo ressuscitado. É servidor da Igreja, comunhão, porque - unido ao bispo e em estreita relação com o presbítero - constrói a unidade da comunidade eclesial na harmonia das diferentes vocações, carismas e serviços. É finalmente servidor da Igreja, missão, porque faz com que a comunidade se torne anunciadora e testemunha do Evangelho.

Assim, pela sua própria natureza e missão sacramental, o sacerdote surge, na estrutura da Igreja, como sinal da prioridade absoluta e gratuidade da graça, que à Igreja é oferecida por Cristo ressuscitado. Através do sacerdócio ministerial, a Igreja toma consciência, na fé, de não vir de si mesma, mas da graça de Cristo no Espírito Santo. Os apóstolos e seus sucessores, como detentores de uma autoridade que lhes vem de Cristo Cabeça e Pastor, são colocados - juntamente com o seu ministério - perante a Igreja com o prolongamento visível e sinal sacramental de Cristo no seu próprio estar diante da Igreja e do mundo, como origem permanente e sempre nova da salvação, ele que é o salvador do seu corpo (Ef 5,23).



**17.** O ministério ordenado, em virtude da sua própria natureza, pode ser exercido somente na medida em que o presbítero estiver unido a Cristo mediante a inserção sacramental na ordem presbiteral e, por conseguinte, enquanto se encontrar em comunhão hierárquica com o próprio bispo. O ministério ordenado tem uma radical forma comunitária e pode apenas ser assumido como obra coletiva. Sobre esta natureza de comunhão do sacerdócio se deteve longamente o Concílio, examinando distintamente o relacionamento do presbítero com o seu bispo, com os demais presbíteros e com os próprios leigos.

O ministério do presbítero é, antes de mais, comunhão e colaboração responsável e necessária no ministério do bispo, na solicitude pela Igreja universal e por cada Igreja particular para cujo serviço eles constituem, juntamente com o bispo, um único presbitério.

Cada sacerdote, seja diocesano ou religioso, está unido aos outros membros deste presbitério, na base do sacramento da Ordem, por particulares vínculos de caridade apostólica, de ministério e de fraternidade. De fato, todos os presbíteros, quer diocesanos quer religiosos, participam do único sacerdócio de Cristo Cabeça e Pastor, trabalham para a mesma causa, isto é, a edificação do Corpo de Cristo, que, especialmente em nossos dias, requer múltiplas atividades e novas adaptações, e se enriquece, no decurso dos séculos, de carismas sempre novos.

Finalmente os presbíteros, dado que a sua figura e o seu papel na Igreja não substitui, antes promove o sacerdócio batismal de todo o Povo de Deus, conduzindo-o à sua plena atuação eclesial, encontram-se num relacionamento positivo e promotor com os leigos. Eles estão ao serviço da fé, esperança e caridade destes. Reconhecem e sustentam sua dignidade de filhos de Deus como amigos e irmãos, ajudando-os a exercitar, em plenitude, o seu papel específico no âmbito da missão da Igreja.

O sacerdócio ministerial conferido pelo sacramento da Ordem e o comum ou «real» dos fiéis, que diferem entre si essencialmente e não apenas em grau, estão coordenados entre si, ambos derivando - em forma diversa - do único sacerdócio de Cristo. O sacerdócio ministerial, de fato, não significa, de per si, um maior grau de santidade relativamente ao sacerdócio comum dos fiéis; mas, através dele, é outorgado aos presbíteros, por Cristo no Espírito, um dom particular para que possam ajudar o Povo de Deus a exercitar com fidelidade e plenitude o sacerdócio comum que lhes é conferido.

**18.** Como sublinha o Concílio, o dom espiritual que os presbíteros receberam na ordenação não os prepara para uma missão limitada e restrita, mas, pelo contrário, para uma imensa e universal missão de salvação até aos últimos confins da Terra, dado que todo e qualquer ministério sacerdotal participa da mesma amplitude universal da missão confiada por Cristo aos apóstolos. Pela própria natureza do seu ministério, eles devem, portanto, ser penetrados e animados de um profundo espírito missionário, daquele espírito verdadeiramente católico que os habitua a olhar para além dos confins da própria diocese, nação ou rito, e ajudar as necessidades de toda a Igreja, dispostos a pregar o Evangelho em toda parte.

Além disso, precisamente porque no âmbito da vida da Igreja é o homem da comunhão, o presbítero deve ser, no relacionamento com todas as pessoas, o homem da missão e do diálogo. Profundamente radicado na verdade e na caridade de Cristo e animado do desejo e do imperativo de anunciar a todos a sua salvação, ele é chamado a encetar um relacionamento de fraternidade, de serviço, de procura comum da verdade, de promoção da justiça e da paz, com todos os homens. Em primeiro lugar, com os irmãos das outras Igrejas e confissões cristãs; mas também com os fiéis das outras religiões; com os homens de boa vontade, de forma especial com os pobres e os mais fracos, com todos aqueles que anseiam, mesmo sem o saber ou o exprimir, pela verdade e pela salvação de Cristo, segundo a palavra de Jesus: Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas os doentes; não vim para chamar os justos, mas sim os pecadores (Mc 2,17).

Hoje, de uma forma particular, a prioritária tarefa pastoral da nova evangelização, que diz respeito a todo o Povo de Deus e postula um novo ardor, novos métodos e uma nova expressão para o anúncio e o testemunho do Evangelho, exige sacerdotes radical e integralmente imersos no mistério de Cristo e capazes de realizar um novo estilo de vida pastoral, marcado por uma profunda comunhão com o Papa, os bispos e entre si próprios, e por uma fecunda colaboração com os leigos, no respeito e na promoção dos diversos papéis, carismas e ministérios no interior da comunidade eclesial.

Cumpriu-se, hoje, o passo da Escritura que acabais de ouvir (Lc 4,21). Escutemos uma vez mais estas palavras de Jesus, à luz do sacerdócio ministerial que apresentamos em sua natureza e missão. O hoje de que fala Jesus, precisamente porque pertence - definindo-a - à plenitude dos tempos, ou seja, ao tempo da salvação plena e definitiva, indica o tempo da Igreja. A consagração e a missão de Cristo - o Espírito do Senhor me consagrou com a unção e me enviou a anunciar aos pobres a Boa Nova (Lc 4,18) - são a raiz viva de onde germina a consagração e a missão da Igreja, plenitude de Cristo (cf. Ef 1,23): com a regeneração batismal se infunde sobre todos os crentes o Espírito do Senhor, que os consagra em ordem a formarem um templo espiritual e um sacerdócio santo e os envia para darem a conhecer os prodígios daquele que os chamou das trevas à sua luz admirável (cf. 1Pd 2,4-10). O presbítero participa na missão e consagração de Cristo de modo específico e com plena autoridade, ou seja, mediante o sacramento da Ordem, em virtude do qual é configurado, no seu ser, a Jesus Cristo Cabeça e Pastor, e partilha a missão de anunciar aos pobres a Boa Nova em nome e na pessoa do próprio Cristo.

Na sua Mensagem final, os Padres sinodais compendiarão, em breves, mas ricas palavras, a verdade, melhor, o mistério e o dom do sacerdócio ministerial, afirmando: A nossa identidade tem a sua fonte mais remota na caridade do Pai. Ao Filho, por ele enviado, Sumo Sacerdote e Bom Pastor, estamos unidos sacramentalmente com o sacerdócio ministerial por ação do Espírito Santo. A vida e o ministério do sacerdote são a continuação da vida e da ação do próprio Cristo. Esta é a nossa identidade, a nossa verdadeira dignidade, a fonte da nossa alegria, a certeza da nossa vida".

#### **Nota:7**

**PDV, 15:** "Por sua vez, os apóstolos constituídos pelo Senhor associarão progressivamente à sua missão, de formas diversas, mas no fim convergentes, outros homens como bispos, presbíteros e diáconos para cumprir o mandato de Jesus ressuscitado que os enviou a todos os homens de todos os tempos.

O Novo Testamento é unânime no sublinhar que foi o próprio Espírito de Cristo a introduzir, no ministério, estes homens, escolhidos de entre os irmãos. Por meio do gesto da imposição das mãos (cf. At 6; 1Tm 4,14; 5,22; 2Tm 1,6), que transmite o dom do Espírito, eles são chamados e habilitados a continuar o mesmo ministério de reconciliar, de apascentar o rebanho de Deus, e de ensinar (cf. At 20,28; 1Pd 5,2).

Portanto, os presbíteros são chamados a prolongar a presença de Cristo, único e sumo Pastor, atualizando o seu estilo de vida e tornando-se como que a sua transparência no meio do rebanho a eles confiado. Assim se lê, de modo claro e preciso, na Primeira Carta de Pedro: Recomendo aos presbíteros que estão entre vós, eu, presbítero como eles, testemunha dos sofrimentos de Cristo e participante da glória que se deve manifestar: apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado, olhando por ele não constrangidos, mas de boa vontade segundo Deus, não por ganância, mas por dedicação; não como dominadores sobre aqueles que vos foram confiados, antes tornando-vos modelo do rebanho. E quando aparecer o supremo Pastor recebereis a coroa eterna da glória (1Pd 5,1-4).

Os presbíteros são, na Igreja e para a Igreja, uma representação sacramental de Jesus Cristo Cabeça e Pastor, proclamam a sua palavra com autoridade, repetem os seus gestos de perdão e oferta de salvação, nomeadamente com o Batismo, a Penitência e a Eucaristia, exercitam a sua amável solicitude, até ao dom total de si mesmos, pelo rebanho que reúnem na unidade e conduzem ao Pai por meio de Cristo no Espírito. Numa palavra, os presbíteros existem e agem para o anúncio do Evangelho ao mundo e para a edificação da Igreja em nome e na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor.

Este é o modo típico e próprio pelo qual os ministros ordenados participam do único sacerdócio de Cristo. O Espírito Santo, mediante a unção sacramental da Ordem, configura-os, por um título novo e específico, a Jesus Cabeça e Pastor, confirma e anima-os com a sua caridade pastoral e coloca-os na Igreja na condição de servidores do anúncio do Evangelho a toda a criatura, e da plenitude de vida cristã para todos os batizados.

A verdade do presbítero tal qual emerge da Palavra de Deus, ou seja, do próprio Jesus Cristo e do seu desígnio constitutivo da Igreja, é assim cantada, com jubilosa gratidão, pela Liturgia no Prefácio da Missa do Crisma: Com a unção do Espírito Santo, constituíste o vosso Filho Pontífice da nova e eterna Aliança, e quisestes que o seu único sacerdócio fosse perpetuado na Igreja. Ele comunica o sacerdócio real a todo o povo dos redimidos e com amor de predileção escolhe alguns de entre os irmãos que, mediante a imposição das mãos, faz participantes do seu ministério de salvação. Vós quereis que em seu nome renovem o sacrifício redentor, preparem para vossos filhos o banquete pascal, e, servos primorosos do vosso povo, o alimentem com a vossa palavra e o santifiquem com os sacramentos. Vós lhes propoñdes Cristo como modelo, para que, oferecendo a vida por vós e pelos irmãos, se esforcem por se conformar à imagem de vosso Filho e dêem testemunho de fidelidade e de amor generoso."

#### **Nota:8**

**PDV, 5:** "Todo sumo sacerdote, escolhido dentre os homens, é constituído a favor dos homens nas coisas que dizem respeito a Deus (Hb 5,1).

A Carta aos Hebreus afirma claramente a humanidade do ministro de Deus: ele vem dos homens e está ao serviço dos homens, imitando Jesus Cristo, ele mesmo provado em todas as coisas, exceto no pecado (Hb 4,15).

Deus chama sempre os seus sacerdotes, a partir de determinados contextos humanos e eclesiais, com os quais estão inevitavelmente conotados e aos quais são mandados para o serviço do Evangelho de Cristo.

Por este motivo o Sinodo contextualizou o tema dos sacerdotes, inserindo-o na Igreja e na sociedade de hoje em dia e abrindo-o às perspectivas do terceiro milênio, como, de resto, resulta da própria formulação do tema: A formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais.

Certamente, há uma fisionomia essencial do sacerdote, que não muda: o padre de amanhã, não menos que o de hoje, deverá assemelhar-se a Cristo. Quando vivia na Terra, Jesus ofereceu em si mesmo o rosto definitivo do presbítero, realizando um sacerdócio ministerial do qual os apóstolos foram os primeiros a ser investidos; aquele é destinado a perdurar, a reproduzir-se incessantemente em todos os períodos da história. O presbítero do terceiro milênio será, neste sentido, o continuador dos padres que, nos precedentes milênios, animaram a vida da Igreja. Também no ano 2000, a vocação sacerdotal continuará a ser o chamamento a viver o único e permanente sacerdócio de Cristo. Mas é igualmente certo que a vida e o ministério do sacerdote se deve adaptar a cada época e a cada ambiente de vida (...). De nossa parte, devemos, por isso, procurar abrir-nos, o mais possível, à superior iluminação do Espírito Santo, para descobrir as orientações da sociedade contemporânea, reconhecer as necessidades espirituais mais profundas, determinar as tarefas concretas mais importantes, os métodos pastorais a adotar, e assim responder de modo adequado às expectativas humanas.

Devendo conjugar a verdade permanente do ministério presbiteral com as solicitações e as características de hoje, os Padres sinodais procuraram responder a algumas perguntas necessárias: que problemas e, ao mesmo tempo, que estímulos positivos o atual contexto sociocultural e eclesial suscita nas crianças, nos adolescentes e nos jovens que devem amadurecer um projeto de vida sacerdotal, para toda a existência? Que dificuldades e que novas possibilidades oferece o nosso tempo para o exercício de um ministério sacerdotal coerente com o dom do sacramento recebido e com a exigência de uma vida espiritual correspondente?

Proponho-vos, agora, alguns elementos de análise da situação que os Padres sinodais desenvolveram, bem consciente, porém, de que a grande variedade das circunstâncias socioculturais e eclesiais presentes nos diversos países aconselha a assinalar só os fenômenos mais profundos e mais difundidos, em particular os que se relacionam com os problemas educativos e com a formação sacerdotal."

#### **Nota:9**

**PDV, 11:** "Estavam postos sobre ele os olhos de todos os que se encontravam na sinagoga (Lc 4,20). Tudo quanto o evangelista Lucas diz dos que estavam presentes, naquele sábado, na sinagoga de Nazaré, escutando o comentário feito por Jesus ao livro do profeta Isaías, ele mesmo acabara de ler, se pode aplicar a todos os cristãos, continuamente chamados a reconhecer em Jesus de Nazaré o cumprimento definitivo do anúncio profético: Começou, então, a dizer: "Hoje se cumpriu o passo da Escritura que acabais de ouvir com os vossos próprios ouvidos" (Lc 4,21). E o passo da Escritura era este: O Espírito do Senhor está sobre mim; por isso me consagrou com a unção e me enviou a anunciar aos pobres a Boa Nova, a proclamar a liberdade aos prisioneiros, e a vista aos cegos; a pôr em liberdade os oprimidos e pregar um ano de graça do Senhor (Lc 4,18-19; cf. Is 60,1-2). Jesus se auto-apresenta, por conseguinte, como cheio do Espírito, consagrado com a unção, enviado a anunciar aos pobres a Boa Nova: é o Messias, o Messias sacerdote, profeta e rei.

É este o rosto de Cristo, no qual os olhos da fé e do amor dos cristãos devem permanecer fixos. Precisamente a partir desta contemplação e tendo-a como ponto de referência, os Padres sinodais refletiram sobre o problema da formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais. Tal problema não pode encontrar resposta sem uma

prévia reflexão sobre a meta para a qual se orienta o caminho formativo: o sacerdócio ministerial, mais concretamente, o sacerdócio ministerial enquanto participação na Igreja do mesmo sacerdócio de Jesus Cristo. O conhecimento da natureza e da missão do sacerdócio ministerial é o pressuposto irrecusável, e, ao mesmo tempo, o guia mais seguro bem como o estímulo mais premente para desenvolver na Igreja a ação pastoral de promoção e discernimento das vocações sacerdotais e da formação dos chamados ao ministério ordenado.

O reto e aprofundado conhecimento da natureza e da missão do sacerdócio ministerial é o caminho a seguir, e o Sínodo efetivamente seguiu-o, para sair da crise sobre a identidade do sacerdote: Esta crise - dizia no meu discurso final ao Sínodo - nasceu nos anos imediatamente sucessivos ao Concílio. Fundamentava-se numa compreensão errada, por vezes mesmo deliberadamente tendenciosa, da doutrina do magistério conciliar. Aqui se encontra indubitavelmente uma das causas do grande número de perdas então sofridas pela Igreja, perdas essas que feriram gravemente o serviço pastoral e as vocações ao sacerdócio, e em particular as vocações missionárias. É como se o Sínodo de 1990, descobrindo, através de tantas intervenções que escutamos nesta aula, toda a profundidade da identidade sacerdotal, viesse infundir esperança depois destas dolorosas perdas. Tais intervenções manifestaram a consciência do ligame ontológico específico que une o sacerdote a Cristo, Sumo Sacerdote e Bom Pastor. Esta identidade está inerente à natureza da formação que deve ser ministrada com vista ao sacerdócio, e, por conseguinte, a toda a vida sacerdotal. Era precisamente este o objetivo do Sínodo.

Por isso, o Sínodo considerou necessário chamar a atenção, de modo sintético e fundamental, para a natureza e a missão do sacerdócio ministerial, tais como a fé da Igreja as vem reconhecendo ao longo dos séculos de sua história e o Concílio Vaticano II as apresentou aos homens do nosso tempo”.

#### **Nota:10**

**PDV, cap. VI:** “70. Exorto-te a que reanimes o dom de Deus que está em ti” (2Tm 1,6). As palavras do Apóstolo ao bispo Timóteo podem legitimamente aplicar-se àquela formação permanente à qual são chamados todos os sacerdotes, por força do “dom de Deus” que receberam na sagrada Ordenação. Elas introduzem-nos na compreensão da verdade plena e da originalidade inconfundível da formação permanente dos presbíteros. Nisto somos ajudados também por um outro texto de Paulo, que escreve ao mesmo Timóteo: “Não descuides o dom espiritual que recebeste e que te foi concedido por uma intervenção profética, com a imposição das mãos dos presbíteros. Atende a estas coisas e ocupa-te nelas com todo o empenho, a fim de que o teu aproveitamento seja manifesto a todos. Cuida de ti mesmo e do teu ensino; insiste nestas coisas, porque, fazendo isto, salvar-te-ás a ti mesmo e aos outros que te escutam” (1Tm 4,14-16).

O Apóstolo pede a Timóteo para “reanimar”, ou seja, para reacender o dom divino, como se faz com o fogo sob as cinzas, no sentido de acolhê-lo sem nunca perder ou esquecer aquela “novidade permanente” que é própria de todo o dom de Deus, daquele que faz novas todas as coisas (cf. Ap 21,5) e, portanto, de vivê-lo na sua inesgotável pujança e beleza original.

Mas aquele “reanimar” não é só o sucesso de uma tarefa confiada à responsabilidade de Timóteo, nem apenas o resultado de um empenho da sua memória e vontade. É o efeito de um dinamismo da graça intrínseco ao dom de Deus: é o próprio Deus, portanto, a reanimar o seu próprio dom, ou melhor, a libertar toda a extraordinária riqueza de graça e responsabilidade que nele está encerrada.

Com a efusão sacramental do Espírito Santo que consagra e envia, o presbítero é configurado a Jesus Cristo, Cabeça e Pastor da Igreja e é mandado a exercer o ministério pastoral. Assim, o sacerdote é assinalado para sempre e de modo indelével, no seu ser, como ministro de Jesus e da Igreja, é inserido numa condição permanente e irreversível de vida, e é encarregado dum ministério pastoral que, radicado no ser, compromete toda a sua existência e é também ele permanente. O sacramento da Ordem confere ao sacerdote a graça sacramental que o torna participante não só do “poder” e do “ministério” salvífico de Jesus, mas também do seu “amor” pastoral; ao mesmo tempo assegura ao sacerdote todas aquelas graças atuais que lhe serão dadas sempre que forem necessárias e úteis para o digno e perfeito cumprimento do ministério recebido.

A formação permanente encontra, assim, o seu fundamento próprio e a sua motivação original no dinamismo do sacramento da Ordem.

É certo que não faltam razões, mesmo puramente humanas, que solicitem o sacerdote a realizar a formação permanente. Esta é uma exigência da sua realização progressiva: cada vida é um caminho incessante em direção à maturidade, e esta passa através da formação contínua. Além disso, é uma exigência do ministério sacerdotal, visto simplesmente na sua natureza genérica e comum a qualquer profissão, ou seja, como um serviço prestado aos outros: hoje não existe profissão, compromisso ou trabalho que não exija uma contínua atualização, se quiser ser credível e eficaz. A exigência de “acertar o passo” com o caminho da história é outra razão humana que justifica a formação permanente.

Mas estas e outras razões são assumidas e especificadas pelas razões teológicas já recordadas e que se podem aprofundar ulteriormente.

O sacramento da Ordem, por sua natureza de “sinal” que é própria de todos os sacramentos, pode considerar-se, como realmente é, Palavra de Deus: é Palavra de Deus que chama e envia, é a expressão mais forte da vocação e da missão do sacerdote. Mediante o sacramento da Ordem, Deus chama “coram Ecclesia” o candidato “ao” sacerdócio. O “vem e segue-me” de Jesus encontra a sua proclamação plena e definitiva na celebração do sacramento de sua Igreja: manifesta-se e comunica-se através da voz dela, a qual ressoa nos lábios do bispo que reza e impõe as mãos. E o sacerdote responde, na fé, ao chamado de Jesus: “Venho e sigote”. A partir desse momento, tem início aquela resposta que, como escolha fundamental, deve exprimir-se e reafirmar-se, ao longo dos anos do sacerdócio, em numerosíssimas outras respostas, todas elas radicadas e vivificadas pelo “sim” da Ordem sagrada.

Neste sentido, pode-se falar duma vocação “no” sacerdócio. Na realidade, Deus continua a chamar e a enviar, revelando o seu designio salvífico, no desenrolar histórico da vida do sacerdote e das vicissitudes da Igreja e da sociedade. É precisamente desta perspectiva que emerge o significado da formação permanente: ela é necessária para discernir e seguir esse contínuo chamado ou vontade de Deus. Assim, o apóstolo Pedro é chamado a seguir Jesus já depois de o Senhor ressuscitado lhe ter confiado a sua grei: “Respondeu-lhe Jesus: Apascenta as minhas ovelhas. Em verdade, em verdade te digo: quando eras mais novo, tu mesmo te cingias e andavas por onde querias; mas, quando fores velho, estenderás as tuas mãos e outro te cingirá e te levará para onde tu não queres. E disse isto para indicar o gênero de morte com que ele havia de glorificar a Deus. E,

dito isto, acrescentou: Segue-me” (Jo 21,17-19). É, portanto, um “segue-me” que acompanha a vida e a missão do apóstolo. É um “segue-me” que acompanha o apelo e a exigência de fidelidade até à morte (cf. Jo 21,22), um “segue-me” que pode significar uma seqüela Christi até ao dom total de si no martírio. Os Padres sinodais expressaram a razão que justifica a necessidade da formação permanente e, ao mesmo tempo, revela a sua natureza profunda, designando-a como “fidelidade” ao ministério sacerdotal e como “processo de contínua conversão”. É o Espírito Santo, infundido pelo Sacramento, que sustém o presbítero nesta fidelidade e que o acompanha e estimula neste caminho de incessante conversão. O dom do Espírito não dispensa, antes solicita a liberdade do sacerdote, para que coopere responsabilmente e assuma a formação permanente como um dever que lhe é confiado. Assim esta é expressão e exigência da fidelidade dele ao seu ministério, ou melhor, ao seu próprio ser. É, portanto, amor a Jesus Cristo e coerência consigo mesmo. Mas constitui também um ato de amor ao Povo de Deus, ao serviço do qual o sacerdote está posto. É ainda um ato de verdadeira e própria justiça: ele é devedor ao Povo de Deus, chamado porque a reconhecer e a promover aquele seu “direito” fundamental de ser destinatário da Palavra de Deus, dos Sacramentos e do serviço da caridade, que são o conteúdo original e irrenunciável do ministério pastoral do padre. A formação permanente é necessária para que ele esteja em condições de responder condignamente a tal direito do Povo de Deus.

Alma e forma da formação permanente do sacerdote é a caridade pastoral: o Espírito Santo, que infunde a caridade pastoral, introduz e acompanha-o no conhecimento sempre mais profundo do mistério de Cristo, que é insondável na sua riqueza (cf. Ef 3,14-19), e, por conseguinte, no conhecimento do mistério do sacerdócio cristão. A mesma caridade pastoral impele o presbítero a conhecer cada vez mais as esperanças, as necessidades, os problemas, as sensibilidades dos destinatários do seu ministério: destinatários envolvidos em suas concretas situações pessoais, familiares e sociais.

A tudo isto tende a formação permanente, vista como consciente e livre proposta em ordem ao dinamismo da caridade pastoral e do Espírito Santo, que é a sua primeira fonte e alimento contínuo. Neste sentido, a formação permanente é uma exigência intrínseca ao dom e ao ministério sacramental recebido e se revela necessária em todos os tempos. Hoje, porém, ela é particularmente urgente, não só pela rápida mudança das condições sociais e culturais dos homens e dos povos, no meio dos quais se exerce o ministério pastoral, mas também por aquela “nova evangelização” que constitui a tarefa essencial e inadiável da Igreja, no final do segundo milênio.

**71.** A formação permanente dos sacerdotes, sejam diocesanos ou religiosos, é a continuação natural e absolutamente necessária daquele processo de estruturação da personalidade presbiteral, que se iniciou e desenvolveu no Seminário ou na Casa religiosa com o itinerário formativo em vista da Ordenação.

É de particular importância observar e respeitar a intrínseca ligação que existe entre a formação que precede o sacerdócio e a que se lhe segue. Se, de fato, existisse uma descontinuidade ou até discrepâncias entre estas duas fases formativas, surgiriam imediatamente graves seqüências sobre a atividade pastoral e sobre a comunhão fraterna entre os presbíteros, em particular entre os de idades diferentes. A formação permanente não é uma repetição da que foi adquirida no Seminário, simplesmente revista ou ampliada com novas sugestões aplicativas. Ela desenvolve-se com conteúdos e sobretudo através de métodos relativamente novos, como um fato vital unitário que, no seu progresso mergulhando as raízes na formação do Seminário, requer adaptações, atualizações e modificações, sem, contudo, sofrer rupturas ou soluções de continuidade.

E vice-versa, já desde o Seminário maior é preciso preparar a futura formação permanente, e abrir para ela o espírito e o desejo dos futuros presbíteros, demonstrando sua necessidade, suas vantagens e seu objetivo, e assegurando as condições para a sua realização.

Precisamente porque a formação permanente é uma continuação da do Seminário, o seu fim não pode ser uma pura atitude, por assim dizer, profissional, obtida com a aprendizagem de algumas técnicas pastorais novas. Deve ser, antes, o manter vivo um geral e integral processo de contínuo amadurecimento, mediante o aprofundamento, quer de alguma das dimensões da formação humana, espiritual, intelectual e pastoral quer da sua íntima e viva conexão específica, a partir da caridade pastoral e em referência a ela.

**72.** Um primeiro aprofundamento diz respeito à dimensão humana da formação sacerdotal. No contato cotidiano com os homens, partilhando a sua vida de cada dia, o sacerdote deve aumentar e aprofundar aquela sensibilidade humana que lhe permite compreender as necessidades e acolher os pedidos, intuir as questões não expressas, partilhar as esperanças, as alegrias e as fadigas do viver comum, ser capaz de encontrar a todos e de dialogar com todos. Sobretudo conhecendo e partilhando, isto é, fazendo sua a experiência humana da dor na multiplicidade das suas manifestações, desde a indigência à doença, da marginalização à ignorância, à solidão, à pobreza material e moral, o padre enriquece a própria humanidade e torna-a mais autêntica e transparente, num crescente e apaixonado amor pelo homem.

No amadurecimento da sua formação humana, o presbítero recebe uma particular ajuda da graça de Jesus Cristo: a caridade do Bom Pastor, de fato, exprimiu-se não só com o dom da salvação aos homens, mas também com a partilha de sua vida, da qual o Verbo, que se fez “carne” (cf. Jo 1,14), quis conhecer a alegria e o sofrimento, experimentar a fadiga, partilhar as emoções, consolar a dor. Vivendo como homem entre e com os homens, Jesus Cristo oferece a mais absoluta, genuína e perfeita expressão de humanidade: vemo-lo a participar de uma festa nas bodas de Caná, a frequentar uma família de amigos, a comover-se com a multidão faminta que o segue, a restituir aos pais seus filhos doentes ou mortos, a chorar a morte de Lázaro ...

Do sacerdote, cada vez mais amadurecido na sua sensibilidade humana, o Povo de Deus deve poder dizer algo de análogo ao que o autor da Carta aos Hebreus escreve de Jesus: “Não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas. Pelo contrário, ele mesmo foi provado em tudo, à nossa semelhança, exceto no pecado” (Hb 4,15).

A formação, na sua dimensão espiritual, é uma exigência da vida nova e evangélica, à qual o presbítero é chamado, de um modo específico, pelo Espírito Santo infundido no sacramento da Ordem. O Espírito, consagrando-o e configurando-o a Jesus Cristo, Cabeça e Pastor, cria uma ligação que, situada no próprio ser do sacerdote, precisa de ser assimilada e vivida de maneira pessoal, isto é, consciente e livre, mediante uma comunhão de vida e de amor cada vez mais rica e uma partilha sempre mais ampla e radical dos sentimentos e das atitudes de Jesus Cristo. Neste liame entre o Senhor Jesus e o padre, liame ontológico e psicológico, sacramental e moral, está o fundamento e, ao mesmo tempo, a força para aquela “vida segundo o Espírito” e aquela “radicalidade evangélica” a qual é chamado todo o sacerdote, e que é favorecida pela formação

permanente, em seu aspecto espiritual. Esta formação mostra-se também necessária à autenticidade e fecundidade do ministério sacerdotal. “Exercitas a cura de almas?”, perguntava S. Carlos Borromeu no seu discurso dirigido aos sacerdotes. E respondia deste modo: “Não descuides por causa disso o cuidado de ti mesmo, e não te des aos outros até ao ponto de não restar nada de ti, para ti próprio. Certamente, debes ter presente as almas de quem és pastor, mas não te esqueças de ti mesmo. Compreendi, irmãos, que nada é tão necessário a todas as pessoas eclesísticas como a meditação que precede, acompanha e segue todas as nossas ações: cantarei, diz o profeta, e meditarei (cf. Sl 100,1). Se administras os Sacramentos, ó irmão, medita no que fazes. Se celebras a Missa, medita no que ofereces. Se recitas os salmos em coro, medita a quem e de que coisa falas. Se guias as almas, medita com que sangue foram lavadas; e tudo se faça entre vós na caridade (1Cor 16,14). Assim poderemos superar as dificuldades que encontramos, e são inumeráveis, cada dia. De resto, isto nos é pedido pela tarefa que nos foi confiada. Se assim fizermos, teremos a força para gerar Cristo em nós e nos outros”.

Em particular, a vida de oração deve ser continuamente “renovada” no sacerdote. A experiência, de fato, ensina que na oração não se vive dos rendimentos: em cada dia é preciso não só reconquistar a fidelidade exterior aos momentos de oração, sobretudo aos que se destinam à celebração da Liturgia das Horas e àqueles deixados à escolha pessoal, livres de prazos e horários de serviço litúrgico, mas também e especialmente reeducar à contínua procura de um verdadeiro encontro pessoal com Jesus, de um confiante colóquio com o Pai, de uma profunda experiência do Espírito.

Quando o apóstolo Paulo diz de todos os crentes que devem chegar “a formar o homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo” (Ef 4,13), isto aplica-se, de modo específico, aos sacerdotes chamados à perfeição da caridade e, portanto, à santidade, até porque o seu próprio ministério pastoral pede que eles sejam modelos vivos para todos os fiéis.

Também a dimensão intelectual da formação precisa de ser continuada e aprofundada durante toda a vida do presbítero, em particular mediante um estudo e atualização cultural séria e empenhada. Participante da missão profética de Jesus e inserido no mistério da Igreja, Mestra da verdade, ele é chamado a revelar aos homens, em Jesus Cristo, o rosto de Deus e, com isso, o verdadeiro rosto do homem. Mas isto exige que o próprio sacerdote procure esse rosto e o contemple com veneração e amor (cf. Sl 26,8; 41,2): só assim pode dá-lo a conhecer aos outros. Em particular, a continuação do estudo teológico mostra-se necessária para que ele possa desempenhar com fidelidade o ministério da Palavra, anunciando-a sem confusões nem ambigüidades, distinguindo-a das simples opiniões humanas, mesmo se famosas e muito difusas. Assim poderá verdadeiramente colocar-se ao serviço do Povo de Deus, ajudando-o a dar as razões da esperança cristã a quem as pedir (cf. 1Pd 3,15). Além disso, “o sacerdote, aplicando-se com consciência e constância ao estudo teológico, está em condições de assimilar de forma segura e pessoal, a genuína riqueza eclesial. Pode, portanto, cumprir a missão que o empenha na resposta às dificuldades acerca da autêntica doutrina católica, e superar a inclinação própria e a dos outros para a divergência e a atitude negativa a respeito do Magistério e da Tradição”.

O aspecto pastoral da formação permanente está bem expresso nas palavras do apóstolo Pedro: “Como bons dispenseiros das graças de Deus, cada um de vós ponha à disposição dos outros os dons que recebeu” (1Pd 4,10). Para viver, cada dia, segundo os dons recebidos, é preciso que o sacerdote esteja cada vez mais aberto para acolher a caridade pastoral de Jesus Cristo, que lhe foi dada pelo seu Espírito no sacramento recebido. Assim como toda a atividade do Senhor foi o fruto e o sinal da caridade pastoral, assim deve ser também a atividade ministerial do padre. A caridade pastoral é um dom e, ao mesmo tempo, uma tarefa, uma graça e uma responsabilidade à qual é preciso ser fiel, ou seja, é preciso acolhê-la e viver seu dinamismo até às exigências mais radicais. Esta mesma caridade pastoral, como se disse, impele e estimula o presbítero a conhecer cada vez melhor a condição real dos homens aos quais é enviado, a discernir os apelos do Espírito nas circunstâncias históricas em que está inserido, a procurar os métodos mais adaptados e as formas mais úteis para exercer, hoje, o seu ministério. Assim, a caridade pastoral anima e sustenta os esforços humanos do sacerdote, em vista de uma ação pastoral que seja atual, credível e eficaz. Mas isto exige uma permanente formação pastoral.

O caminho para a maturidade não requer só que o sacerdote continue a aprofundar as diversas dimensões da sua formação, mas também e sobretudo que saiba integrar cada vez mais harmoniosamente entre si estas mesmas dimensões, chegando progressivamente à unidade interior: isso tornar-se-á possível pela caridade pastoral. Esta, de fato, não só coordena e unifica os diferentes aspectos, mas especifica-os, conotando-os como aspectos da formação do sacerdote enquanto tal, ou seja, enquanto transparência, imagem viva, ministro de Jesus, Bom Pastor.

A formação permanente ajuda-o a vencer a tentação de reduzir o seu ministério a um ativismo que se torna fim em si mesmo, a uma impessoal prestação de coisas mesmo espirituais ou sagradas, a um mero emprego ao serviço da organização eclesástica. Só a formação permanente ajuda o padre a guardar com amor vigilante o “mistério” que traz em si para o bem da Igreja e da humanidade.

**73.** As diferentes e complementares dimensões da formação permanente ajudam-nos a compreender o seu significado profundo: ela tende a ajudar o padre a ser e a fazer o padre no espírito e segundo o estilo de Jesus, Bom Pastor.

A verdade é algo a construir! Assim nos adverte S. Tiago: “Sede cumpridores da palavra e não meros ouvintes, enganando-vos a vós próprios” (Tg 1,22). Os sacerdotes são chamados a “fazer a verdade” do seu ser, ou seja, a viver “na caridade” (cf. Ef 4,15) a sua identidade e o seu ministério na Igreja e para a Igreja. São chamados a tomar consciência cada vez mais viva do dom de Deus e a fazer dele contínua memória. É este o convite de Paulo a Timóteo: “Guarda o bom depósito pela virtude do Espírito Santo que habita em nós” (2Tm 1,14).

No contexto eclesiológico várias vezes recordado, pode-se considerar o significado profundo da formação permanente do sacerdote em ordem à sua presença e ação na Igreja *mysterium, communio et missio*.

Dentro da Igreja “mistério”, ele é chamado, mediante a formação permanente, a conservar e desenvolver na fé a consciência da verdade inteira e surpreendente do seu ser: ele é ministro de Cristo e administrador dos mistérios de Deus (cf. 1Cor 4,1). Paulo pede expressamente aos cristãos que o considerem segundo esta identidade; mas ele mesmo, em primeiro lugar, vive na consciência do dom sublime recebido do Senhor. Assim

deve acontecer com todo sacerdote, se quiser permanecer na verdade do seu ser. Mas isto apenas é possível na fé, só olhando com os olhos de Cristo.

Neste sentido, pode-se dizer que a formação permanente tende a fazer com que o padre seja um crente e se torne sempre mais crente: que veja sempre verdade própria, com os olhos de Cristo. Ele deve guardar esta verdade com amor grato e alegre. Deve renovar sua fé, quando exerce o ministério sacerdotal: sentir-se ministro de Jesus Cristo, sacramento do amor de Deus pelo homem, todas as vezes que é meio e instrumento vivo de concessão da graça de Deus aos homens. Deve reconhecer esta mesma verdade nos irmãos do presbitério: é o princípio da estima e do amor aos outros sacerdotes.

**74.** A formação permanente ajuda o sacerdote, dentro da Igreja “comunhão”, a amadurecer a consciência de que o seu ministério é, em última instância, ordenado a reunir a família de Deus como fraternidade animada pela caridade e a conduzi-la ao Pai por meio de Cristo, no Espírito Santo.

O presbítero deve crescer no conhecimento da profunda comunhão que o liga ao Povo de Deus: ele não está apenas “à frente” da Igreja, mas é primariamente “na” Igreja. É irmão entre irmãos. Agraciado pelo Batismo, com a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus no Filho unigênito, o sacerdote é membro do mesmo e único Corpo de Cristo (cf. Ef 4,16). A consciência desta comunhão desemboca na necessidade de suscitar e desenvolver a co-responsabilidade na comum e única missão de salvação, com a pronta e cordial valorização de todos os carismas e tarefas que o Espírito oferece aos crentes para a edificação da Igreja. É sobretudo na realização do ministério pastoral, por sua natureza ordenada ao bem do Povo de Deus, que o padre deve viver e testemunhar sua profunda comunhão com todos, como escrevia Paulo VI: “É preciso fazer-se irmão dos homens no mesmo ato em que queremos ser seus pastores, pais e mestres. O clima do diálogo é a amizade; ou melhor, o serviço”.

De modo mais específico, o sacerdote é chamado a amadurecer a consciência de ser membro da Igreja particular, na qual está incardinado, ou seja, inserido por uma ligação ao mesmo tempo jurídica, espiritual e pastoral. Essa consciência supõe e faz crescer um amor particular à própria Igreja. Esta, na realidade, é o termo vivo e permanente da caridade pastoral que deve acompanhar a vida do padre e que o leva a partilhar a história ou a experiência de vida desta Igreja particular nas suas riquezas e fragilidades, nas suas dificuldades e esperanças, a trabalhar nela para o seu crescimento. Cada qual, unido aos outros presbíteros, deve, portanto, sentir-se enriquecido pela Igreja particular e empenhado ativamente na sua edificação, prolongando aquela ação pastoral que distinguiu os irmãos que o precederam. Uma exigência insuprimível da caridade pastoral à própria Igreja particular e do seu amanhã ministerial é a solicitude que o sacerdote deve ter para encontrar, por assim dizer, alguém que o substitua no sacerdócio.

O padre deve amadurecer na consciência da comunhão que subsiste entre as várias Igrejas particulares, uma comunhão radicada no seu próprio ser de Igrejas que vivem in loco a Igreja única e universal de Cristo. Uma tal consciência de comunhão intereclesial favorecerá o “intercâmbio de dons”, a começar pelos dons vivos e pessoais que são os próprios sacerdotes. Daqui a disponibilidade, ou melhor, o empenho generoso na realização de uma equitativa distribuição do clero. Entre estas Igrejas particulares devem ser recordadas as que, “privadas da liberdade, não podem ter vocações próprias”, como também as “Igrejas recentemente saídas da perseguição e as Igrejas pobres às quais já foram ajudadas, durante muito tempo e por parte de muitos, e continuam ainda a ser ajudadas com ânimo grande e fraterno”.

Dentro da comunhão eclesial, o sacerdote é particularmente chamado a crescer, na sua formação permanente, no e com o próprio presbitério unido ao bispo. Em sua verdade plena, o presbitério é um *mysterium*: de fato, é uma realidade sobrenatural porque se radica no sacramento da Ordem. Este é a sua fonte, a sua origem. É o “lugar” do seu nascimento e crescimento. Com efeito, “os presbíteros, mediante o sacramento da Ordem, estão ligados a Cristo, único Sacerdote, por um vínculo pessoal e indissolúvel. A Ordem lhes é conferida como pessoas singulares, mas são inseridos na comunhão de todo o presbitério com o bispo (Lumen Gentium, 28; Presbyterorum Ordinis, 7 e 8)”.

Esta origem sacramental reflete-se e prolonga-se no âmbito do exercício do ministério presbiteral: do *mysterium* ao *ministerium*. “A unidade dos presbíteros com o bispo e entre si não se acrescenta, de fora, à natureza própria do seu serviço, mas exprime a sua essência enquanto é o cuidado de Cristo Sacerdote pelo Povo reunido na unidade da Santíssima Trindade.” Esta unidade presbiteral, vivida no espírito da caridade pastoral, torna os sacerdotes testemunhas de Jesus Cristo, que pediu ao Pai “para que todos sejam um só” (Jo 17,21).

A fisionomia do presbitério é, portanto, a de uma verdadeira família, de uma fraternidade, cujos laços não são os da carne nem do sangue, mas os da graça sacramental da Ordem: uma graça que assume e eleva as relações humanas, psicológicas, afetivas e espirituais entre os sacerdotes; uma graça que se expande, penetra, se revela e concretiza nas mais variadas formas de ajuda recíproca, não só espirituais mas também materiais. A fraternidade presbiteral não exclui ninguém, mas pode e deve ter as suas preferências: são as preferências evangélicas, reservadas a quem tem maior necessidade de ajuda ou encorajamento. Assim, essa fraternidade “tem um cuidado especial pelos jovens presbíteros, tem um cordial e fraterno diálogo com os de meia idade e os de idade avançada, e com os que, por razões diversas, experimentam dificuldades; e também aos sacerdotes que abandonaram esta forma de vida ou que não a seguem, não os abandona, pelo contrário, acompanha-os ainda mais, com fraterna solicitude”.

Do único presbitério fazem também parte, a título diferente, os presbíteros religiosos que residem e trabalham na Igreja particular. Sua presença constitui um enriquecimento para todos; e os vários carismas particulares, por eles vividos, enquanto são um apelo a que os presbíteros cresçam na compreensão do próprio sacerdócio, contribuem para estimular e acompanhar a formação permanente dos sacerdotes. O dom da vida religiosa, na estrutura diocesana, quando é acompanhado de sincera estima e justo respeito pela particularidade de cada instituto e de cada tradição espiritual, alarga o horizonte do testemunho cristão e contribui, de vários modos, para enriquecer a espiritualidade sacerdotal, sobretudo no que se refere à correta relação e ao recíproco influxo entre os valores da Igreja particular e os da universalidade do Povo de Deus. Por seu lado, os religiosos estarão atentos para garantir um espírito de verdadeira comunhão eclesial, uma participação cordial no caminho da diocese e nas opções pastorais do bispo, pondo voluntariamente à disposição o próprio carisma para a edificação de todos na caridade.

Enfim, no contexto da Igreja “comunhão” e do presbitério, pode-se enfrentar melhor o problema da solidão do sacerdote, sobre o qual refletiram os Padres sinodais. Há uma solidão que faz parte da experiência de todos e que é algo absolutamente normal. Mas há também aquela solidão que nasce de dificuldades várias e que, por sua vez, provoca ulteriores contrariedades. Neste sentido, “a ativa participação no presbitério diocesano, os contatos regulares com o bispo e com os outros sacerdotes, a mútua colaboração, a vida comum ou fraterna entre colegas, como também a amizade e a cordialidade com os fiéis leigos atuantes nas paróquias são meios muito úteis para ultrapassar os efeitos da solidão que algumas vezes o sacerdote pode experimentar”.

A solidão, porém, não cria só dificuldades, oferece também oportunidades positivas para a vida sacerdotal: “aceita com espírito de oferta, e procurada na intimidade com Jesus Cristo Senhor, a solidão pode ser uma oportunidade para a oração e o estudo, como também uma ajuda para a santificação e o crescimento humano”. Uma certa forma de solidão é elemento necessário para a formação permanente. Jesus sabia retirar-se, por vezes, para orar sozinho (cf. Mt 14,23). A capacidade de agüentar uma boa solidão é condição indispensável para o cuidado da vida interior. Trata-se de uma solidão habitada pela presença do Senhor, que, na luz do Espírito Santo, nos põe em contato com o Pai. Neste sentido, a procura do silêncio e de espaços e tempos de “deserto” é necessária à formação permanente, quer no campo intelectual, quer no campo espiritual e pastoral. Neste sentido ainda, pode-se afirmar que não é capaz de verdadeira e fraterna comunhão, quem não sabe viver bem a própria solidão.

**75.** A formação permanente destina-se a fazer crescer no sacerdote a consciência da sua participação na missão salvífica da Igreja. Na Igreja “missão”, a formação permanente dele entra não só como sua condição necessária, mas também como meio indispensável para manter constantemente vivo o sentido da missão e para garantir-lhe uma realização fiel e generosa. Com tal formação, o presbítero é ajudado a tomar plena consciência, por um lado, da gravidade, mas também da graça esplêndida de uma obrigação que não pode deixá-lo tranqüilo. Como Paulo, deve poder afirmar: “Para mim, evangelizar não é um título de glória, mas um dever. Ai de mim se não prego o Evangelho!” (1Cor 9,16). E, por outro lado, é ajudado a tomar consciência de um pedido insistente, explícito ou implícito, dos homens, que Deus incansavelmente chama à salvação.

Só uma adequada formação permanente consegue manter o sacerdote naquilo que é essencial e decisivo para o seu ministério, ou seja, na fidelidade, como escreve o apóstolo Paulo: “Ora, o que se requer dos administradores (dos mistérios de Deus) é que sejam fiéis” (1Cor 4,2). O padre deve ser fiel, não obstante as mais diversas dificuldades encontradas, nas condições mais incômodas ou de compreensível cansaço, com todas as energias de que dispõe, e até o fim da vida. O testemunho de Paulo deve servir de exemplo e de estímulo para cada sacerdote. “Da nossa parte escreve aos cristãos de Corinto não damos em nada qualquer motivo de escândalo para que o nosso ministério não seja censurado. Em todas as coisas, procuramos acreditar-nos como ministros de Deus, com muita paciência nas tribulações, nas necessidades, nas angústias, nos açoites, nos cárceres, nas sedições, nos trabalhos, nas vigílias, nos jejuns; pela castidade, pela ciência, pela paciência, pela bondade, pelo Espírito Santo, por uma caridade não fingida, pela palavra da verdade, pelo poder de Deus; com as armas da justiça, as da mão direita e as da esquerda; na honra e na desonra, na boa e na má fama; considerados como impostores, ainda que sinceros; como desconhecidos, ainda que bem conhecidos; como agonizantes, embora estejamos com vida; como condenados, ainda que livres da morte; considerados tristes, mas sempre alegres; pobres, ainda que tenhamos enriquecido a muitos; como nada tendo, mas possuindo tudo” (2Cor 6,3-10).

**76.** A formação permanente, precisamente porque é “permanente”, deve acompanhar os sacerdotes sempre, ou seja, em todos os períodos e condições de sua vida, assim como nos diversos níveis de responsabilidade eclesial: evidentemente, com as possibilidades e características ligadas às várias idades, condições de vida e tarefas confiadas.

A formação permanente é um dever, antes de mais, para os jovens sacerdotes: deve ter uma tal freqüência e sistematização de encontros que, enquanto prolonga a seriedade e a solidez da formação recebida no Seminário, introduza progressivamente os jovens na compreensão e na vivência das singulares riquezas do “dom” de Deus o sacerdócio e na expressão das suas potencialidades e atitudes ministeriais, graças também a uma inserção cada vez mais convicta e responsável no presbitério, e, portanto, na comunhão e na co-responsabilidade com todos os irmãos no sacerdócio.

Se se pode compreender um certo sentido de “sociedade” que se apodera dos jovens padres mal saídos do Seminário, frente a novas ocasiões de estudo e de encontro, deve-se, todavia, rejeitar como absolutamente falsa e perigosa a idéia de que a formação presbiteral se conclui com o término de permanência no Seminário.

Participando dos encontros de formação permanente, os jovens sacerdotes poderão oferecer uma recíproca ajuda com a troca de experiências e de reflexões sobre a tradução concreta daquele ideal presbiteral e ministerial que assimilaram nos anos de Seminário. Ao mesmo tempo, sua participação ativa nos encontros formativos do presbitério poderá servir de exemplo e de estímulo aos outros sacerdotes mais avançados em idade, testemunhando, assim, o próprio amor a todo o presbitério e a própria paixão pela Igreja particular necessitada de padres bem formados.

Para acompanhar os jovens sacerdotes nesta primeira e delicada fase da sua vida e do seu ministério, é hoje muito oportuno, senão mesmo necessário, criar propositadamente uma estrutura de apoio, com guias e mestres apropriados, na qual possam encontrar, de modo orgânico e continuado, as ajudas necessárias para bem iniciar o seu serviço sacerdotal. Por ocasião dos encontros periódicos, suficientemente longos e freqüentes, possivelmente orientados em ambiente comunitário e regime interno, ser-lhes-ão garantidos momentos preciosos de repouso, de oração, de reflexão e de intercâmbio fraterno. Assim, logo desde o início, será mais fácil para eles dar uma orientação evangélicamente equilibrada à sua vida presbiteral. E se cada uma das Igrejas particulares, por si, não puder oferecer este serviço aos seus jovens sacerdotes, será oportuno que se unam entre si as Igrejas vizinhas e, em conjunto, invistam recursos e elaborem programas adaptados.

**77.** A formação permanente constitui também um dever para os presbíteros de meia idade. Na verdade, são múltiplos os riscos que podem correr, precisamente em razão da idade, como, por exemplo, um ativismo exagerado e uma certa rotina no exercício do ministério. Assim, o sacerdote é tentado a presumir de si, como se a sua já comprovada experiência pessoal não precisasse mais de confrontar-se com nada nem com ninguém. Freqüentemente o sacerdote “adulto” sofre de uma espécie de cansaço interior perigoso, sinal de uma desilusão resignada diante das dificuldades e dos insucessos. A resposta a esta situação é dada pela formação

permanente, por uma contínua e equilibrada revisão de si mesmo e do próprio agir, pela procura constante de motivações e de instrumentos para a sua missão: deste modo, o sacerdote manterá o espírito vigilante e pronto para os perenes mas sempre novos apelos de salvação que cada um põe ao padre, "homem de Deus". A formação permanente deve interessar, também, aqueles presbíteros que, pela idade avançada, são designados como idosos, e que em algumas Igrejas constituem a parte mais numerosa do presbitério. Este deve demonstrar-lhes gratidão pelos fiéis serviços que prestaram a Cristo e à Igreja, e solidariedade concreta pela sua condição. Para eles, a formação permanente não comportará tanto obrigações de estudo, de atualização e de debate cultural, mas sobretudo a confirmação serena e animadora do papel que ainda são chamados a desempenhar no presbitério: não só para o prosseguimento, embora de formas diversas, do ministério pastoral, mas também pela possibilidade que têm, graças à sua experiência de vida e de apostolado, de se tornarem eles mesmos válidos mestres e formadores de outros sacerdotes.

Também os padres que, pelas fadigas ou doença, se encontram numa condição de debilidade física ou de cansaço moral, podem ser ajudados por uma formação permanente que os estimule a prosseguir, de modo sereno e forte, o seu serviço à Igreja, a não isolar-se da comunidade nem do presbitério, a reduzir a atividade externa para dedicar-se aos atos de relação pastoral e de espiritualidade pessoal capazes de sustentar as motivações e a alegria do seu sacerdócio. A formação permanente ajuda-los-á, em particular, a manter viva aquela convicção que eles próprios inculcaram nos fiéis, isto é, a de continuarem a ser membros ativos na edificação da Igreja, especialmente em razão da sua união a Jesus Cristo sofredor e a tantos outros irmãos e irmãs que na Igreja tomam parte na paixão do Senhor, revivendo a experiência espiritual de Paulo, que dizia: "Alegro-me nos sofrimentos suportados por vossa causa e completo na minha carne o que falta aos sofrimentos de Cristo, em favor do seu Corpo, que é a Igreja" (Cl 1,24).

**78.** As condições, em que muitas vezes e em tantos lugares se processa atualmente o ministério dos presbíteros, não facilitam um empenho sério na formação: a multiplicação de tarefas e serviços, a complexidade da vida humana em geral, e a das comunidades cristãs em particular, o ativismo e a ansia típica de tantas áreas da nossa sociedade privam, freqüentemente, os sacerdotes do tempo e das energias indispensáveis para "cuidar de si mesmos" (cf. 1Tm 4,16).

Isto deve fazer crescer em todos a responsabilidade, para que as dificuldades sejam superadas, ou melhor, se tornem um desafio para elaborar e realizar uma formação permanente que responda, de modo adequado, à grandeza do dom de Deus e à gravidade dos pedidos e exigências do nosso tempo.

Os responsáveis dessa formação permanente devem ser procurados na Igreja "comunhão". Neste sentido, é toda a Igreja particular que, sob a orientação do bispo, é investida da responsabilidade de estimular e cuidar, de vários modos, a formação permanente dos sacerdotes. Estes não existem para si mesmos, mas para o Povo de Deus: por isso, a formação permanente, enquanto assegura a maturidade humana, espiritual, intelectual e pastoral dos padres, resulta num bem cujo destinatário é o Povo de Deus. De resto, o próprio exercício do ministério pastoral leva a um contínuo e fecundo intercâmbio recíproco entre a vida de fé dos presbíteros e a dos fiéis. Precisamente a partilha de vida entre o presbítero e a comunidade, se sapientemente conduzida e utilizada, constitui um contributo fundamental para a formação permanente, não redutível, porém, a qualquer episódio ou iniciativa isolada, mas alargada a todo o ministério e vida do sacerdote.

De fato, a experiência cristã das pessoas simples e humildes, os ímpetos espirituais das pessoas enamoradas de Deus, as aplicações corajosas da fé à vida, por parte dos cristãos empenhados nas várias responsabilidades sociais e civis são acolhidas pelo presbítero que, enquanto as ilumina com o seu serviço sacerdotal, tira delas um precioso alimento espiritual. Até as dúvidas, as crises e os atrasos frente às mais variadas condições pessoais e sociais, as tentações de recusa ou de desespero no momento da dor, da doença, da morte: enfim, todas as circunstâncias difíceis que os homens encontram no seu caminho da fé são fraternalmente vividas e sinceramente sofridas pelo coração do presbítero que, ao procurar as respostas para os outros, é continuamente estimulado a encontrá-las, antes de mais, para si mesmo.

Assim, todo o Povo de Deus, na diversidade dos seus membros, pode e deve oferecer uma preciosa ajuda à formação permanente dos seus sacerdotes. Neste sentido, deve deixar-lhes espaços de tempo para o estudo e para a oração, pedir-lhes aquilo para que foram enviados por Cristo, e nada mais, oferecer colaboração nos vários âmbitos da missão pastoral, especialmente no que diz respeito à promoção humana e ao serviço da caridade, assegurar relacionamentos cordiais e fraternos com eles, facilitar-lhes a consciência de que não são "donos da fé" mas "colaboradores da alegria" de todos os fiéis (cf. 2Cor 1,24).

A responsabilidade formadora da Igreja particular pelos sacerdotes concretiza-se e especifica-se em relação aos diferentes membros que a compõem, a começar pelo próprio presbítero.

**79.** Num certo sentido, é precisamente cada sacerdote individualmente, o primeiro responsável, na Igreja, pela formação permanente: na realidade, sobre cada padre recai o dever, radicado no sacramento da Ordem, de ser fiel ao dom de Deus e ao dinamismo de conversão cotidiana que vem desse mesmo, dom. Os regulamentos ou as normas da autoridade eclesiástica, ou mesmo o exemplo dos outros sacerdotes, não bastam para tornar apetecível a formação permanente, se cada um não estiver pessoalmente convencido da sua necessidade e determinado a valorizar-lhe as ocasiões, os tempos, as formas. A formação permanente mantém a "juventude" do espírito, que ninguém pode impor de fora, mas que cada um deve encontrar continuamente dentro de si mesmo. Só quem conserva sempre vivo o desejo de aprender e de crescer possui essa "juventude".

Fundamental é a responsabilidade do bispo e, com ele, do presbitério. A daquele funda-se sobre o fato de os presbíteros receberem, através dele, o sacerdócio e partilharem com ele a solicitude pastoral pelo Povo de Deus. Ele é responsável por aquela formação permanente destinada a fazer com que todos os seus sacerdotes sejam generosamente fiéis ao dom e ao ministério recebido, tal como o Povo de Deus o quer e tem o "direito" de ter. Esta responsabilidade leva o bispo, em comunhão com o presbitério, a delinear um projeto e a estabelecer uma programação capaz de configurar a formação permanente não como algo de episódico mas como uma proposta sistemática de conteúdos, que se desenrola por etapas e se reveste de modalidades precisas. Ele assumirá a sua responsabilidade não só assegurando ao seu presbitério lugares e momentos de formação permanente, mas também estando presente em pessoa e participando de modo convicto e cordial. Por vezes será oportuno, ou até necessário, que os bispos de várias dioceses vizinhas ou de uma região eclesiástica se ponham de acordo e unam as suas forças para poder oferecer iniciativas mais qualificadas e verdadeiramente estimulantes para a formação permanente, tais como cursos de atualização bíblica, teológica



e pastoral, semanas de estudos, ciclos de conferências, momentos de reflexão e de análise sobre o itinerário pastoral do presbitério e da comunidade eclesial.

Para dar cumprimento a esta sua responsabilidade, o bispo solicite também o contributo das Faculdades e dos Institutos teológicos e pastorais, dos Seminários, dos organismos ou federações que reúnem pessoas sacerdotes, religiosos e fiéis leigos empenhadas na formação presbiteral.

No âmbito da Igreja particular, um lugar significativo é reservado às famílias: a elas, de fato, em sua dimensão de “igrejas domésticas”, faz referência concreta à vida das comunidades eclesiais animadas e guiadas pelos sacerdotes. É de se realçar particularmente o papel da família de origem. Esta, em união e comunhão de designios, pode oferecer à missão do filho um contributo específico importante. Cumprindo o plano providencial que a quis berço do gérmen vocacional e indispensável ajuda para o seu desenvolvimento, a família do sacerdote, no mais absoluto respeito por este filho que escolheu doar-se a Deus e ao próximo, deve permanecer sempre como uma fiel e encorajante testemunha da sua missão, acompanhando-a e partilhando-a com dedicação e respeito.

**80.** Se cada momento pode ser um “tempo favorável” (cf. 2Cor 6,2), no qual o Espírito Santo diretamente conduz o sacerdote a um crescimento na oração, no estudo e na consciência das próprias responsabilidades pastorais, há, todavia, momentos “privilegiados”, mesmo se mais comunitários e pré-estabelecidos.

Deve-se recordar aqui, antes de mais, os encontros do bispo com o seu presbitério, sejam eles litúrgicos (em particular a concelebração da Missa crismal de Quinta-feira Santa), pastorais ou culturais, em ordem a um confronto sobre a atividade pastoral ou ao estudo de determinados problemas teológicos.

Estão, depois, os encontros de espiritualidade sacerdotal, tais como os retiros, os dias de recolhimento e de espiritualidade etc. Constituem ocasião para um crescimento espiritual e pastoral, para uma oração mais prolongada e calma, para uma volta às raízes do seu ser padre, para reencontrar vigor de motivações para a fidelidade e o impulso pastoral.

Importantes são, também, os encontros de estudo e de reflexão comum: impedem o empobrecimento cultural e a fixação em posições cômodas mesmo no campo pastoral, fruto de preguiça mental; asseguram uma síntese mais madura entre os diversos elementos da vida espiritual, cultural e apostólica; abrem a mente e o coração aos novos desafios da história e aos novos apelos que o Espírito Santo dirige à Igreja.

**81.** Múltiplas são as ajudas e os meios de que a formação permanente se pode servir para se tornar cada vez mais uma preciosa experiência vital para o clero. De entre eles, recordamos as diferentes formas de vida comum entre os sacerdotes, sempre presentes, ainda que em modalidades e intensidades diferentes, na história da Igreja: “Hoje não se pode deixar de recomendá-las, sobretudo entre aqueles que vivem ou estão empenhados pastoralmente no mesmo lugar. Além de favorecer a vida e a ação pastoral, esta vida comum do clero oferece a todos, presbíteros e leigos, um exemplo luminoso de caridade e de unidade”.

Outra ajuda pode ser dada pelas associações sacerdotais, em particular pelos institutos seculares sacerdotais, que apresentam como nota específica a diocesaneidade, por força da qual os sacerdotes se unem mais estreitamente ao bispo, e constituem “um estado de consagração no qual os sacerdotes, mediante votos ou outros laços sagrados, são chamados a encarnar na vida os conselhos evangélicos”. Todas as formas de “fraternidade sacerdotal” aprovadas pela Igreja são úteis tanto para a vida espiritual como para a vida apostólica e pastoral.

Também a prática da direção espiritual contribui muito para favorecer a formação permanente dos sacerdotes. É um meio clássico, que nada perdeu do seu precioso valor, não só para assegurar a formação espiritual mas ainda para promover e sustentar uma contínua fidelidade e generosidade no exercício do ministério sacerdotal. Como então escrevia o futuro Papa Paulo VI, “a direção espiritual tem uma função belíssima e pode-se dizer indispensável para a educação moral e espiritual da juventude que queira interpretar e seguir com absoluta lealdade a vocação da própria vida, seja ela qual for, e conserva sempre uma importância benéfica para todas as idades da vida, quando à luz e à caridade de um conselho piedoso e prudente se pede a comprovação da própria retidão e o conforto para o cumprimento generoso dos próprios deveres. É meio pedagógico muito delicado, mas de grandíssimo valor; é arte pedagógica e psicológica de grande responsabilidade para quem a exercita; é exercício espiritual de humildade e de confiança para quem a recebe”.

#### **Nota:11**

**CDC 242 § 1º:** “Deve haver em cada nação as Diretrizes básicas para a formação sacerdotal, que devem ser estabelecidas pela Conferência dos bispos, levando em conta as normas dadas pela suprema autoridade da Igreja, e aprovadas pela Santa Sé. Devem ser adaptadas a novas circunstâncias, com nova aprovação da Santa Sé. Nelas sejam definidos os princípios básicos e as normas gerais da formação a ser dada no seminário, adaptadas às necessidades de cada região ou província”.

#### **Nota:12**

**CDC 242 § 2º:** “As normas das Diretrizes, mencionadas no § 1, sejam observadas em todos os seminários, diocesanos ou interdiocesanos”.

#### **Nota:13**

**CDC, 243:** “Além disso, cada seminário tenha o próprio regulamento aprovado pelo bispo diocesano ou, se se tratar de seminário interdiocesano, pelos bispos interessados. Nele se adaptem as normas das Diretrizes básicas para a formação sacerdotal às circunstâncias particulares, e se determinem mais exatamente sobretudo os pontos disciplinares referentes à vida cotidiana dos alunos e à organização de todo o seminário”.

#### **Nota:14**

**PDV, 34:** “Vinde ver (Jo 1,39). Desta forma responde Jesus aos dois discípulos de João Batista, que lhe perguntavam onde habitava. Nestas palavras, encontramos o significado da vocação.

Eis como o evangelista narra o chamamento de André e de Pedro: No dia seguinte, João estava ainda lá com dois dos seus discípulos e, lançando o olhar para Jesus que passava, disse: “Eis o Cordeiro de Deus!”. E os dois discípulos ouvindo-o falar daquela maneira, seguiram Jesus. Jesus voltou-se então e, vendo que o seguiam, disse: “Que procurais?”. Responderam-lhe: “Rabbi, (que significa Mestre) onde moras?”. Disse-lhes: “Vinde ver”. Foram então e viram onde morava e permaneceram com ele naquele dia. Era pelas quatro horas da tarde. Um dos dois que tinham escutado as palavras de João e que o tinham seguido era André, irmão de Simão Pedro. Encontrou, em primeiro lugar, seu irmão Simão e disse-lhe: “Encontramos o Messias (que significa

Cristo)" e levou-o a Jesus. Jesus, fixando nele o olhar disse: "Tu és Simão, filho de João. Chamar-te-ás Cefás (que quer dizer Pedro)" (Jo 1,35-42).

Esta página do Evangelho é uma das muitas da Sagrada Escritura onde se descreve o "mistério" da vocação, no nosso caso o mistério da vocação para ser apóstolo de Jesus. A página de São João, que tem também um significado para a vocação cristã enquanto tal, reveste um valor emblemático no caso da vocação sacerdotal. A Igreja, comunidade dos discípulos de Jesus, é chamada a fixar o seu olhar sobre esta cena que, de certo modo, se renova continuamente na história. É convidada a aprofundar o sentido original e pessoal da vocação para o seguimento de Cristo no ministério sacerdotal e o laço indissociável entre a graça divina e a responsabilidade humana, encerrado e revelado nos dois termos que mais vezes encontramos no Evangelho: vem e segue-me (cf. Mt 19,21). É solicitada a decifrar e a percorrer o dinamismo próprio da vocação, o seu desenvolvimento gradual e concreto nas fases do procurar Jesus, do segui-Lo e do permanecer com ele.

A Igreja identifica neste Evangelho da vocação o paradigma, a força e o impulso de sua pastoral vocacional, ou seja, de sua missão destinada a cuidar do nascimento, discernimento e acompanhamento das vocações, particularmente das vocações ao sacerdócio. Precisamente porque a falta de sacerdotes é por certo a tristeza de cada Igreja, a pastoral vocacional exige, sobretudo hoje, ser assumida com um novo, vigoroso e mais decidido compromisso por parte de todos os membros da Igreja, na consciência de que aquela não é um elemento secundário ou acessório, nem um momento isolado ou setorial, quase uma simples parte, ainda que relevante, da pastoral global da Igreja: é sim, como repetidamente afirmaram os Padres sinodais, uma atividade intimamente inserida na pastoral geral de cada Igreja, um cuidado que deve ser integrado e plenamente identificado com a "cura de almas" dita ordinária, uma dimensão conatural e essencial da pastoral da Igreja, ou seja, da sua vida e da sua missão.

Sim, a dimensão vocacional é conatural e essencial à pastoral da Igreja. A razão está no fato de que a vocação define, em certo sentido, o ser profundo da Igreja, ainda antes do seu operar. No próprio nome da Igreja, Eclesial, está indicada a sua íntima fisionomia vocacional, porque ela é verdadeiramente convocação, Assembléia dos chamados: A todos aqueles que olham com fé para Jesus, como autor da salvação e princípio da unidade e da paz, Deus convocou-os e constituiu com eles a Igreja, para que seja para todos e cada um o sacramento visível desta unidade salvífica.

Uma leitura propriamente teológica da vocação sacerdotal e da pastoral que lhe diz respeito pode brotar apenas da leitura do mistério da Igreja como *mysterium vocationis*".

#### Nota:15

**PDV, 34:** "Vinde ver (Jo 1,39). Desta forma responde Jesus aos dois discípulos de João Batista, que lhe perguntavam onde habitava. Nestas palavras, encontramos o significado da vocação.

Eis como o evangelista narra o chamamento de André e de Pedro: No dia seguinte, João estava ainda lá com dois dos seus discípulos e, lançando o olhar para Jesus que passava, disse: "Eis o Cordeiro de Deus!". E os dois discípulos ouvindo-o falar daquela maneira, seguiram Jesus. Jesus voltou-se então e, vendo que o seguiam, disse: "Que procurais?". Responderam-lhe: "Rabbi, (que significa Mestre) onde moras?". Disse-lhes: "Vinde ver". Foram então e viram onde morava e permaneceram com ele naquele dia. Era pelas quatro horas da tarde. Um dos dois que tinham escutado as palavras de João e que o tinham seguido era André, irmão de Simão Pedro. Encontrou, em primeiro lugar, seu irmão Simão e disse-lhe: "Encontramos o Messias (que significa Cristo)" e levou-o a Jesus. Jesus, fixando nele o olhar disse: "Tu és Simão, filho de João. Chamar-te-ás Cefás (que quer dizer Pedro)" (Jo 1,35-42).

Esta página do Evangelho é uma das muitas da Sagrada Escritura onde se descreve o "mistério" da vocação, no nosso caso o mistério da vocação para ser apóstolo de Jesus. A página de São João, que tem também um significado para a vocação cristã enquanto tal, reveste um valor emblemático no caso da vocação sacerdotal. A Igreja, comunidade dos discípulos de Jesus, é chamada a fixar o seu olhar sobre esta cena que, de certo modo, se renova continuamente na história. É convidada a aprofundar o sentido original e pessoal da vocação para o seguimento de Cristo no ministério sacerdotal e o laço indissociável entre a graça divina e a responsabilidade humana, encerrado e revelado nos dois termos que mais vezes encontramos no Evangelho: vem e segue-me (cf. Mt 19,21). É solicitada a decifrar e a percorrer o dinamismo próprio da vocação, o seu desenvolvimento gradual e concreto nas fases do procurar Jesus, do segui-Lo e do permanecer com ele.

A Igreja identifica neste Evangelho da vocação o paradigma, a força e o impulso de sua pastoral vocacional, ou seja, de sua missão destinada a cuidar do nascimento, discernimento e acompanhamento das vocações, particularmente das vocações ao sacerdócio. Precisamente porque a falta de sacerdotes é por certo a tristeza de cada Igreja, a pastoral vocacional exige, sobretudo hoje, ser assumida com um novo, vigoroso e mais decidido compromisso por parte de todos os membros da Igreja, na consciência de que aquela não é um elemento secundário ou acessório, nem um momento isolado ou setorial, quase uma simples parte, ainda que relevante, da pastoral global da Igreja: é sim, como repetidamente afirmaram os Padres sinodais, uma atividade intimamente inserida na pastoral geral de cada Igreja, um cuidado que deve ser integrado e plenamente identificado com a "cura de almas" dita ordinária, uma dimensão conatural e essencial da pastoral da Igreja, ou seja, da sua vida e da sua missão.

Sim, a dimensão vocacional é conatural e essencial à pastoral da Igreja. A razão está no fato de que a vocação define, em certo sentido, o ser profundo da Igreja, ainda antes do seu operar. No próprio nome da Igreja, Eclesial, está indicada a sua íntima fisionomia vocacional, porque ela é verdadeiramente convocação, Assembléia dos chamados: A todos aqueles que olham com fé para Jesus, como autor da salvação e princípio da unidade e da paz, Deus convocou-os e constituiu com eles a Igreja, para que seja para todos e cada um o sacramento visível desta unidade salvífica.

Uma leitura propriamente teológica da vocação sacerdotal e da pastoral que lhe diz respeito pode brotar apenas da leitura do mistério da Igreja como *mysterium vocationis*".

#### Nota:16

**DBFP II, 3:** "A responsabilidade da comunidade cristã para com as vocações ao presbiterato manifesta-se de diversas formas, acompanhando o desenvolvimento ou as exigências intrínsecas da própria vocação."

#### Nota:17

**DSD, 79-80:** "79. Estamos diante de fatos inegáveis: há um aumento das vocações sacerdotais, cresceu o interesse por uma pastoral que apresente aos jovens, com clareza, a possibilidade de um chamado do Senhor."

Mas os jovens chamados não podem escapar às mudanças familiares, culturais, econômicas e sociais do momento. A desintegração familiar pode impedir uma experiência de amor que prepara para a entrega generosa de toda a vida. O contágio de uma sociedade “permissiva” e consumista não favorece uma vida de austeridade e sacrifício. Pode acontecer que a motivação vocacional esteja, sem que o candidato o queira, viciada por razões não-evangélicas.

**80.** Por isso consideramos muito importante:

- Estruturar uma pastoral vocacional inserida na pastoral orgânica da diocese, em estreita vinculação com a pastoral familiar e a da juventude. É urgente preparar agentes e encontrar recursos para este campo de pastoral e apoiar o compromisso dos leigos na promoção de vocações consagradas.

- Fundamentar a pastoral vocacional na oração, na frequência aos sacramentos da Eucaristia e da Penitência, na catequese da confirmação, na devoção mariana, no acompanhamento com a direção espiritual e num compromisso missionário concreto: estes são os principais meios que auxiliarão os jovens em seu discernimento.

- Procurar estimular as vocações provenientes de todas as culturas presentes em nossas Igrejas particulares. O Papa nos convidou a prestar atenção às vocações de indígenas (cf. Mensagem aos indígenas, 6; Mensagem aos afro-americanos, 5)“.

#### **Nota: 18**

**PDV, 41:** “A vocação sacerdotal é um dom de Deus, que constitui certamente um grande bem para aquele que é o seu primeiro destinatário. Mas é também um dom para a Igreja inteira, um bem para a sua vida e missão. A Igreja, portanto, é chamada a proteger este dom, a estimá-lo e amá-lo: ela é responsável pelo nascimento e pela maturação das vocações sacerdotais. Em consequência disso, a pastoral vocacional tem como sujeito ativo, como protagonista, a comunidade eclesial enquanto tal, nas suas diversas expressões: da Igreja universal à Igreja particular, e, analogamente, desta à paróquia e a todas as componentes do Povo de Deus.

É grande a urgência, sobretudo hoje, que se difunda e se radique a convicção de que todos os membros da Igreja, sem exceção, tem a graça e a responsabilidade do cuidado pelas vocações. O Concílio Vaticano II é explícito, ao afirmar que o dever de fomentar as vocações sacerdotais pertence a toda a comunidade cristã, que as deve promover sobretudo mediante uma vida plenamente cristã. Só na base desta convicção, a pastoral das vocações poderá manifestar o seu rosto verdadeiramente eclesial, desenvolvendo uma ação concorde, servindo-se também de organismos específicos e de adequados instrumentos de comunhão e de co-responsabilidade.

A primeira responsabilidade da pastoral orientada para as vocações sacerdotais é do bispo, que é chamado a vivê-la em primeira pessoa, ainda que possa e deva suscitar múltiplas colaborações. Ele é pai e amigo no seu presbitério, e é sua, antes de mais, a solicitude de dar continuidade ao carisma e ao ministério presbiteral, associando-lhe novos efetivos pela imposição das mãos. Ele cuidará que a dimensão vocacional esteja sempre presente em todos os âmbitos da pastoral ordinária, melhor, seja plenamente integrada e como que identificada com ela. Cabe-lhe a tarefa de promover e coordenar as várias iniciativas vocacionais.

O bispo sabe que pode contar, em primeiro lugar, com a colaboração do seu presbitério. Todos os sacerdotes são solidários com ele e co-responsáveis na procura e promoção das vocações presbiterais. De fato, como afirma o Concílio, cabe aos sacerdotes, como educadores da fé, cuidar por si, ou por meio de outros, para que cada fiel seja levado, no Espírito Santo, a cultivar a própria vocação. É esta uma função que faz parte da própria missão sacerdotal, em virtude da qual o presbítero é feito participante da solicitude de toda a Igreja, para que jamais faltem, na Terra, operários para o Povo de Deus. A própria vida dos padres, a sua dedicação incondicional ao rebanho de Deus, o seu testemunho de amoroso serviço ao Senhor e à sua Igreja - testemunho assinalado pela opção da cruz acolhida na esperança e na alegria pascal -, a sua concórdia fraterna e o seu zelo pela evangelização do mundo são o primeiro e mais persuasivo fator de fecundidade vocacional.

Uma responsabilidade particularíssima está confiada à família cristã que, em virtude do sacramento do matrimônio, participa, de modo próprio e original, na missão educativa da Igreja mestra e mãe. Como disseram os Padres sinodais, a família cristã - que é verdadeiramente “como que a Igreja doméstica” (Lumen Gentium, 11) - sempre ofereceu e continua a oferecer as condições favoráveis para o desabrochar das vocações. Porque a imagem da família cristã se encontra hoje em perigo, deve-se atribuir grande importância à pastoral familiar, de modo que as próprias famílias, ao acolher generosamente o dom da vida humana, sejam “como que o primeiro seminário” (Optatam Totius, 2) onde os filhos possam adquirir desde o início o sentido da piedade e da oração, e o amor à Igreja. Em continuidade e sintonia com a obra dos pais e da família, deve colocar-se a escola, que é chamada a viver a sua identidade de comunidade educadora com uma proposta cultural também capaz de irradiar luz sobre a dimensão vocacional como valor conatural e fundamental da pessoa humana. Nesse sentido, se for oportunamente enriquecida de espírito cristão (seja através de significativas presenças eclesiais na escola estatal, segundo as várias leis nacionais, seja sobretudo no caso da escola católica), pode infundir no ânimo das crianças e dos jovens o desejo de cumprir a vontade de Deus no estado de vida mais idôneo para cada um, sem nunca excluir a vocação ao ministério sacerdotal.

Também os leigos, em particular os catequistas, professores, educadores, animadores da pastoral juvenil, cada um segundo os recursos e modalidades próprias, têm uma grande importância na pastoral das vocações sacerdotais: quanto mais aprofundarem o sentido da sua vocação e missão na Igreja, tanto melhor poderão reconhecer o valor e caráter insubstituível da vocação e da missão presbiteral.

No âmbito das comunidades diocesanas e paroquiais, são de estimar e promover aqueles grupos vocacionais cujos membros oferecem o seu contributo de oração e de sacrifício pelas vocações sacerdotais e religiosas, senão mesmo de sustento moral e material.

Deveremos recordar, aqui também, os grupos, movimentos e associações de fiéis leigos que o Espírito Santo faz surgir e crescer na Igreja, em ordem a uma presença cristã mais missionária no mundo. Estas diversas agregações de leigos estão se revelando como campo particularmente fértil para a manifestação de vocações consagradas, verdadeiros e próprios lugares de proposta e de crescimento vocacional. Muitos jovens, de fato, precisamente no âmbito e graças a estes grupos, advertiram o chamamento do Senhor a segui-lo no caminho do sacerdócio ministerial, e responderam com reconfortante generosidade. São, portanto, de valorizar, para que, em comunhão com toda a Igreja e para seu crescimento, dêem seu específico contributo para o desenvolvimento da pastoral vocacional.

As várias componentes e os diversos membros da Igreja empenhados na pastoral vocacional tornarão tanto mais eficaz sua obra quanto mais estimularem a comunidade eclesial como tal, a começar pela paróquia, a sentir que o problema das vocações sacerdotais não pode ser minimamente delegado a alguns encarregados (os sacerdotes em geral, e mais especialmente os sacerdotes dos seminários), porque, sendo um problema vital que se coloca no próprio coração da Igreja, deve estar no centro do amor de cada cristão pela Igreja”.

**Nota:19**

**PDV, 41:** “A vocação sacerdotal é um dom de Deus, que constitui certamente um grande bem para aquele que é o seu primeiro destinatário. Mas é também um dom para a Igreja inteira, um bem para a sua vida e missão. A Igreja, portanto, é chamada a proteger este dom, a estimá-lo e amá-lo: ela é responsável pelo nascimento e pela maturação das vocações sacerdotais. Em consequência disso, a pastoral vocacional tem como sujeito ativo, como protagonista, a comunidade eclesial enquanto tal, nas suas diversas expressões: da Igreja universal à Igreja particular, e, analogamente, desta à paróquia e a todas as componentes do Povo de Deus. É grande a urgência, sobretudo hoje, que se difunda e se radique a convicção de que todos os membros da Igreja, sem exceção, tem a graça e a responsabilidade do cuidado pelas vocações. O Concílio Vaticano II é explícito, ao afirmar que o dever de fomentar as vocações sacerdotais pertence a toda a comunidade cristã, que as deve promover sobretudo mediante uma vida plenamente cristã. Só na base desta convicção, a pastoral das vocações poderá manifestar o seu rosto verdadeiramente eclesial, desenvolvendo uma ação concorde, servindo-se também de organismos específicos e de adequados instrumentos de comunhão e de co-responsabilidade.

A primeira responsabilidade da pastoral orientada para as vocações sacerdotais é do bispo, que é chamado a vivê-la em primeira pessoa, ainda que possa e deva suscitar múltiplas colaborações. Ele é pai e amigo no seu presbitério, e é sua, antes de mais, a solicitude de dar continuidade ao carisma e ao ministério presbiteral, associando-lhe novos efetivos pela imposição das mãos. Ele cuidará que a dimensão vocacional esteja sempre presente em todos os âmbitos da pastoral ordinária, melhor, seja plenamente integrada e como que identificada com ela. Cabe-lhe a tarefa de promover e coordenar as várias iniciativas vocacionais.

O bispo sabe que pode contar, em primeiro lugar, com a colaboração do seu presbitério. Todos os sacerdotes são solidários com ele e co-responsáveis na procura e promoção das vocações presbiterais. De fato, como afirma o Concílio, cabe aos sacerdotes, como educadores da fé, cuidar por si, ou por meio de outros, para que cada fiel seja levado, no Espírito Santo, a cultivar a própria vocação. É esta uma função que faz parte da própria missão sacerdotal, em virtude da qual o presbítero é feito participante da solicitude de toda a Igreja, para que jamais falem, na Terra, operários para o Povo de Deus. A própria vida dos padres, a sua dedicação incondicional ao rebanho de Deus, o seu testemunho de amoroso serviço ao Senhor e à sua Igreja - testemunho assinalado pela opção da cruz acolhida na esperança e na alegria pascal -, a sua concórdia fraterna e o seu zelo pela evangelização do mundo são o primeiro e mais persuasivo fator de fecundidade vocacional”.

**Nota:20**

**PO, 6:** “Como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito. Para o cumprimento desta missão e exercício de todas as outras funções, o padre recebe um poder espiritual de edificação da Igreja, que o dispõe a tratar a todos com a maior humanidade, a exemplo do Senhor. Não no sentido de querer sempre agradar a todos, mas levando a admoestá-los como a filhos caríssimos de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristã, segundo o que diz o apóstolo: Insiste, oportuna e importunamente, argumenta e corrige, com toda paciência e doutrina.

Como educadores na fé, os sacerdotes, pessoalmente ou por meio de outros, cuidem de cada fiel em particular, para que sigam sua vocação própria, segundo o Evangelho. Ensine-os a agir segundo o Espírito Santo, na caridade e na liberdade pela qual Cristo nos libertou.

Pouco adiantam as belas cerimônias ou as associações cheias de vida, se não contribuem para o amadurecimento cristão das pessoas. Em vista desse objetivo, será de grande valia para os sacerdotes analisarem os acontecimentos, grandes e pequenos, em que se manifesta a vontade de Deus.

Ensinem os fiéis a não viverem exclusivamente em função de si mesmos. Com as graças que recebeu, cada um deve-se colocar a serviço dos outros e cumprir cristãmente seus deveres na sociedade, de acordo com as exigências da caridade.

Embora estejam a serviço de todos, os sacerdotes devem se dedicar de modo especial aos pobres e aos mais fracos, com que o Senhor se mostra mais intimamente unido e cuja evangelização é sinal da obra messiânica.

Cuidem igualmente dos jovens. Também dos casais e dos pais, promovendo grupos de amizade e de ajuda mútua na vida cristã, que muito contribuem para enfrentar com maior facilidade os duros problemas do dia-a-dia.

Saibam os padres que os religiosos, homens e mulheres, são o que há de mais nobre na casa do Senhor, com direito a toda atenção, em vista de seu proveito espiritual, para o bem de toda a Igreja. Acima de tudo, assistam os doentes e agonizantes, visitando-os e confortando-os.

A função pastoral não se limita aos fiéis na sua individualidade, mas visa à formação da comunidade propriamente dita. O espírito comunitário deve ser alimentado tanto na igreja local como em relação à Igreja universal. A comunidade local não guarde para si os seus fiéis, mas estimule seu espírito missionário, para que se empenhem em abrir para todos os homens o caminho de Cristo.

Recomenda-se especial cuidado com os catecúmenos e neófitos que devem ser progressivamente levados a conhecer melhor e a praticar a vida cristã.

A comunidade cristã se edifica a partir da eucaristia, em que fixa suas raízes e apóia sua estrutura. É a base de todo trabalho pedagógico. A celebração eucarística quando autêntica e plena, leva à prática de todas as obras de caridade, à ação missionária, ao auxílio às missões e a todas as múltiplas formas de testemunho cristão.

Sejam verdadeiras mães da comunidade eclesial pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, levando as almas a Cristo. É a forma mais eficaz de preparar o caminho de Cristo e da Igreja, mostrando-o aos que ainda não creem, de estimular os fiéis e de prepará-los para os combates espirituais.

Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes não estejam a serviço de nenhuma ideologia ou partido humanos. Como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, trabalhem sempre para o crescimento espiritual do corpo de Cristo”.

**Nota:21**

**PO, 11:** “O pastor e bispo de nossas almas, que constituiu a Igreja como seu povo, adquirido pelo seu sangue, providenciará até o fim do mundo os sacerdotes necessários para que os cristãos não venham a se tornar como rebanho sem pastor.

Conhecendo, no Espírito Santo, esta disposição de Cristo, os apóstolos julgaram seu dever escolher ministros capazes de ensinar aos outros (2Tm 2, 2). Este papel deriva, sem dúvida, da missão sacerdotal, através da qual o padre participa da preocupação que a Igreja tem de que não faltem, na terra, operários, ao povo de Deus.

Como, porém, piloto e viajantes estão no mesmo barco, lembre-se a todo o povo de Deus que é seu dever cooperar de diversas maneiras, pela oração instante e por todos os meios a seu alcance, para que a Igreja tenha sempre os sacerdotes necessários ao cumprimento de sua missão divina.

A começar pelos padres: na pregação e pelo testemunho da própria vida, manifestando claramente o espírito de serviço e a alegria pascal, coloquem diante dos olhos dos fiéis a excelência e a necessidade do sacerdócio. Sem medir sacrifícios ou dificuldades, procurem ajudar os jovens e adultos que julgarem idôneos para tão excelso ministério, a fim de que se preparem devidamente e possam ser chamados pelo bispo, respeitada integralmente sua liberdade tanto exterior quanto interior.

A direção espiritual contribui enormemente para a consecução desse objetivo.

Pais, professores e todos que cuidam da educação das crianças e dos jovens formem-nos de tal modo que, conscientes da solicitude do Senhor para com seu rebanho e considerando as necessidades da Igreja, estejam prontos a responder generosamente ao chamado do Senhor, dizendo, como o profeta: Eis-me aqui. Envia-me (Is 6, 8).

Não se espere, porém, que o chamado do Senhor se faça ouvir de maneira extraordinária ao futuro padre. Deve ser percebido e avaliado, com toda atenção, pelos padres, através dos sinais habituais com que a vontade de Deus é conhecida todos os dias pelos cristãos prudentes.

Recomendam-se vivamente as obras das vocações, tanto diocesanas, como nacionais. Na pregação, na catequese e na imprensa é preciso manifestar as necessidades da Igreja, tanto local como universal, colocar em sua verdadeira luz o sentido e a excelência do ministério sacerdotal, em que se acumulam os muitos deveres, muito maiores alegrias e através do qual se pode dar a Cristo o testemunho máximo do amor”.

**Nota:22**

**PDV, 41:** “Uma responsabilidade particularíssima está confiada à família cristã que, em virtude do sacramento do matrimônio, participa, de modo próprio e original, na missão educativa da Igreja mestra e mãe. Como disseram os Padres sinodais, a família cristã - que é verdadeiramente “como que a igreja doméstica” (Lumen Gentium, 11) - sempre ofereceu e continua a oferecer as condições favoráveis para o desabrochar das vocações. Porque a imagem da família cristã se encontra hoje em perigo, deve-se atribuir grande importância à pastoral familiar, de modo que as próprias famílias, ao acolher generosamente o dom da vida humana, sejam “como que o primeiro seminário” (Optatam Totius, 2) onde os filhos possam adquirir desde o início o sentido da piedade e da oração, e o amor à Igreja. Em continuidade e sintonia com a obra dos pais e da família, deve colocar-se a escola, que é chamada a viver a sua identidade de comunidade educadora com uma proposta cultural também capaz de irradiar luz sobre a dimensão vocacional como valor conatural e fundamental da pessoa humana. Nesse sentido, se for oportunamente enriquecida de espírito cristão (seja através de significativas presenças eclesiais na escola estatal, segundo as várias leis nacionais, seja sobretudo no caso da escola católica), pode infundir no ânimo das crianças e dos jovens o desejo de cumprir a vontade de Deus no estado de vida mais idôneo para cada um, sem nunca excluir a vocação ao ministério sacerdotal.

Também os leigos, em particular os catequistas, professores, educadores, animadores da pastoral juvenil, cada um segundo os recursos e modalidades próprias, têm uma grande importância na pastoral das vocações sacerdotais: quanto mais aprofundarem o sentido da sua vocação e missão na Igreja, tanto melhor poderão reconhecer o valor e caráter insubstituível da vocação e da missão presbiteral”.

**Nota:23**

**PDV, 41:** “Uma responsabilidade particularíssima está confiada à família cristã que, em virtude do sacramento do matrimônio, participa, de modo próprio e original, na missão educativa da Igreja mestra e mãe. Como disseram os Padres sinodais, a família cristã - que é verdadeiramente “como que a igreja doméstica” (Lumen Gentium, 11) - sempre ofereceu e continua a oferecer as condições favoráveis para o desabrochar das vocações. Porque a imagem da família cristã se encontra hoje em perigo, deve-se atribuir grande importância à pastoral familiar, de modo que as próprias famílias, ao acolher generosamente o dom da vida humana, sejam “como que o primeiro seminário” (Optatam Totius, 2) onde os filhos possam adquirir desde o início o sentido da piedade e da oração, e o amor à Igreja. Em continuidade e sintonia com a obra dos pais e da família, deve colocar-se a escola, que é chamada a viver a sua identidade de comunidade educadora com uma proposta cultural também capaz de irradiar luz sobre a dimensão vocacional como valor conatural e fundamental da pessoa humana. Nesse sentido, se for oportunamente enriquecida de espírito cristão (seja através de significativas presenças eclesiais na escola estatal, segundo as várias leis nacionais, seja sobretudo no caso da escola católica), pode infundir no ânimo das crianças e dos jovens o desejo de cumprir a vontade de Deus no estado de vida mais idôneo para cada um, sem nunca excluir a vocação ao ministério sacerdotal.

Também os leigos, em particular os catequistas, professores, educadores, animadores da pastoral juvenil, cada um segundo os recursos e modalidades próprias, têm uma grande importância na pastoral das vocações sacerdotais: quanto mais aprofundarem o sentido da sua vocação e missão na Igreja, tanto melhor poderão reconhecer o valor e caráter insubstituível da vocação e da missão presbiteral”.

**Nota:24**

**DSD, 80:** “Por isso consideramos muito importante:

- Estruturar uma pastoral vocacional inserida na pastoral orgânica da diocese, em estreita vinculação com a pastoral familiar e a da juventude. É urgente preparar agentes e encontrar recursos para este campo de pastoral e apoiar o compromisso dos leigos na promoção de vocações consagradas.
- Fundamentar a pastoral vocacional na oração, na freqüência aos sacramentos da Eucaristia e da Penitência, na catequese da confirmação, na devoção mariana, no acompanhamento com a direção espiritual e num

compromisso missionário concreto: estes são os principais meios que auxiliarão os jovens em seu discernimento.

- Procurar estimular as vocações provenientes de todas às culturas presentes em nossas Igrejas particulares. O Papa nos convidou a prestar atenção às vocações de indígenas (cf. Mensagem aos indígenas, 6; Mensagem aos afro-americanos, 5)".

**Nota:25**

**PDV, 46:** "O texto conciliar merece uma esmerada meditação, da qual se podem facilmente extrair alguns valores fundamentais e exigências do caminho espiritual do candidato ao sacerdócio.

Impõe-se, antes de mais nada, o valor e a exigência de viver intimamente unidos a Jesus Cristo. A união com o Senhor Jesus, que se fundamenta no Batismo e se alimenta com a Eucaristia, exige exprimir-se na vida de cada dia, renovando-a radicalmente. A íntima comunhão com a Santíssima Trindade, ou seja, a vida nova da graça que nos torna filhos de Deus, constitui a novidade do crente: uma novidade que envolve o ser e o operar. Constitui o mistério da existência cristã que está sob o influxo do Espírito: deve constituir, por conseguinte, o ethos da vida do cristão. Jesus ensinou-nos este maravilhoso conteúdo da vida cristã, que é, ao mesmo tempo, o coração da vida espiritual, com a alegoria da videira e dos sarmentos: Eu sou a verdadeira videira e o meu Pai é o agricultor (...) permaneci em mim e eu em vós. Como o ramo não pode dar fruto se não estiver unido à videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim. Eu sou a videira e vós os ramos. Quem permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto, porque sem mim nada podereis fazer (Jo 15,1. 4-5).

Na cultura atual, não faltam, é certo, valores espirituais e religiosos, e o homem, apesar de toda a aparência em contrário, permanece incansavelmente um faminto e sedento de Deus. Porém, muitas vezes a religião cristã arrisca-se a ser considerada uma religião entre muitas outras, senão mesmo a ser reduzida a uma pura ética social ao serviço do homem. Assim, nem sempre emerge a sua desconcertante novidade na história: ela é mistério, é o evento do Filho de Deus, que se faz homem, e dá a quantos o acolhem o poder de se tornarem filhos de Deus (Jo 1,12); é o anúncio, mais, é o dom da aliança pessoal de amor e de vida de Deus com o homem. Só se os futuros sacerdotes, por meio de uma adequada formação espiritual, tiverem, de fato, uma consciência profunda e experiência crescente deste mistério, poderão comunicar aos outros tão surpreendente e beatificante anúncio (cf. 1Jo 1,1-4).

O texto conciliar, ainda que consciente da absoluta transcendência do mistério cristão, conota a íntima comunhão dos futuros sacerdotes com Jesus, com o matiz da amizade. Esta não é uma absurda presunção do homem. É simplesmente o dom inestimável de Cristo, que disse aos seus apóstolos: Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; chamo-vos amigos, porque tudo o que ouvi de meu Pai vo-lo dei a conhecer (Jo 15,15).

O trecho referido prossegue indicando um segundo grande valor espiritual: a procura de Jesus. Ensinem-se a procurar Cristo. E este, juntamente com o Quererere Deum, um tema clássico da espiritualidade cristã, que encontra uma aplicação específica no âmbito da vocação dos apóstolos. João, ao narrar o seguimento de Jesus dos dois primeiros discípulos, põe em claro o lugar ocupado por esta procura. É o próprio Jesus que põe a pergunta: Que procurais? E os dois respondem: Mestre, onde moras? Prossegue o evangelista: Disse-lhes: "vinde ver". Foram e viram onde habitava, e naquele dia ficaram com ele (Jo 1,37-39). Em certo sentido, a vida espiritual de quem se prepara para o sacerdócio é dominada por esta procura: por esta e pelo encontrar o Mestre, para o seguir e permanecer em comunhão com ele. Também no ministério e na vida sacerdotal, esta procura deverá continuar, tão inesgotável é o mistério da imitação e da participação na vida de Cristo. Assim como deverá continuar este encontrar o Mestre, para transmiti-lo aos outros, melhor ainda, para despertar nos outros o desejo de procurar o Mestre. Mas isto só é verdadeiramente possível se for proposta aos outros uma experiência de vida, uma experiência que mereça ser partilhada. Foi este o caminho seguido por André para conduzir o irmão, Simão, a Jesus: André, escreve o evangelista João, «encontrou em primeiro lugar Simão, seu irmão, e disse-lhe: encontrámos o Messias (que significa Cristo) e conduziu-o a Jesus (Jo 1,41-42). E assim também Simão será chamado como apóstolo, para o seguimento do Messias: Jesus, fixando nele o olhar, disse: Tu és Simão filho de João; chamar-te-ás Cefas (que quer dizer Pedro) (Jo 1,42).

Mas que significa, na vida espiritual, procurar Cristo? E onde encontrá-Lo? Mestre, onde moras?. O decreto conciliar Optatum Totius indica um triplice caminho a percorrer: a fiel meditação da Palavra de Deus, a ativa participação nos mistérios sacrossantos da Igreja, e o serviço da caridade aos simples. São três grandes valores e exigências que definem ulteriormente o conteúdo da formação espiritual do candidato ao sacerdócio".

**PDV, n. 80:** "Se cada momento pode ser um tempo favorável (cf. 2Cor 6,2), no qual o Espírito Santo diretamente conduz o sacerdote a um crescimento na oração, no estudo e na consciência das próprias responsabilidades pastorais, há, todavia, momentos privilegiados, mesmo se mais comunitários e pré-estabelecidos.

Deve-se recordar aqui, antes de mais, os encontros do bispo com o seu presbitério, sejam eles litúrgicos (em particular a concelebração da Missa crismal de Quinta-feira Santa), pastorais ou culturais, em ordem a um confronto sobre a atividade pastoral ou ao estudo de determinados problemas teológicos.

Estão, depois, os encontros de espiritualidade sacerdotal, tais como os retiros, os dias de recolhimento e de espiritualidade etc. Constituem ocasião para um crescimento espiritual e pastoral, para uma oração mais prolongada e calma, para uma volta às raízes do seu ser padre, para reencontrar vigor de motivações para a fidelidade e o impulso pastoral.

Importantes são, também, os encontros de estudo e de reflexão comum: impedem o empobrecimento cultural e a fixação em posições cómodas mesmo no campo pastoral, fruto de preguiça mental; asseguram uma síntese mais madura entre os diversos elementos da vida espiritual, cultural e apostólica; abrem a mente e o coração aos novos desafios da história e aos novos apelos que o Espírito Santo dirige à Igreja".

**Nota:26**

**DSD, 81:** "Mantêm validade os seminários menores e centros afins, devidamente adaptados às condições da época atual para os jovens dos últimos anos do curso médio, nos quais começa a manifestar-se um forte desejo de optar pelo sacerdócio. Em alguns países e em ambientes familiares deteriorados, são necessárias estas instituições para que os jovens cresçam em sua vivência cristã e possam fazer uma opção vocacional mais madura".

**Nota:27**

**VMPPV, 269:** “Promova-se a criação de Grupos de Opção de Vida, Clubes Vocacionais nas paróquias e comunidades e apoiem-se novas experiências nos campos da Promoção Vocacional e da Formação”.

**Nota:28**

**OT, 3:** “Os seminários menores foram criados para cultivar o germe da vocação. Devem proporcionar aos alunos uma formação religiosa peculiar e uma orientação espiritual inspiradas na seqüela generosa e bem intencionada do Cristo redentor.

Sob a orientação paterna do superior, com a cooperação dos pais, os adolescentes devem viver de acordo com a idade, o espírito e o ritmo próprios a seu desenvolvimento, segundo as normas sadias da psicologia, a experiência humana e seus costumes familiares.

Adote-se, além disso, tudo aquilo que será dito abaixo dos seminários maiores, desde que convenha aos objetivos e características do seminário menor. Os estudos devem se organizar de tal modo que, se os seminaristas mudarem de idéia, não tenham dificuldade em prosseguir-los em outra carreira.

Os germes de vocação nos adolescentes devem ser cultivados com igual cuidado nos institutos que, em certas regiões, fazem as vezes de seminário menor e nos que se constituem nas escolas ou em outros centros de educação.

Preveja-se a criação de institutos ou iniciativas similares para as vocações adultas”.

cf. **RFIS, 18.**

**Nota:29**

**PDV, 63:** “Como atesta uma larga experiência, a vocação sacerdotal tem muitas vezes o seu primeiro momento de manifestação, nos anos da pré-adolescência ou nos primeiríssimos anos da juventude. E até em pessoas que chegam a decidir a entrada no Seminário mais adiante no tempo, não é raro constatar a presença da chamada de Deus em período muito anterior. A história da Igreja é um testemunho contínuo de chamados que o Senhor dirige mesmo em tenra idade. Santo Tomás, por exemplo, explica a predileção de Jesus pelo apóstolo João pela sua tenra idade, tirando daí a seguinte conclusão: Isto nos faz compreender como Deus ame, de modo especial, aqueles que se entregam ao seu serviço já desde a juventude.

A Igreja toma ao seu cuidado estes germes de vocação, semeados no coração dos pequenos, proporcionando-lhes, através da instituição dos Seminários menores, um solícito, ainda que inicial, discernimento e acompanhamento. Em várias partes do mundo, estes Seminários continuam a desenvolver uma preciosa obra educativa, destinada a proteger e a fazer desabrochar os germes da vocação sacerdotal, a fim de que os alunos a possam mais facilmente reconhecer e se tornem capazes de lhe corresponder. Sua proposta educativa tende a favorecer, de modo tempestivo e gradual, aquela formação humana, cultural e espiritual que conduzirá o jovem a empreender o caminho para o Seminário maior com uma base adequada e sólida.

Preparar-se para seguir Cristo Redentor com ânimo generoso e coração puro: é este o objetivo do Seminário menor que o Concílio indicou, no Decreto Optatam Totius, que traça desta forma o seu perfil educativo: os alunos sob a orientação paterna dos superiores, com a colaboração oportuna dos pais, levem uma vida plenamente conforme à idade, espírito e evolução dos adolescentes, segundo as normas da sã Psicologia, sem omitir a conveniente experiência das coisas humanas e o contato com a própria família.

O Seminário menor poderá ser, na diocese, também um ponto de referência da pastoral vocacional, com oportunas formas de acolhimento e oferta de ocasiões informativas para aqueles adolescentes que estão à descoberta da vocação ou que, já decididos a segui-la, se vêem obrigados a adiar a entrada no Seminário por diferentes circunstâncias, familiares ou escolares”.

**Nota:30**

**PDV, 62:** “Embora se vá tornando comum a convicção da necessidade dessa preparação prévia ao Seminário maior, verifica-se, todavia, uma diferente avaliação dos seus conteúdos e das suas características, ou seja, do fim preponderante, seja de formação espiritual para o discernimento vocacional, seja de formação intelectual e cultural. Por outro lado, não se podem esquecer as muitas e profundas diferenças que existem tanto relativamente à pessoa dos candidatos, como às diversas regiões e países. Isto sugere, ainda, uma fase de estudo e experimentação, para que se possam definir, de modo mais oportuno e significativo, os diversos elementos desta preparação prévia ou período propedêutico: o tempo, o lugar, a forma, os temas deste período que, além do mais, se deve coordenar com os anos seguintes da formação no Seminário.

Neste sentido, assumo e repropunho ao Dicastério competente o pedido formulado pelos Padres sinodais: O Sinodo pede que a Congregação para a Educação Católica recolha todas as informações sobre experiências iniciais feitas ou que se estejam fazendo. Em tempo oportuno, a Congregação comunique às Conferências episcopais as informações sobre este argumento”.

**Nota:31**

**PDV, 66:** “Tendo presentes - como aliás os Padres sinodais recordaram - as indicações da Exortação Christifideles Laici, e da Carta Apostólica Mulieris Dignitatem, que põem em relevo um saudável influxo da espiritualidade laical e do carisma da feminilidade em todo e qualquer itinerário educativo, é oportuno incluir, de forma prudente e adaptada aos vários contextos culturais, a colaboração de leigos, homens e mulheres, no trabalho formativo dos futuros sacerdotes. Devem ser escolhidos com cuidado, no quadro das leis da Igreja e segundo as suas comprovadas competências. Da sua colaboração, oportunamente coordenada e integrada nas responsabilidades educativas primárias dos formadores dos futuros presbíteros, é lícito esperar-se benéficos frutos para o crescimento equilibrado do sentido de Igreja e para uma percepção mais clara da própria identidade sacerdotal por parte dos candidatos ao presbiterado”.

**Nota:32**

**DSD, 80:** “Por isso consideramos muito importante:

- Estruturar uma pastoral vocacional inserida na pastoral orgânica da diocese, em estreita vinculação com a pastoral familiar e a da juventude. É urgente preparar agentes e encontrar recursos para este campo de pastoral e apoiar o compromisso dos leigos na promoção de vocações consagradas.

- Fundamentar a pastoral vocacional na oração, na frequência aos sacramentos da Eucaristia e da Penitência, na catequese da confirmação, na devoção mariana, no acompanhamento com a direção espiritual e num compromisso missionário concreto: estes são os principais meios que auxiliarão os jovens em seu discernimento.

- Procurar estimular as vocações provenientes de todas às culturas presentes em nossas Igrejas particulares. O Papa nos convidou a prestar atenção às vocações de indígenas (cf. Mensagem aos indígenas, 6; Mensagem aos afro-americanos, 5)".

**Nota:33**

**PDV, 60:** "A necessidade do Seminário maior - e da análoga Casa religiosa - para a formação dos candidatos ao sacerdócio, defendida com autoridade pelo Concílio Vaticano II, foi reafirmada pelo Sinodo com estas palavras: A instituição do Seminário maior como lugar ideal de formação deve certamente confirmar-se como espaço normal, mesmo material, de uma vida comunitária e hierárquica, mais, como casa própria para a formação dos candidatos ao sacerdócio, com superiores verdadeiramente consagrados a este serviço. Esta instituição deu muitíssimos frutos ao longo dos séculos e continua a dá-los em todo o mundo.

O Seminário apresenta-se como um tempo e um espaço; mas configura-se, sobretudo, como uma comunidade educativa em caminhada: é a comunidade promovida pelo bispo para oferecer, a quem é chamado pelo Senhor a servir como os apóstolos, a possibilidade de reviver a experiência formativa que o Senhor reservou aos Doze. Na realidade, uma prolongada e íntima permanência de vida com Jesus é apresentada no Evangelho como premissa necessária para o ministério apostólico. Esta permanência requer dos Doze a realização, de modo particularmente claro e específico, da separação, em certa medida proposta a todos os discípulos, do ambiente de origem, do trabalho habitual, dos afetos, até dos mais queridos (cf. Mc 1,16-20; 10,28; Lc 9,23. 57-62; 14,25-27). Já mais de uma vez apresentamos a tradição de Marcos que sublinha a ligação profunda que une os apóstolos a Cristo, e entre si: antes de serem enviados a pregar e a fazer curas, são chamados a estar com ele (Mc 3,14).

A identidade profunda do Seminário é a de ser, a seu modo, uma continuação, na Igreja, da mesma comunidade apostólica reunida em volta de Jesus, escutando a sua palavra, caminhando para a experiência da Páscoa, esperando o dom do Espírito para a missão. Esta identidade constitui o ideal normativo que estimula o Seminário, nas mais diversas formas e nas múltiplas vicissitudes que, enquanto instituição humana, vive na história, na qual encontre uma concreta realização, fiel aos valores evangélicos em que se inspira e capaz de responder às situações e necessidades dos tempos.

O Seminário é, em si mesmo, uma experiência original da vida da Igreja: nele o bispo torna-se presente por meio do ministério do reitor e do serviço de co-responsabilidade por ele animado com os outros educadores, em ordem a um crescimento pastoral e apostólico dos alunos. Os vários membros da comunidade do Seminário, reunidos pelo Espírito numa única fraternidade, colaboram, cada qual segundo os dons de que dispõe, para o crescimento de todos na fé e na caridade a fim de se prepararem adequadamente para o sacerdócio e, por conseguinte, prolongarem, na Igreja e na história, a presença salvífica de Jesus Cristo, o Bom Pastor.

Já na sua vertente humana, o Seminário maior deve tender a tornar-se uma comunidade impregnada de uma profunda amizade e caridade, de modo a poder ser considerada uma verdadeira família, que vive na alegria. Na sua face cristã, o Seminário deve configurar-se - dizem os Padres sinodais - como comunidade eclesial, como comunidade dos discípulos do Senhor, na qual se celebra uma mesma Liturgia (que permeia a vida de espírito de oração), formada dia-a-dia na leitura e na meditação da Palavra de Deus, no sacramento da Eucaristia, e no exercício da justiça e da caridade fraterna; uma comunidade onde, no progresso da vida comunitária e na vida de cada membro, resplandece o Espírito de Cristo e o amor para com a Igreja. Como confirmação e desenvolvimento concreto da essencial dimensão eclesial do Seminário, acrescentam os Padres sinodais: Enquanto comunidade eclesial, seja diocesana, seja interdiocesana, seja mesmo religiosa, o Seminário alimente o sentido da união dos candidatos com seu bispo e presbitério, de modo que participem de suas esperanças, de suas angústias, e saibam estender esta abertura às necessidades da Igreja universal.

É essencial para a formação dos candidatos ao sacerdócio e ao ministério pastoral, o qual por sua natureza é eclesial, que o Seminário seja sentido não de um modo exterior e superficial, quer dizer, como simples lugar de habitação e de estudo, mas de um modo interior e profundo: como comunidade, uma comunidade especificamente eclesial, uma comunidade que revive a experiência do grupo dos Doze unidos a Jesus".

**Nota:34**

**VMPPV, 275:** "O seminário não deve ser concebido como um ambiente fechado sobre si mesmo, mas como a instituição que sustenta e orienta o processo pedagógico de discernimento e formação enraizado na comunidade eclesial mais ampla".

**Nota:35**

**CDC 235 § 1º:** "Os jovens que pretendem ser admitidos ao sacerdócio sejam educados para uma formação espiritual adequada e para os ofícios que lhes são próprios, no seminário maior durante todo o tempo da formação ou, se a juízo do bispo diocesano o exigirem as circunstâncias, ao menos por quatro anos".

**Nota:36**

**PDV, 62:** "A finalidade e a configuração educativa do Seminário maior exige que os candidatos ao sacerdócio entrem já com alguma preparação prévia. Tal preparação não colocava problemas particulares, pelo menos até alguns decênios atrás, no tempo em que os candidatos ao sacerdócio provinham habitualmente dos Seminários menores e a vida cristã das comunidades oferecia facilmente a todos, indistintamente, uma discreta instrução e educação cristã.

A situação, em muitas partes, está alterada. Verifica-se uma forte discrepância entre o estilo de vida e a preparação de base das crianças, dos adolescentes e jovens, mesmo cristãos e por vezes comprometidos na vida da Igreja, por um lado, e, por outro, o estilo de vida do Seminário e suas exigências formativas. Neste contexto e em comunhão com os Padres sinodais, peço que haja um período adequado de preparação que preceda a formação do Seminário. É útil que haja um período de preparação humana, cristã, intelectual e espiritual para os candidatos ao Seminário maior. Estes candidatos devem, porém, apresentar algumas qualidades determinadas: reta intenção, um grau suficiente de maturidade humana, um conhecimento bastante amplo da doutrina da fé, alguma introdução aos métodos de oração, costumes conformes à tradição cristã. Possuam também atitudes próprias de sua região, pelas quais é expresso o esforço de encontrar Deus e a fé (cf. Evangelii nuntiandi, 48)".

**EN, 48:** "Neste ponto, tocamos um aspecto da evangelização a que não se pode ser indiferente. Queremos referir-nos àquela realidade que com frequência vai sendo designada nos nossos dias, com os termos religiosidade popular.



É um fato que, tanto nas regiões onde a Igreja se acha implantada, há séculos, quanto nos lugares onde ela se encontra em vias de implantação, subsistem expressões particulares da busca de Deus e da fé.

Encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões assim constituem hoje, mais ou menos por toda parte, o objeto de uma redescoberta. Os bispos aprofundaram o seu significado, no decorrer do recente Sínodo, com um realismo e um zelo pastoral que merecem destaque.

A religiosidade popular, pode-se dizer, tem sem dúvida as suas limitações. Ela acha-se freqüentemente aberta à penetração de muitas deformações da religião, como sejam, por exemplo, as superstições. Depois, ela permanece com freqüência apenas a um nível de manifestações culturais, sem expressar ou determinar uma verdadeira adesão de fé. Ela pode, ainda, levar à formação de seitas e pôr em perigo a verdadeira comunidade eclesial.

Se essa religiosidade popular, porém, for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, ela é algo rico de valores. Assim ela traduz em si tal sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes a terem expressões de generosidade e predispõe-nas ao sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante etc. Ela, depois, suscita atitudes interiores que raramente se observam em outros casos no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida cotidiana, desapego, aceitação dos outros, dedicação, devoção etc. Em virtude desses aspectos, nós a chamamos de bom grado "piedade popular", no sentido religião do povo, em vez de religiosidade.

A caridade pastoral há de ditar, a todos aqueles que o Senhor colocou como chefes de comunidades eclesiais, as normas de procedimento em relação a essa realidade, ao mesmo tempo tão rica e tão vulnerável. Antes de mais, importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se das suas dimensões interiores e dos seus inegáveis valores, estar disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio. Bem orientada, esta religiosidade popular, pode vir a ser cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo".

**Nota:37**

**CDC, 241:** "§ 1. Sejam admitidos ao seminário maior, pelo bispo somente aqueles que, em vista de suas qualidades humanas e morais, espirituais e intelectuais, sua saúde física e psíquica, como também reta intenção, são julgados hábeis para se dedicarem perpetuamente aos ministérios sagrados.

§ 2. Antes de serem recebidos, devem apresentar os atestados de batismo e de confirmação e os outros que se requerem, de acordo com as prescrições das Diretrizes básicas para a formação sacerdotal.

§ 3. Tratando-se de admitir os que tiverem sido admitidos de seminário alheio ou de instituto religioso, requer-se ainda o testemunho do respectivo superior, principalmente sobre a causa do seu afastamento ou saída".

**Nota:38**

**PDV, 69:** "Não se pode esquecer, finalmente, que o próprio candidato ao sacerdócio deve ser considerado protagonista necessário e insubstituível de sua formação: toda e qualquer formação, naturalmente incluindo a sacerdotal, é, no fim de contas, uma autoformação. Ninguém, de fato, nos pode substituir na liberdade responsável que temos como pessoas individuais.

Certamente também o futuro sacerdote, e ele, antes de mais ninguém, deve crescer na consciência de que o protagonista por antonomásia da sua formação é o Espírito Santo que, com o dom do coração novo, configura e assimila a Jesus Cristo, Bom Pastor: nesse sentido, o candidato afirmará sua liberdade da maneira mais radical, ao acolher a ação formadora do Espírito. Mas acolher esta ação significa também, por parte do candidato ao sacerdócio, acolher as mediações humanas de que o Espírito se serve. Por isso mesmo, a ação dos vários educadores só se revela verdadeira e plenamente eficaz se o futuro sacerdote lhe oferece sua pessoal, convicta e cordial colaboração".

**Nota:39**

**CDC, 239:** "§ 1. Em cada seminário haja o reitor que o presida, e, se for o caso o vice-reitor, o ecônomo e, se os alunos fazem os estudos no próprio seminário, também professores que ensinem as diversas disciplinas coordenando-as entre si.

§ 2. Em cada seminário haja ao menos um diretor espiritual, deixando-se aos alunos a liberdade de procurar outros sacerdotes que tenha sido destinados pelo bispo para esse encargo.

§ 3. Nos estatutos do seminário, sejam dadas diretrizes segundo as quais os moderadores, os professores, e até os próprios alunos participem da responsabilidade do reitor, principalmente na manutenção da disciplina".

**Nota:40**

**CDC, 253 § 2º:** "Cuide-se que sejam nomeados professores distintos para o ensino da Sagrada Escritura, teologia dogmática, teologia moral, liturgia, filosofia, direito canônico, história eclesiástica e de outras disciplinas que devem ser dadas segundo método próprio".

**Nota:41**

Além disso, cada seminário tenha o próprio regulamento aprovado pelo bispo diocesano ou, se se tratar de seminário interdiocesano, pelos bispos interessados. Nele se adaptem as normas das Diretrizes básicas para a formação sacerdotal às circunstâncias particulares, e se determinem mais exatamente sobretudo os pontos disciplinares referentes à vida cotidiana dos alunos e à organização de todo o seminário.

**Nota:42**

**CDC, 237:** "Onde for possível e oportuno, haja em cada diocese o seminário maior; caso contrário, os alunos que se preparam para o ministério sagrado sejam confiados a outro seminário, ou então seja fundado um seminário interdiocesano".

**Nota:43**

**PDV, 66:** "Ressalvadas as distinções entre o foro interno e o externo, a oportuna liberdade de escolha dos confessores e a prudência e discrição convenientes ao ministério do diretor espiritual, a comunidade presbiteral dos educadores sinta-se solidária na responsabilidade de educar os candidatos ao sacerdócio. A ela, e sempre tendo como ponto de referência a autorizada avaliação conjunta do bispo e do reitor, compete, em primeiro lugar, a tarefa de promover e verificar a idoneidade dos candidatos quanto aos dotes humanos, espirituais e intelectuais, tendo como pontos fundamentais de referência o espírito de oração, a assimilação profunda da doutrina da fé, a capacidade para a autêntica fraternidade e o carisma do celibato.

Tendo presentes - como aliás os Padres sinodais recordaram - as indicações da Exortação *Christifideles Laici*, e da Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem*, que põem em relevo um saudável influxo da espiritualidade laical e do carisma da feminilidade em todo e qualquer itinerário educativo, é oportuno incluir, de forma prudente e adaptada aos vários contextos culturais, a colaboração de leigos, homens e mulheres, no trabalho formativo dos futuros sacerdotes. Devem ser escolhidos com cuidado, no quadro das leis da Igreja e segundo as suas comprovadas competências. Da sua colaboração, oportunamente coordenada e integrada nas responsabilidades educativas primárias dos formadores dos futuros presbíteros, é lícito esperar-se benéficos frutos para o crescimento equilibrado do sentido de Igreja e para uma percepção mais clara da própria identidade sacerdotal por parte dos candidatos ao presbiterado”.

**Nota:44**

**PDV, 61:** “O Seminário é, pois, uma comunidade eclesial educativa, mais, uma particular comunidade educadora. E é o fim específico a determinar-lhe a fisionomia, ou seja, o acompanhamento vocacional dos futuros sacerdotes, e portanto, o discernimento de sua vocação, a ajuda para lhe corresponder e a preparação para receber o sacramento da Ordem com as graças e as responsabilidades próprias pelas quais o sacerdote é configurado a Jesus Cristo, Cabeça e Pastor, e é habilitado e comprometido a partilhar a sua missão de salvação na Igreja e no mundo.

Enquanto comunidade educadora, a inteira vida do Seminário, em suas mais diversas expressões, está empenhada na formação humana, espiritual, intelectual e pastoral dos futuros presbíteros: trata-se de uma formação que, embora assuma tantos aspectos comuns à formação humana e cristã de todos os membros da Igreja, apresenta conteúdos, modalidades e características que decorrem especificamente do seu fim principal, que é o de preparar para o sacerdócio.

Ora, os conteúdos e as formas da obra educativa exigem que o Seminário tenha uma precisa programação, isto é, um programa de vida que se caracterize seja pela sua organicidade-unidade, seja pela sua sintonia ou correspondência com o único fim que justifica a existência do Seminário: a preparação dos futuros presbíteros.

Neste sentido, os Padres sinodais escrevem: Enquanto comunidade educativa, (o Seminário) deve obedecer a um programa claramente definido que, como nota característica, tenha a unidade de direção manifestada pela figura do reitor e dos colaboradores, na coerência com o regulamento de vida, da atividade formativa e das exigências fundamentais da vida comunitária, a qual comporta também os aspectos essenciais da tarefa formativa. Este programa deve estar clara e decididamente ao serviço da única finalidade específica que justifica a existência do Seminário, a saber, a formação dos futuros presbíteros, pastores da Igreja. E para que a programação seja verdadeiramente adequada e eficaz, é necessário que as grandes linhas programáticas se concretizem mais detalhadamente, mediante algumas regras particulares, destinadas a ordenar a vida comunitária, estabelecendo alguns instrumentos e ritmos temporais precisos”.

**Nota:45**

**CDC, 237:** “§ 1. Onde for possível e oportuno, haja em cada diocese o seminário maior; caso contrário, os alunos que se preparam para o ministério sagrado sejam confiados a outro seminário, ou então seja fundado um seminário interdiocesano.

§ 2. Não se funde um seminário interdiocesano, sem que antes, seja para a fundação do próprio seminário, seja para seus estatutos, a aprovação da Sé Apostólica tenha sido conseguida, e isso, pela Conferência dos bispos, se se trata de seminário para todo o seu território; caso contrário, pelos bispos interessados”.

**Nota:46**

**PDV, 66:** “A comunidade educadora do Seminário articula-se em volta de diversos formadores: o reitor, o diretor ou padre espiritual, os superiores e os professores. Estes devem sentir-se profundamente unidos ao bispo, que, a título diferente e de vários modos, representam, e devem viver entre si em convívio e cordial comunhão e colaboração: esta unidade dos educadores não só torna possível uma adequada realização do programa educativo, mas sobretudo oferece aos candidatos ao sacerdócio o exemplo significativo e a concreta introdução naquela comunhão eclesial que constitui um valor fundamental da vida cristã e do ministério pastoral.

É evidente que uma grande parte da eficácia formativa depende da personalidade madura e forte dos formadores, tanto sob o aspecto humano como evangélico. Por isso torna-se particularmente importante, por um lado, a escolha cuidadosa dos formadores e, por outro, o estímulo destes para que constantemente procurem ser mais idôneos para o encargo que lhes foi confiado. Conscientes de que, precisamente na escolha e na formação dos formadores, reside o futuro da preparação dos candidatos ao sacerdócio, os Padres sinodais detiveram-se longamente a precisar a identidade dos educadores. Concretamente escreveram: A tarefa da formação dos candidatos ao sacerdócio certamente exige não só uma preparação especial dos formadores, que seja verdadeiramente técnica, pedagógica, espiritual, humana e teológica, mas também o espírito de comunhão e de colaboração na unidade para desenvolver o programa, de modo que seja salvaguardada a unidade na ação pastoral do Seminário, sob a orientação do reitor. O grupo dos formadores dê testemunho de uma vida verdadeiramente evangélica e de total dedicação ao Senhor. É oportuno que goze de uma certa estabilidade e tenha residência habitual no seio da comunidade do Seminário. Esteja intimamente unida ao bispo, como primeiro responsável da formação dos sacerdotes.

Os bispos devem ser os primeiros a sentir sua grave responsabilidade na formação daqueles que serão encarregados da educação dos futuros presbíteros. Para este ministério devem ser escolhidos sacerdotes de vida exemplar e na posse de diversas qualidades: maturidade humana e espiritual, experiência pastoral, competência profissional, estabilidade na própria vocação, capacidade de colaboração, preparação doutrinal nas ciências humanas (especialmente em Psicologia) adequadas ao cargo, e o conhecimento das formas de trabalhar em grupo.

Ressalvadas as distinções entre o foro interno e o externo, a oportuna liberdade de escolha dos confessores e a prudência e discrição convenientes ao ministério do diretor espiritual, a comunidade presbiteral dos educadores sintam-se solidária na responsabilidade de educar os candidatos ao sacerdócio. Ela, e sempre tendo como ponto de referência a autorizada avaliação conjunta do bispo e do reitor, compete, em primeiro lugar, a tarefa de promover e verificar a idoneidade dos candidatos quanto aos dotes humanos, espirituais e intelectuais, tendo como pontos fundamentais de referência o espírito de oração, a assimilação profunda da doutrina da fé, a capacidade para a autêntica fraternidade e o carisma do celibato.

Tendo presentes - como aliás os Padres sinodais recordaram - as indicações da Exortação *Christifideles Laici*, e da Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem*, que põem em relevo um saudável influxo da espiritualidade laical e do carisma da feminilidade em todo e qualquer itinerário educativo, é oportuno incluir, de forma prudente e adaptada aos vários contextos culturais, a colaboração de leigos, homens e mulheres, no trabalho formativo dos futuros sacerdotes. Devem ser escolhidos com cuidado, no quadro das leis da Igreja e segundo as suas comprovadas competências. Da sua colaboração, oportunamente coordenada e integrada nas responsabilidades educativas primárias dos formadores dos futuros presbíteros, é lícito esperar-se benéficos frutos para o crescimento equilibrado do sentido de Igreja e para uma percepção mais clara da própria identidade sacerdotal por parte dos candidatos ao presbiterado”.

**Nota:47**

**CDC, 253:** “§ 1. Para o encargo de professor nas disciplinas filosóficas, teológicas e jurídicas, sejam nomeados pelo bispo ou pelos bispos interessados somente os que, eminentes em virtudes, tenham conseguido doutorado ou licença numa universidade ou faculdade reconhecida pela Santa Sé.

§ 2. Cuide-se que sejam nomeados professores distintos para o ensino da Sagrada Escritura, teologia dogmática, teologia moral, liturgia, filosofia, direito canônico, história eclesíastica e de outras disciplinas que devem ser dadas segundo método próprio.

§ 3. O professor que faltar gravemente em seu ofício, seja destituído pela autoridade mencionada no § 1”.

**Nota:48**

**PDV, 67:** “Todos quantos introduzem e acompanham os futuros sacerdotes na sacra doutrina, por meio do ensino da Teologia, assumem uma particular responsabilidade educativa, que a experiência demonstra ser muitas vezes mais decisiva, no desenvolvimento da personalidade presbiteral, que a dos outros educadores.

A responsabilidade dos professores de Teologia, ainda antes de ter em conta a relação docente que devem criar com os candidatos ao sacerdócio, diz respeito à concepção que eles mesmos devem possuir da natureza da Teologia e do ministério sacerdotal, bem como do espírito e estilo segundo o qual devem desenvolver o ensino da Teologia. Neste sentido, os Padres sinodais afirmaram justamente que o teólogo deve estar plenamente consciente de que no seu ensino não se afirma por si mesmo, mas deve abrir e comunicar a inteligência da fé fundamentalmente em nome do Senhor e da Igreja. Deste modo, o teólogo, mesmo valendo-se de todas as possibilidades científicas, desempenha a sua tarefa mandado pela Igreja e colabora com o bispo na tarefa de ensinar. E porque teólogos e bispos estão ao serviço da mesma Igreja, na tarefa de promover a fé, devem desenvolver e cultivar uma confiança recíproca, e neste espírito, superar também as tensões e conflitos (cf. mais amplo desenvolvimento na Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé sobre A Vocação Eclesial do Teólogo).

O professor de Teologia, como qualquer outro educador, deve permanecer em comunhão e colaborar cordialmente com todas as outras pessoas empenhadas na formação dos futuros sacerdotes e apresentar, com rigor científico, generosidade, humildade e paixão, seu contributo original e qualificado, que não é apenas a simples comunicação de uma doutrina - mesmo sendo a sacra doutrina -, mas é sobretudo a oferta da perspectiva que unifica, no designio de Deus, os diversos conhecimentos humanos e as várias expressões de vida.

Em particular, a especificidade e o êxito formativo dos professores de Teologia mede-se pelo fato de eles serem, antes de mais, homens de fé e cheios de amor pela Igreja, convencidos de que o sujeito adequado do conhecimento do mistério cristão continua a ser a Igreja enquanto tal, persuadindo-se, portanto, de que sua tarefa de ensinar é um autêntico ministério eclesial, e pelo fato de serem ricos de sentido pastoral para discernir não só os conteúdos, mas também as formas adequadas para o exercício deste ministério. Particularmente se requer dos professores a fidelidade plena ao Magistério. De fato, ensinam em nome da Igreja e, por isso, são testemunhas da fé”.

**Nota:49**

**CDC, 259 § 2º:** “§ 2. O bispo diocesano ou, se se tratar de seminário interdiocesano, os bispos interessados, visitem eles mesmos os seminários com frequência, velem sobre a formação dos seus alunos, como também sobre o ensino filosófico e teológico aí ministrado; informem-se sobre a vocação, a índole, a piedade e o aproveitamento dos alunos, sobretudo em função do conferimento das ordens sagradas”.

**Nota:50**

**PDV, 64:** “Onde o Seminário menor - que em muitas regiões parece necessário e muito útil - não encontre possibilidades de concretização, é necessário providenciar a constituição de outras instituições, como poderiam ser os grupos vocacionais para adolescentes e jovens. Embora não sendo de natureza permanente, tais grupos poderão proporcionar, num contexto comunitário, uma orientação sistemática para a descoberta e o crescimento vocacional. Mesmo vivendo em família e freqüentando a comunidade cristã, que os ajuda no seu itinerário formativo, estes adolescentes e jovens não deverão ser deixados a sós. Eles têm necessidade de um grupo particular ou uma comunidade que lhes ofereça um ponto de referência para realizarem o itinerário vocacional que o dom do Espírito Santo neles iniciou.

Como sempre aconteceu na história da Igreja, e com algumas características de reconfortante novidade e freqüência nas circunstâncias atuais, deveremos registrar o fenómeno das vocações sacerdotais que se verificam em idade adulta, já depois de uma longa experiência de vida laical e de empenho profissional. Nem sempre é possível, e muitas vezes nem sequer é conveniente, convidar os adultos a seguir o itinerário educativo do Seminário maior. Deve-se, antes, providenciar, depois de um cuidadoso discernimento acerca da autenticidade de tais vocações, no sentido de programar uma forma específica de acompanhamento formativo que consiga assegurar, por meio de oportunas adaptações, a necessária formação espiritual e intelectual. Um reto relacionamento com os outros candidatos ao sacerdócio e períodos de presença na comunidade do Seminário maior poderão garantir a plena integração destas vocações no único presbítero, e a sua íntima e cordial comunhão com ele”.

**Nota:51**

**1Cor 9,19:** “Embora eu seja livre em relação a todos, tornei-me o servo de todos, a fim de ganhar o maior número possível”.

**Nota:52**

**OT, 4:** “Os seminários maiores são indispensáveis. Neles, toda a instrução dos alunos deve tender para que se formem verdadeiros pastores de almas, a exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo, mestre, sacerdote e pastor. A instrução para o ministério da palavra, seja de tal sorte que os seminaristas compreendam sempre melhor a palavra revelada de Deus, assimilem-na pela meditação e a traduzam em suas palavras e no seu modo de agir. A instrução para o ministério do culto e da santificação os leve a ter consciência de realizar a obra da salvação na oração e nas celebrações litúrgicas, através do sacrifício eucarístico e dos sacramentos. Finalmente, a instrução para a prática do ministério os faça saber se comportar diante dos homens como o próprio Cristo, que não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida para a redenção de muitos (Mc 10, 45; cf. Jo 13, 12-17) a fim de que, como servos de todos, a todos aproveitem (Cf. 1Cor 9, 19). Por isso, todos os aspectos da formação espiritual, intelectual e disciplinar devem caminhar juntos, a serviço da finalidade pastoral, em vista da qual diretores e professores devem atuar de maneira ativa e coordenada, seguindo fielmente as orientações do bispo”.

**PDV, 57:** “Toda a formação dos candidatos ao sacerdócio é destinada a dispô-los de modo particular para comungar da caridade de Cristo, Bom Pastor. Portanto, nos seus diversos aspectos, esta formação deve ter um caráter essencialmente pastoral. Afirma-o claramente o decreto conciliar *Optatum Totius*, relativamente aos seminários maiores: A educação dos alunos deve tender para o objetivo de formar verdadeiros pastores de almas segundo o exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo, mestre, sacerdote e pastor. Por isso aqueles sejam preparados para o ministério da Palavra, para que a Palavra de Deus revelada seja por eles cada vez melhor entendida, apropriem-se dela pela meditação, e saibam comunicá-la por palavras e com a vida; para o ministério do culto e da santificação, a fim de que, pregando e celebrando as ações litúrgicas, saibam exercitar a obra da salvação por meio do sacrifício eucarístico e dos Sacramentos; para o ministério de pastores, a fim de que saibam apresentar aos homens Cristo que “não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida pela redenção de muitos” (Mc 10,45; cf. Jo 13,12-17) e para ganhar a muitos, fazendo-se servo de todos (cf. 1Cor 9,19).

O texto conciliar insiste na profunda coordenação existente entre os diversos aspectos da formação humana, espiritual e intelectual, e, ao mesmo tempo, na sua específica finalidade pastoral. Nessa linha de idéias, o objetivo pastoral assegura à formação humana, espiritual e intelectual determinados conteúdos e características específicas, da mesma forma que unifica e caracteriza a inteira formação dos futuros sacerdotes. Como qualquer outra formação, também a formação pastoral se desenvolve através da reflexão madura e da aplicação operativa, e aprofunda as suas raízes vivas num espírito que constitui o fulcro e a força de impulso e de desenvolvimento de tudo.

Exige-se, portanto, o estudo de uma verdadeira e autêntica disciplina teológica: a Teologia pastoral ou prática, que é uma reflexão científica sobre a Igreja no seu edificar-se cotidiano, com a força do Espírito, dentro da história; sobre a Igreja, portanto, como sacramento universal da salvação, como sinal e instrumento vivo da salvação de Jesus Cristo na Palavra, nos Sacramentos e no serviço da caridade. A pastoral não é apenas uma arte nem um complexo de exortações, de experiências ou de métodos; possui uma plena dignidade teológica, porque recebe da fé os princípios e critérios de ação pastoral da Igreja na história, de uma Igreja que se «gera» a cada dia a si mesma, segundo a expressão feliz de S. Beda, o Venerável: *Nam et ecclesia quotidie gignit ecclesiam*. Entre estes princípios e critérios, encontra-se aquele particularmente importante do discernimento evangélico das situações socioculturais e eclesiais, no seio das quais se desenrola a ação pastoral.

O estudo da Teologia pastoral deve iluminar a aplicação operativa, mediante a dedicação a alguns serviços pastorais que os candidatos ao sacerdócio, com a necessária gradualidade e sempre de harmonia com os outros compromissos formativos, devem exercer: trata-se de experiências pastorais que podem confluir num verdadeiro e autêntico tirocinio pastoral que se pode prolongar por algum tempo e exige ser observado de maneira metódica.

Mas o estudo e a atividade pastoral remetem para uma fonte interior que a formação terá o cuidado de defender e valorizar: é a comunhão cada vez mais profunda com a caridade pastoral de Jesus, a qual, como constituiu o princípio e a força do seu agir salvífico, assim, graças à efusão do Espírito Santo no sacramento da Ordem, deve constituir o princípio e a força do ministério do presbítero. Trata-se, efetivamente, de uma formação destinada não apenas a assegurar uma competência pastoral científica e uma habilitação operativa, mas e sobretudo a garantir o crescimento de um modo de ser em comunhão com os mesmos sentimentos e comportamentos de Cristo, Bom Pastor: *Tende entre vós os mesmos sentimentos que existiram em Jesus Cristo*”.

#### **Nota:53**

**PDV, 69:** “Não se pode esquecer, finalmente, que o próprio candidato ao sacerdócio deve ser considerado protagonista necessário e insubstituível de sua formação: toda e qualquer formação, naturalmente incluindo a sacerdotal, é, no fim de contas, uma autoformação. Ninguém, de fato, nos pode substituir na liberdade responsável que temos como pessoas individuais.

Certamente também o futuro sacerdote, e ele, antes de mais ninguém, deve crescer na consciência de que o protagonista por antonomásia da sua formação é o Espírito Santo que, com o dom do coração novo, configura e assimila a Jesus Cristo, Bom Pastor: nesse sentido, o candidato afirmará sua liberdade da maneira mais radical, ao acolher a ação formadora do Espírito. Mas acolher esta ação significa também, por parte do candidato ao sacerdócio, acolher as mediações humanas de que o Espírito se serve. Por isso mesmo, a ação dos vários educadores só se revela verdadeira e plenamente eficaz se o futuro sacerdote lhe oferece sua pessoal, convicta e cordial colaboração”.

#### **Nota:54**

**PDV, 61:** “Um outro aspecto é de se sublinhar aqui: a obra educativa, por natureza, é o acompanhamento de pessoas históricas, concretas, que caminham para a escolha e adesão a determinados ideais de vida. Precisamente por isso, a obra educativa deve saber harmonicamente conciliar a proposta clara da meta a atingir, a exigência de caminhar com seriedade em direção a essa meta, a atenção ao caminhante, ou seja, ao sujeito concreto empenhado nesta aventura, e depois a uma série de situações, de problemas e de dificuldades, de ritmos diversificados de caminho e de crescimento. Isto exige uma sábia elasticidade, que não significa, de fato, transigência sobre os valores nem sobre o empenho consciente e livre, mas amor verdadeiro e respeito

sincero por quem, nas suas condições pessoais, está caminhando para o sacerdócio. Isto vale não só relativamente à pessoa singular, mas também relativamente aos diversos contextos sociais e culturais onde se encontram os Seminários e à diferente história que tem cada um deles. Neste sentido, a tarefa educativa exige uma contínua renovação. Isto mesmo foi salientado pelos Padres, relativamente à configuração dos Seminários: Ressalvada a validade das formas clássicas de Seminário, o Sínodo deseja que o trabalho de consulta das Conferências episcopais sobre as necessidades atuais da formação prossiga como se estabeleceu no Decreto Optatum Totius n. 1, e no Sínodo de 1967. Revejam-se oportunamente as Rationes de cada nação ou rito, seja por ocasião das consultas das Conferências episcopais, seja nas visitas apostólicas aos seminários das diversas nações, para nelas integrar diversas formas de formação aprovadas, que devem responder às necessidades dos povos de cultura chamada indígena, das vocações de homens adultos, vocações para as missões etc...”.

**Nota:55**

**CDC, 243:** “Além disso, cada seminário tenha o próprio regulamento aprovado pelo bispo diocesano ou, se se tratar de seminário interdiocesano, pelos bispos interessados. Nele se adaptem as normas das Diretrizes básicas para a formação sacerdotal às circunstâncias particulares, e se determinem mais exatamente sobretudo os pontos disciplinares referentes à vida cotidiana dos alunos e à organização de todo o seminário”.

**Nota:56**

O quadro anexo, pode servir como referência ou exemplo.

**Nota:57**

**PDV 12:** “A identidade sacerdotal - escreveram os Padres sinodais - como toda e qualquer identidade cristã, encontra na Santíssima Trindade a sua própria fonte, que se revela e autocomunica aos homens em Cristo, constituindo nele e por meio do Espírito a Igreja como germe, e início do Reino. A Exortação Christifideles Laici sintetizando a doutrina conciliar, apresenta a Igreja como mistério, comunhão e missão: ela é mistério porque o amor e a vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo constituem o dom absolutamente gratuito oferecido a quantos nasceram da água e do Espírito (cf. Jo 3,5), chamados a reviver a própria comunhão de Deus e a manifestá-la e comunicá-la na história (missão).

É no interior do mistério da Igreja como comunhão trinitária em tensão missionária, que se revela a identidade cristã de cada um e, portanto, a específica identidade do sacerdote e do seu ministério. O presbítero, de fato, em virtude da consagração que recebe pelo sacramento da Ordem, é enviado pelo Pai, através de Jesus Cristo, ao qual como Cabeça e Pastor do seu povo é configurado, de modo especial, para viver e atuar, na força do Espírito Santo, ao serviço da Igreja e para a salvação do mundo.

Assim se pode compreender a conotação essencialmente relacional da identidade do presbítero: mediante o sacerdócio, que brota das profundezas do mistério de Deus, ou seja, do amor do Pai, da graça de Jesus Cristo e do dom de unidade do Espírito Santo, o presbítero é inserido sacramentalmente na comunhão com o bispo e com os outros presbíteros, para servir o Povo de Deus, que é a Igreja, e atrair todos a Cristo, segundo a oração do próprio Senhor: Pai santo, guarda em teu nome aqueles que me deste, para que sejam um só como nós (...). Como tu, ó Pai estás em mim e eu em ti, assim eles estejam em nós, para que o mundo acredite que tu me enviaste (Jo 17,11. 21).

Não se pode, então, definir a natureza e a missão do sacerdócio ministerial, senão nesta múltipla e rica trama de relações, que brotam da Trindade Santíssima e se prolongam na comunhão da Igreja como sinal e instrumento, em Cristo, da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Neste contexto, a eclesiologia de comunhão torna-se decisiva para explicar a identidade do presbítero, a sua dignidade original, a sua vocação e missão no seio do Povo de Deus e do mundo. De fato, a referência à Igreja é necessária, mesmo se não prioritária, na definição da identidade do presbítero. Enquanto mistério, a Igreja é essencialmente relativa a Jesus Cristo: é, de fato, a plenitude, o Corpo, a Esposa dele. É o sinal e o memorial vivo da sua permanente presença e ação entre nós e para nós. Por isso, o presbítero encontra a verdade plena da sua identidade no fato de ser uma derivação, uma participação específica e uma continuação do próprio Cristo, sumo e único Sacerdote da nova e eterna Aliança: ele é uma imagem viva e transparente de Cristo Sacerdote. O sacerdócio de Cristo, expressão da sua absoluta novidade na história da salvação, constitui a fonte única e o insubstituível paradigma do sacerdócio do cristão, e, especialmente, do presbítero. A referência a Cristo é, então, a chave absolutamente necessária para a compreensão das realidades sacerdotais”.

**Nota:58**

**Fl 2,5:** “deu-nos a vida juntamente com Cristo, quando estávamos mortos por causa de nossas faltas. Vocês foram salvos pela graça!”.

**Nota:59**

**At 1,8:** “Mas o Espírito Santo descerá sobre vocês, e dele receberão força para serem as minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os extremos da terra”.

**Nota:60**

**PO 10:** “O dom espiritual que os padres recebem na ordenação não os restringe a uma missão precisa e limitada, mas os orienta para a missão da salvação em toda a sua amplitude e universalidade, até os confins da terra (At 1, 8), pois todo o ministério sacerdotal é participação da missão universal confiada por Cristo aos apóstolos, em toda a sua amplitude.

O sacerdócio de Cristo, de que os padres participam, está necessariamente voltado para todos os povos de todos os tempos e não se limita de forma alguma pelos laços de sangue, de nação ou de idade, como já o prefigurava o sacerdócio de Melquisedeque. Tenham os sacerdotes no coração a preocupação com toda a Igreja, de tal forma que as dioceses como clero mais numeroso estejam prontas a ajudar as que têm menos padres, por iniciativa ou autorização da própria autoridade local, enviando sacerdotes missionários ou para exercer as funções que carecem de ministros.

Revejam-se pois as normas de encardinação e excardinação de tal modo que, mantida esta instituição antiqüíssima e venerável, venha a corresponder melhor às exigências da atualidade.

Quando houver uma razão apostólica, deve-se não apenas facilitar a redistribuição dos sacerdotes, mas criar obras pastorais adaptadas às diversas categorias de pessoas, de acordo com sua região ou nação. Com esse objetivo, podem-se organizar seminários internacionais, dioceses ou prelaturas pessoais e outras iniciativas congêneres que, preservando-se sempre o direito das autoridades locais, permitam que por seu intermédio se possam encardinar padres, para o bem de toda a Igreja.

Contudo, os padres, sobretudo se sozinhos, não sejam enviados a regiões cuja língua e costumes desconhecem. Seguindo o exemplo dos discípulos de Cristo, sejam ao menos dois ou três, para que se prestem mútuo auxílio.

Cuide-se particularmente de sua vida espiritual e de sua saúde, tanto corporal como mental. Na medida do possível, preparem-se locais de trabalho levando em consideração as circunstâncias pessoais de cada um. É importante que os que se dirigem a um novo país conheçam bem não só a língua, mas a índole psicológica e social do povo a que vão servir de maneira a estar em íntima comunhão com eles, a exemplo do apóstolo Paulo, que podia dizer: Sendo livre, tornei-me escravo de todos para a todos lucrar. Fiz-me judeu com os judeus, para ganhar os judeus... (1Cor 9, 19s)".

**PDV 32:** "A pertença e a dedicação à Igreja particular não confinam a esta, a atividade e a vida do sacerdote: não podem, de fato, ser confinadas, pela própria natureza quer da Igreja particular, quer do ministério sacerdotal. A este respeito, diz o Concílio: O dom espiritual que os presbíteros receberam na Ordenação não os prepara para uma missão limitada e restrita, mas sim para a imensa e universal missão da salvação "até aos confins da terra" (At 1,8); de fato, todo o ministério sacerdotal participa da mesma amplitude universal da missão confiada por Cristo aos apóstolos.

Daqui se conclui que a vida espiritual dos padres deve estar profundamente assinalada pelo anseio e pelo dinamismo missionário. Compete-lhes, no exercício do ministério e no testemunho de vida, plasmar a comunidade a eles confiada como comunidade autenticamente missionária. Como escrevi na Encíclica *Redemptoris Missio*, todos os sacerdotes devem ter um coração e uma mentalidade missionária, devem estar abertos às necessidades da Igreja e do mundo, atentos aos mais afastados e, sobretudo, aos grupos não cristãos do próprio ambiente. Na oração e, em particular, no sacrifício eucarístico, sintam a solicitude de toda a Igreja por toda a humanidade.

Se este espírito missionário animar generosamente a vida dos sacerdotes, aparecerá facilitada a resposta àquela exigência cada vez mais grave hoje na Igreja, que nasce de uma desigual distribuição do clero. Neste sentido, já o Concílio foi suficientemente preciso e incisivo: Tenham presente os presbíteros que devem tomar a peito a solicitude por todas as Igrejas. Para tal, os presbíteros daquelas dioceses que possuem maior abundância de vocações mostrem-se de boa vontade preparados para, com o prévio consentimento ou convite do próprio Ordinário, exercer o seu ministério nas regiões, missões ou obras que sofram escassez de clero".

**Nota:61**

**VMPPV, 312:** "Ninguém seja ordenado presbítero se não tiver feito uma experiência pastoral positiva".

**Nota:62**

**LG 9:** "Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecer-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. "Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão" (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10).

Cristo é a cabeça desse povo messiânico. "Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos (cf. Rm 4, 25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13, 34). Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3, 4) e a "libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus" (Rm 8, 21).

É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. Às vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5, 13-16), enviando-o a todo o universo.

Caminhando no deserto, Israel merece, desde então, o nome de igreja de Deus (cf. Esd 13, 1; Nm 20, 4; Dt 23, 1). Da mesma forma, o novo Israel, que caminha na história, em direção à cidade futura que não passa (cf. Hb 13, 14), pode ser chamado igreja de Cristo (cf. Mt 16, 18), pois foi adquirido com seu sangue (cf. At 20, 28) e Cristo o cumulou de seu Espírito, dotando-o de todos os recursos necessários ao convívio social visível. Deus constituiu como igreja a reunião de todos os que reconhecem Jesus como autor da salvação, princípio de unidade e de paz. A Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação:1 estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites.

A Igreja se alimenta da força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor e caminha assim através de muitas tentações e sofrimentos. Apesar da fraqueza da carne, não deixará de ser fiel a seu Senhor, como esposa digna. Renova-se constantemente sob a ação do Espírito Santo, até que chegue, através da cruz, ao dia sem o caso da ressurreição".

**Nota:63**

**PDV, 17:** "O ministério ordenado, em virtude da sua própria natureza, pode ser exercido somente na medida em que o presbítero estiver unido a Cristo mediante a inserção sacramental na ordem presbiteral e, por

consequente, enquanto se encontrar em comunhão hierárquica com o próprio bispo. O ministério ordenado tem uma radical forma comunitária e pode apenas ser assumido como obra coletiva. Sobre esta natureza de comunhão do sacerdócio se deteve longamente o Concílio, examinando distintamente o relacionamento do presbítero com o seu bispo, com os demais presbíteros e com os próprios leigos.

O ministério do presbítero é, antes de mais, comunhão e colaboração responsável e necessária no ministério do bispo, na solicitude pela Igreja universal e por cada Igreja particular para cujo serviço eles constituem, juntamente com o bispo, um único presbitério.

Cada sacerdote, seja diocesano ou religioso, está unido aos outros membros deste presbitério, na base do sacramento da Ordem, por particulares vínculos de caridade apostólica, de ministério e de fraternidade. De fato, todos os presbíteros, quer diocesanos quer religiosos, participam do único sacerdócio de Cristo Cabeça e Pastor, trabalham para a mesma causa, isto é, a edificação do Corpo de Cristo, que, especialmente em nossos dias, requer múltiplas atividades e novas adaptações e se enriquece, no decurso dos séculos, de carismas sempre novos.

Finalmente os presbíteros, dado que a sua figura e o seu papel na Igreja não substitui, antes promove o sacerdócio batismal de todo o Povo de Deus, conduzindo-o à sua plena atuação eclesial, encontram-se num relacionamento positivo e promotor com os leigos. Eles estão ao serviço da fé, esperança e caridade destes. Reconhecem e sustentam sua dignidade de filhos de Deus como amigos e irmãos, ajudando-os a exercitar, em plenitude, o seu papel específico no âmbito da missão da Igreja.

O sacerdócio ministerial conferido pelo sacramento da Ordem e o comum ou real dos fiéis, que diferem entre si essencialmente e não apenas em grau, estão coordenados entre si, ambos derivando - em forma diversa - do único sacerdócio de Cristo. O sacerdócio ministerial, de fato, não significa, de per si, um maior grau de santidade relativamente ao sacerdócio comum dos fiéis; mas, através dele, é outorgado aos presbíteros, por Cristo no Espírito, um dom particular para que possam ajudar o Povo de Deus a exercitar com fidelidade e plenitude o sacerdócio comum que lhes é conferido".

#### Nota:64

**Puebla, 211-216:** "211. Depois da proclamação de Cristo que nos revela o Pai e nos dá seu Espírito, chegamos a descobrir as raízes últimas de nossa comunhão e participação.

**212.** Revela-nos Cristo que a vida divina é comunhão trinitária. Pai, Filho e Espírito vivem, em perfeita intercomunhão de amor, o mistério supremo da unidade. Daqui procede todo amor e toda comunhão, para a grandeza e dignidade da existência humana.

**213.** Por Cristo, único Mediador, participa a humanidade da vida trinitária. Cristo hoje sobretudo por sua atividade pascal, nos leva a participar do mistério de Deus. Por sua solidariedade conosco, nos torna capazes de vivificar pelo amor nossa atividade e transformar nosso trabalho e nossa história em gesto litúrgico, isto é, de sermos protagonistas com ele da construção da convivência e das dinâmicas humanas que refletem o mistério de Deus e constituem sua glória que vive.

**214.** Por Cristo, com ele e nele, passamos a participar da comunhão de Deus. Não há outro caminho que leve até ao Pai. Vivendo em Cristo, chegamos a ser seu corpo místico, seu povo, povo de irmãos, unidos pelo amor que derrama em nossos corações o Espírito. Esta é a comunhão a qual chama o Pai por Cristo e por seu Espírito. Para ela se orienta toda a história da salvação e nela se consuma o desígnio amoroso do Pai que nos criou.

**215.** A comunhão que se há de construir entre os homens abrange-lhes todo o ser desde as raízes do amor, e há de se manifestar em toda a sua vida, até na sua dimensão econômica, social e política. Produzida pelo Pai, o Filho e o Espírito é a comunicação de sua própria comunhão trinitária.

**216.** Esta é a comunhão que as multidões de nosso Continente procuram com ânsia, quando confiam na providência do Pai ou confessam a Cristo como Deus Salvador, quando buscam a graça do Espírito nos sacramentos da Igreja e até quando traçam sobre si o sinal da cruz "Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo".

#### Nota:65

**PDV, 60:** "A necessidade do Seminário maior - e da análoga Casa religiosa - para a formação dos candidatos ao sacerdócio, defendida com autoridade pelo Concílio Vaticano II, foi reafirmada pelo Sinodo com estas palavras: A instituição do Seminário maior como lugar ideal de formação deve certamente confirmar-se como espaço normal, mesmo material, de uma vida comunitária e hierárquica, mais, como casa própria para a formação dos candidatos ao sacerdócio, com superiores verdadeiramente consagrados a este serviço. Esta instituição deu muitíssimos frutos ao longo dos séculos e continua a dá-los em todo o mundo.

O Seminário apresenta-se como um tempo e um espaço; mas configura-se, sobretudo, como uma comunidade educativa em caminhada: é a comunidade promovida pelo bispo para oferecer, a quem é chamado pelo Senhor a servir como os apóstolos, a possibilidade de reviver a experiência formativa que o Senhor reservou aos Doze. Na realidade, uma prolongada e íntima permanência de vida com Jesus é apresentada no Evangelho como premissa necessária para o ministério apostólico. Esta permanência requer dos Doze a realização, de modo particularmente claro e específico, da separação, em certa medida proposta a todos os discípulos, do ambiente de origem, do trabalho habitual, dos afetos, até dos mais queridos (cf. Mc 1,16-20; 10,28; Lc 9,23. 57-62; 14,25-27). Já mais de uma vez apresentamos a tradição de Marcos que sublinha a ligação profunda que une os apóstolos a Cristo, e entre si: antes de serem enviados a pregar e a fazer curas, são chamados a estar com ele (Mc 3,14).

A identidade profunda do Seminário é a de ser, a seu modo, uma continuação, na Igreja, da mesma comunidade apostólica reunida em volta de Jesus, escutando a sua palavra, caminhando para a experiência da Páscoa, esperando o dom do Espírito para a missão. Esta identidade constitui o ideal normativo que estimula o Seminário, nas mais diversas formas e nas múltiplas vicissitudes que, enquanto instituição humana, vive na história, na qual encontre uma concreta realização, fiel aos valores evangélicos em que se inspira e capaz de responder às situações e necessidades dos tempos.

O Seminário é, em si mesmo, uma experiência original da vida da Igreja: nele o bispo torna-se presente por meio do ministério do reitor e do serviço de co-responsabilidade por ele animado com os outros educadores, em ordem a um crescimento pastoral e apostólico dos alunos. Os vários membros da comunidade do Seminário, reunidos pelo Espírito numa única fraternidade, colaboram, cada qual segundo os dons de que dispõe, para o

crescimento de todos na fé e na caridade a fim de se prepararem adequadamente para o sacerdócio e, por conseguinte, prolongarem, na Igreja e na história, a presença salvífica de Jesus Cristo, o Bom Pastor.

Já na sua vertente humana, o Seminário maior deve tender a tornar-se uma comunidade impregnada de uma profunda amizade e caridade, de modo a poder ser considerada uma verdadeira família, que vive na alegria. Na sua face cristã, o Seminário deve configurar-se - dizem os Padres sinodais - como comunidade eclesial, como comunidade dos discípulos do Senhor, na qual se celebra uma mesma Liturgia (que permeia a vida de espírito de oração), formada dia-a-dia na leitura e na meditação da Palavra de Deus, no sacramento da Eucaristia, e no exercício da justiça e da caridade fraterna; uma comunidade onde, no progresso da vida comunitária e na vida de cada membro, resplandece o Espírito de Cristo e o amor para com a Igreja. Como confirmação e desenvolvimento concreto da essencial dimensão eclesial do Seminário, acrescentam os Padres sinodais: Enquanto comunidade eclesial, seja diocesana, seja interdiocesana, seja mesmo religiosa, o Seminário alimente o sentido da união dos candidatos com seu bispo e presbitério, de modo que participem de suas esperanças, de suas angústias, e saibam estender esta abertura às necessidades da Igreja universal.

É essencial para a formação dos candidatos ao sacerdócio e ao ministério pastoral, o qual por sua natureza é eclesial, que o Seminário seja sentido não de um modo exterior e superficial, quer dizer, como simples lugar de habitação e de estudo, mas de um modo interior e profundo: como comunidade, uma comunidade especificamente eclesial, uma comunidade que revive a experiência do grupo dos Doze unidos a Jesus”.

#### **Nota:66**

**PDV, 81:** “Múltiplas são as ajudas e os meios de que a formação permanente se pode servir para se tornar cada vez mais uma preciosa experiência vital para o clero. De entre eles, recordamos as diferentes formas de vida comum entre os sacerdotes, sempre presentes, ainda que em modalidades e intensidades diferentes, na história da Igreja: Hoje não se pode deixar de recomendá-las, sobretudo entre aqueles que vivem ou estão empenhados pastoralmente no mesmo lugar. Além de favorecer a vida e a ação pastoral, esta vida comum do clero oferece a todos, presbíteros e leigos, um exemplo luminoso de caridade e de unidade.

Outra ajuda pode ser dada pelas associações sacerdotais, em particular pelos institutos seculares sacerdotais, que apresentam como nota específica a diocesaneidade, por força da qual os sacerdotes se unem mais estreitamente ao bispo, e constituem um estado de consagração no qual os sacerdotes, mediante votos ou outros laços sagrados, são chamados a encarnar na vida os conselhos evangélicos. Todas as formas de fraternidade sacerdotal aprovadas pela Igreja são úteis tanto para a vida espiritual como para a vida apostólica e pastoral.

Também a prática da direção espiritual contribui muito para favorecer a formação permanente dos sacerdotes. É um meio clássico, que nada perdeu do seu precioso valor, não só para assegurar a formação espiritual mas ainda para promover e sustentar uma contínua fidelidade e generosidade no exercício do ministério sacerdotal. Como então escrevia o futuro Papa Paulo VI, a direção espiritual tem uma função belíssima e pode-se dizer indispensável para a educação moral e espiritual da juventude que queira interpretar e seguir com absoluta lealdade a vocação da própria vida, seja ela qual for, e conserva sempre uma importância benéfica para todas as idades da vida, quando à luz e à caridade de um conselho piedoso e prudente se pede a comprovação da própria retidão e o conforto para o cumprimento generoso dos próprios deveres. É meio pedagógico muito delicado, mas de grandíssimo valor; é arte pedagógica e psicológica de grande responsabilidade para quem a exercita; é exercício espiritual de humildade e de confiança para quem a recebe”.

#### **Nota:67**

**CDC, 239 § 3º:** “Nos estatutos do seminário, sejam dadas diretrizes segundo as quais os moderadores, os professores, e até os próprios alunos participem da responsabilidade do reitor, principalmente na manutenção da disciplina”.

#### **Nota:68**

**CDC, 245 § 2º:** “Os alunos sejam, de tal maneira formados que, imbuídos de amor para com a Igreja de Cristo, adiram com caridade humilde e filial ao Romano Pontífice, sucessor de Pedro, unam-se ao próprio bispo como fiéis cooperadores e colaborem com os irmãos; pela vida comum no seminário e pelo cultivo do relacionamento de amizade e união com os outros, preparem-se para a união fraterna no presbitério diocesano de que participarão no serviço da Igreja”.

#### **Nota:69**

**PDV, 43:** “Sem uma oportuna formação humana, toda a formação sacerdotal ficaria privada do seu necessário fundamento. Esta afirmação dos Padres sinodais exprime não apenas um dado, cotidianamente sugerido pela razão e confirmado pela experiência, mas também uma exigência que encontra a sua motivação mais profunda e específica na própria natureza do presbítero e do seu ministério. Com efeito, chamado a ser imagem viva de Jesus Cristo, Cabeça e Pastor da Igreja, ele deve procurar refletir em si mesmo, na medida do possível, aquela perfeição humana que resplandece no Filho de Deus feito homem e que transparece com particular eficácia em suas atitudes com os outros, tal como os evangelistas as apresentam. O ministério do sacerdote é, sim, o de anunciar a Palavra, de celebrar os Sacramentos, conduzir na caridade a comunidade cristã, em nome e na pessoa de Cristo, mas isto, dirigindo-se sempre a homens concretos: todo o sumo sacerdote, tomado de entre os homens, é constituído em favor dos homens nas coisas que dizem respeito a Deus (Hb 5,1). Por isso mesmo, a formação humana dos padres revela a sua particular importância relativamente aos destinatários da sua missão: precisamente para que o seu ministério seja humanamente mais credível e aceitável, é necessário que ele modele a sua personalidade humana de modo a torná-la ponte e não obstáculo para os outros, no encontro com Jesus Cristo, Redentor do homem; é preciso que, a exemplo de Jesus, que sabia o que existe no interior de cada homem (Jo 2,25; cf. 8,3-11), o sacerdote seja capaz de conhecer em profundidade a alma humana, intuir dificuldades e problemas, facilitar o encontro e o diálogo, obter confiança e colaboração, exprimir juízos serenos e objetivos”.

#### **Nota:70**

**Jo 11,5:** “Jesus amava Marta, a irmã dela e Lázaro”.

#### **Nota:71**

**PDV 44:** “Ora, a educação para o amor responsável e a maturidade afetiva da pessoa tornam-se absolutamente necessárias para quem, como o presbítero, é chamado ao celibato, ou seja, a oferecer, pela graça do Espírito e com a resposta livre da própria vontade, a totalidade do seu amor e da sua solicitude a



Jesus Cristo e à Igreja. Em vista do compromisso celibatário, a maturidade afetiva deve saber incluir, no âmbito das relações humanas de serena amizade e de profunda fraternidade, um grande amor vivo e pessoal a Jesus Cristo. Como escreveram os Padres sinodais, é de capital importância no suscitar a maturidade afetiva o amor de Cristo, prolongado numa dedicação universal. Assim, o candidato chamado ao celibato encontrará na maturidade afetiva um fulcro seguro para viver a castidade na fidelidade e na alegria”.

**Nota:72**

**PDV, 49:** “Na perspectiva da caridade, que consiste no dom de si mesmo por amor, encontra o seu lugar na formação espiritual do futuro sacerdote, a educação para a obediência, para o celibato e para a pobreza. Vai neste sentido o convite do Concílio: Que os alunos saibam, de modo bem claro, que não são destinados ao mando nem às honras, mas que se devem ocupar totalmente no serviço de Deus e no ministério pastoral. Sejam educados com particular solicitude para a obediência sacerdotal, na pobreza de vida e para uma abnegação de si mesmos, de tal maneira que se habituem a renunciar generosamente mesmo àquilo que, sendo lícito, não é conveniente, e a viver em conformidade com Cristo crucificado”.

**Nota:73**

**PO 14:** “Na realidade, é através de sua Igreja, pelo trabalho de seus ministros, que Cristo cumpre, no mundo, a vontade do Pai, que é, de fato, a fonte de unidade para a vida sacerdotal. Para alcançar essa unidade de vida, os padres devem se unir a Cristo no reconhecimento da vontade do Pai e na generosidade do dom de si mesmos ao rebanho que lhes é confiado.

Dessa forma, agindo como o Bom Pastor, encontram no próprio exercício da caridade pastoral o caminho da perfeição sacerdotal que os leva à unidade entre a vida e a ação. A caridade pastoral provém, principalmente, do sacrifício eucarístico, centro e raiz de toda a vida do padre, que deve procurar viver o que faz no altar. Mas isso só é possível se os sacerdotes penetrarem a fundo no mistério da oração de Cristo.

Na prática, os padres devem examinar se cada uma de suas iniciativas é realmente querida por Deus, verificando se correspondem às normas evangélicas da missão da Igreja. Não se pode separar a fidelidade a Cristo da fidelidade à Igreja. A caridade pastoral exige que os padres não trabalhem em vão, mas sempre em comunhão com os bispos e com os demais sacerdotes. Assim fazendo, os padres encontrarão sua unidade de vida na unidade da própria missão da Igreja, unindo-se a seu Senhor e, por ele, ao Pai, no Espírito Santo, para que sejam plenamente confortados, na maior alegria”.

**Nota:74**

**VMPPV, 296:** “A formação espiritual do futuro presbítero tem como meta conformá-lo progressivamente à pessoa de Jesus Cristo em seu mistério pascal, onde se manifesta a plena intimidade com o Pai e o perfeito assumir da humanidade.”

**Nota:75**

**PDV, 12:** “A identidade sacerdotal - escreveram os Padres sinodais - como toda e qualquer identidade cristã, encontra na Santíssima Trindade a sua própria fonte, que se revela e autocomunica aos homens em Cristo, constituindo nele e por meio do Espírito a Igreja como germe, e início do Reino. A Exortação Christifideles Laici sintetizando a doutrina conciliar, apresenta a Igreja como mistério, comunhão e missão: ela é mistério porque o amor e a vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo constituem o dom absolutamente gratuito oferecido a quantos nasceram da água e do Espírito (cf. Jo 3,5), chamados a reviver a própria comunhão de Deus e a manifestá-la e comunicá-la na história (missão).

É no interior do mistério da Igreja como comunhão trinitária em tensão missionária, que se revela a identidade cristã de cada um e, portanto, a específica identidade do sacerdote e do seu ministério. O presbítero, de fato, em virtude da consagração que recebe pelo sacramento da Ordem, é enviado pelo Pai, através de Jesus Cristo, ao qual como Cabeça e Pastor do seu povo é configurado, de modo especial, para viver e atuar, na força do Espírito Santo, ao serviço da Igreja e para a salvação do mundo.

Assim se pode compreender a conotação essencialmente relacional da identidade do presbítero: mediante o sacerdócio, que brota das profundezas do mistério de Deus, ou seja, do amor do Pai, da graça de Jesus Cristo e do dom de unidade do Espírito Santo, o presbítero é inserido sacramentalmente na comunhão com o bispo e com os outros presbíteros, para servir o Povo de Deus, que é a Igreja, e atrair todos a Cristo, segundo a oração do próprio Senhor: Pai santo, guarda em teu nome aqueles que me deste, para que sejam um só como nós (...). Como tu, ó Pai estás em mim e eu em ti, assim eles estejam em nós, para que o mundo acredite que tu me enviaste (Jo 17,11. 21).

Não se pode, então, definir a natureza e a missão do sacerdócio ministerial, senão nesta múltipla e rica trama de relações, que brotam da Trindade Santíssima e se prolongam na comunhão da Igreja como sinal e instrumento, em Cristo, da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Neste contexto, a eclesiologia de comunhão torna-se decisiva para explicar a identidade do presbítero, a sua dignidade original, a sua vocação e missão no seio do Povo de Deus e do mundo. De fato, a referência à Igreja é necessária, mesmo se não prioritária, na definição da identidade do presbítero. Enquanto mistério, a Igreja é essencialmente relativa a Jesus Cristo: é, de fato, a plenitude, o Corpo, a Esposa dele. É o sinal e o memorial vivo da sua permanente presença e ação entre nós e para nós. Por isso, o presbítero encontra a verdade plena da sua identidade no fato de ser uma derivação, uma participação específica e uma continuação do próprio Cristo, sumo e único Sacerdote da nova e eterna Aliança: ele é uma imagem viva e transparente de Cristo Sacerdote. O sacerdócio de Cristo, expressão da sua absoluta novidade na história da salvação, constitui a fonte única e o insubstituível paradigma do sacerdócio do cristão, e, especialmente, do presbítero. A referência a Cristo é, então, a chave absolutamente necessária para a compreensão das realidades sacerdotais”.

**Nota:76**

**João Paulo II**, PPB 15,15.

**PO 12:** “O sacramento da ordem associa os padres a Cristo sacerdote, como ministros da cabeça, para construir e edificar o seu corpo, a Igreja, como colaboradores da ordem episcopal.

Já no batismo, como todos os fiéis, receberam o sinal e o dom desta graça imensa, que é a possibilidade de visar à perfeição, apesar das fraquezas humanas,1 conforme a palavra do Senhor: Sejam perfeitos como seu Pai celeste é perfeito (Mt 5, 48).

Os sacerdotes devem buscar essa perfeição por uma razão especial, a saber, por terem se consagrado a Deus de um modo novo, na ordenação sacerdotal, como instrumentos vivos do Cristo, sacerdote eterno, prosseguindo no tempo sua obra admirável de reunir a humanidade, com a força do alto.

Como representante de Cristo, o sacerdote recebe a graça de ir se aperfeiçoando no serviço da comunidade que lhe é confiada, e de todo o povo de Deus. Suas fraquezas, como homem, são sanadas por aquele que é pontífice santo, inocente, impoluto e isento de todo pecado (Hb 7, 26).

Santificado, consagrado e enviado ao mundo pelo Pai, Cristo se entregou por nós, para nos resgatar do mal e constituir para si um povo puro, aceitável aos olhos de Deus e seguidor das boas obras (Tt 2, 14), tendo entrado assim na glória, através de sua paixão. Da mesma forma o padre, consagrado pela unção do Espírito Santo e enviado por Cristo, mortifica em si mesmo as obras da carne e se consagra totalmente ao serviço dos homens, de tal forma que, dotado da santidade de Cristo, vá se tornando homem perfeito.

Os padres, desde que sejam fiéis ao Espírito de Cristo, que os vivifica e conduz, prosperam na vida espiritual pelo próprio exercício do ministério, enquanto estão a serviço do Espírito e da santidade. Caminham para a perfeição através dos atos sagrados que praticam todo dia e de todo o seu trabalho, em conjunto com os demais padres e com o bispo.

A santidade dos padres contribui notavelmente para os resultados de seu ministério. Embora a graça de Deus produza frutos também através de ministros indignos, ordinariamente Deus prefere mostrar as suas maravilhas através daqueles que se dispõem com docilidade aos impulsos do Espírito Santo e podem dizer com o apóstolo, em virtude de sua íntima união com Cristo e de sua santidade: Vivo, não porém eu, é Cristo que vive em mim (Gl 2, 20).

Por isso o concílio, para atingir seus objetivos pastorais de renovação interna da Igreja, difusão do Evangelho em todos os povos e diálogo com o mundo moderno, exorta com veemência os sacerdotes a buscarem sempre maior santidade, com os meios recomendados pela Igreja a fim de que se tornarem cada dia mais instrumentos aptos ao serviço de todo o povo de Deus".

#### **Nota:77**

**MC, 37:** "Desejamos, por fim, acentuar que a nossa época, não diversamente das precedentes, é chamada a aquilatar o próprio conhecimento da realidade com a palavra de Deus e, para ater-nos ao assunto de que estamos a tratar, a confrontar as suas concepções antropológicas e os problemas que daí derivam com a figura da Virgem Maria, conforme ela está proposta no Evangelho. Desse modo, a leitura das divinas Escrituras, feita sob o influxo do Espírito Santo e tendo presentes as aquisições das ciências humanas e as várias situações do mundo contemporâneo, levará a descobrir que Maria pode bem ser tomada como modelo naquilo por que anelam os homens do nosso tempo.

Assim, para dar alguns exemplos: a mulher contemporânea, desejosa de participar com poder de decisão nas opções da comunidade, contemplará com íntima alegria a Virgem Santíssima, que, escolhida para o diálogo com Deus, dá o seu consentimento ativo e responsável, não para a solução dum problema contingente, mas sim da obra dos séculos como foi designada com justiça a Encarnação do Verbo; dar-se-á conta de que a escolha do estado virginal por parte de Maria, que no desígnio de Deus a dispunha para o mistério da Encarnação, não foi um ato de fechar-se a qualquer valor do estado matrimonial, mas constitui uma opção corajosa, feita para se consagrar totalmente ao amor de Deus; verificará, com grata surpresa, que Maria de Nazaré, apesar de absolutamente abandonada à vontade do Senhor, longe de ser uma mulher passivamente submissa ou de uma religiosidade alienante foi sim, uma mulher que não duvidou em afirmar que Deus é defensor dos humildes e dos oprimidos e derruba dos seus tronos os poderosos do mundo (cf. Lc 1,51-53); e reconhecerá em Maria, que é a primeira entre os humildes e os pobres do Senhor, uma mulher forte, que conheceu de perto a pobreza e o sofrimento, a fuga e o exílio (cf. Mt 2,13-23) - situações estas, que não podem escapar à atenção de quem quiser secundar, com espírito evangélico, as energias libertadoras do homem e da sociedade; e não lhe aparecerá Maria, ainda, como uma mãe ciosamente voltada só para o próprio Filho divino, mas sim como aquela Mulher que, com a sua ação favoreceu a fé da comunidade apostólica, em Cristo (cf. Jo 2,1-12), e cuja função materna se dilatou, vindo a assumir no Calvário dimensões universais.

São exemplos, como dizíamos. Deles transparece claramente, no entanto, que a figura da Virgem Santíssima, não desilude algumas aspirações profundas dos homens do nosso tempo, e até lhes oferece o modelo acabado do discípulo do Senhor: obreiro da cidade terrena e temporal, e, simultaneamente, peregrino também, em direção à cidade celeste e eterna; promotor da justiça que liberta o oprimido e da caridade que socorre o necessitado mas, sobretudo, testemunha operosa do amor, que edifica Cristo nos corações".

#### **Nota:78**

**Jo 2,5:** "A mãe de Jesus disse aos que estavam servindo: 'Façam o que ele mandar'".

#### **Nota:79**

**Jo 4,34:** "Jesus disse: O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra".

**Jo 17,4:** "Eu te glorifiquei na terra, completei a obra que me deste para fazer".

#### **Nota:80**

**PDV, 47:** "Elemento essencial da formação espiritual é a leitura meditada e orante da Palavra de Deus (lectio divina), é a escuta humilde e cheia de amor daquele que fala. É, de fato, à luz e pela força da Palavra de Deus, que pode ser descoberta, compreendida, amada e seguida a própria vocação e levada a cabo a própria missão, a ponto de que a inteira existência encontra o seu significado unitário e radical no ser ponto de chegada da Palavra de Deus que chama o homem e o ponto de partida da palavra do homem que responde a Deus. A familiaridade com a Palavra de Deus facilitará o itinerário de conversão não apenas no sentido de se separar do mal para aderir ao bem, mas também no sentido de se alimentar no coração os pensamentos de Deus, de modo que a fé, qual resposta à Palavra, se torne o novo critério de juízo e avaliação dos homens e das coisas, dos acontecimentos e dos problemas.

Contanto que a Palavra de Deus seja abordada e acolhida em sua verdadeira natureza, ela leva a encontrar o próprio Deus, que fala ao homem; leva a encontrar Cristo, Verbo de Deus, a Verdade que ao mesmo tempo é Caminho e Vida (cf. Jo 14,6). Trata-se de ler as escrituras escutando as palavras, a Palavra de Deus, como nos recorda o Concílio: As Sagradas Escrituras contêm a Palavra de Deus, e, porque inspiradas, são verdadeiramente Palavra de Deus. E ainda noutro passo: Com esta revelação, de fato, Deus invisível (cf. Cl

1,15; 1Tm 1,7), no seu imenso amor fala aos homens como a amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15) e convive com eles (cf. Br 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com ele.

O conhecimento amoroso e a familiaridade orante com a Palavra de Deus revestem um significado específico no ministério profético do sacerdote, para cujo adequado desenvolvimento se tornam uma condição imprescindível, sobretudo no contexto da nova evangelização, à qual a Igreja é hoje chamada. O Concílio adverte: É necessário que todos os clérigos, e sobretudo os sacerdotes de Cristo e outros que, como os diáconos e os catequistas, servem legitimamente ao ministério da Palavra, mantenham um contato íntimo com as Escrituras mediante a leitura assídua e o estudo diligente, a fim de que nenhum deles se torne "pregador vazio e superficial da Palavra de Deus, por não a ouvir de dentro" (SANTO AGOSTINHO, Sermão 179, 1: PL 38, 966)".

#### **Nota:81**

**SC 47:** "Na última ceia, na noite em que seria traído, nosso Salvador instituiu o sacrifício eucarístico do seu corpo e sangue, que perpetuaria o sacrifício da cruz durante os séculos, até que voltasse. Legou assim à sua Igreja, como à esposa amada, o memorial de sua morte e ressurreição: sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo da caridade<sup>1</sup> e banquete pascal, em que se toma Cristo, em que a mente se enche de graça e em que nos é dado o penhor da glória futura".

#### **Nota:82**

**SC 10:** "Mas a liturgia é o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força. Os trabalhos apostólicos visam a que todos, como filhos de Deus, pela fé e pelo batismo, se reúnam para louvar a Deus na Igreja, participar do sacrifício e da ceia do Senhor.

A liturgia também leva os fiéis a serem unânimes na piedade, depois de participarem dos sacramentos pascais, para que na vida conservem o que receberam na fé. A liturgia renova e aprofunda a aliança do Senhor com os homens, na eucaristia, fazendo-os arder no amor de Cristo. Dela, pois, especialmente da eucaristia, como de uma fonte, derrama-se sobre nós a graça e brota com soberana eficácia a santidade em Cristo e a glória de Deus, fim para o qual tudo tende na Igreja".

#### **Nota:83**

**PO, 6:** "Como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito. Para o cumprimento desta missão e exercício de todas as outras funções, o padre recebe um poder espiritual de edificação da Igreja, que o dispõe a tratar a todos com a maior humanidade, a exemplo do Senhor. Não no sentido de querer sempre agradar a todos, mas levando a admoestá-los como a filhos caríssimos de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristã, segundo o que diz o apóstolo: Insiste, oportuna e importunamente, argumenta e corrige, com toda paciência e doutrina.

Como educadores na fé, os sacerdotes, pessoalmente ou por meio de outros, cuidem de cada fiel em particular, para que sigam sua vocação própria, segundo o Evangelho. Ensine-os a agir segundo o Espírito Santo, na caridade e na liberdade pela qual Cristo nos libertou.

Pouco adiantam as belas cerimônias ou as associações cheias de vida, se não contribuem para o amadurecimento cristão das pessoas. Em vista desse objetivo, será de grande valia para os sacerdotes analisarem os acontecimentos, grandes e pequenos, em que se manifesta a vontade de Deus.

Ensinem os fiéis a não viverem exclusivamente em função de si mesmos. Com as graças que recebeu, cada um deve-se colocar a serviço dos outros e cumprir cristãmente seus deveres na sociedade, de acordo com as exigências da caridade.

Embora estejam a serviço de todos, os sacerdotes devem se dedicar de modo especial aos pobres e aos mais fracos, com que o Senhor se mostra mais intimamente unido e cuja evangelização é sinal da obra messiânica.

Cuidem igualmente dos jovens. Também dos casais e dos pais, promovendo grupos de amizade e de ajuda mútua na vida cristã, que muito contribuem para enfrentar com maior facilidade os duros problemas do dia-a-dia.

Saibam os padres que os religiosos, homens e mulheres, são o que há de mais nobre na casa do Senhor, com direito a toda atenção, em vista de seu proveito espiritual, para o bem de toda a Igreja. Acima de tudo, assistam os doentes e agonizantes, visitando-os e confortando-os.

A função pastoral não se limita aos fiéis na sua individualidade, mas visa à formação da comunidade propriamente dita. O espírito comunitário deve ser alimentado tanto na igreja local como em relação à Igreja universal. A comunidade local não guarde para si os seus fiéis, mas estimule seu espírito missionário, para que se empenhem em abrir para todos os homens o caminho de Cristo.

Recomenda-se especial cuidado com os catecúmenos e neófitos que devem ser progressivamente levados a conhecer melhor e a praticar a vida cristã.

A comunidade cristã se edifica a partir da eucaristia, em que fixa suas raízes e apóia sua estrutura. É a base de todo trabalho pedagógico. A celebração eucarística quando autêntica e plena, leva à prática de todas as obras de caridade, à ação missionária, ao auxílio às missões e a todas as múltiplas formas de testemunho cristão.

Sejam verdadeiras mães da comunidade eclesial pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, levando as almas a Cristo. É a forma mais eficaz de preparar o caminho de Cristo e da Igreja, mostrando-o aos que ainda não crêem, de estimular os fiéis e de prepará-los para os combates espirituais.

Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes não estejam a serviço de nenhuma ideologia ou partido humanos. Como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, trabalhem sempre para o crescimento espiritual do corpo de Cristo".

**CD, 15:** "Ao exercerem sua função de santificar, os bispos devem se lembrar de que são homens como os outros, colocados a serviço dos seres humanos no que diz respeito a Deus, para oferecer dons e sacrifícios pelo pecado. Os bispos têm a plenitude do poder de ordem. Deles dependem os padres, cooperadores da ordem episcopal e verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento. Dependem igualmente deles os diáconos, ordenados para o serviço do povo de Deus, em comunhão com o bispo e seus padres. Os bispos são portanto os principais ministros dos mistérios de Deus e de toda a vida litúrgica da Igreja, de que são responsáveis como moderadores, promotores e vigilantes.

Empenhem-se portanto, sem descanso, para que os fiéis aprofundem o conhecimento do mistério pascal de Cristo e o vivam cada vez mais intensamente, na eucaristia, formando um só corpo estreitamente unido na

unidade da caridade de Cristo. Assíduos na oração e no serviço da palavra (At 6, 4), trabalhem para que todos os que lhes são confiados, cresçam em graça e testemunhem fielmente o Senhor, na oração unânime e na recepção dos sacramentos.

Apliquem-se os bispos em promover a santidade de seus clérigos, religiosos e leigos, segundo a vocação peculiar de cada um, pois devem visar, por ofício, à perfeição. Lembrem-se de que são obrigados a dar exemplo de caridade, humildade e simplicidade de vida. Santifiquem assim as igrejas que lhes são confiadas para que tenham plena consciência de pertencer à Igreja universal de Cristo. Dêem a maior atenção possível às vocações religiosas e sacerdotais, cuidando especialmente das vocações missionárias”.

#### Nota:84

**PO 5, 14b:** “5. Deus, que somente é santo e santificador, quis colocar humildes associados e auxiliares a serviço da obra de santificação. Nesse sentido, os sacerdotes são consagrados a Deus, por ministério do bispo, como participantes, a título especial, do sacerdócio de Cristo, para que atuem, nas celebrações sagradas, como ministros daquele que exerce incessantemente, por nós, na liturgia, seu papel sacerdotal, no Espírito.

Os sacerdotes introduzem os seres humanos, pelo batismo, no povo de Deus. Reconciliam os pecadores pelo sacramento da penitência. Aliviam os doentes com a unção. Oferecem na missa, sacramentalmente, o sacrifício de Cristo. Desde os tempos primitivos, como mostra santo Inácio, mártir, os padres estão associados ao bispo em todos os sacramentos e o representam de diversas maneiras em cada uma das assembléias de fiéis.

Os sacramentos, todos os ministérios eclesiais e todas as obras apostólicas estão ordenados à eucaristia formando um só todo. Na eucaristia reside todo o bem espiritual da Igreja, que é Cristo, nossa páscoa. Pão vivo, em sua carne, vivificada e vivificante, no Espírito Santo, é fonte de vida para os homens, convidados a se unirem a ele, com todos os seus sofrimentos e toda a criação, num único oferecimento.

Por isso a eucaristia é fonte e cume de toda a evangelização. Os catecúmenos são progressivamente admitidos à eucaristia, enquanto os fiéis batizados e confirmados, pela recepção da eucaristia, se inserem cada vez mais profundamente no corpo de Cristo.

A assembléia eucarística, presidida pelo padre, é o centro de todas as reuniões de fiéis. Os sacerdotes ensinam o povo a oferecer a Deus Pai a vítima divina no sacrifício da missa, em união com sua própria vida.

No espírito de Cristo pastor, os sacerdotes procurarão levar os fiéis contritos a submeterem seus pecados ao sacramento da penitência, para melhor se converterem ao Senhor, recordando-se de sua palavra: *Façam penitência, aproxima-se o reino dos céus* (Mt 4, 17).

Habituem-nos igualmente a participar da liturgia sagrada, para se iniciarem na oração e se exercitarem a praticar, em toda a vida, de maneira cada vez mais perfeita, o espírito de oração, segundo as graças e necessidades de cada um. Orientem todos a viver segundo as exigências do seu estado, estimulando os mais perfeitos à prática dos conselhos evangélicos. Ensinem os fiéis a cantarem ao Senhor, em seu coração, hinos e cânticos espirituais, dando sempre graças a Deus Pai por tudo, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo.

Os louvores e ações de graça da celebração eucarística se prolonguem pelas diversas horas do dia através da recitação do ofício divino, que os padres devem dizer em nome da Igreja, do seu povo, e de todos os seres humanos.

Para consolo e satisfação dos fiéis a casa de oração, em que se celebra e se guarda a santíssima eucaristia, deve ser objeto de respeito e veneração, pois, é o lugar da reunião dos fiéis e da presença do Filho de Deus, nosso salvador, que se oferece no altar por nós. Ela deve estar sempre limpa e ser reservada à oração e às celebrações solenes, pois, nesse lugar, pastores e fiéis são convidados a corresponder ao dom daquele que, por sua humanidade, infunde incessantemente a vida em seu corpo.

Cultivem os sacerdotes a ciência e arte litúrgicas, para que seu ministério junto às comunidades que lhe são confiadas seja cada dia mais perfeito no louvor a Deus Pai, Filho e Espírito Santo”.

**14b:** Dessa forma, agindo como o Bom Pastor, encontram no próprio exercício da caridade pastoral o caminho da perfeição sacerdotal que os leva à unidade entre a vida e a ação. A caridade pastoral provém, principalmente, do sacrifício eucarístico, centro e raiz de toda a vida do padre, que deve procurar viver o que faz no altar. Mas isso só é possível se os sacerdotes penetrarem a fundo no mistério da oração de Cristo.

Na prática, os padres devem examinar se cada uma de suas iniciativas é realmente querida por Deus, verificando se correspondem às normas evangélicas da missão da Igreja. Não se pode separar a fidelidade a Cristo da fidelidade à Igreja. A caridade pastoral exige que os padres não trabalhem em vão, mas sempre em comunhão com os bispos e com os demais sacerdotes. Assim fazendo, os padres encontrarão sua unidade de vida na unidade da própria missão da Igreja, unindo-se a seu Senhor e, por ele, ao Pai, no Espírito Santo, para que sejam plenamente confortados, na maior alegria”.

#### Nota:85

**PO 14b:** “Dessa forma, agindo como o Bom Pastor, encontram no próprio exercício da caridade pastoral o caminho da perfeição sacerdotal que os leva à unidade entre a vida e a ação. A caridade pastoral provém, principalmente, do sacrifício eucarístico, centro e raiz de toda a vida do padre, que deve procurar viver o que faz no altar. Mas isso só é possível se os sacerdotes penetrarem a fundo no mistério da oração de Cristo.

Na prática, os padres devem examinar se cada uma de suas iniciativas é realmente querida por Deus, verificando se correspondem às normas evangélicas da missão da Igreja. Não se pode separar a fidelidade a Cristo da fidelidade à Igreja. A caridade pastoral exige que os padres não trabalhem em vão, mas sempre em comunhão com os bispos e com os demais sacerdotes. Assim fazendo, os padres encontrarão sua unidade de vida na unidade da própria missão da Igreja, unindo-se a seu Senhor e, por ele, ao Pai, no Espírito Santo, para que sejam plenamente confortados, na maior alegria”.

**LG, 28:** “O Pai santificou e enviou ao mundo Jesus Cristo (cf. Jo 10, 36), que constituiu os apóstolos e seus sucessores, os bispos, participantes de sua própria consagração e missão. Os bispos, por sua vez, outorgam legitimamente a outras pessoas diversos graus de participação no seu ministério. Por isso, o ministério eclesial, divinamente instituído, se exerce, desde a antiguidade, através de diversas ordens denominadas episcopado, presbiterato e diaconato. Os presbíteros, a quem chamamos de sacerdotes ou, simplesmente, padres, não têm a plenitude do pontificado. Dependem dos bispos no exercício de seu ministério. Participam, entretanto, com ele da honra do sacerdócio e foram consagrados pelo sacramento da ordem. São verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento à imagem de Cristo, sacerdote supremo e eterno (cf. Hb 5,1-10; 7, 24; 9,11-28), para a pregação do Evangelho, o cuidado do rebanho e a celebração do culto. Pelo seu ministério

específico, os sacerdotes participam da função de Cristo, único mediador (cf. 1Tm 2, 5) e devem anunciar a todos a palavra de Deus. Exercem a plenitude de suas funções no culto ou assembléia eucarística, em que agem em nome de Cristo, proclamam o seu mistério, unem ao seu sacrifício como cabeça as preces dos fiéis e renovam e aplicam, até a vinda do Senhor (cf. 1Cor 11-26), na missa, o único sacrifício do Novo Testamento, em que Cristo se ofereceu uma vez por todas ao Pai como hóstia imaculada (cf. Hb 9, 11-28). Os sacerdotes são chamados a desempenhar o ministério da reconciliação e do alívio junto aos fiéis penitentes e doentes, apresentando a Deus Pai suas necessidades e suas orações (cf. Hb 5, 1ss). Participantes da função de Cristo, pastor e cabeça, exercem uma certa autoridade sobre a família de Deus, procurando unir a comunidade na fraternidade e conduzi-la por Cristo, no Espírito, a Deus. No meio do rebanho adoram a Deus, em espírito e verdade (cf. Jo 4, 24). Devem meditar na palavra e na doutrina (cf. 1Tm 5, 17), acreditar no que assimilam da lei do Senhor, ensinar o que acreditam e praticar o que ensinam.

Os sacerdotes devem ser assíduos cooperadores dos bispos, como seus auxiliares e intermediários. São chamados a servir o povo de Deus, formando um só presbitério com seu bispo, nas diversas funções que lhes cabem. Associados fiel e generosamente ao bispo, tornam-no de certa maneira presente em todos os lugares em que se reúnem com os fiéis, participam de suas funções e preocupações no exercício cotidiano da pastoral. Santificando e dirigindo, sob a autoridade do bispo, a parte do rebanho que o Senhor lhes confiou, tornam visível em todos os lugares a Igreja universal e contribuem eficazmente para a edificação de todo o corpo de Cristo (cf. Ef 4, 12). Sempre atentos ao bem dos filhos de Deus, procurem se empenhar no trabalho pastoral de toda a diocese e, até mesmo, de toda a Igreja. Os sacerdotes devem tratar o bispo como sendo realmente pai e a ele obedecer com respeito, em virtude da própria participação no seu sacerdócio e na sua missão. O bispo, por sua vez, deve considerar os sacerdotes colaboradores seus, filhos e amigos, como Cristo, que não chamou os seus discípulos de servos, mas de amigos (cf. Jo 15, 15).

Em virtude da ordem e do ministério, todos os sacerdotes, diocesanos e religiosos, estão associados ao colégio dos bispos, a serviço do bem de toda a Igreja, de acordo com a vocação e a graça de cada um. Em virtude da ordenação e missão comum, os sacerdotes estão também unidos fraternalmente entre si. Devem pois manifestá-lo pelo auxílio recíproco, espiritual, material, pastoral e pessoal, nos encontros, na vida comum, nos trabalhos e no exercício da caridade.

Sejam como pais dos fiéis gerados espiritualmente pelo batismo e pela doutrina (cf. 1Cor 4, 15; 1Pd 1, 23) e modelos do rebanho (cf. 1Pd 5, 3). Devem pois presidir e servir a comunidade local de tal modo que mereça o nome de Igreja de Deus, aplicado a todo o povo de Deus, na sua unidade (cf. 1Cor 1, 2; 2Cor 1, 1 e muitas outras passagens). Lembrem-se de que sua vida cotidiana e seu empenho pastoral mostram o que é o ministério sacerdotal e pastoral para os fiéis e os não-fiéis, para os católicos e não-católicos. Dêem a todos o testemunho da verdade e da vida e, como bons pastores, procurem (cf. Lc 15, 4-7) aqueles que foram batizados na Igreja católica, mas abandonaram os sacramentos ou mesmo, perderam a fé.

A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso pois que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus".

#### **Nota:86**

**PDV, 48:** "Imperioso e muito urgente é o apelo a redescobrir, no âmbito da formação espiritual, a beleza e a alegria do sacramento da Penitência. Numa cultura que, com renovadas e cada vez mais subtis formas de autojustificação, se arrisca a perder fatalmente o sentido do pecado, e, em consequência, a alegria consoladora do pedido de perdão (cf. Sl 51,14) e do encontro com Deus rico em misericórdia (Ef 2,4), urge educar os futuros presbíteros para a virtude da penitência, que é sapientemente alimentada pela Igreja nas suas celebrações e nos tempos do ano litúrgico, e que encontra a sua plenitude no sacramento da Reconciliação. Daqui brotam o sentido da ascese e da disciplina interior, o espírito de sacrifício e de renúncia, a aceitação da fadiga e da cruz. Trata-se de elementos da vida espiritual que muitas vezes se revelam particularmente áduos para tantos candidatos ao sacerdócio criados em condições relativamente cômodas e abastadas e, por isso, tornados menos dispostos e sensíveis a estes mesmos elementos pelos modelos de comportamento e pelos ideais veiculados pelos meios de comunicação social, mesmo nos países onde as condições de vida são mais limitadas e a situação juvenil se apresenta mais austera. Por isso, mas sobretudo para realizar, segundo o exemplo de Cristo, Bom Pastor, a radical entrega de si mesmo, própria dos sacerdotes, os Padres sinodais escreveram: É necessário inculcar o sentido da cruz que está no coração do mistério pascal. Graças a esta identificação com Cristo crucificado, enquanto servo, o mundo pode reencontrar o valor da austeridade, da dor e mesmo do martírio, no interior da atual cultura embebida de secularismo, de avidez e de hedonismo".

#### **Nota:87**

**PO 9:** "Em virtude do sacramento da ordem, os sacerdotes do Novo Testamento exercem no povo e para o povo de Deus, as funções importantíssimas e indispensáveis de pais e mestres. Antes disso, porém, juntamente com todos os fiéis, são discípulos do Senhor, constituídos participantes do seu reino pela graça da vocação divina. Os padres são irmãos entre irmãos, no meio de todos os que foram regenerados pelo batismo, membros do mesmo corpo de Cristo cuja edificação depende de todos.

Os sacerdotes devem presidir buscando não o seu interesse, mas o de Jesus Cristo, unindo-se aos leigos no trabalho e vivendo no meio deles segundo o exemplo do mestre, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida pela redenção de muitos (Mt 20, 28).

Os padres devem reconhecer a dignidade dos leigos e deixá-los desempenhar o papel que lhes compete na missão da Igreja.

Apóiem e prestigiem as justas liberdades, a que todos têm direito na sociedade civil.

Escutem os leigos com atenção, acolhendo fraternalmente as suas considerações e lhes reconhecendo a experiência e a competência que têm, nos diversos setores da vida humana, para que possam todos juntos ser sensíveis aos sinais dos tempos.

Com discernimento dos espíritos, para ver se são de Deus, saibam reconhecer, na fé, os diversos carismas dos leigos, tanto os mais altos, como os mais humildes, favorecendo a todos.

Dentre os diversos dons de Deus, cuidem sobretudo dos inúmeros fiéis chamados a uma vida espiritual mais profunda.

Confiem também aos leigos diversos encargos a serviço da Igreja, dando-lhes liberdade e deixando-lhes o espaço necessário para agir, de tal modo que se sintam livres inclusive para tomar iniciativas quando as julgarem oportunas.

Finalmente, no meio dos leigos, o papel dos padres é encaminhar todos para a união, na caridade, amando-se mutuamente com caridade e honrando uns aos outros (Rm 12, 10). Compete-lhes por isso harmonizar os espíritos e fazer com que ninguém se sinta estranho na comunidade.

Sejam promotores do bem comum em nome do bispo e defensores da verdade, para que nenhum fiel seja abalado por doutrinas vãs. Cuidem especialmente dos que se afastaram da prática sacramental, ou mesmo da fé, junto aos quais saibam desempenhar o papel do bom pastor.

Atentos às recomendações a respeito do ecumenismo, não esqueçam os irmãos que não vivem em plena comunhão conosco.

Pensem igualmente em todos que não reconhecem Cristo como salvador.

Os fiéis, por sua vez, sintam-se obrigados a acolher os seus padres com amor filial, como pastores e pais. Participem de suas preocupações e os auxiliem pela oração e pela ação, quanto possível, para que possam superar as dificuldades e cumprir cada vez melhor os seus deveres”.

#### **Nota:88**

**PDV 60:** “O Seminário é, em si mesmo, uma experiência original da vida da Igreja: nele o bispo torna-se presente por meio do ministério do reitor e do serviço de co-responsabilidade por ele animado com os outros educadores, em ordem a um crescimento pastoral e apostólico dos alunos. Os vários membros da comunidade do Seminário, reunidos pelo Espírito numa única fraternidade, colaboram, cada qual segundo os dons de que dispõe, para o crescimento de todos na fé e na caridade a fim de se prepararem adequadamente para o sacerdócio e, por conseguinte, prolongarem, na Igreja e na história, a presença salvífica de Jesus Cristo, o Bom Pastor.

Já na sua vertente humana, o Seminário maior deve tender a tornar-se uma comunidade impregnada de uma profunda amizade e caridade, de modo a poder ser considerada uma verdadeira família, que vive na alegria. Na sua face cristã, o Seminário deve configurar-se - dizem os Padres sinodais - como comunidade eclesial, como comunidade dos discípulos do Senhor, na qual se celebra uma mesma Liturgia (que permeia a vida de espírito de oração), formada dia-a-dia na leitura e na meditação da Palavra de Deus, no sacramento da Eucaristia, e no exercício da justiça e da caridade fraterna; uma comunidade onde, no progresso da vida comunitária e na vida de cada membro, resplandece o Espírito de Cristo e o amor para com a Igreja. Como confirmação e desenvolvimento concreto da essencial dimensão eclesial do Seminário, acrescentam os Padres sinodais: Enquanto comunidade eclesial, seja diocesana, seja interdiocesana, seja mesmo religiosa, o Seminário alimente o sentido da união dos candidatos com seu bispo e presbitério, de modo que participem de suas esperanças, de suas angústias, e saibam estender esta abertura às necessidades da Igreja universal”.

#### **Nota:89**

**OT, 20:** “Aprendam a utilizar os subsídios oferecidos pela pedagogia, psicologia e sociologia, de forma metodologicamente correta e de acordo com as normas da autoridade eclesiástica.

Sejam cuidadosamente preparados para despertar e fomentar a ação dos leigos, na promoção das diversas formas de apostolado.

Imbuídos do espírito católico, que transcende os limites de todas as dioceses e de todos os ritos, considerem as necessidades da Igreja universal e estejam dispostos a apoiá-la, com o mesmo espírito que devem estar preparados para pregar o Evangelho em todas as partes do mundo”.

**RM, 67:** “Colaboradores do bispo, os presbíteros, por força do sacramento da Ordem, são chamados a partilhar a solicitude pela missão: “o dom espiritual, que os presbíteros receberam na Ordenação, prepara-os não para uma missão limitada e restrita, mas para uma vastíssima e universal missão de salvação ‘até aos confins da Terra’, uma vez que todo o ministério sacerdotal participa da mesma amplitude universal da missão confiada aos apóstolos por Cristo”. Por isso, a própria formação dos candidatos ao sacerdócio deve procurar dar-lhes “aquele espírito verdadeiramente católico que os habitue a olhar para além dos confins da própria diocese, nação ou rito, indo ao encontro das necessidades da missão universal, prontos a pregar o Evangelho por toda a parte”. Todos os sacerdotes devem ter um coração e uma mentalidade missionária, estar abertos às necessidades da Igreja e do mundo, atentos aos mais distantes e, sobretudo, aos grupos não-cristãos do próprio meio. Na oração e, em particular, no sacrifício eucarístico, sintam a solicitude de toda a Igreja pela humanidade.

Especialmente os sacerdotes, que se encontram em áreas de minoria cristã, devem sentir-se movidos por um singular zelo e empenho missionário: o Senhor confia-lhes não só o cuidado pastoral da comunidade cristã, mas também e, sobretudo, a evangelização de seus compatriotas que não fazem parte de seu rebanho. ‘Não deixarão de estar concretamente disponíveis ao Espírito Santo e ao bispo, para ser enviados a pregar o Evangelho para além das fronteiras de seu País. Isto exigirá deles não apenas maturidade na vocação, mas também uma capacidade, fora do comum, para se afastarem da própria pátria, etnia e família, bem como uma particular idoneidade para se inserirem, com inteligência e respeito, nas outras culturas”.

#### **Nota:90**

**PDV, 47:** “A primeira e fundamental forma de resposta à Palavra é a oração, que representa, sem qualquer sombra de dúvida, um valor e uma exigência primária na formação espiritual. Esta deve levar os candidatos ao sacerdócio a conhecerem e experimentarem o sentido autêntico da oração cristã, isto é, o de ser um encontro vivo e pessoal com o Pai pelo Filho unigênito e sob a ação do Espírito Santo, um diálogo que se faz participação do colóquio filial que Jesus tem com o Pai. Um aspecto não por certo secundário da missão do padre é o de ser educador para a oração. Mas só se ele foi formado e continua a formar-se na escola de Jesus orante, é que poderá formar os outros na mesma escola. Isto mesmo lhe pedem os homens: O sacerdote é o homem de Deus, aquele que pertence a Deus e faz pensar em Deus. Quando a Carta aos Hebreus fala de Cristo, apresenta-o como um “sumo sacerdote misericordioso e fiel nas coisas que dizem respeito a Deus” (Hb 2,17) (...). Os cristãos esperam encontrar no sacerdote não só um homem que os acolhe, que os escuta com todo o gosto e lhes testemunha uma sincera simpatia, mas também e sobretudo um homem que os ajuda a ver Deus, a subir em direção a ele. É necessário, portanto, que o sacerdote seja formado para uma profunda intimidade

com Deus. Aqueles que se preparam para o sacerdócio devem compreender que todo o valor da sua vida sacerdotal dependerá do dom que souberem fazer de si mesmos a Cristo e, por meio de Cristo, ao Pai.

Num contexto de agitação e ruído como o da nossa sociedade, uma necessária pedagogia para a oração é a educação para o sentido profundamente humano e para o valor religioso do silêncio, qual atmosfera espiritual indispensável para se perceber a presença de Deus e para se deixar conquistar por ela (cf. 1Rs 19,11-14)".

**Nota:91**

**PDV, 47:** "A primeira e fundamental forma de resposta à Palavra é a oração, que representa, sem qualquer sombra de dúvida, um valor e uma exigência primária na formação espiritual. Esta deve levar os candidatos ao sacerdócio a conhecerem e experimentarem o sentido autêntico da oração cristã, isto é, o de ser um encontro vivo e pessoal com o Pai pelo Filho unigênito e sob a ação do Espírito Santo, um diálogo que se faz participação do colóquio filial que Jesus tem com o Pai. Um aspecto não por certo secundário da missão do padre é o de ser educador para a oração. Mas só se ele foi formado e continua a formar-se na escola de Jesus orante, é que poderá formar os outros na mesma escola. Isto mesmo lhe pedem os homens: O sacerdote é o homem de Deus, aquele que pertence a Deus e faz pensar em Deus. Quando a Carta aos Hebreus fala de Cristo, apresenta-o como um "sumo sacerdote misericordioso e fiel nas coisas que dizem respeito a Deus" (Hb 2,17) (...). Os cristãos esperam encontrar no sacerdote não só um homem que os acolhe, que os escuta com todo o gosto e lhes testemunha uma sincera simpatia, mas também e sobretudo um homem que os ajuda a ver Deus, a subir em direção a ele. É necessário, portanto, que o sacerdote seja formado para uma profunda intimidade com Deus. Aqueles que se preparam para o sacerdócio devem compreender que todo o valor da sua vida sacerdotal dependerá do dom que souberem fazer de si mesmos a Cristo e, por meio de Cristo, ao Pai.

Num contexto de agitação e ruído como o da nossa sociedade, uma necessária pedagogia para a oração é a educação para o sentido profundamente humano e para o valor religioso do silêncio, qual atmosfera espiritual indispensável para se perceber a presença de Deus e para se deixar conquistar por ela (cf. 1Rs 19,11-14)".

**Nota:92**

**CDC, 239:** "§ 1. Em cada seminário haja o reitor que o presida, e, se for o caso o vice-reitor, o ecônomo e, se os alunos fazem os estudos no próprio seminário, também professores que ensinem as diversas disciplinas coordenando-as entre si.

§ 2. Em cada seminário haja ao menos um diretor espiritual, deixando-se aos alunos a liberdade de procurar outros sacerdotes que tenha sido destinados pelo bispo para esse encargo.

§ 3. Nos estatutos do seminário, sejam dadas diretrizes segundo as quais os moderadores, os professores, e até os próprios alunos participem da responsabilidade do reitor, principalmente na manutenção da disciplina."

240: "§ 1. Além dos confessores ordinários, venham regularmente ao seminário outros confessores e, salva sempre a disciplina do seminário, os alunos têm sempre o direito de procurar qualquer confessor no seminário ou fora dele.

§ 2. Ao tomar decisões relativas à admissão dos alunos às ordens ou à sua demissão do seminário, nunca se pode pedir o parecer do diretor espiritual e dos confessores".

**Nota:93**

**CDC, 245 § 1º:** "Pela formação espiritual, os alunos se tornem aptos para exercer frutuosamente o ministério pastoral e se formem para o espírito missionário, aprendendo que o ministério cumprido sempre com viva fé e caridade contribui para a própria santificação; assim também, aprendam a cultivar as virtudes que são mais apreciadas na convivência humana, de modo que possam chegar a uma adequada harmonia entre os valores humanos e os sobrenaturais".

**Nota:94**

**DSD, 178b, 296:** "Esta é a fundamentação que nos compromete numa opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável, mas não exclusiva e nem excludente, tão solenemente afirmada nas Conferências de Medellín e Puebla. Sob a luz desta opção preferencial, a exemplo de Jesus, nos inspiramos para toda ação evangelizadora comunitária e pessoal (cf. SRS 42; RMI 14; João Paulo II, Discurso Inaugural, 16). Com o "potencial evangelizador dos pobres" (P 1147), a Igreja pobre quer impulsionar a evangelização de nossas comunidades.

Descobrir nos rostos sofredores dos pobres o rosto do Senhor (Mt 25,31-46) é algo que desafia todos os cristãos a uma profunda conversão pessoal e eclesial. Na fé encontramos os rostos desfigurados pela fome, consequência da inflação, da dívida externa e das injustiças sociais; os rostos desiludidos pelos políticos que prometem, mas não cumprem; os rostos humilhados por causa de sua própria cultura, que não é respeitada, quando não desprezada; os rostos aterrorizados pela violência diária e indiscriminada; os rostos angustiados dos menores abandonados que caminham por nossas ruas e dormem sob nossas pontes; os rostos sofridos das mulheres humilhadas e desprezadas; os rostos cansados dos migrantes que não encontram digna acolhida; os rostos envelhecidos pelo tempo e pelo trabalho dos que não têm o mínimo para sobreviver dignamente (cf. CECAM, Documento de Trabalho, 163). O amor misericordioso é também voltar-se para os que se encontram em carência espiritual, moral, social e cultural.

**296:** Fazemos nosso o clamor dos pobres. Assumimos com renovado ardor a opção evangélica preferencial pelos pobres, em continuidade com Medellín e Puebla. Esta opção, não exclusiva nem excludente, iluminará, à imitação de Jesus Cristo, toda nossa ação evangelizadora.

A essa luz, convidamos a promover uma nova ordem econômica, social e política, conforme a dignidade de todas e cada uma das pessoas, implantando a justiça e a solidariedade e abrindo para todas elas horizontes de eternidade".

**Nota:95**

**Puebla, 1147:** "O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus".

**Nota:96**

**Puebla, 1134-1165:** "1134. A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de

Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação.

**1135.** A imensa maioria de nossos irmãos continua vivendo em situação de pobreza e até miséria, que se veio agravando. Queremos tomar consciência, do que a Igreja latino-americana fez ou deixou de fazer pelos pobres depois de Medellín, como ponto de partida para a busca de pistas opcionais eficazes em nossa ação evangelizadora, no presente e no futuro da América Latina.

**1136.** Verificamos que episcopados nacionais e numerosos setores de leigos, religiosos, religiosas e sacerdotes tornaram mais profundo e realista o seu compromisso com os pobres. Esse testemunho incipiente, mas real, levou a Igreja latino-americana à denúncia das graves injustiças derivadas de mecanismos opressores.

**1137.** Os pobres, também alentados pela Igreja, começaram a organizar-se para uma vivência integral de sua fé e, por isso, para reivindicar os seus direitos.

**1138.** A denúncia profética da Igreja e seus compromissos concretos com o pobre causaram-lhe, em não poucos casos, perseguições e vexames de vários tipos: os próprios pobres têm sido as primeiras vítimas de tais vexames.

**1139.** Isso tudo foi causa de tensões e conflitos dentro e fora da Igreja. Acusaram-na com freqüência, seja de estar do lado dos poderes socio-econômicos políticos, seja dum perigoso desvio ideológico marxista.

**1140.** Na Igreja da América Latina, nem todos nos temos comprometido bastante com os pobres; nem sempre nos preocupamos com eles e somos com eles solidários. O serviço do pobre exige, de fato, uma conversão e purificação constante, em todos os cristãos, para conseguir-se uma identificação cada dia mais plena com Cristo pobre e com os pobres.

**1141.** O compromisso evangélico da Igreja, como disse o papa, deve ser como o de Cristo: um compromisso com os mais necessitados (cf. Lc 4,18-21; Discurso Inaugural, III, 3). Por conseguinte, a Igreja deve ter os olhos em Cristo quando se pergunta qual há de ser a sua ação evangelizadora. O Filho de Deus demonstrou a grandeza deste compromisso ao fazer-se homem, pois identificou-se com os homens tornando-se um deles, solidário com eles e assumindo a situação em que se encontram, em seu nascimento, em sua vida e, sobretudo, em sua paixão e morte, na qual chegou à expressão máxima da pobreza.

**1142.** Só por este motivo, os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem jaz obscurecida e também escarneçada. Por isso Deus toma sua defesa e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é o sinal e prova por excelência da missão de Jesus.

**1143.** Este aspecto central da evangelização foi sublinhado por S. S. João Paulo II: "Desejei vivamente este encontro porque me sinto solidário convosco e porque, sendo pobres, tendes direito a meu particular desvelo; e o motivo é este: o papa vos ama porque sois os prediletos de Deus. Ele mesmo, ao fundar sua família, a Igreja, tinha presente a humanidade pobre e necessitada. Para remi-la, enviou precisamente seu Filho, que nasceu pobre e viveu entre os pobres para nos tornar ricos com sua pobreza (cf. 2 Cor 8,9) (Alocução Bairro Santa Cecília - AAS, LXXI, p.220) .

**1144.** De Maria, que em seu canto do Magnificat proclama que a salvação de Deus tem muito a ver com a justiça para com os pobres, "parte também o compromisso autêntico com os outros homens, nossos irmãos, especialmente pelos mais pobres e necessitados e pela necessária transformação da sociedade" (João Paulo II, Homília Zapopán 4 - ASS LXXI, p.230).

**1145.** Ao aproximar-nos do pobre para acompanhá-lo e servi-lo, fazemos o que Cristo nos ensinou, quando se fez irmão nosso, pobre como nós. Por isso o serviço dos pobres é medida privilegiada, embora não exclusiva, de nosso seguimento de Cristo. O melhor serviço do irmão é a evangelização que o dispõe a realizar-se como filho de Deus, o liberta das injustiças e o promove integralmente.

**1146.** É de suma importância que este serviço do irmão siga a linha que o Concílio Vaticano II nos traça: "Cumprir antes de mais nada as exigências da justiça, para não ficar dando como ajuda de caridade aquilo que já se deve em razão da justiça; suprimir as causas e não só os efeitos dos males e organizar os auxílios de forma tal que os que os recebem se libertem progressivamente da dependência externa e se bastem a si mesmos".

**1147.** O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus.

**1148.** Para o cristão, o termo "pobreza" não é somente expressão de privação e marginalização de que nos precisamos libertar. Designa também um modelo de vida que já desponta no Antigo Testamento no tipo dos "pobres de Javé" e é vivido e proclamado por Jesus como bem-aventurança. São Paulo resumiu este ensinamento dizendo que a atitude do cristão deve ser de usar os bens deste mundo (cujas estruturas são transitórias) sem absolutizá-los, pois são apenas meios para se chegar ao Reino. Este modelo de vida pobre é exigido pelo Evangelho de todos os que crêem em Cristo e, por isso, podemos chamá-lo "pobreza evangélica". Os religiosos vivem de maneira radical esta pobreza exigida de todos os cristãos, ao se comprometerem por seus votos e viver os conselhos evangélicos.

**1149.** A pobreza evangélica une a atitude de abertura confiante em Deus com uma vida simples, sóbria e austera, que aparta a tentação da cobiça e do orgulho.

**1150.** A pobreza evangélica põe-se em prática também pela comunicação e participação dos bens materiais e espirituais; não por imposição, mas por amor, para que a abundância de uns remedeie a necessidade dos outros.

**1151.** A Igreja se alegra por ver em muitos filhos seus, sobretudo da classe média mais modesta, a vivência concreta desta pobreza cristã.

**1152.** No mundo de hoje, esta pobreza é um desafio ao materialismo e abre as portas a soluções alternativas da sociedade de consumo.

**1153.** A opção preferencial pelos pobres tem como objetivo o anúncio de Cristo Salvador, que os iluminará sobre a sua dignidade, os ajudará em seus esforços de libertação de todas as suas carências e os levará à comunhão com o Pai e os irmãos, mediante a vivência da pobreza evangélica. "Jesus Cristo veio para compartilhar nossa condição humana com seus sofrimentos, suas dificuldades, sua morte. Antes de transformar



a existência cotidiana, ele soube falar ao coração dos pobres, libertá-los do pecado. abrir seus olhos para um horizonte de luz e enchê-los de alegria e esperança. Hoje, Jesus Cristo faz o mesmo. Está presente em vossas Igrejas, em vossas famílias, em vossos corações” (João Paulo II, *Alocução Operários Monterrey*, 8 - AAS LXXI, p. 244).

**1154.** Esta opção, exigida pela escandalosa realidade dos desequilíbrios econômicos da América Latina, deve levar a estabelecer uma convivência humana digna e a construir uma sociedade justa e livre.

**1155.** A necessária mudança das estruturas sociais, políticas e econômicas injustas não será verdadeira e plena se não for acompanhada pela mudança de mentalidade pessoal e coletiva com respeito ao ideal duma vida humana digna e feliz, que por sua vez dispõe à conversão.

**1156.** A exigência evangélica da pobreza, como solidariedade com o pobre e como rejeição da situação em que vive a maioria do Continente, liberta o pobre de ser individualista em sua vida e ser atraído e seduzido pelos falsos ideais duma sociedade de consumo. Da mesma forma, o testemunho duma Igreja pobre pode evangelizar os ricos, que têm o coração apegado às riquezas, convertendo-os e libertando-os desta escravidão e de seu egoísmo.

**1157.** Para viver e anunciar a exigência da pobreza cristã, a Igreja deve rever suas estruturas e a vida de seus membros, sobretudo dos agentes de pastoral, com vistas a uma conversão efetiva.

**1158.** Esta conversão traz consigo a exigência de um estilo de vida austero e uma total confiança no Senhor, já que na sua ação evangelizadora a Igreja contará mais com o ser e poder de Deus e de sua graça do que com o “ter mais” e o poder secular. Assim, apresentará uma imagem autenticamente pobre, aberta a Deus e ao irmão, sempre disponível, onde os pobres têm capacidade real de participação e são reconhecidos pelo valor que têm.

**1159.** Comprometidos com os pobres, condenamos como antievangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores em nosso Continente.

**1160.** Envidamos esforços para conhecer e denunciar os mecanismos geradores dessa pobreza.

**1161.** Reconhecemos a solidariedade de outras Igrejas unimos os nossos esforços aos dos homens de boa vontade para desarraigar a pobreza e criar um mundo mais justo e fraterno.

**1162.** Apoiamos as aspirações dos operários e camponeses que querem ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e futuro e animamos todos em sua própria superação.

**1163.** Defendemos o seu direito fundamental de “criar livremente organizações de defesa e promoção dos seus interesses e para contribuir responsabilmente para o bem comum” (João Paulo II, *Alocução Operários Monterrey*, 3 - AAS, LXXI, p. 242).

**1164.** As culturas indígenas possuem valores indiscutíveis; são a riqueza dos povos. Comprometemo-nos a considerá-las com respeito e simpatia e a promovê-las sabendo “quando é importante a cultura como veículo de transmissão da fé, para que os homens progredam no conhecimento de Deus. Neste ponto, não pode haver distinções de raças e culturas” (João Paulo II, *Alocução Oaxaca*, 2 - AI LXXI, p. 208).

**1165.** Com seu amor preferencial, mas não exclusivo, dos pobres, a Igreja presente em Medellín foi, como disse o Santo Padre, um chamado à esperança rumo a metas mais cristãs e mais humanas. A III Conferência Episcopal de Puebla quer manter vivo este chamado e abrir novos horizontes à esperança”.

**SDS 178; 296:** “Esta é a fundamentação que nos compromete numa opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável, mas não exclusiva e nem excludente, tão solenemente afirmada nas Conferências de Medellín e Puebla. Sob a luz desta opção preferencial, a exemplo de Jesus, nos inspiramos para toda ação evangelizadora comunitária e pessoal (cf. SRS 42; RMI 14; João Paulo II, *Discurso Inaugural*, 16). Com o “potencial evangelizador dos pobres” (Puebla 1147), a Igreja pobre quer impulsionar a evangelização de nossas comunidades.

Descobrir nos rostos sofrendores dos pobres o rosto do Senhor (Mt 25,31-46) é algo que desafia todos os cristãos a uma profunda conversão pessoal e eclesial. Na fé encontramos os rostos desfigurados pela fome, conseqüência da inflação, da dívida externa e das injustiças sociais; os rostos desiludidos pelos políticos que prometem, mas não cumprem; os rostos humilhados por causa de sua própria cultura, que não é respeitada, quando não desprezada; os rostos aterrorizados pela violência diária e indiscriminada; os rostos angustiados dos menores abandonados que caminham por nossas ruas e dormem sob nossas pontes; os rostos sofridos das mulheres humilhadas e desprezadas; os rostos cansados dos migrantes que não encontram digna acolhida; os rostos envelhecidos pelo tempo e pelo trabalho dos que não têm o mínimo para sobreviver dignamente (cf. CECAM, *Documento de Trabalho*, 163). O amor misericordioso é também voltar-se para os que se encontram em carência espiritual, moral, social e cultural.

**296:** “Fazemos nosso o clamor dos pobres. Assumimos com renovado ardor a opção evangélica preferencial pelos pobres, em continuidade com Medellín e Puebla. Esta opção, não exclusiva nem excludente, iluminará, à imitação de Jesus Cristo, toda nossa ação evangelizadora.

A essa luz, convidamos a promover uma nova ordem econômica, social e política, conforme a dignidade de todas e cada uma das pessoas, implantando a justiça e a solidariedade e abrindo para todas elas horizontes de eternidade”.

**Nota:97**

**Puebla, 711:** “No seu ministério, dêem os presbíteros prioridade ao anúncio do Evangelho a todos, mas muito especialmente aos mais necessitados (operários, camponeses, indígenas, marginalizados, grupos afro-americanos), incluindo a promoção e defesa de sua dignidade humana”.

**Nota:98**

**DP 31-39:** “**31.** Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor (que nos questiona e interpela).

**32.** Feições de crianças, golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas que estão de realizar-se, por causa de deficiências mentais e corporais irreparáveis, que as acompanharão por toda a vida; crianças abandonadas e muitas vezes exploradas de nossas cidades, resultado da pobreza e da desorganização moral da família.

**33.** Feições de jovens, desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidades de capacitação e de ocupação.

- 34.** Feições de indígenas e, com frequência, também de afro-americanos, que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres.
- 35.** Feições de camponeses, que, como grupo social vivem relegados em quase todo o nosso continente, sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio que os enganam e os exploram.
- 36.** Feições de operários, com frequência mal remunerados, que têm dificuldade de se organizar e defender os próprios direitos.
- 37.** Feições de sub-empregados e desempregados, despedidos pelas duras exigências das crises econômicas e, muitas vezes, de modelos desenvolvimentistas que submetem os trabalhadores e suas famílias a frios cálculos econômicos.
- 38.** Feições de marginalizados e amontoados das nossas cidades, sofrendo o duplo impacto da carência dos bens materiais e da ostentação da riqueza de outros setores sociais.
- 39.** Feições de anciãos cada dia mais numerosos, frequentemente postos à margem da sociedade do progresso, que prescindem das pessoas que não produzem”.

**DSD, 178:** “Esta é a fundamentação que nos compromete numa opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável, mas não exclusiva e nem excludente, tão solenemente afirmada nas Conferências de Medellín e Puebla. Sob a luz desta opção preferencial, a exemplo de Jesus, nos inspiramos para toda ação evangelizadora comunitária e pessoal (cf. SRS 42; RMI 14; João Paulo II, Discurso Inaugural, 16). Com o “potencial evangelizador dos pobres” (Puebla 1147), a Igreja pobre quer impulsionar a evangelização de nossas comunidades.

Descobrir nos rostos sofrendores dos pobres o rosto do Senhor (Mt 25,31-46) é algo que desafia todos os cristãos a uma profunda conversão pessoal e eclesial. Na fé encontramos os rostos desfigurados pela fome, consequência da inflação, da dívida externa e das injustiças sociais; os rostos desiludidos pelos políticos que prometem, mas não cumprem; os rostos humilhados por causa de sua própria cultura, que não é respeitada, quando não desprezada; os rostos aterrorizados pela violência diária e indiscriminada; os rostos angustiados dos menores abandonados que caminham por nossas ruas e dormem sob nossas pontes; os rostos sofridos das mulheres humilhadas e desprezadas; os rostos cansados dos migrantes que não encontram digna acolhida; os rostos envelhecidos pelo tempo e pelo trabalho dos que não têm o mínimo para sobreviver dignamente (cf. CECAM, Documento de Trabalho, 163). O amor misericordioso é também voltar-se para os que se encontram em carência espiritual, moral, social e cultural”.

#### **Nota:99**

**PDV, 50:** “A formação espiritual de quem é chamado a viver o celibato deve reservar uma atenção particular na preparação do futuro sacerdote para conhecer, estimar, amar e viver o celibato na sua verdadeira natureza e nos seus verdadeiros fins, portanto nas suas motivações evangélicas, espirituais e pastorais. Pressuposto e conteúdo desta preparação é a virtude da castidade que qualifica todas as relações humanas e que leva a experimentar e a manifestar (...) um amor sincero, humano e fraterno, pessoal e capaz de sacrifícios, a exemplo de Cristo, para com todos e cada um.

O celibato dos sacerdotes conota a castidade de algumas características em virtude das quais eles, por amor do Reino dos céus, renunciando à vida conjugal (cf. Mt 19,12), aderem com amor indivisível ao Senhor muito em conformidade com a nova Aliança, dão testemunho da ressurreição da vida futura (cf. Lc 20,36), e obtêm um auxílio muitíssimo útil para o exercício contínuo daquela perfeita caridade pela qual podem no ministério sacerdotal fazer-se tudo para todos. Numa tal ordem de idéias, não se deve considerar o celibato sacerdotal como simples norma jurídica, nem como condição meramente exterior para ser admitido à Ordenação, mas antes como valor profundamente conexo com a Ordenação sacra, que configura a Cristo, Bom Pastor e Esposo da Igreja, e portanto como a escolha de um amor maior e indivisível a Cristo e à sua Igreja, na disponibilidade plena e alegre do coração para o ministério pastoral. O celibato deve considerar-se como uma graça especial, como um dom: Nem a todos é dado compreender, mas somente àqueles a quem foi concedido (Mt 19,11). Certamente uma graça que não dispensa, antes exige, com particular energia, a resposta consciente e livre da parte de quem a recebe. Este carisma do Espírito encerra também a força para que aquele que o recebe permaneça fiel por toda a vida e cumpra com generosidade e com alegria os compromissos que lhe estão inerentes. Na formação para o celibato sacerdotal deverá ser assegurada a consciência do precioso dom de Deus, a qual conduzirá à oração e à vigilância para que esse dom seja protegido de tudo o que o possa ameaçar.

Vivendo o celibato, o sacerdote poderá desempenhar melhor o seu ministério no meio do Povo de Deus. Em particular, enquanto testemunha do valor evangélico da virgindade, poderá apoiar os esposos cristãos a viverem em plenitude o grande sacramento do amor de Cristo, Esposo, pela Igreja sua Esposa, ao mesmo tempo que a sua fidelidade no celibato constituirá uma ajuda para a fidelidade dos esposos.

A importância e a delicadeza da preparação para o celibato sacerdotal, especialmente nas atuais condições sociais e culturais, levaram os Padres sinodais a uma série de apelos cuja validade permanente é, aliás, confirmada pela sapiência da Igreja mãe. Reponho-os, autorizadamente, como critérios a seguir na formação para a castidade no celibato: Os bispos, juntamente com os reitores e diretores espirituais dos seminários estabeleçam princípios, proporcionem critérios e dêem ajuda para o discernimento nesta matéria. De máxima importância na formação para a castidade no celibato, são a solicitude do bispo e a vida fraterna entre os sacerdotes. No seminário, ou seja, no seu programa de formação, o celibato deve ser apresentado com clareza, sem qualquer ambigüidade e de modo positivo. O seminarista deve possuir grande maturidade psíquica e sexual, bem como uma vida assídua e autêntica de oração e deve colocar-se sob a guia de um diretor espiritual. Este deve ajudar o seminarista para que ele mesmo chegue a uma decisão madura e livre, que se fundamente na estima da amizade sacerdotal e da autodisciplina, como também na aceitação da solidão e num reto equilíbrio pessoal físico e psicológico. Para isto, os seminaristas conheçam bem a doutrina do Concílio Vaticano II, a Encíclica Sacerdotalis Caelibatus e a Instrução sobre a formação para o celibato sacerdotal, emanada da Congregação para a Educação Católica, em 1974. Para que o seminarista possa abraçar com decisão livre o celibato sacerdotal pelo Reino dos céus, é necessário que conheça a natureza cristã e verdadeiramente humana bem como os fins da sexualidade no matrimônio e no celibato. É preciso também

instruir e educar os fiéis leigos acerca das motivações evangélicas, espirituais e pastorais próprias do celibato sacerdotal, de modo que ajudem os presbíteros com a amizade, a compreensão e a colaboração”.

**Nota: 100**

**OT, 11:** “Observem-se fielmente as normas da educação cristã, levando devidamente em conta os dados atuais da psicologia e da pedagogia. Cultive-se a maturidade humana, que se manifesta numa certa estabilidade de ânimo, na capacidade de tomar decisões ponderadas e de saber apreciar corretamente as pessoas e os acontecimentos. Procurem melhorar o próprio caráter, cultivar a magnanimidade e todas as virtudes que convêm a um ministro de Cristo, no trato com as pessoas, tais como a sinceridade, a exigência de justiça, a fidelidade ao prometido, a afabilidade, a modéstia no falar, unida à caridade.

A disciplina do seminário deve ser considerada não somente uma proteção da vida comum e da caridade, mas um aspecto indispensável da instituição no seu conjunto, que favorece à aquisição do domínio sobre si mesmo, promove a maturidade pessoal e alimenta as disposições da alma, necessárias ao trabalho ordenado e fecundo, na Igreja. Seja ela praticada de tal forma, que os alunos aceitem a autoridade dos superiores por convicção íntima, em consciência (cf. Rm 13, 5) e por razões sobrenaturais. A disciplina deve se aplicar de acordo com a idade dos alunos. Só aos poucos irão aprendendo a se submeter, na liberdade, e a agir, por iniciativa própria, colaborando com os colegas e com os leigos.

Que a vida, no seminário, se desenrole em clima de piedade, de silêncio e de colaboração recíproca, antecipando, de certa forma, a vida que o sacerdote será chamado a levar mais tarde”.

**PO 3:** “Tomados dentre os seres humanos e se ocupando, por sua causa, das coisas divinas, para oferecer dons e sacrifícios pelos pecados, os padres devem viver entre os seres humanos como irmãos.

Foi assim que o Senhor Jesus, Filho de Deus, homem enviado por Deus aos seres humanos, viveu entre nós como um dos nossos, exceto quanto ao pecado.

Imitaram-no os apóstolos, que, na expressão de Paulo, doutor dos gentios, escolhido para anunciar o Evangelho (Rm 1,1), tornaram-se como qualquer um, para salvar a todos.

Os sacerdotes do Novo Testamento, por sua vocação e ordenação, distinguem-se, de certo modo, no seio do povo de Deus não porque constituem algo à parte do resto do povo ou de qualquer pessoa em particular, mas por causa de sua inteira consagração ao trabalho para o qual o Senhor os chamou.

Não podem ser ministros de Cristo sem testemunhar e estar a serviço de algo que ultrapassa a vida terrena; como não poderiam servir aos seres humanos se permanecessem alheios às suas reais condições de vida. O próprio ministério que exercem requer que não vivam segundo o espírito do mundo ao mesmo tempo que exige estarem inseridos no mundo, conheçam suas ovelhas como bons pastores, procurem também aquelas que não pertencem ainda ao rebanho, para que todos ouçam a voz de Cristo e se tornem membros de um único rebanho, sob o único pastor.

Para alcançar este objetivo são muito importantes as virtudes a que se dá, com razão, muito valor, como a bondade do coração, a sinceridade, a força de ânimo e a constância, o senso de justiça, a afabilidade no trato e tudo que recomenda o apóstolo, dizendo: Ocupem-se, irmãos, com tudo que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honroso, virtuoso, ou que de algum modo mereça louvor (Fl 4, 8)”.

**GE 1:** “Todos os seres humanos, qualquer que seja sua raça, condição ou idade, participam da dignidade de pessoas. Gozam, portanto, do direito inviolável a uma educação que corresponda ao fim a que estão ordenados, à sua própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, aberta ao convívio fraterno entre os povos e favorável à unidade e à paz no mundo. A verdadeira educação busca a formação da pessoa em vista de seu fim último e do bem das sociedades a que pertencem os seres humanos e na qual são chamados a desempenhar seu papel quando adultos.

É preciso que se leve em conta os progressos das ciências psicológicas e pedagógicas e da didática, para ajudar as crianças e os adolescentes a crescerem harmoniosamente segundo seus dotes físicos, morais e intelectuais. Só assim irão adquirindo gradualmente um maior senso de responsabilidade, na prática de sua própria vida e num clima de verdadeira liberdade, em que se vão superando os obstáculos com muita coragem e constância. Sejam, além disso, preparados para participar da vida social e devidamente instruídos dos meios necessários e oportunos para se inserir ativamente nas diversas comunidades humanas, sempre abertos ao diálogo com os outros e alegremente empenhados na promoção do bem comum.

O concílio proclama o direito das crianças e adolescentes de serem estimulados a formar uma consciência reta, segundo os valores morais, a que devem pessoalmente aderir, e de crescer cada vez mais no conhecimento e no amor de Deus. Pede instantaneamente a todos que participam dos governos ou têm responsabilidades na educação, que respeitem esse direito e nunca permitam sua violação. Exorta os filhos da Igreja que trabalham generosamente no campo da educação a tudo fazer para que o bem da educação e da devida instrução possa rapidamente se estendido a todos, no mundo em que vivemos”.

**PDV, 43:** “Sem uma oportuna formação humana, toda a formação sacerdotal ficaria privada do seu necessário fundamento. Esta afirmação dos Padres sinodais exprime não apenas um dado, cotidianamente sugerido pela razão e confirmado pela experiência, mas também uma exigência que encontra a sua motivação mais profunda e específica na própria natureza do presbítero e do seu ministério. Com efeito, chamado a ser imagem viva de Jesus Cristo, Cabeça e Pastor da Igreja, ele deve procurar refletir em si mesmo, na medida do possível, aquela perfeição humana que resplandece no Filho de Deus feito homem e que transparece com particular eficácia em suas atitudes com os outros, tal como os evangelistas as apresentam. O ministério do sacerdote é, sim, o de anunciar a Palavra, de celebrar os Sacramentos, conduzir na caridade a comunidade cristã, em nome e na pessoa de Cristo, mas isto, dirigindo-se sempre a homens concretos: todo o sumo sacerdote, tomado de entre os homens, é constituído em favor dos homens nas coisas que dizem respeito a Deus (Hb 5,1). Por isso mesmo, a formação humana dos padres revela a sua particular importância relativamente aos destinatários da sua missão: precisamente para que o seu ministério seja humanamente mais credível e aceitável, é necessário que ele modele a sua personalidade humana de modo a torná-la ponte e não obstáculo para os outros, no encontro com Jesus Cristo, Redentor do homem; é preciso que, a exemplo de Jesus, que sabia o que existe no interior de cada homem (Jo 2,25; cf. 8,3-11), o sacerdote seja capaz de conhecer em profundidade a alma humana, intuir dificuldades e problemas, facilitar o encontro e o diálogo, obter confiança e colaboração, exprimir juízos serenos e objetivos.

Portanto, não só para uma justa e indispensável maturação e realização de si mesmo, mas também com vista ao ministério, os futuros presbíteros devem cultivar uma série de qualidades humanas necessárias à construção de personalidades equilibradas, fortes e livres, capazes de comportar o peso das responsabilidades pastorais. É preciso, pois, educação para o amor à verdade, à lealdade, ao respeito por cada pessoa, ao sentido da justiça, à fidelidade à palavra dada, à verdadeira compaixão, à coerência, e, particularmente, ao equilíbrio de juízos e comportamentos.<sup>124</sup> Um programa simples e empenhativo para esta formação humana é proposto pelo apóstolo Paulo aos Filipenses: Tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honrado, o que é virtude e digno de louvor, é o que deveis ter no pensamento (Fl 4,8). É interessante notar como Paulo, precisamente nestas qualidades profundamente humanas, se apresente a si próprio como modelo para os seus fiéis: O que aprendestes - prossegue imediatamente - recebestes, escutastes e vistes em mim, é o que deveis fazer (Fl 4,9).

De particular importância se afigura a capacidade de relacionamento com os outros, elemento verdadeiramente essencial para quem é chamado a ser responsável por uma comunidade e a ser homem de comunhão. Isto exige que o sacerdote não seja arrogante nem briguento, mas afável, hospitaleiro, sincero nas palavras e no coração, prudente e discreto, generoso e disponível para o serviço, capaz de oferecer pessoalmente e de suscitar, em todos relacionamentos francos e fraternos, pronto a compreender, perdoar e consolar (cf. também 1Tm 3,1-5; Tt 1,7-9). A humanidade de hoje, muitas vezes condenada a situações de massificação e de solidão, nomeadamente nas grandes concentrações urbanas, torna-se cada vez mais sensível ao valor da comunhão: este constitui, hoje, um dos sinais mais eloquentes e uma das vias mais eficazes para a mensagem evangélica.

Neste contexto se insere, como momento qualificante e decisivo, a formação do candidato ao sacerdócio para uma maturidade afetiva, resultante de uma educação para o amor verdadeiro e responsável”.

**Nota:101**

**1Pd 3,15:** “Ao contrário, reconheçam de coração o Cristo como Senhor, estando sempre prontos a dar a razão de sua esperança a todo aquele que a pede a vocês”.

**Nota:102**

**PDV, 51:** “A formação intelectual dos candidatos ao sacerdócio encontra a sua específica justificação na própria natureza do ministério ordenado e manifesta a sua urgência atual de frente ao desafio da nova evangelização, a qual o Senhor chama a Igreja, no limiar do terceiro milênio. Se já cada cristão - escrevem os Padres sinodais - deve estar pronto a defender a fé e a dar a razão da esperança que vive em nós (cf. 1Pd 3,15), com muito maior razão os candidatos ao sacerdócio e os presbíteros devem manifestar um diligente cuidado pelo valor da formação intelectual na educação e na atividade pastoral, dado que, para a salvação dos irmãos e irmãs, devem procurar um conhecimento cada vez mais profundo dos mistérios divinos. Além disso, a situação atual, profundamente marcada pela indiferença religiosa e ao mesmo tempo por uma difusa desconfiança relativamente às reais capacidades da razão para atingir a verdade objetiva e universal, e pelos problemas e questões inéditos provocados pelas descobertas científicas e tecnológicas, exige prementemente um nível excelente de formação intelectual, que torne os sacerdotes capazes de anunciar, exatamente num tal contexto, o imutável Evangelho de Cristo, e torná-lo digno de credibilidade diante das legítimas exigências da razão humana. Acrescente-se ainda que o atual fenómeno do pluralismo, bem acentuado não só no âmbito da sociedade humana mas também no da própria comunidade eclesial, requer uma particular atitude de discernimento crítico: é um ulterior motivo que demonstra a necessidade de uma formação intelectual, a mais séria possível.

Esta motivação pastoral da formação intelectual confirma quanto se disse já sobre a unidade do processo educativo, nas suas diferentes dimensões. A obrigação do estudo, que preenche uma grande parte da vida de quem se prepara para o sacerdócio, não constitui de modo algum uma componente exterior e secundária do crescimento humano, cristão, espiritual e vocacional: na realidade, por meio do estudo, particularmente da Teologia, o futuro sacerdote adere à palavra de Deus, cresce na sua vida espiritual e dispõe-se a desempenhar o seu ministério pastoral. É este o objetivo unitário e multifacetado do estudo teológico preconizado pelo Concílio e reproposto pelo *Instrumentum laboris* do Sínodo: Para que possa ser pastoralmente eficaz, a formação intelectual deve ser integrada num caminho espiritual marcado pela experiência pessoal de Deus, de modo a poder superar uma pura ciência conceptual e chegar àquela inteligência do coração que sabe “ver” primeiro, o mistério de Deus, e depois é capaz de comunicá-lo aos irmãos”.

**Nota:103**

**PDV 51:** “A formação intelectual dos candidatos ao sacerdócio encontra a sua específica justificação na própria natureza do ministério ordenado e manifesta a sua urgência atual de frente ao desafio da nova evangelização, a qual o Senhor chama a Igreja, no limiar do terceiro milênio. Se já cada cristão - escrevem os Padres sinodais - deve estar pronto a defender a fé e a dar a razão da esperança que vive em nós (cf. 1Pd 3,15), com muito maior razão os candidatos ao sacerdócio e os presbíteros devem manifestar um diligente cuidado pelo valor da formação intelectual na educação e na atividade pastoral, dado que, para a salvação dos irmãos e irmãs, devem procurar um conhecimento cada vez mais profundo dos mistérios divinos. Além disso, a situação atual, profundamente marcada pela indiferença religiosa e ao mesmo tempo por uma difusa desconfiança relativamente às reais capacidades da razão para atingir a verdade objetiva e universal, e pelos problemas e questões inéditos provocados pelas descobertas científicas e tecnológicas, exige prementemente um nível excelente de formação intelectual, que torne os sacerdotes capazes de anunciar, exatamente num tal contexto, o imutável Evangelho de Cristo, e torná-lo digno de credibilidade diante das legítimas exigências da razão humana. Acrescente-se ainda que o atual fenómeno do pluralismo, bem acentuado não só no âmbito da sociedade humana mas também no da própria comunidade eclesial, requer uma particular atitude de discernimento crítico: é um ulterior motivo que demonstra a necessidade de uma formação intelectual, a mais séria possível”.

**Nota:104**

**PDV, 51:** “Esta motivação pastoral da formação intelectual confirma quanto se disse já sobre a unidade do processo educativo, nas suas diferentes dimensões. A obrigação do estudo, que preenche uma grande parte da vida de quem se prepara para o sacerdócio, não constitui de modo algum uma componente exterior e secundária do crescimento humano, cristão, espiritual e vocacional: na realidade, por meio do estudo,

particularmente da Teologia, o futuro sacerdote adere à palavra de Deus, cresce na sua vida espiritual e dispõe-se a desempenhar o seu ministério pastoral. É este o objetivo unitário e multifacetado do estudo teológico preconizado pelo Concílio e reproposto pelo *Instrumentum laboris* do Sinodo: Para que possa ser pastoralmente eficaz, a formação intelectual deve ser integrada num caminho espiritual marcado pela experiência pessoal de Deus, de modo a poder superar uma pura ciência conceptual e chegar àquela inteligência do coração que sabe “ver” primeiro, o mistério de Deus, e depois é capaz de comunicá-lo aos irmãos.”

**Nota:105**

**PDV, 56:** “Seguindo os ensinamentos e orientações do Concílio Vaticano II e as indicações aplicativas da *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, determinou-se na Igreja uma vasta atualização do ensino das disciplinas filosóficas e sobretudo teológicas nos seminários. Apesar de ainda carecida, em alguns casos, de posteriores correções e desenvolvimentos, essa atualização contribuiu, no seu conjunto, para valorizar cada vez mais a proposta educativa, no âmbito da formação intelectual. A este respeito, os Padres sinodais afirmaram novamente, com frequência e clareza, a necessidade, melhor, a urgência de que seja aplicado nos seminários e nas casas de formação o Plano fundamental de Estudos tanto o universal, como o de cada Nação ou Conferência episcopal.

É necessário contrariar decididamente a tendência a reduzir a seriedade e exigência dos estudos, que se manifesta em alguns contextos eclesiais, como consequência já de uma preparação de base insuficiente e lacunosa dos alunos que iniciam o currículo filosófico e teológico. É a própria situação contemporânea a exigir que os mestres estejam cada vez mais à altura da complexidade dos tempos e em condições de afrontar, com competência, clareza e profundidade de argumentação, as carências de sentido dos homens de hoje, às quais apenas o Evangelho de Jesus Cristo dá resposta cabal”.

**Nota:106**

**OT, 16:** “O ensino da teologia seja feito à luz da fé, sob a conduta do magistério da Igreja, para que os alunos possam haurir a exata doutrina cristã da fonte da revelação, aprofundá-la como alimento de sua vida espiritual, anunciá-la no ministério sacerdotal, explicá-la e defendê-la.

O estudo da Sagrada Escritura seja a alma de toda a teologia. Depois da introdução adequada, ensine-se a metodologia própria da exegese, considerando os principais temas da revelação divina, para que os alunos se alimentem dos livros sagrados e tirem maior proveito de sua leitura e meditação diárias.

Em Teologia dogmática, primeiro exponham-se os temas bíblicos. Depois a contribuição dos padres orientais e ocidentais, na transmissão fiel e na explicação de cada uma das verdades da revelação, seguindo-se a história dos dogmas, em conexão com a história da Igreja. Adote-se, quanto possível, como mestre, são Tomás, para que os mistérios divinos sejam melhor conhecidos em si mesmos e na sua íntima conexão. Aprendam a considerar esses mistérios presentes e atuantes na liturgia e na vida da Igreja, e a buscar na revelação a solução para todos os problemas humanos, aplicando as verdades eternas à condição mutável das coisas terrenas e comunicando-as, de maneira acessível aos homens de hoje.

As demais disciplinas sejam sempre igualmente apresentadas em relação direta com o mistério de Cristo.

Merece especial atenção a Teologia moral, cuja elaboração precisa manter maior contato com a Sagrada Escritura e ter a preocupação de manifestar melhor a grandeza da vocação cristã e a obrigação dos fiéis de se colocar, no amor, a serviço do mundo.

Também o Direito canônico e a história da Igreja sejam ensinados em conexão com o mistério da Igreja, de acordo com a constituição dogmática a respeito, promulgada nesse concílio.

A liturgia, finalmente, que é a fonte primeira e indispensável do espírito cristão, deve ser ensinada de acordo com os artigos 15 e 16 da constituição respectiva.

Tendo-se em devida conta a variedade das situações, nas diferentes regiões do globo, os alunos devem ser levados a conhecer melhor as igrejas e denominações cristãs separadas da sé apostólica romana, para que se tornem capazes de promover a unidade entre todos os cristãos, como o quer o concílio.

Deve-se estudar, também, as outras religiões mais difundidas em cada lugar, reconhecendo da melhor maneira possível o que têm de verdadeiro e de bom, por disposição divina, não dissimulando os erros e sabendo comunicar a luz da verdade aos que ainda não a alcançaram”.

**Nota:107**

**PDV, 52:** “Um momento essencial da formação intelectual é o estudo da Filosofia que leva a uma compreensão e interpretação mais profunda da pessoa, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus. Aquela revela-se de grande importância, não apenas pelo nexo que existe entre os argumentos filosóficos e os mistérios da salvação estudados na Teologia, à luz superior da fé, mas também em face de uma situação cultural bastante generalizada que exalta o subjetivismo como critério e medida da verdade: somente uma sã Filosofia pode ajudar os candidatos ao sacerdócio a desenvolverem uma consciência reflexiva da relação constitutiva existente entre o espírito humano e a verdade, essa verdade que se nos revela plenamente em Jesus Cristo. Nem é de se subestimar a importância da Filosofia no sentido de garantir aquela certeza da verdade, a única que pode estar na base da entrega pessoal a Jesus Cristo e à Igreja. Não será difícil compreender como algumas questões muito concretas, quais são a identidade do sacerdote e o seu compromisso apostólico e missionário, se encontrem profundamente ligadas à questão, nada abstrata, da própria verdade: se não se está certo da verdade, como é possível pôr em jogo a própria vida inteira e ter força para interpelar, a sério, a vida dos outros?

A Filosofia ajuda imenso o candidato a enriquecer a sua formação intelectual com o culto da verdade, isto é, uma espécie de veneração amorosa pela verdade, que leva a reconhecer que esta não é criada e medida pelo homem, mas é confiada ao homem como dom da Verdade suprema, Deus; que, mesmo com limites e por vezes com dificuldade, a razão humana pode atingir a verdade objetiva e universal, inclusive aquela que diz respeito a Deus e ao sentido radical da existência; que a própria fé não pode prescindir da razão e do afã de pensar os seus conteúdos, como testemunhava a grande mente de Agostinho: Desejei ver com a inteligência o que acreditei, e muito tive de discutir e esforçar-me.

Para uma compreensão mais profunda do homem, bem como dos fenômenos e das linhas evolutivas da sociedade, em ordem ao exercício o mais encarnado possível do ministério pastoral, podem ser de grande utilidade as chamadas ciências do homem como a Sociologia, a Psicologia, a Pedagogia, a ciência da economia e da política, a ciência da comunicação social. Embora sejam do âmbito bem preciso das ciências positivas ou

descritivas, estas ajudam o futuro sacerdote a prolongar a contemporaneidade vivida por Cristo. Cristo - dizia Paulo VI - fez-se contemporâneo a alguns homens e falou a linguagem deles. A fidelidade ao mesmo Cristo exige que esta contemporaneidade continue”.

**Nota:108**

**OT, 14:** “Na renovação dos estudos, a primeira preocupação deve ser a articulação entre as disciplinas filosóficas e teológicas, em vista de facilitar ao aluno a compreensão do mistério de Cristo, presente no mundo inteiro, especialmente na Igreja, e em função do qual se entende toda a ação do sacerdote.

Para alcançar esta visão de conjunto, preveja-se um curso de introdução no início dos estudos e durante o tempo que for necessário. Nesse curso deve ser proposto o mistério da salvação, de tal forma que fique bem claro o espírito dos estudos eclesiais e como se devem desenvolver. Os alunos poderão assim, com maior facilidade, perceber o nexos entre a finalidade pastoral do curso e sua própria vida pessoal, à qual os estudos são chamados a proporcionar uma base firme, fundamento da realização de sua vocação pessoal e de uma vida a ser vivida na alegria, ao longo dos anos”.

**RFIS, 62.**

**Nota:109**

**PDV, 52:** “Um momento essencial da formação intelectual é o estudo da Filosofia que leva a uma compreensão e interpretação mais profunda da pessoa, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus. Aquela revela-se de grande importância, não apenas pelo nexos que existe entre os argumentos filosóficos e os mistérios da salvação estudados na Teologia, à luz superior da fé, mas também em face de uma situação cultural bastante generalizada que exalta o subjetivismo como critério e medida da verdade: somente uma sã Filosofia pode ajudar os candidatos ao sacerdócio a desenvolverem uma consciência reflexiva da relação constitutiva existente entre o espírito humano e a verdade, essa verdade que se nos revela plenamente em Jesus Cristo. Nem é de se subestimar a importância da Filosofia no sentido de garantir aquela certeza da verdade, a única que pode estar na base da entrega pessoal a Jesus Cristo e à Igreja. Não será difícil compreender como algumas questões muito concretas, quais são a identidade do sacerdote e o seu compromisso apostólico e missionário, se encontrem profundamente ligadas à questão, nada abstrata, da própria verdade: se não se está certo da verdade, como é possível pôr em jogo a própria vida inteira e ter força para interpelar, a sério, a vida dos outros?”

A Filosofia ajuda imenso o candidato a enriquecer a sua formação intelectual com o culto da verdade, isto é, uma espécie de veneração amorosa pela verdade, que leva a reconhecer que esta não é criada e medida pelo homem, mas é confiada ao homem como dom da Verdade suprema, Deus; que, mesmo com limites e por vezes com dificuldade, a razão humana pode atingir a verdade objetiva e universal, inclusive aquela que diz respeito a Deus e ao sentido radical da existência; que a própria fé não pode prescindir da razão e do afã de pensar os seus conteúdos, como testemunhava a grande mente de Agostinho: Desejei ver com a inteligência o que acreditei, e muito tive de discutir e esforçar-me”.

**Nota:110**

**PDV, 52:** “Um momento essencial da formação intelectual é o estudo da Filosofia que leva a uma compreensão e interpretação mais profunda da pessoa, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus. Aquela revela-se de grande importância, não apenas pelo nexos que existe entre os argumentos filosóficos e os mistérios da salvação estudados na Teologia, à luz superior da fé, mas também em face de uma situação cultural bastante generalizada que exalta o subjetivismo como critério e medida da verdade: somente uma sã Filosofia pode ajudar os candidatos ao sacerdócio a desenvolverem uma consciência reflexiva da relação constitutiva existente entre o espírito humano e a verdade, essa verdade que se nos revela plenamente em Jesus Cristo. Nem é de se subestimar a importância da Filosofia no sentido de garantir aquela certeza da verdade, a única que pode estar na base da entrega pessoal a Jesus Cristo e à Igreja. Não será difícil compreender como algumas questões muito concretas, quais são a identidade do sacerdote e o seu compromisso apostólico e missionário, se encontrem profundamente ligadas à questão, nada abstrata, da própria verdade: se não se está certo da verdade, como é possível pôr em jogo a própria vida inteira e ter força para interpelar, a sério, a vida dos outros?”.

**Nota:111**

**PDV, 52:** “A Filosofia ajuda imenso o candidato a enriquecer a sua formação intelectual com o culto da verdade, isto é, uma espécie de veneração amorosa pela verdade, que leva a reconhecer que esta não é criada e medida pelo homem, mas é confiada ao homem como dom da Verdade suprema, Deus; que, mesmo com limites e por vezes com dificuldade, a razão humana pode atingir a verdade objetiva e universal, inclusive aquela que diz respeito a Deus e ao sentido radical da existência; que a própria fé não pode prescindir da razão e do afã de pensar os seus conteúdos, como testemunhava a grande mente de Agostinho: Desejei ver com a inteligência o que acreditei, e muito tive de discutir e esforçar-me.

Para uma compreensão mais profunda do homem, bem como dos fenômenos e das linhas evolutivas da sociedade, em ordem ao exercício o mais encarnado possível do ministério pastoral, podem ser de grande utilidade as chamadas ciências do homem como a Sociologia, a Psicologia, a Pedagogia, a ciência da economia e da política, a ciência da comunicação social. Embora sejam do âmbito bem preciso das ciências positivas ou descritivas, estas ajudam o futuro sacerdote a prolongar a contemporaneidade vivida por Cristo. Cristo - dizia Paulo VI - fez-se contemporâneo a alguns homens e falou a linguagem deles. A fidelidade ao mesmo Cristo exige que esta contemporaneidade continue”.

**Nota:112**

**OT, 15:** “O principal objetivo do ensino da filosofia é dar aos alunos uma visão coerente e sólida do ser humano, do mundo e de Deus, em continuidade com o patrimônio da filosofia perene, levando em conta os desenvolvimentos modernos, especialmente os que exercem maior influência na cultura do país ou se articulam com os recentes progressos da ciência. Dessa forma os alunos, tendo compreendido o pensamento moderno, estarão preparados para o diálogo com os homens do seu tempo, quando se apresentar a ocasião.

A história da Filosofia deve ser ensinada de sorte que os alunos penetrem nos princípios últimos de cada sistema, retendo o que é verdadeiro e percebendo as raízes dos erros, para que os possam refutar.

O modo de ensinar deve despertar nos alunos o gosto pelo rigor da pesquisa, da observação dos fatos e das demonstrações, ao mesmo tempo que um sentimento agudo dos limites do saber humano. Tenham-se

presentes os grandes problemas da vida e as reais preocupações dos alunos, relacionando-os com as questões filosóficas e ajudando-os a perceber o nexo existente entre o raciocínio filosófico e os mistérios da salvação, considerados à luz superior da fé”.

**Nota:113**

**CNBB**, n.58: “Para capacitar os candidatos ao Seminário Maior e suprir as suas deficiências de ensino, recomenda-se introduzir ou reforçar alguns aspectos da dimensão intelectual, visando, ainda, amenizar o impacto que a filosofia frequentemente exerce sobre os iniciantes:

- metodologia de estudos;
- português: gramática, redação e literatura;
- uma língua estrangeira moderna;
- ciências sociais: história, geografia e política;
- cultura brasileira;
- formação da consciência crítica da realidade;
- música, artes sacras, cultura popular e teatro;
- noções de liturgia e espiritualidade;
- introdução ao Mistério de Cristo e da Igreja, podendo basear-se no Catecismo da Igreja Católica”.

**Nota:114**

**CNBB**, Doc. 55, n.58: Para capacitar os candidatos ao Seminário Maior e suprir as suas deficiências de ensino, recomenda-se introduzir ou reforçar alguns aspectos da dimensão intelectual, visando, ainda, amenizar o impacto que a filosofia frequentemente exerce sobre os iniciantes:

- metodologia de estudos;
- português: gramática, redação e literatura;
- uma língua estrangeira moderna;
- ciências sociais: história, geografia e política;
- cultura brasileira;
- formação da consciência crítica da realidade;
- música, artes sacras, cultura popular e teatro;
- noções de liturgia e espiritualidade;
- introdução ao Mistério de Cristo e da Igreja, podendo basear-se no Catecismo da Igreja Católica”.

**Nota:115**

**Puebla 472-474**: “**472**. A contribuição da Igreja à libertação e promoção humana vem se concretizando num conjunto de orientações doutrinárias e critérios de ação que costumamos chamar “doutrina social da Igreja”, os quais têm sua fonte na Sagrada Escritura, na doutrina dos Santos Padres e dos grandes teólogos da Igreja e no Magistério, especialmente dos últimos papas. Como se evidência desde sua origem, há neles elementos de validade permanente que se fundamentam numa antropologia nascida da própria mensagem de Cristo e nos valores perenes da ética cristã. Mas há também elementos que são alteráveis e respondem às condições próprias de cada país e de cada época (GS, Nota 1).

**473**. Seguindo Paulo VI (OA, 4), podemos formular esta doutrina assim: atenta aos sinais dos tempos, interpretados à luz do Evangelho e do magistério da Igreja, toda a comunidade cristã é chamada a se tornar responsável pelas opções concretas e pela sua efetiva atuação para responder às interpelações que as circunstâncias mutáveis apresentam. Esta doutrina social tem, pois, um caráter dinâmico e em sua elaboração e aplicação os leigos não são passivos executores, mas ativos colaboradores dos pastores, a quem levam sua experiência cristã, sua competência profissional e científica (GS 42).

**474**. Está claro, pois, que toda a comunidade cristã, em comunhão com seus legítimos pastores e guiada por eles, constitui sujeito responsável pela evangelização, pela libertação e promoção humana”.

cf. CEC, A Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal, 1988.

**Nota:116**

**CIC, Cânon 249**: “Nas Diretrizes básicas para a formação sacerdotal se providencie que os alunos não só aprendam cuidadosamente a língua vernácula, mas também dominem a língua latina, e aprendam convenientemente as línguas estrangeiras, cujo conhecimento pareça necessário ou útil para sua formação ou para o exercício do ministério pastoral”.

**Nota:117**

**OT, 16**: “O ensino da teologia seja feito à luz da fé, sob a conduta do magistério da Igreja, para que os alunos possam haurir a exata doutrina cristã da fonte da revelação, aprofundá-la como alimento de sua vida espiritual, anunciá-la no ministério sacerdotal, explicá-la e defendê-la.

O estudo da Sagrada Escritura seja a alma de toda a teologia. Depois da introdução adequada, ensine-se a metodologia própria da exegese, considerando os principais temas da revelação divina, para que os alunos se alimentem dos livros sagrados e tirem maior proveito de sua leitura e meditação diárias.

Em Teologia dogmática, primeiro exponham-se os temas bíblicos. Depois a contribuição dos padres orientais e ocidentais, na transmissão fiel e na explicação de cada uma das verdades da revelação, seguindo-se a história dos dogmas, em conexão com a história da Igreja. Adote-se, quanto possível, como mestre, santo Tomás, para que os mistérios divinos sejam melhor conhecidos em si mesmos e na sua íntima conexão. Aprendam a considerar esses mistérios presentes e atuantes na liturgia e na vida da Igreja, e a buscar na revelação a solução para todos os problemas humanos, aplicando as verdades eternas à condição mutável das coisas terrenas e comunicando-as, de maneira acessível aos homens de hoje.

As demais disciplinas sejam sempre igualmente apresentadas em relação direta com o mistério de Cristo.

Merece especial atenção a Teologia moral, cuja elaboração precisa manter maior contato com a Sagrada Escritura e ter a preocupação de manifestar melhor a grandeza da vocação cristã e a obrigação dos fiéis de se colocar, no amor, a serviço do mundo.

Também o Direito canônico e a história da Igreja sejam ensinados em conexão com o mistério da Igreja, de acordo com a constituição dogmática a respeito, promulgada nesse concílio.

A liturgia, finalmente, que é a fonte primeira e indispensável do espírito cristão, deve ser ensinada de acordo com os artigos 15 e 16 da constituição respectiva.

Tendo-se em devida conta a variedade das situações, nas diferentes regiões do globo, os alunos devem ser levados a conhecer melhor as igrejas e denominações cristãs separadas da sé apostólica romana, para que se tornem capazes de promover a unidade entre todos os cristãos, como o quer o concílio. Deve-se estudar, também, as outras religiões mais difundidas em cada lugar, reconhecendo da melhor maneira possível o que têm de verdadeiro e de bom, por disposição divina, não dissimulando os erros e sabendo comunicar a luz da verdade aos que ainda não a alcançaram”.

**Nota:118**

**Puebla 325-327:** “325. Entretanto não seria possível a obtenção autêntica e permanente da dignidade humana neste nível, se não estivéssemos ao mesmo tempo autenticamente libertados para realizar-nos no plano transcendente. Este é o plano do Bem Absoluto no qual está sempre em causa a nossa liberdade, até quando parecemos ignorá-lo. É o plano da confrontação iniludível com o mistério divino de alguém que, na qualidade de Pai, chama os homens e lhes dá a capacidade de ser livres, que os guia providencialmente e, já que eles podem fechar-se a ele e até mesmo rejeitá-lo, os julga e sanciona para a vida ou para a morte eterna, de acordo com aquilo que tenham realizado livremente. É uma imensa responsabilidade que é outro sinal da grandeza mas também do risco que se inclui na dignidade humana.

**326.** Através da unidade indissolúvel destes três planos aparecem melhor as exigências de comunhão e participação que brotam desta dignidade. Se no plano transcendente se realiza em plenitude nossa liberdade pela aceitação filial e fiel de Deus, entramos em comunhão de amor com o mistério divino e participamos de sua própria vida. O contrário é romper com o amor filial, repelir e desprezar o Pai. São duas possibilidades extremas que a revelação cristã chama graça e pecado. Elas, porém, não se realizam a não ser estendendo-se simultaneamente aos outros dois planos, com imensas conseqüências, para a dignidade humana.

**327.** O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós, hoje em dia, deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem mais precisa. De fato, “ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se não ama o irmão a quem vê” (I Jo 4,20). Todavia a comunhão e a participação verdadeiras só podem existir nesta vida projetadas no plano bem concreto das realidades temporais, de tal modo que o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, dos bens da cultura, da ciência e da técnica se vão realizando em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia. O Evangelho nos deve ensinar, em face das realidades em que vivemos imersos, que não se pode atualmente na AL amar de verdade o irmão nem portanto a Deus sem que o homem se comprometa em nível pessoal e, em muitos casos, até em nível estrutural com o serviço e promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais pobres e humilhados, arcando com todas as conseqüências que se seguem no plano destas realidades temporais.”

**Nota:119**

**LG 12:** “O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unguídos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, “desde os bispos até o último fiel leigo”, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) “transmitida aos fiéis de uma vez por todas” (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. “Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer” (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: “Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos” (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)”.

**Nota:120**

Documento da CEC, A Formação Teológica dos Futuros Padres, 22.02.1976.

**Nota:121**

**PDV, 54:** “A formação teológica é uma obra complexa e, por isso, exigente. Ela deve levar o candidato ao sacerdócio a possuir uma visão das verdades reveladas por Deus em Jesus Cristo e da experiência de fé da Igreja que seja completa e unitária: daqui a dúplice exigência de conhecer todas as verdades cristãs, sem fazer opções arbitrárias e de as conhecer de modo orgânico. Isto requer que o aluno seja ajudado a realizar uma síntese que constitua o fruto dos dados fornecidos por todas as disciplinas teológicas, cuja especificidade adquire um autêntico valor apenas na sua profunda coordenação.

Em sua reflexão amadurecida sobre a fé, a Teologia move-se em duas direções. A primeira é a do estudo da Palavra de Deus: a palavra escrita nos Livros Santos, celebrada e vivida pela Tradição viva da Igreja, e interpretada com autoridade pelo seu Magistério. Daqui o estudo da Sagrada Escritura, que deve ser como que a alma de toda a Teologia, o estudo dos Padres da Igreja e da Liturgia, da história da Igreja e da doutrina do Magistério. A segunda direção é a do homem, interlocutor de Deus: o homem chamado a crer, a viver, a comunicar aos outros a fides e o ethos cristão. Daqui o estudo da Dogmática, da Teologia moral, da Teologia espiritual, do direito canônico e da Teologia pastoral.

A referência ao homem crente leva a Teologia a ter uma particular atenção, por um lado, à instância permanente e fundamental da relação fé/razão, por outro, a algumas exigências mais ligadas com a situação social e cultural de hoje. No primeiro caso, está o estudo da Teologia fundamental, que tem por objeto o fato da revelação cristã e a sua transmissão na Igreja. No segundo, temos as disciplinas que conheceram e conhecem um mais decidido desenvolvimento como resposta a problemas hoje sentidos mais fortemente. Assim o estudo da doutrina social da Igreja, que pertence ao campo da Teologia, e especialmente da Teologia



moral, e que é de ter em conta entre os componentes essenciais da nova evangelização, de que constitui um instrumento. Da mesma forma, o estudo da missão e do ecumenismo, do judaísmo, do islamismo e das outras religiões não cristãs”.

**Nota:122**

**CDC, 250:** “Os estudos filosóficos e teológicos, organizados no próprio seminário, podem ser feitos sucessiva ou simultaneamente, de acordo com as Diretrizes básicas para a formação sacerdotal; compreendam, ao menos seis anos completos, de tal modo que o tempo reservado às disciplinas filosóficas corresponda a dois anos completos, e o tempo reservado aos estudos teológicos, a quatro anos completos”.

cf. **RFIS 76.**

**Nota:123**

**CDC, 1032 § 2º:** “Terminado o currículo dos estudos, o diácono, antes de ser promovido ao presbiterato, participe da vida pastoral, exercendo a ordem diaconal por tempo conveniente, a ser determinado pelo bispo ou pelo Superior maior competente”.

**Nota:124**

**OT, 17:** “A formação doutrinal não visa apenas à transmissão de conhecimentos, mas deve contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno. Com esse objetivo, revejam-se os métodos didáticos, tanto nas preleções, como nos debates e nos exercícios, assim como no estudo individual ou em pequenos grupos. A unidade da instituição deve ser, acima de tudo, salvaguardada, evitando-se a multiplicação de aulas e de disciplinas, as questões sem grande importância e as que só se pode abordar convenientemente em estudos acadêmicos de pós-graduação”.

**Nota:125**

**VMPPV 292:** “Os professores, em razão de sua influência na formação, tenham, além de sua competência específica, um profundo espírito eclesial”.

**CDC 254 § 1º:** “No ensino das diversas disciplinas, os professores preocupem-se continuamente com a íntima unidade e harmonia de toda a doutrina da fé, a fim de que os alunos sintam que estão aprendendo uma única ciência; para se conseguir mais facilmente essa finalidade, haja no seminário alguém que coordene toda a organização dos estudos”.

**PDV 67:** “Todos quantos introduzem e acompanham os futuros sacerdotes na sacra doutrina, por meio do ensino da Teologia, assumem uma particular responsabilidade educativa, que a experiência demonstra ser muitas vezes mais decisiva, no desenvolvimento da personalidade presbiteral, que a dos outros educadores.

A responsabilidade dos professores de Teologia, ainda antes de ter em conta a relação docente que devem criar com os candidatos ao sacerdócio, diz respeito à concepção que eles mesmos devem possuir da natureza da Teologia e do ministério sacerdotal, bem como do espírito e estilo segundo o qual devem desenvolver o ensino da Teologia. Neste sentido, os Padres sinodais afirmaram justamente que o teólogo deve estar plenamente consciente de que no seu ensino não se afirma por si mesmo, mas deve abrir e comunicar a inteligência da fé fundamentalmente em nome do Senhor e da Igreja. Deste modo, o teólogo, mesmo valendo-se de todas as possibilidades científicas, desempenha a sua tarefa mandado pela Igreja e colabora com o bispo na tarefa de ensinar. E porque teólogos e bispos estão ao serviço da mesma Igreja, na tarefa de promover a fé, devem desenvolver e cultivar uma confiança recíproca, e neste espírito, superar também as tensões e conflitos (cf. mais amplo desenvolvimento na Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé sobre A Vocação Eclesial do Teólogo).

O professor de Teologia, como qualquer outro educador, deve permanecer em comunhão e colaborar cordialmente com todas as outras pessoas empenhadas na formação dos futuros sacerdotes e apresentar, com rigor científico, generosidade, humildade e paixão, seu contributo original e qualificado, que não é apenas a simples comunicação de uma doutrina - mesmo sendo a sacra doutrina -, mas é sobretudo a oferta da perspectiva que unifica, no desígnio de Deus, os diversos conhecimentos humanos e as várias expressões de vida.

Em particular, a especificidade e o êxito formativo dos professores de Teologia mede-se pelo fato de eles serem, antes de mais, homens de fé e cheios de amor pela Igreja, convencidos de que o sujeito adequado do conhecimento do mistério cristão continua a ser a Igreja enquanto tal, persuadindo-se, portanto, de que sua tarefa de ensinar é um autêntico ministério eclesial, e pelo fato de serem ricos de sentido pastoral para discernir não só os conteúdos, mas também as formas adequadas para o exercício deste ministério. Particularmente se requer dos professores a fidelidade plena ao Magistério. De fato, ensinam em nome da Igreja e, por isso, são testemunhas da fé”.

**Nota:126**

**OT, 22:** “Nas atuais circunstâncias, a formação sacerdotal deve prosseguir e se aperfeiçoar depois de terminado o seminário. As conferências episcopais determinarão a melhor maneira de fazê-lo, em cada país, criando, por exemplo, institutos pastorais, com a cooperação de diversas paróquias, fazendo reuniões periódicas ou estabelecendo práticas em que o jovem clero seja gradativamente iniciado no apostolado e na vida sacerdotal, tanto do ponto de vista espiritual, como intelectual e pastoral, a fim de que sua atividade se renove e se aperfeiçoe continuamente”.

**Nota:127**

**VMPPV 349:** “Valorizem-se as revistas teológico-pastorais existentes, solicitando que atendam mais diretamente às necessidades do ministério pastoral dos presbíteros. Estude-se a possibilidade da publicação de uma nova revista especializada para isto ou da edição de uma separata especial, em alguma das revistas existentes”.

**Nota:128**

**PDV, 6:** “Múltiplos fatores parecem favorecer nos homens de hoje uma consciência mais amadurecida da dignidade da pessoa e uma nova abertura aos valores religiosos, ao Evangelho e ao ministério sacerdotal.

No âmbito da sociedade, encontramos, apesar de tantas contradições, uma sede de justiça e de paz mais forte e generalizada, um sentido mais vivo do cuidado do homem pela criação e pelo respeito da natureza, uma procura mais aberta da verdade e da tutela da dignidade humana, um empenho crescente, em muitas faixas da população mundial, por uma mais concreta solidariedade internacional e por uma nova ordem planetária, na liberdade e na justiça. Ao mesmo tempo que se desenvolve sempre mais o potencial de energias oferecido

pelas ciências e pelas técnicas e se difunde a informação e a cultura, cresce também a exigência ética, isto é, a exigência do sentido existencial e, conseqüentemente, de uma objetiva escala de valores que permita estabelecer as possibilidades e os limites do progresso.

No campo mais estritamente religioso e cristão, caem os preconceitos ideológicos e a violenta obstrução ao anúncio dos valores espirituais e religiosos, enquanto surgem novas e inesperadas possibilidades para a evangelização e o reflorescimento da vida eclesial, em muitas partes do mundo. Nota-se, com efeito, uma crescente difusão do conhecimento das Sagradas Escrituras; uma vitalidade e força expansiva de muitas Igrejas jovens, com um papel cada vez mais importante na defesa e na promoção dos valores da pessoa e da vida humana; um esplêndido testemunho do martírio por parte das Igrejas do Centro-Leste europeu, como também o da fidelidade e coragem de outras Igrejas, que são ainda constrangidas a suportar perseguições e tribulações pela fé.

O desejo de Deus e de um relacionamento vivo e significativo com ele apresenta-se hoje tão forte que, onde falta o autêntico anúncio do Evangelho de Jesus, favorece a difusão de formas de religiosidade sem Deus e de inúmeras seitas. A expansão destas, inclusive em alguns ambientes tradicionalmente cristãos, é, para todos os filhos da Igreja e para os sacerdotes em particular, um constante motivo de exame de consciência sobre a credibilidade de seu testemunho do Evangelho, mas, ao mesmo tempo, é um sinal de quão profunda e generalizada ainda hoje é a procura de Deus”.

#### **Nota:129**

**PDV, 70:** “Os Padres sinodais expressaram a razão que justifica a necessidade da formação permanente e, ao mesmo tempo, revela a sua natureza profunda, designando-a como fidelidade ao ministério sacerdotal e como processo de contínua conversão. É o Espírito Santo, infundido pelo Sacramento, que sustem o presbítero nesta fidelidade e que o acompanha e estimula neste caminho de incessante conversão. O dom do Espírito não dispensa, antes solicita a liberdade do sacerdote, para que coopere responsabilmente e assuma a formação permanente como um dever que lhe é confiado. Assim esta é expressão e exigência da fidelidade dele ao seu ministério, ou melhor, ao seu próprio ser. É, portanto, amor a Jesus Cristo e coerência consigo mesmo. Mas constitui também um ato de amor ao Povo de Deus, ao serviço do qual o sacerdote está posto. É ainda um ato de verdadeira e própria justiça: ele é devedor ao Povo de Deus, chamado porque a reconhecer e a promover aquele seu direito fundamental de ser destinatário da Palavra de Deus, dos Sacramentos e do serviço da caridade, que são o conteúdo original e irrenunciável do ministério pastoral do padre. A formação permanente é necessária para que ele esteja em condições de responder condignamente a tal direito do Povo de Deus.

Alma e forma da formação permanente do sacerdote é a caridade pastoral: o Espírito Santo, que infunde a caridade pastoral, introduz e acompanha-o no conhecimento sempre mais profundo do mistério de Cristo, que é insondável na sua riqueza (cf. Ef 3,14-19), e, por conseguinte, no conhecimento do mistério do sacerdócio cristão. A mesma caridade pastoral impele o presbítero a conhecer cada vez mais as esperanças, as necessidades, os problemas, as sensibilidades dos destinatários do seu ministério: destinatários envolvidos em suas concretas situações pessoais, familiares e sociais.

A tudo isto tende a formação permanente, vista como consciente e livre proposta em ordem ao dinamismo da caridade pastoral e do Espírito Santo, que é a sua primeira fonte e alimento contínuo. Neste sentido, a formação permanente é uma exigência intrínseca ao dom e ao ministério sacramental recebido e se revela necessária em todos os tempos. Hoje, porém, ela é particularmente urgente, não só pela rápida mudança das condições sociais e culturais dos homens e dos povos, no meio dos quais se exerce o ministério pastoral, mas também por aquela nova evangelização que constitui a tarefa essencial e inadiável da Igreja, no final do segundo milênio”.

#### **Nota:130**

**PDV, 24 e 72:** “24. O Espírito do Senhor consagrou Cristo e o enviou a anunciar o Evangelho (cf. Lc 4,18). A missão não representa um elemento exterior e justaposto à consagração, mas constitui a sua meta intrínseca e vital: a consagração é para a missão. Assim, não só a consagração, mas também a missão está sob o signo do Espírito, sob o seu influxo santificador.

Assim aconteceu com Jesus. Assim foi o caso dos apóstolos e dos seus sucessores. Assim é com a Igreja inteira e, dentro dela, com os presbíteros: todos recebem o Espírito com seu dom e apelo de santificação, no âmbito e através da missão.

Existe, portanto, uma íntima conexão entre a vida espiritual do presbítero e o exercício do seu ministério, que o Concílio exprime da maneira seguinte: Exercitando o ministério do Espírito e da justiça (cf. 2Cor 3,8-9), os presbíteros são consolidados na vida do Espírito, com a condição, porém, de serem dóceis aos ensinamentos do Espírito de Cristo que os vivifica e guia. De fato, os presbíteros são orientados para a perfeição da vida por força das próprias ações que desenvolvem cotidianamente, como também de todo o seu ministério que exercitam em estreita união com o bispo e entre si. Mas a própria santidade dos presbíteros, por sua vez, contribui muitíssimo para o desempenho eficaz do seu ministério.

Vive o mistério que é colocado em tuas mãos! É este o convite e também a interpelação que a Igreja dirige ao presbítero no rito da Ordenação, no momento em que lhe são entregues as ofertas do povo santo para o sacrifício eucarístico. O mistério de que o presbítero é dispensador (cf. 1Cor 4,1) é, no fundo, o próprio Jesus Cristo que, no Espírito, é fonte de santidade e apelo à santificação. O mistério exige ser inserido na vida real do presbítero. Por isso mesmo, exige grande vigilância e conscientização viva. É ainda o rito da ordenação a fazer preceder as palavras recordadas na recomendação: Toma consciência daquilo que farás. Já Paulo alertava o bispo Timóteo: Não transcules o dom espiritual que está em ti (1Tm 4,14; cf. 2Tm 1,6).

A relação entre a vida espiritual e o exercício do ministério sacerdotal pode encontrar uma explicação adequada, também a partir da caridade pastoral concedida pelo sacramento da Ordem. O ministério do sacerdote, precisamente porque é uma participação no ministério salvífico de Jesus Cristo Cabeça e Pastor, não pode deixar de re-exprimir e reviver aquela sua caridade pastoral que é, ao mesmo tempo, a fonte e o espírito do seu serviço e do dom de si próprio. Na sua realidade objetiva, o ministério sacerdotal é amoris officium, segundo a citada expressão de Santo Agostinho: precisamente esta realidade objetiva se coloca como fundamento e apelo para um ethos correspondente, que não pode ser senão aquele de viver o amor, como salienta o mesmo santo: Sit amoris officium pascere dominicum gregem. Tal ethos, e portanto a vida espiritual,

outra coisa não é senão o acolhimento na consciência e na liberdade, e, conseqüentemente, na mente, no coração, nas decisões e nas ações, da verdade do ministério sacerdotal como amoris officium.

**72.** Um primeiro aprofundamento diz respeito à dimensão humana da formação sacerdotal. No contato cotidiano com os homens, partilhando a sua vida de cada dia, o sacerdote deve aumentar e aprofundar aquela sensibilidade humana que lhe permite compreender as necessidades e acolher os pedidos, intuir as questões não expressas, partilhar as esperanças, as alegrias e as fadigas do viver comum, ser capaz de encontrar a todos e de dialogar com todos. Sobretudo conhecendo e partilhando, isto é, fazendo sua a experiência humana da dor na multiplicidade das suas manifestações, desde a indignância à doença, da marginalização à ignorância, à solidão, à pobreza material e moral, o padre enriquece a própria humanidade e torna-a mais autêntica e transparente, num crescente e apaixonado amor pelo homem.

No amadurecimento da sua formação humana, o presbítero recebe uma particular ajuda da graça de Jesus Cristo: a caridade do Bom Pastor, de fato, exprimiu-se não só com o dom da salvação aos homens, mas também com a partilha de sua vida, da qual o Verbo, que se fez carne (cf. Jo 1,14), quis conhecer a alegria e o sofrimento, experimentar a fadiga, partilhar as emoções, consolar a dor. Vivendo como homem entre e com os homens, Jesus Cristo oferece a mais absoluta, genuína e perfeita expressão de humanidade: vemo-lo a participar de uma festa nas bodas de Caná, a freqüentar uma família de amigos, a comover-se com a multidão faminta que o segue, a restituir aos pais seus filhos doentes ou mortos, a chorar a morte de Lázaro.

Do sacerdote, cada vez mais amadurecido na sua sensibilidade humana, o Povo de Deus deve poder dizer algo de análogo ao que o autor da Carta aos Hebreus escreve de Jesus: Não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas. Pelo contrário, ele mesmo foi provado em tudo, à nossa semelhança, exceto no pecado (Hb 4,15).

A formação, na sua dimensão espiritual, é uma exigência da vida nova e evangélica, à qual o presbítero é chamado, de um modo específico, pelo Espírito Santo infundido no sacramento da Ordem. O Espírito, consagrando-o e configurando-o a Jesus Cristo, Cabeça e Pastor, cria uma ligação que, situada no próprio ser do sacerdote, precisa de ser assimilada e vivida de maneira pessoal, isto é, consciente e livre, mediante uma comunhão de vida e de amor cada vez mais rica e uma partilha sempre mais ampla e radical dos sentimentos e das atitudes de Jesus Cristo. Neste liame entre o Senhor Jesus e o padre, liame ontológico e psicológico, sacramental e moral, está o fundamento e, ao mesmo tempo, a força para aquela vida segundo o Espírito e aquela radicalidade evangélica a qual é chamado todo o sacerdote, e que é favorecida pela formação permanente, em seu aspecto espiritual. Esta formação mostra-se também necessária à autenticidade e fecundidade do ministério sacerdotal. Exercitas a cura de almas?, perguntava S. Carlos Borromeu no seu discurso dirigido aos sacerdotes. E respondia deste modo: Não descuides por causa disso o cuidado de ti mesmo, e não te des aos outros até ao ponto de não restar nada de ti, para ti próprio. Certamente, deves ter presente as almas de quem és pastor, mas não te esqueças de ti mesmo. Compreendei, irmãos, que nada é tão necessário a todas as pessoas eclesiais como a meditação que precede, acompanha e segue todas as nossas ações: cantarei, diz o profeta, e meditarei (cf. Sl 100,1). Se administras os Sacramentos, ó irmão, medita no que fazes. Se celebras a Missa, medita no que ofereces. Se recitas os salmos em coro, medita a quem e de que coisa falas. Se guias as almas, medita com que sangue foram lavadas; e tudo se faça entre vós na caridade (1Cor 16,14). Assim poderemos superar as dificuldades que encontramos, e são inumeráveis, cada dia. De resto, isto nos é pedido pela tarefa que nos foi confiada. Se assim fizermos, teremos a força para gerar Cristo em nós e nos outros.

Em particular, a vida de oração deve ser continuamente renovada no sacerdote. A experiência, de fato, ensina que na oração não se vive dos rendimentos: em cada dia é preciso não só reconquistar a fidelidade exterior aos momentos de oração, sobretudo aos que se destinam à celebração da Liturgia das Horas e àqueles deixados à escolha pessoal, livres de prazos e horários de serviço litúrgico, mas também e especialmente reeducar à contínua procura de um verdadeiro encontro pessoal com Jesus, de um confiante colóquio com o Pai, de uma profunda experiência do Espírito.

Quando o apóstolo Paulo diz de todos os crentes que devem chegar a formar o homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo (Ef 4,13), isto aplica-se, de modo específico, aos sacerdotes chamados à perfeição da caridade e, portanto, à santidade, até porque o seu próprio ministério pastoral pede que eles sejam modelos vivos para todos os fiéis.

Também a dimensão intelectual da formação precisa de ser continuada e aprofundada durante toda a vida do presbítero, em particular mediante um estudo e atualização cultural séria e empenhada. Participante da missão profética de Jesus e inserido no mistério da Igreja, Mestre da verdade, ele é chamado a revelar aos homens, em Jesus Cristo, o rosto de Deus e, com isso, o verdadeiro rosto do homem. Mas isto exige que o próprio sacerdote procure esse rosto e o contemple com veneração e amor (cf. Sl 26,8; 41,2): só assim pode dá-lo a conhecer aos outros. Em particular, a continuação do estudo teológico mostra-se necessária para que ele possa desempenhar com fidelidade o ministério da Palavra, anunciando-a sem confusões nem ambigüidades, distinguindo-a das simples opiniões humanas, mesmo se famosas e muito difusas. Assim poderá verdadeiramente colocar-se ao serviço do Povo de Deus, ajudando-o a dar as razões da esperança cristã a quem as pedir (cf. 1Pd 3,15). Além disso, o sacerdote, aplicando-se com consciência e constância ao estudo teológico, está em condições de assimilar de forma segura e pessoal, a genuína riqueza eclesial. Pode, portanto, cumprir a missão que o empenha na resposta às dificuldades acerca da autêntica doutrina católica, e superar a inclinação própria e a dos outros para a divergência e a atitude negativa a respeito do Magistério e da Tradição.

O aspecto pastoral da formação permanente está bem expresso nas palavras do apóstolo Pedro: Como bons dispenseiros das graças de Deus, cada um de vós ponha à disposição dos outros os dons que recebeu (1Pd 4,10). Para viver, cada dia, segundo os dons recebidos, é preciso que o sacerdote esteja cada vez mais aberto para acolher a caridade pastoral de Jesus Cristo, que lhe foi dada pelo seu Espírito no sacramento recebido. Assim como toda a atividade do Senhor foi o fruto e o sinal da caridade pastoral, assim deve ser também a atividade ministerial do padre. A caridade pastoral é um dom e, ao mesmo tempo, uma tarefa, uma graça e uma responsabilidade à qual é preciso ser fiel, ou seja, é preciso acolhê-la e viver seu dinamismo até às exigências mais radicais. Esta mesma caridade pastoral, como se disse, impele e estimula o presbítero a conhecer cada vez melhor a condição real dos homens aos quais é enviado, a discernir os apelos do Espírito nas

circunstâncias históricas em que está inserido, a procurar os métodos mais adaptados e as formas mais úteis para exercer, hoje, o seu ministério. Assim, a caridade pastoral anima e sustenta os esforços humanos do sacerdote, em vista de uma ação pastoral que seja atual, credível e eficaz. Mas isto exige uma permanente formação pastoral.

O caminho para a maturidade não requer só que o sacerdote continue a aprofundar as diversas dimensões da sua formação, mas também e sobretudo que saiba integrar cada vez mais harmoniosamente entre si estas mesmas dimensões, chegando progressivamente à unidade interior: isso tornar-se-á possível pela caridade pastoral. Esta, de fato, não só coordena e unifica os diferentes aspectos, mas especifica-os, conotando-os como aspectos da formação do sacerdote enquanto tal, ou seja, enquanto transparência, imagem viva, ministro de Jesus, Bom Pastor.

A formação permanente ajuda-o a vencer a tentação de reduzir o seu ministério a um ativismo que se torna fim em si mesmo, a uma impessoal prestação de coisas mesmo espirituais ou sagradas, a um mero emprego ao serviço da organização eclesial. Só a formação permanente ajuda o padre a guardar com amor vigilante o mistério que traz em si para o bem da Igreja e da humanidade”.

**Nota:131**

**PDV, 81:** “Múltiplas são as ajudas e os meios de que a formação permanente se pode servir para se tornar cada vez mais uma preciosa experiência vital para o clero. De entre eles, recordamos as diferentes formas de vida comum entre os sacerdotes, sempre presentes, ainda que em modalidades e intensidades diferentes, na história da Igreja: Hoje não se pode deixar de recomendá-las, sobretudo entre aqueles que vivem ou estão empenhados pastoralmente no mesmo lugar. Além de favorecer a vida e a ação pastoral, esta vida comum do clero oferece a todos, presbíteros e leigos, um exemplo luminoso de caridade e de unidade.

Outra ajuda pode ser dada pelas associações sacerdotais, em particular pelos institutos seculares sacerdotais, que apresentam como nota específica a diocesaneidade, por força da qual os sacerdotes se unem mais estreitamente ao bispo, e constituem um estado de consagração no qual os sacerdotes, mediante votos ou outros laços sagrados, são chamados a encarnar na vida os conselhos evangélicos. Todas as formas de fraternidade sacerdotal aprovadas pela Igreja são úteis tanto para a vida espiritual como para a vida apostólica e pastoral.

Também a prática da direção espiritual contribui muito para favorecer a formação permanente dos sacerdotes. É um meio clássico, que nada perdeu do seu precioso valor, não só para assegurar a formação espiritual mas ainda para promover e sustentar uma contínua fidelidade e generosidade no exercício do ministério sacerdotal. Como então escrevia o futuro Papa Paulo VI, a direção espiritual tem uma função belíssima e pode-se dizer indispensável para a educação moral e espiritual da juventude que queira interpretar e seguir com absoluta lealdade a vocação da própria vida, seja ela qual for, e conserva sempre uma importância benéfica para todas as idades da vida, quando à luz e à caridade de um conselho piedoso e prudente se pede a comprovação da própria retidão e o conforto para o cumprimento generoso dos próprios deveres. É meio pedagógico muito delicado, mas de grandíssimo valor; é arte pedagógica e psicológica de grande responsabilidade para quem a exercita; é exercício espiritual de humildade e de confiança para quem a recebe”.

**Nota:132**

**VMPPV 348:** “Seja dada a oportunidade aos presbíteros de frequentar cursos de atualização, mesmo privando temporariamente a comunidade de seu serviço”.

**Nota:133**

**PDV, 70:** “Os Padres sinodais expressaram a razão que justifica a necessidade da formação permanente e, ao mesmo tempo, revela a sua natureza profunda, designando-a como fidelidade ao ministério sacerdotal e como processo de contínua conversão. É o Espírito Santo, infundido pelo Sacramento, que sustem o presbítero nesta fidelidade e que o acompanha e estimula neste caminho de incessante conversão. O dom do Espírito não dispensa, antes solicita a liberdade do sacerdote, para que coopere responsabilmente e assuma a formação permanente como um dever que lhe é confiado. Assim esta é expressão e exigência da fidelidade dele ao seu ministério, ou melhor, ao seu próprio ser. É, portanto, amor a Jesus Cristo e coerência consigo mesmo. Mas constitui também um ato de amor ao Povo de Deus, ao serviço do qual o sacerdote está posto. É ainda um ato de verdadeira e própria justiça: ele é devedor ao Povo de Deus, chamado porque a reconhecer e a promover aquele seu direito fundamental de ser destinatário da Palavra de Deus, dos Sacramentos e do serviço da caridade, que são o conteúdo original e irrenunciável do ministério pastoral do padre. A formação permanente é necessária para que ele esteja em condições de responder condignamente a tal direito do Povo de Deus.

Alma e forma da formação permanente do sacerdote é a caridade pastoral: o Espírito Santo, que infunde a caridade pastoral, introduz e acompanha-o no conhecimento sempre mais profundo do mistério de Cristo, que é insondável na sua riqueza (cf. Ef 3,14-19), e, por conseguinte, no conhecimento do mistério do sacerdócio cristão. A mesma caridade pastoral impele o presbítero a conhecer cada vez mais as esperanças, as necessidades, os problemas, as sensibilidades dos destinatários do seu ministério: destinatários envolvidos em suas concretas situações pessoais, familiares e sociais.

A tudo isto tende a formação permanente, vista como consciente e livre proposta em ordem ao dinamismo da caridade pastoral e do Espírito Santo, que é a sua primeira fonte e alimento contínuo. Neste sentido, a formação permanente é uma exigência intrínseca ao dom e ao ministério sacramental recebido e se revela necessária em todos os tempos. Hoje, porém, ela é particularmente urgente, não só pela rápida mudança das condições sociais e culturais dos homens e dos povos, no meio dos quais se exerce o ministério pastoral, mas também por aquela nova evangelização que constitui a tarefa essencial e inadiável da Igreja, no final do segundo milênio”.

**Nota:134**

**PDV 32:** “A pertença e a dedicação à Igreja particular não confinam a esta, a atividade e a vida do sacerdote: não podem, de fato, ser confinadas, pela própria natureza quer da Igreja particular, quer do ministério sacerdotal. A este respeito, diz o Concílio: O dom espiritual que os presbíteros receberam na Ordenação não os prepara para uma missão limitada e restrita, mas sim para a imensa e universal missão da salvação “até aos confins da terra” (At 1,8); de fato, todo o ministério sacerdotal participa da mesma amplitude universal da missão confiada por Cristo aos apóstolos.

Daqui se conclui que a vida espiritual dos padres deve estar profundamente assinalada pelo anseio e pelo dinamismo missionário. Compete-lhes, no exercício do ministério e no testemunho de vida, plasmar a comunidade a eles confiada como comunidade autenticamente missionária. Como escrevi na Encíclica *Redemptoris Missio*, todos os sacerdotes devem ter um coração e uma mentalidade missionária, devem estar abertos às necessidades da Igreja e do mundo, atentos aos mais afastados e, sobretudo, aos grupos não cristãos do próprio ambiente. Na oração e, em particular, no sacrifício eucarístico, sintam a solicitude de toda a Igreja por toda a humanidade.

Se este espírito missionário animar generosamente a vida dos sacerdotes, aparecerá facilitada a resposta àquela exigência cada vez mais grave hoje na Igreja, que nasce de uma desigual distribuição do clero. Neste sentido, já o Concílio foi suficientemente preciso e incisivo: Tenham presente os presbíteros que devem tomar a peito a solicitude por todas as Igrejas. Para tal, os presbíteros daquelas dioceses que possuem maior abundância de vocações mostrem-se de boa vontade preparados para, com o prévio consentimento ou convite do próprio Ordinário, exercer o seu ministério nas regiões, missões ou obras que sofram escassez de clero”.

**Nota:135**

cf. **CNBB, doc. 55, n. 92:** “Em vista do amadurecimento integral e harmônico do futuro pastor, tenham-se presentes as diversas dimensões pastoral, humano-afetiva, comunitária, espiritual e intelectual, bem como a integração e articulação das mesmas. Dioceses e Seminários se esforcem para elaborar um plano progressivo e integrado de metas concretas nos vários aspectos e etapas do processo formativo, prevendo-se conteúdos temáticos correspondentes. Para valorizar as várias etapas do itinerário formativo à vida presbiteral, poder-se-á adotar, como ritos de passagem, o Rito de Admissão, os Ministérios de Leitor e Acólito e a ordenação Diaconal”.